

em **Linguagem** **Discurso**

ISSN 1982-4017

volume 18, número 2, maio/ago. 2018

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

**Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina**



Tubarão – SC

v. 18, n. 2, p. 253-447, maio/ago. 2018

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil).

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil).



Reitor

Mauri Luiz Heerdt

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Chefe de Gabinete

Ademar Schmitz

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Extensão e Inovação

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor de Administração e Operações

Heitor Wensing Júnior

Assessor de Marketing, Comunicação e Relacionamento

Fabiano Ceretta

Assessor Jurídico

Lester Marcantonio Camargo

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Rafael Ávila Faraco

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Zacaria Alexandre Nassar

Diretor do Campus Universitário Unisul Virtual

Ana Paula Reusing Pacheco

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Maria Marta Furlanetto (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Silvânia Siebert – Editora Associada (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
 Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Alba Maria Perfeito (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
 Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
 Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
 Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
 Ana Zandwais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
 Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
 Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
 Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
 Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
 Bethania Sampaio Corrêa Mariani (Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil)
 Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Cristiane Gonçalves Dagostim (Faculdade SATC, Criciúma, Brasil)
 Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
 Dânie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
 Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
 Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
 Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
 Eric Duarte Ferreira (Universidade Federal Fronteira Sul, Chapecó, Brasil)
 Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
 Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
 Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
 Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
 Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
 Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)

Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marci Fileti Martins (Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, Brasil)
Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Nukácia Meyre Silva Araújo (Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Pedro de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português): Elita de Medeiros (inglês e espanhol)

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO/CONTENTS

Editorial/Editorial

Autoria, originalidade e divulgação: questões abertas

Authorship, originality and disclosure: open questions

Autoría, originalidad y divulgación: cuestiones abiertas

Maria Marta Furlanetto

263

Artigos de Pesquisa/Research Articles

Estratégias catafóricas em narrativas amazônicas:
implicações para a construção da cadeia tópica e textual

Cataphoric strategies in Amazonian narratives:

implications for the construction of the topical and textual chain

Estrategias catafóricas en narrativas amazónicas:

implicaciones para construcción de la cadena tópica y textual

Heliud Luis Maia Moura

273

Por uma análise sistemática da metaforicidade no discurso

For a systematic analysis way of metaphoricity in discourse

Por un análisis sistemático de la metaforicidad en el discurso

Dalby Dienstbach

287

Das significações na língua ao sentido na linguagem:

parâmetros para uma análise dialógica

From meanings to sense:

principles for a dialogical analysis

De significaciones en la lengua hasta el sentido en el lenguaje:

parámetros para un análisis dialógico

Adail Sobral

Karina Giacomelli

307

Linguagem, representação e recursão

no discurso metalinguístico de Clarice Lispector

Language, representation and recursion

in Clarice Lispector's metalinguistic discourse

Lenguaje, representación y recursión

en el discurso metalingüístico de Clarice Lispector

Alana Kercia Barros Demétrio

Maria Helenice Araújo Costa

323

- Representações semióticas no gênero *reportagem* em revistas portuguesas
Semiotic representations in the genre News Report in Portuguese magazines
Representaciones semióticas en el género Reportaje en revistas portuguesas
 Audria Albuquerque Leal 341
- Práticas de linguagem em sala de aula
 como reveladoras de mudanças na profissionalidade docente
Language practices in the classroom
as revealing changes in teacher's professionalism
Prácticas de lenguaje en clase
como reveladoras de cambios en la profesionalidad docente
 Ana Maria de Mattos Guimarães
 Fernanda Vanessa Machado Bartikoski 359
- A temporalidade do pretérito imperfeito do subjuntivo
 em relação a seu ponto de referência: perspectivas teóricas
The temporality of the imperfect past tense of the subjunctive
in relation to its point of reference: theoretical perspectives
Temporalidad del pretérito imperfecto del subjuntivo
en relación con su punto de referencia: perspectivas teóricas
 Angela Cristina Di Palma Back
 Márluce Coan 375
- As narrativas de si e a produção da memória do hiv
 na campanha *O cartaz HIV positivo*
The narratives of the self and the production of hiv memory
in the campaign O cartaz HIV positivo
Las narrativas de si mismo y la producción de memoria del hiv
en la campaña O cartaz HV positivo
 Atilio Butturi Junior
 Camila de Almeida Lara 393
- Mídias sociais digitais e narrativas de resistência no espaço escolar
Digital social media and resistance narratives in the school space
Medias sociales digitales y narrativas de resistencia en el espacio escolar
 Nívea Rohling
 Maria de Lourdes Rossi Remenche
 Nelita Bortolotto 413

Ensaio/ Essay

Do discurso do agente do Outro à voz-apelo do sujeito

From the discourse of the Other to the voice-appeal of the subject

Del discurso del agente del Otro hasta la voz-apelación del sujeto

Amanda Schreiner Pereira

Angela Maria Resende Vorcaro

Marcia Keske-Soares

431

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-1802AP-0000>

AUTORIA, ORIGINALIDADE E DIVULGAÇÃO: QUESTÕES ABERTAS

Maria Marta Furlanetto*

Universidade do Sul de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem

Tubarão, SC, Brasil

“Para sobreviver, é preciso avançar disfarçado e não revelar nada a ninguém, *nem mesmo a si próprio.*”

(Michel Maffesoli)

“Comunicação e informação dão nova potência a um dos mais sólidos arcaísmos: estar em relação. Mesmo se agora se trata de relações mediadas tecnologicamente.”

(Michel Maffesoli)

Em nossa edição 2018-1 desenvolvemos um episódio que teve como fio condutor o plágio e o autoplágio, tomados como males que afetam, moral e eticamente falando, a produção científica e sua divulgação, e cuja circulação se origina num ponto sensível, no que nos diz respeito: o espaço editorial no âmbito das universidades. Mais especificamente, falamos de editorias gerenciadas do modo como nós o fazemos: trabalhando e fazendo circular gratuitamente o saber produzido nos centros de pesquisa e especialmente nos programas de pós-graduação, com a inescapável consultoria de pesquisadores que, sem visível valoração de seu trabalho – o que está a exigir uma posição mais decisiva junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, permitem que haja a necessária filtragem e avaliação de trabalhos para garantir a relevância do que é publicado.

Anotamos, na ocasião, que, em se tratando do meio em que exercemos nossas funções e daquilo que projetamos nas condições existentes de trabalho, teríamos de descartar a ingenuidade como argumento (menos ainda pretexto) para incidir em plágio e autoplágio na produção científica. Chega a ser assustador tomar conhecimento da quantidade de materiais publicados que se voltam para esse tema, a exemplo da obra indicada em nossa edição anterior: *Plágio acadêmico*, de Wachowicz e Costa (2016), editado em e-book.

A pletera desses materiais leva a perguntar: em que ponto do caminho histórico se tornou necessário atentar para esse fenômeno, e por que se manifestou aquilo que esses instrumentos (livros, manuais, artigos, cartazes, programas de detecção) querem prevenir, corrigir – ou funcionar como alerta e mesmo como ameaça? Como sabemos, acima de

* Doutora em Linguística Aplicada pela Université Paris VIII. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. E-mail: mmartafurlanetto@gmail.com.

todos esses instrumentos imediatos se encontra a Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, emitida pela Presidência da República.

Como se vê, continuamos a perspectivar o tema que, no mundo da produção científica geral, afeta todos nós: a *figura autoral* e suas vicissitudes. Tomamos, desta vez, ângulos diferentes da questão para expandir a discussão e mergulhar em aspectos que nos ajudem a compreender por que nos encontramos vivendo em espaços em que predomina uma desconfiança quase mesquinha, e no mínimo desconcertante – e como emergir deles ou transformá-los. É inevitável presumir que, ao virem à tona – ressurgindo – formas de manifestação repetitivas, cabe enxergar aí indícios de um problema, uma crise, uma doença social – que racha o cimento (o imaginário) que nos agrupa.

PANORAMA DO MUNDO GLOBALIZADO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Para introduzir certas características que parecem atadas ao que se entende como mundo globalizado, certa percepção de uma teia de uniformização que se estende invisivelmente (mas com consequências visíveis e sensíveis), comecemos por uma noção desenvolvida no espaço da Sociologia. Priorizamos aqui a sociologia compreensiva de Michel Maffesoli.

Todas as sociedades, todas as culturas estão sobredeterminadas por aquilo que Maffesoli chamou *imaginário*, que não é, de saída, algo que se opõe a real ou realidade. Se a cultura (antropologicamente considerada) contém imaginário, também não se reduz ao imaginário, da mesma forma que o imaginário não se reduz à cultura, que apresenta fenômenos e elementos passíveis de descrição. A noção (e não conceito, que tem caráter racional) de imaginário “tem, além disso, algo de imponderável. É o estado de espírito que caracteriza um povo.” (MAFFESOLI, 2001, p. 75). Por isso, compõe características que o autor enquadra como ordem espiritual, matriz, atmosfera, ambiente, e também o que Walter Benjamin chamou de *aura*, algo sensível mas não visível; algo que ultrapassa as obras da cultura. Como tal, Maffesoli não pode entender o imaginário como marca do indivíduo, mas apenas como fenômeno *coletivo*. Um exemplo, para ele muito nítido, é o que denomina *tribalismo* na cultura pós-moderna – e não individualismo, como se poderia pensar em outra vertente, considerando a conjuntura sociopolítica e econômica do mundo contemporâneo. O tribalismo sempre congrega grupos com elementos e interesses em comum; o imaginário seria o elemento que forma essa atmosfera que liga pessoas.

Imaginário faz lembrar *imagem* (polissemicamente variável). Maffesoli salienta que é o imaginário que produz imagens, como resultado, não o contrário: isso vale para o cinema, a pintura, a escultura, a arquitetura, a decoração, as tecnologias. Mas, ao mesmo tempo, o imaginário é alimentado pela tecnologia.

Muito especialmente, o autor busca demarcar essa noção daquelas de *ideologia* e de *inconsciente*. Se, ainda hoje, *ideologia* permite uma variedade de percepções, observe-se que Maffesoli a toma como semelhante a *imaginário* justamente em sua concepção original, quando Destutt de Tracy a criou no início do século XIX: “conjunto orgânico de ideias” – apenas isso. Maffesoli recusa, no que foi desenvolvido e percebido como ideologia, um caráter racional, pelo que pode, nela, ser interpretado, explicado, explicitado, até desvendado. Ele não integra tais atributos no imaginário. O imaginário é mais sutil, reunindo parâmetros como “o onírico, o lúdico, a fantasia, o imaginativo, o

afetivo, o não racional, o irracional, os sonhos, enfim, as construções mentais potencializadoras das chamadas práticas.” (2001, p. 76-77). O laço social é um fator premente nessa composição: faz-se cimento para criar relações, de onde se pode entender que o autor dê destaque ao processo de *interação*, de relação, relacionamento, partilha. Por isso, *indivíduo*, em sua percepção, estaria superado – tudo se imita (heteronomia), se faz com, seguindo percepções que impregnam grupos:

O termo indivíduo, já o disse, parece-me superado, ao menos no sentido estrito. Talvez se deva falar, quanto à pós-modernidade, em uma *persona* que desempenha diversos papéis nas tribos às quais adere. A identidade fragiliza-se. As diferentes identificações, em contrapartida, multiplicam-se.

As grandes reuniões musicais, esportivas, consumistas, demonstram isso. Em cada um desses casos, trata-se de se perder no outro. (MAFFESOLI, 1998, p. 12)

Uma *persona*, poderíamos adiantar, é aquela que se põe no papel de escritor, exercendo uma função subjetiva possível – entre outras – e que adota um posicionamento em seu meio social, com direcionamento perceptível, em suas variações na multiplicidade de ouvintes/leitores intérpretes.

Há, assim, por parte do autor, insurgência contra os esquemas binários que encontramos nas sociedades, com um polo correto e outro subversivo, sempre em confronto, como direita e esquerda. Ele vê, antes disso, os interstícios e os deslizamentos, observando a complexidade dos grupos sociais. Racionalizar é dividir, enrijecer, ao passo que o imaginário, nessa linha de pensamento, seria um jogo maleável entre o que Maffesoli chama “intimações objetivas” (o que é imposto aos sujeitos vivendo em sociedade) e subjetividade, entre coerções sociais e subjetividade – o jogo, pode-se dizer, que é preciso jogar para viver.

Em *Liberdades intersticiais*, Maffesoli (1993, p. 53) explicita certas formas de “desestabilizar o político, de mostrar sua relatividade e aspecto limitado.” Estamos falando desse jogo de tornar a vida social algo mais que uma sequência de ordenações impostas, com medidas que ele exemplifica com “a abstenção, a astúcia, a ironia, a inversão carnavalesca”, nada trágicas em relação às greves, às manifestações de massa, às explosões catastróficas. São “pequenas utopias intersticiais” para a conservação de grupos. Em expressão compreensível, seria algo como “fazer corpo mole” e tomar atitudes contraditórias relativamente ao que se esperaria a partir de certas presunções ou estatísticas do mundo normalizado – como em eleições, por exemplo. São traços de resistência, meio subterrânea, meio cínica, meio inconsciente. Afinal, o próprio mundo político e diplomático vive de “jogo duplo” – que, diga-se se passagem, exige razoável controle do regime do silêncio: não dizer, dizer pela metade, esconder; dizer publicamente/dizer em *off*.

Assim, frente a diversas imposições sócio-político-econômicas, podemos dobrar sem quebrar, podemos aceitar as ideologias “da boca para fora” e acionar o mecanismo de restrições mentais, podemos “fazer de conta” que aceitamos as morais estabelecidas, as religiões dominantes e as diversas injunções sociais, sempre guardando “distância”. (MAFFESOLI, 1993, p. 58)

Essas manifestações do jogo duplo têm importância fundamental no mundo do trabalho. Conta Maffesoli que, correlativamente à exploração das populações pelo mundo produtivista burguês, no século XIX, logo surgiu um “código” operário de práticas astuciosas para sobrevivência. Essas práticas, certamente, perduram no mundo contemporâneo em todas as áreas, não apenas no mundo do operariado, mas dos servidores em geral: pequenas comemorações, mercado informal para venda de livros e outros objetos, por exemplo. São práticas, todas elas, para “salvaguardar o equilíbrio físico e psicológico, gravemente ameaçado.” (MAFFESOLI, 1993, p. 65).

Não se pode excluir do jogo duplo também o próprio âmbito do lúdico, do entretenimento, da diversão: jogos esportivos (como a Copa do Mundo de futebol do ano corrente), festas públicas e privadas, o carnaval – teatralização, mascaramento, realidade alternativa. A publicidade e os serviços de turismo baseiam sua sedução nesse jogo duplo. Há aí, diz Maffesoli, além de consumo, *consumação*.

A grande lição que se depende daqui é que, “ao invés de ser manipulada, como é comum acreditar-se ou tentar fazer crer, a massa determina-se por si própria. Ou, ao menos, segue modas que não obedecem somente aos meros cálculos racionais e prognósticos de autoridades eminentes.” (MAFFESOLI, 1993, p. 68). De certa forma, é em segredo e em semiconsciência que essa socialidade se firma – que isso se faz *acontecimento* – na estrutura e solapando a estrutura.

Tudo isso implica a noção de *comunicação*, como faz notar Maffesoli (2003): comunicação é encontro para compreender – e compreender é, no sentido etimológico, “pegar com, tomar junto, reunir, abordar o mundo na sua totalidade, abrir-se aos outros.” (p. 14). E encarna o imaginário. O problema, salienta o autor, é “o monopólio das palavras informação e comunicação pela intelligentsia, os intelectuais hegemônicos, que não presta atenção ao sentido profundo desses termos.” (p. 14). É que *informação* é pôr em forma, o que é praticamente redundante ao lado de *comunicação*. Ambas levam à expressão do desejo de participação, de troca, embora haja, na ideia de informação, um traço utilitário. Desse modo, mais do que a pretensa objetividade do informar, o que os próprios meios de comunicação fazem não tem universalidade; atingem mais especificamente grupos pequenos, regiões, tribos. Eles têm, aliás, público-alvo definido. E para o público em geral, diz Maffesoli, o que conta especialmente é o que possa dizer respeito à forma e estilo de vida de cada um ou cada grupo, em sua necessidade de vínculos emocionais. Essa orientação deve ser o que justifica o incremento das redes sociais, cujos criadores devem reconhecer tal necessidade, ultrapassando aquele apelo narcisista por alguns minutos de fama.

Enfim, também aqui Maffesoli remete à necessidade de pesquisa, reflexão, estudo para poder questionar o que aparece como valores dominantes nos meios de comunicação e informação. E insiste na atitude de astúcia, aquela forma de pensar e agir diante do que se diz, do que acontece, do que nos é imposto no dia a dia: uma divisão subjetiva implicaria uma parte em que haja concordância e comportamento correspondente, e outra em que se resiste, manipulando as duas em situações variadas. Essa atitude já é bastante reconhecida em estudos sociológicos. “Há no povo uma vitalidade que escapa às teorias elitistas e abstratas.” (MAFFESOLI, 2003, p. 20). Ou seja, a população não é passiva, sempre encontra formas de resistir no jogo da manipulação; também faz jogo duplo.

Uma perspectiva que se ajusta a essa percepção é a manifestada por Michel Pêcheux (1982) em um de seus últimos trabalhos, relativamente a como entender, em um mundo politicamente complexo, o que se chamava *ideologias dominadas*, sempre sufocadas pela *ideologia dominante* – em uma interpretação, diz ele, populista. Ora, “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente.” (1982, p. 63, tradução nossa). Se as práticas ideológicas são concebidas segundo rituais, como ensinava Althusser, também é necessário reconhecer que “não há ritual sem falha” (1982, p. 63). Neste ponto, Pêcheux aponta formas triviais de resistência, mais especificamente com respeito ao discurso revolucionário: não dar atenção a ordens, alterar sentidos de palavras ou enunciados, falar quando se deveria silenciar e vice-versa, jogar com as palavras – para, enfim, recusar o discurso da dominação, o discurso medido, ritualizado, legitimado (contradiscurso).

A *ideologia dominante* não é exercida apenas em nível nacional, e, em suma, é de seus efeitos globalizantes que se trata nas manifestações expressas acima. A *cidade global*, como expressão ou fórmula discursiva que circula e se quer fazer entender, é característica do século XX, prenunciando o século XXI com o recrudescimento dos processos que acompanham a expansão do capitalismo em escala mundial. Octavio Ianni (1999) mostra como essa expansão derruba todas as fronteiras entre continentes e países e como o mapa do mundo econômico se reorganizou em função dos interesses de instituições capitalistas, reconfiguradas especialmente na forma de cidades centrais, que se transformam em polos econômicos no teatro da globalização: “o mundo adquire características de uma imensa fábrica, acoplada com um vasto *shopping center* e colorido por uma enorme Disneylândia.” (IANNI, 1999, p. 55). Visto como processo civilizatório, o capitalismo representa um processo histórico que se desenvolvia, anteriormente, como mercantilismo, colonialismo e imperialismo (1999, p. 57).

Processo civilizador ou não, que já foi conduzido pela utopia do bem-estar geral da sociedade, está implicada aí a questão social urbana, com todas as suas falhas: narcotráfico, violência, xenofobia, etnocentrismo, racismo, implicando ainda problemas de segurança, educação e saúde, áreas que não são de interesse imediato das corporações, deixadas aos cuidados do Estado (mas observadas do alto). Se a produtividade nesse mundo presumia, generalizadamente, desenvolvimento e crescimento de modo a que se vivesse no melhor dos mundos, levou, apesar disso, ao surgimento do que Ianni chama, especialmente para as grandes cidades, *subclasse*: “uma categoria de indivíduos, famílias, membros das mais diversas etnias e migrantes, que se encontram na condição de desempregados mais ou menos permanentes.” (IANNI, 1999, p. 59), pessoas que aos poucos se desprendem das estruturas predominantes e ficam excluídas. Representam uma contradição do próprio sistema.

Há, igualmente, a exclusão na esfera da educação em geral e no campo da produção científica. As condições de produção da ciência envolvem tecnologia, inovação, impacto em tempo comprimido. Daí a controvérsia entre a política da *fast science* e da *slow science* – um efeito de resistência como aqueles tratados anteriormente, tendo parcialmente como consequência, ironicamente, uma produtividade que imita as inovações da moda em geral: sempre mudando e sempre repetindo, ou inovando na embalagem e mantendo o conteúdo. Essa realidade mostrada resiste a enunciados que, repetidos à exaustão, naturalizam-se e podem convencer: como há muita rapidez no fluxo

de informações, tecnologias para pesquisa e necessidade de repassar conhecimento ao mundo globalizado, há pressa na disseminação, independente de outros fatores que afetam os sujeitos pesquisadores e a pesquisa em si, criando desajustes que precisam remediar de alguma forma: dividindo-se para aceitar e recusar, mas dominados ainda pelo receio de perda.

A MORTE DO AUTOR, A IMPORTÂNCIA DO LEITOR, O DIREITO AUTORAL

Barthes (2004 [1984]) tematizou, em inúmeros trabalhos, a autoria e a leitura, mostrando preocupação pela insistência em dar atenção ao autor em detrimento do leitor, em função da autoridade daquele e de seu projeto de criação, enquanto as manifestações de leitura representavam uma abertura para o insólito dos múltiplos sentidos. Reconhecia, contudo, o movimento heterogêneo de produção de leitura, dando espaço para uma reflexão sobre “a morte do autor”, quando já reconhecíamos a também instigante noção de função-autor tal como Foucault a desenhava e explicava – também ele deixando entender, aparentemente, que se tratava do acompanhamento a outro desígnio: a morte do homem. Não era precisamente disso que ele tratava, como é possível seguir, em detalhe, o caso na obra *O que é um autor?*, que não vamos tematizar aqui¹.

Ao dizer que a escritura faz desaparecer a origem, a voz que enuncia, Barthes (2004 [1984]) vê a escrita como uma zona cinzenta que não guarda uma identidade, quer dizer, faz desaparecer quem escreve (daí a ideia de função subjetiva em Foucault), e anuncia uma construção subjetiva em porvir, tramando-se. O autor é uma exterioridade que silencia. Por outro lado, aquele que recebe esse tecido, uma vez liberado, é o leitor, que surge como uma potência recriadora. Por isso Barthes considera que é no *destino* do texto que se encontra sua unidade, seu reconhecimento.

Embora o reconhecimento da potência do leitor não possa ser descartado, especialmente por quem vive na prática da escrita – é um aspecto fundamental do tema aqui em desenvolvimento, a *comunicação* (partilha sensitiva) como vimos em Maffesoli, bem como o trabalho do imaginário a cimentar as interações –, sabemos que em nossa formação social o prestígio do indivíduo garante, para o bem ou para o mal (um escritor pode ser acusado), que há direitos específicos sobre escritos e obras a proteger, o que nos leva a cuidados tão excessivos que algo começa a romper o delicado tecido que une tribos, grupos específicos, sociedades em sua sensibilidade e harmonia.

Maffesoli (2008, p. 8), na linha de sua sociologia compreensiva, destaca: “Simbólico é nascer reconhecendo o outro. A comunicação pós-moderna é o retorno do simbólico pré-moderno. Eu só existo através e sob o olhar do outro.” É uma posição de contrariedade ao suposto potencial de poder e valor do individualismo, que conduz a confrontos de obtenção de superioridade à custa de outrem – competição em toda parte e para qualquer coisa: esporte, ciência, riqueza, posição política, beleza, moda... Não apenas *ser melhor* em sua vida, mas *ser superior a outrem*. Esse jogo é satisfeito com estímulos, desde a simples torcida até a estipulação de prêmios em concursos de todo tipo.

¹ O tema foi discutido na apresentação da edição 2017-3 da Linguagem em (Dis)curso.

Ao tematizar o plágio em geral como mecanismo de apagamento da autoria, e ao mesmo tempo lembrando os processos da heterogeneidade discursiva, cujo efeito é o inevitável atravessamento de textos (intertextualidade) na produção discursiva, Orlandi (1992) fez ressurgir um slogan que enuncia: “os sentidos não têm dono”, que claramente não floresce em nosso mundo. Contudo, ao distinguir um movimento que ela chamou *meio-plágio*, ocorrendo em materiais acadêmicos e provavelmente sem efeito de mera cópia nem necessariamente má intenção, observou que havia apagamento de algumas filiações, deixando esquecidos os trajetos autorais – como se o produtor estivesse assumindo que não há, de fato, proprietários para os sentidos (ou palavras, expressões, teorias, perspectivas, experiências, enfim), tomando-os para si naquele momento, como empréstimo de um tesouro disponível.

Orlandi sugere, então, a possibilidade de essa espécie de esquecimento estar manifestando “um sintoma de uma mudança na função da autoria.” (ORLANDI, 1992, p. 147). Isso estaria significando algum deslocamento efetivo da noção de autoria? Ainda que esse movimento se repita muitas vezes (o controle não é tão fácil), certamente, como a autora nota, nossa formação social não se transformou o suficiente para incorporar tal fenômeno. Na verdade, recrudescer o esforço para a detecção de toda a variedade de plágio e, mais recentemente, de autoplágio² (cópia de si, repetição produtiva), que está vinculado, como vemos aqui, ao processo de *astúcia* de que fala Maffesoli, como forma de resistência à pressão constante sofrida especialmente no meio acadêmico – mas, que se diga também, que acomete os iniciantes em pesquisa quando não têm, ainda, suficiente autonomia autoral e a necessária orientação quanto à normatização para a produção autoral (tema que merece atenção contínua desde o início do aprendizado de escrita da língua).

PRODUTIVIDADE, MERCANTILIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DIVULGAÇÃO

Sabemos que a textualização de ideias, de conhecimentos, de literatura, em qualquer área, com resultados mais ou menos satisfatórios, depende de busca, de leitura, de um conjunto enciclopédico exterior e de experiências de grupo, além de experimentos, trabalho de campo, laboratórios, que necessariamente mostram um jogo em duas direções: para o passado, de onde se aproveita o que já foi produzido em todas as áreas, e que se resume em *repetição* do conhecimento (retomada, paráfrase, citação); e para o porvir, para movimento novo, que apresenta miríades de facetas: o *deslocamento*, a inovação, a mudança – o que pode produzir a função autoral e, mais propriamente, o *efeito-autor*. São dois movimentos básicos da própria dinâmica geral da linguagem, que Orlandi, em perspectiva discursiva, propõe com as noções genéricas de *paráfrase* e *polissemia* (cf. ORLANDI, 1987, p. 137). Daqui deriva a correlação que ela faz, respectivamente, com *produtividade* e *criatividade*. A produtividade se engendra a partir de uma matriz, de um tesouro de conhecimento – a memória (em suas variantes). A criatividade representa o que emerge como novidade, algo da ordem do que não foi dito ou não foi feito, ou alguma mudança, deslizamento, ruptura, crítica, proposta de novo trajeto, enfim. Presentifica-se o efeito de posicionamento, avaliação, reapreciação.

² V. apresentação da edição 2018-1 da Linguagem em (Dis)curso.

O problema que nos toca, aqui, é *produzir* trabalho científico – produzir remete de imediato a *produtividade*, embora a perspectiva e a exigência sejam de *criatividade*. Primeira contradição: deseja-se *originalidade*, não repetição, e *ineditismo*, não divulgação de cópias ou semicópias, mesmo porque há também regras para a reprodução de trabalhos. No entanto, não há ineditismo sem repetição (paráfrase), assim como não há, rigorosamente, repetição sem algum tipo de deslizamento, porque espaço-tempo e subjetividade não se repetem; o que pode haver é erro, falsificação, dissimulação. Um *continuum* de possibilidades se apresenta no que pode ser enunciado, e é isso que ocorre e que abre caminho para a dificuldade de julgamento quanto ao que se denomina plágio ou autoplágio, paralelamente à dificuldade de determinação do que seja original. Assim é que cada *produto* científico que se ofereça ao olhar ou leitura alheia é, em última análise, uma caixa de surpresas que se abre com suspeição, em nosso modo de avaliação (ou mesmo tratando-se de leitor sem prevenção), suspeição que dirigimos convenientemente ao sujeito-autor, seja ele membro de grupo de que fazemos parte ou de outro grupo qualquer, e relativamente à posição que ocupamos como leitor. Da mesma forma, cada um de nós é pessoalmente suspeito aos olhos de outrem. Basta que leiamos a política de publicação dos periódicos em geral para nos certificarmos disso.

As possibilidades de plágio atingiram número tão elevado que, periodicamente, vemos listas que nos alertam sobre formas de falseamento de produção alheia – a ponto de também acreditarmos que autores plagiados poderiam, por sua vez, ter plagiado outrem. Isso se concretiza como uma caça às bruxas. O que se forja nesse círculo de desconfiança mútua não é, certamente, vantajoso para ninguém, sobretudo para quem, ao lado da função de pesquisar, deve ensinar, orientar pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado, além de, comumente, ser consultor de periódicos, e por vezes também editor. O jogo em processo leva àquilo de que nos previne Maffesoli: o jogo duplo e as astúcias que buscam equilibrar a subjetividade naquilo que nos prende aos outros, pelo imaginário.

A luta pela produtividade, estimulada por nossas agências estatais e, mais distante e acima, por setores que só estão interessados em educação e ciência pelos frutos que podem colher para proveito específico, especialmente da ciência *dura*, não é necessariamente refletida na alta qualidade de uma produção, mas deve ser conveniente estimular a competitividade e premiá-la esporadicamente. Se o financiamento para a pesquisa é um aspecto positivo (embora também se reduza periodicamente e, sobretudo, para certas áreas), universidades e institutos de pesquisa precisariam ser livres para planejar as próprias metas e meios em conformidade com objetivos amplos e não atrelados a mecanismos de controle mercadológicos.

Isto considerado, sem que se pretenda meramente escusar ou aceitar o movimento astucioso de abrir fissuras ou aproveitar-se delas na luta pela produtividade, entendemos que, pelos frutos que temos colhido com tais atitudes, é hora de compreender e negociar, lembrando que a proliferação de meios de inibição nos diz claramente que há um problema: algo falta e algo excede, e não apenas de um lado. O velho ditado *A pressa é inimiga da perfeição* é um bom mote nesta situação. Festejemos a *slow science*, ou seja, a ciência lúcida.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. O rumor da língua. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1984].
- IANNI, O. *A era do globalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MAFFESOLI, M. Liberdades intersticiais. In: MORIN, E.; BAUDRILLARD, J.: MAFFESOLI, M. *A decadência do futuro e a construção do presente*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.
- _____. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 8, p. 7-14, jul. 1998.
- _____. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.
- _____. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-20, abr. 2003.
- _____. A terra fértil do cotidiano. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 36, p. 5-9, ago. 2008.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Editora Pontes, 1987.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, M. Délimitations, retournements et déplacements. *L'Homme et la Société*, n. 63-64, p. 53-69, 1982.
- WACHOWICZ, M.; COSTA, J. A. F. *Plágio acadêmico*. Curitiba: Gedai Publicações, 2016.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180201-6817>

ESTRATÉGIAS CATAFÓRICAS EM NARRATIVAS AMAZÔNICAS: IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA CADEIA TÓPICA E TEXTUAL

Heliud Luis Maia Moura*
Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Ciências da Educação
Programa de Letras
Santarém, PA, Brasil

Resumo: Este artigo objetiva analisar estratégias catafóricas mobilizadas em narrativas afiliadas ao universo do lendário da Amazônia, observando, de acordo com as teorias acerca da referenciação, a forma como essas estratégias antecipam e projetam referentes a serem postos na cadeia textual. Toma, como referencial teórico, postulações de Tomasello (2003), Marcuschi (2007), Koch (1999, 2002, 2004) e Moura (2013). Consoante as postulações teóricas, considera a referenciação uma atividade discursiva, sociocognitiva e sociointerativa, pela qual reconstruímos, em linguagem, seres, objetos e eventos do universo biossocial. Assim, a realidade é construída pela maneira como agimos sociocognitivamente sobre esse universo (KOCH, 2004). O corpus em análise consta de 5 (cinco) excertos de narrativas de Boto, Cobra, Matintaperera e Curupira. A análise reafirma a premissa de que as estratégias catafóricas são tributárias de processos sociocognitivos e culturais em circulação no contexto em que as mencionadas narrativas circulam e são produzidas.

Palavras-chave: Linguística Textual. Referenciação. Narrativa amazônica. Estratégia catafórica.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo constitui recorte de uma das categorias de análise realizadas em minha tese de doutorado¹ e que tem por objetivo descrever estratégias catafóricas mobilizadas em narrativas afiliadas ao universo do lendário da Amazônia, compreendendo um *corpus* de 13 (treze) números da Revista *Visagens, Assombrações e Encantamentos da Amazônia*, de autoria do escritor paraense Walcyr Monteiro. Estes números foram produzidos entre os anos de 1997 e 2004 e versam sobre histórias de Boto, Cobra, Matintaperera e Curupira. Tais personagens são recorrentes tanto em narrativas orais quanto escritas, em circulação no contexto amazônico. Os mencionados números foram editados e publicados pela Editora Smith – Produções Gráficas, na cidade de Belém-PA. As histórias presentes nessa revista são (re)criações do mencionado autor, estando ancoradas no universo sociodiscursivo e cultural de sua produção.

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: heliudlmm@yahoo.com.br

¹ A tese foi apresentada em 2013 ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e teve como orientadora a Prof^ª. Dr^ª. Anna Christina Bentes da Silva.

Considerando as 4 (quatro) entidades mencionadas, temos, portanto, 4 (quatro) temáticas gerais diferentes, concernentes a essas entidades, o que justifica a divisão em 4 (quatro) blocos distintos. Destaco também que os temas gerais, relativos aos 4 (quatro) personagens em pauta, não são homogêneos ou uniformes, já que contêm significados ou subtemas específicos dentro de cada um deles, os quais se referem às características ou particularidades das narrativas que aí estão inseridas.

As estratégias catafóricas em análise constituem recursos pelos quais o produtor textual dá andamento ao processo narrativo. Assim, à medida que o percurso tópico-temático avança, novas predicções são realizadas sobre um dado referente, implicando também aí recategorizações, de modo que, a partir desse processo, o referente principal possa ser ativado e posto na cadeia textual. No caso dos excertos analisados, as estratégias catafóricas se apresentam como constitutivas das narrativas em apreciação, com a inserção de novos eventos e situações, essenciais para a construção do relato em mobilização na história que está sendo produzida.

Vale ressaltar que os processos catafóricos estão ligados as formas de gerenciamento do tópico discursivo como a antecipação de elementos referenciais construtores de seres e eventos a serem postos subsequentemente na cadeia tópica, consoante o projeto de dizer do produtor textual, ao mesmo tempo que projetando determinados referentes, essenciais ou subsidiários a esse projeto de dizer, levando-se em consideração, nesses processos, fatores sociocognitivos e culturais, como é o caso das narrativas aqui analisadas.

2 BASES TEÓRICAS

A referenciação tem ocupado um lugar privilegiado no campo dos estudos da linguagem, mais especificamente no âmbito dos estudos da cognição, aqui, por sua vez, tomada como um conjunto de fundamentos epistemológicos alicerçados na ideia de que as construções simbólicas, incluindo-se, aí, a linguagem verbal, são produto de interações e formações social e culturalmente situadas, tributárias de processos históricos. Por essa acepção, é válido postular que as atividades referenciais, mediadas pela linguagem, envolvem processos sociocognitivos baseados em estruturas de conhecimento atreladas às experiências sociointerativas dos sujeitos, resultantes dos próprios contextos em que tais sujeitos transitam e estão inseridos.

Mas, como já afirmado, pensar a referenciação enquanto atividade linguístico-discursiva é levar em conta os fatores cognitivos implicados na construção das atividades referenciais, que se instituem como sociointerativos², pragmáticos e encarnados nas práticas culturais mais amplas e estritas, por meio dos quais as atividades linguísticas adquirem significação.

Com base nesse pressuposto, vejamos o que diz Tomasello:

² Quando falo de fatores sociointerativos, refiro-me às interações, por meio das quais, os sujeitos carregam sentidos já construídos relativos aos elementos referenciais em estudo.

O domínio por parte das crianças de um artefato cultural muito especial - a linguagem - opera efeitos transformadores sobre sua cognição. A linguagem não cria novos processos cognitivos do nada, é claro, mas, quando as crianças interagem com outras pessoas intersubjetivamente e adotam suas convenções comunicativas, esse processo social cria uma nova forma de representação cognitiva - uma forma que não encontra contrapartida em outra espécie animal. A novidade é que os símbolos linguísticos são ao mesmo tempo intersubjetivos e perspectivos. A natureza intersubjetiva dos símbolos linguísticos humanos implica que eles são socialmente “compartilhados” de uma maneira que os sinais animais não são, e isso forma a matriz pragmática na qual muitas inferências sobre as intenções comunicativas dos outros podem ser feitas - por que eles escolhem um símbolo e não outro que eles também compartilham com o ouvinte, por exemplo. A natureza perspectiva dos símbolos linguísticos implica que, quando as crianças aprendem a usar palavras e construções linguísticas da maneira dos adultos, acabam percebendo que exatamente o mesmo fenômeno pode ser interpretado de muitos modos diferentes para diferentes propósitos comunicativos, dependendo de muitos fatores no contexto comunicativo. (TOMASELLO, 2003, p. 298)

Acrescente-se, de acordo com o autor em citação, que as representações linguísticas construídas nas diferentes interações não estão presas ao contexto perceptual imediato, não apenas no sentido de que, com essas representações simbólicas, as crianças podem se reportar a coisas e falar delas, mesmo que estas estejam afastadas destas no tempo e no espaço, mas também no sentido de que a mesma entidade, visivelmente e perceptivamente presente, pode ser representada linguisticamente de inúmeras e diferentes maneiras. Ainda para o autor em questão, talvez isso seja paradoxal se consideramos a era dos computadores e das interações virtuais, levando em conta que essas formas radicalmente novas e poderosas de representação cognitiva não dependem de novos recursos de armazenamento ou de faculdades de computação dentro do cérebro humano; dependem, sim, de novas formas de interação social, construídas por novas formas de cognição social, que passam a ocorrer entre indivíduos nas mais diversas culturas humanas.

Diante das postulações de Tomasello (2003), é importante também acrescentar que a natureza referencial da linguagem reside na dinâmica do gerenciamento dos sentidos requeridos pelos diversos contextos, que se apresentam quase sempre complexos e internamente multifacetados, heterogêneos e contraditórios, com ativação, reativação e desativação desses sentidos, levando-se em conta, nesse âmbito, o fato de que as interações são emergenciadas e contingenciadas pelo caráter das situações sociocomunicativas em que estão imersas, mas que também podem escapar a esse caráter, em razão da própria dinâmica que lhes é tributada.

Nos dizeres de Marcuschi (2007), a referenciação constitui uma instância sociodiscursiva e sociointerativa por meio da qual construímos o mundo de nossas vivências. Assim, o ato de referenciar demanda um conglomerado de processos e fatores sociocognitivos, nos quais as diversas experiências adquiridas e elaboradas socialmente são reconstruídas e transmitidas via ações e interações de diferentes naturezas. Logo, ampliando um pouco o que aqui foi parafraseado, o autor afirma ainda que:

[...] a construção referencial deve ser tida como central na aquisição da língua, estendendo-se a todas as ações linguísticas. Considerando que a língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as palavras isoladas também não nos dão sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos. Assim, dizer que todo sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente. (MARCUSCHI, 2007, p. 69-70).

Tendo em vista o posicionamento do autor, proponho que a referenciação, enquanto atividade sociodiscursiva e sociointerativa, pode ser caracterizada como encampando os seguintes aspectos:

- a) multiplicidade e heterogeneidade de processos e/ou procedimentos;
- b) não exaustividade quanto ao número desses processos e/ou procedimentos;
- c) distribuição irregular de formas referenciais na língua;
- d) possibilidade de uma reclassificação das formas supracitadas;
- e) criação de novas teorizações, considerando novos fenômenos referenciais encontrados na língua;
- f) reanálise ou reinterpretção teórica de fenômenos referenciais já descritos na língua;
- g) construção de novos paradigmas teóricos gerais acerca do fenômeno;
- h) observação do fato de que se constitui um fenômeno amplo e eclético, envolvendo estratégias textual-discursivas variadas, conectadas com a ação sociocomunicativa e sociointerativa do produtor de um determinado texto³.

Portanto, considerando os 8 (oito) itens propostos, postulo que a referenciação não é um fenômeno estanque e isomórfico, mas uma atividade *textual-cognitivo-discursiva* que engloba uma variedade de processos e estratégias relativas à produção do sentido, os quais, por sua vez, estão embutidos nas práticas interacionais que permeiam as ações humanas em seus diferentes níveis e instâncias. Logo, são as estruturas de sentido que conduzem ou mobilizam as formas referenciais no concurso da atividade textual, que, sendo múltipla, heterogênea e emergenciada em seus vários contextos, produz uma infinidade de recursos ou estratégias de referência, ancorados tanto na materialidade do texto como em elementos exofóricos participantes do ato enunciativo.

Acrescentando ao que foi dito no parágrafo anterior, proponho, ainda, ser possível que os tipos de atividades referenciais sejam resultado de determinadas operações linguísticas implementadas pelo produtor de um dado texto e do modo como essas operações se concretizam em termos não só puramente textuais, mas também em nível semântico e discursivo, compreendendo-se, nesse âmbito, vários recursos dos quais se vale esse produtor para compor certos textos, como os que interagem as narrativas que são objeto de investigação neste artigo. Narrativas estas que se caracterizam por conter elementos relacionados ao lendário e cuja estrutura de referência reatualiza os sentidos expressos por esses elementos. No entanto, o que se postula propriamente aqui é o fato de as atividades de referenciação se constituírem como diversificadas ou diferenciadas nas práticas textuais, com uso de recursos referenciais específicos para determinados textos, tendo-se também em conta, aí, não só a sua multiplicidade, mas, sobretudo, o caráter heterogêneo que lhes é inerente, o que implica também, nesse contextos, a descrição de um conjunto de processos e/ou estratégias caracterizáveis como integrantes

³ É no âmbito da natureza dessa ação sociocomunicativa e sociointerativa que os processos referenciais tomam forma, de modo a coadunarem-se com o “conjunto” de sentidos pretendidos pelo produtor textual. Ao falar em ação sociocomunicativa, refiro-me às diferentes maneiras pelas quais o(s) produtor(es) textual(ais) acionam os objetivos comunicativos no âmbito da construção das narrativas concernentes aos personagens afiliados ao lendário em estudo, o que concede um estatuto *sui generis* a essas ações comunicativas, no contexto em que circulam e fazem sentido.

da própria natureza de algumas atividades textuais. Essa natureza, por seu turno, está atrelada à realidade social e cultural, compreendendo-se, nesse entorno, que as práticas textuais são construídas e mobilizadas a partir de sua inserção num dado universo sociocultural, ímpar, específico e característico, mas também atravessadas por elementos de outros universos, de outros contextos ou de outras construções simbólicas, o que vai resultar, obviamente, numa espécie de perfil relativo à construção dos textos em circulação numa sociedade, com a presença, nestes, de processos referenciais associados ao próprio caráter de tais produções.

Frente ao exposto, considerando o modo como os processos referenciais atuam na reconstrução da realidade biossocial e cultural, vejamos como Koch (2004) se posiciona em relação ao fenômeno da referenciação:

Defendemos a tese de que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Como dissemos, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual), “publicamente” alimentada pelo próprio discurso (Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1995), sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais. (KOCH, 2004, p. 61)

Conforme expresso pela citação da autora, posso afirmar que a referenciação constitui um conjunto de estratégias por meio das quais o sujeito dá sentido ao mundo biossocial, não só reconstruindo-o por meio de suas interações, mas imprimindo novas significações o que já está significado, desconstruindo, refutando, anulando ou acrescentando sentidos que se façam necessários a essas interações, permeadas sempre pela contradição, pelos paradoxos e mesmo pelos desacordos, inerentes às vivências humanas em suas várias dimensões e estágios.

Segundo Koch (1999, 2002), o sujeito opera escolhas significativas para representar situações, circunstâncias e estado de coisas, com a intenção de concretizar sua proposta de sentido, de modo que a interação verbal possa se realizar a contento. No entanto, indo um pouco além das postulações de Koch, proponho que as escolhas realizadas pelos sujeitos não são propriamente deliberadas, claras e totalmente premeditadas. Nesse sentido, os processos referenciais, devido à opacidade da língua, são complexos e, muitas vezes, não deliberados, o que implica dizer que envolvem construções referenciais dinâmicas, também complexas e nem sempre advindas de uma reflexividade semântico-discursiva transparente, no âmbito das diferentes interações e dos contextos nas quais estas se realizam.

3 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS CATAFÓRICAS

A observação de estratégias de progressão referencial ligadas à construção de referentes nas narrativas em análise levou-me a detectar a presença de cadeias referenciais catafóricas, cuja função básica consiste em introduzir referentes temáticos centrais, os quais estão diretamente atrelados ao tópico que está sendo carregado/preendido pelo produtor do texto.

Por outro lado, a cadeia catafórica se constitui de uma sequência de elementos que irão “desaguar” num referente principal, que se apresenta como nodal para todo o processo narrativo. À medida que tal cadeia avança, novas predicções são feitas acerca de um dado referente, o que pode implicar também recategorizações acerca desse mesmo elemento, até que possa ser introduzido o referente principal e inusitado, que se pode considerar como não previsto e capaz de provocar uma espécie de quebra no processo de referenciação em “andamento” no texto.

A mencionada cadeia catafórica pode se realizar no texto como um todo ou em porções textuais mais longas, de modo a assegurar a continuidade do tópico e, ao mesmo tempo, prender o interesse do leitor, tendo em vista o que vai ser desvelado mais adiante no texto. Do ponto de vista textual-discursivo, constitui um recurso importante para requalificações de um referente e para a inserção de novas informações acerca deste, de seu modo de agir do ponto de vista do narrador, inserindo-se também, aí, novos eventos ou situações que se instituem como cruciais para a construção do enredo da história que está sendo contada.

Assim, no caso das narrativas em estudo, as catáforas ajudam nas formas de construção dos personagens em pauta, afiliadas ao universo lendário, pois englobam estratégias de enredo que favorecem a implementação de recursos essenciais à compreensão de crenças voltadas para esses entes e para alguns modos por meio dos quais são culturalmente construídos e socialmente significados em produções escritas, como as aqui analisadas.

Acrescente-se que, neste trabalho, as catáforas são analisadas tanto em nível micro quanto em macrotextual. No primeiro, porque considero sua composição mais estrita em termos da estrutura das cadeias referenciais, conforme postulado por Koch. Para isso, conferir Koch (2006, p. 85), a saber:

- a) uso de pronomes ou elipses (pronome nulo);
- b) uso de expressões nominais definidas;
- c) uso de expressões nominais indefinidas.

Já no segundo nível (macrotextual), porque levo em conta o processo de progressão contínua do texto ou de porções deste para a inserção ou introdução de um referente temático principal, o que vem ser operacionalizado por meio de uma cadeia referencial.

Vale ressaltar que, considerando a progressão textual em nível de um contínuo, foco mais propriamente no âmbito macrotextual, visto que as cadeias catafóricas operam, no caso aqui analisado, na perspectiva projetiva, de modo a antecipar referentes a serem enunciados dentro do texto como um todo ou em parcelas mais amplas.

Vejam-se os trechos 1 e 2 em exemplo:

1.

Rio Laguna, afluente do rio Tajapuru, Município de Melgaço. Há alguns anos, mais ou menos na década de sessenta, um senhor estava muito preocupado. Ele era pai de dois rapazes, Jorge e Júnior, e os dois eram o motivo de sua preocupação.

Quem vai contar a história é Tereza Carvalho Rodrigues, estudante e natural do Município de Melgaço.

Os filhos haviam arranjado uma *amiga* – ou seria *namorada*? – há algum tempo e daquele momento em diante não queriam saber de nada, nem mesmo de comer. O pior era que o pai de Jorge e Júnior não sabia quem era a *mulher*. Não a conhecia do Rio Laguna e adjacências. Ela só vinha à noite, o que lhe aumentava a preocupação.

O mais estranho era que os dois aceitavam aquela situação com a maior naturalidade, ou seja, era como se os dois namorassem com *ela* e *ela* satisfizesse os dois...

O pai, mais do que desconfiado, começou a espionar. E viu que a *mulher*, quando chegava à noite, levava comida para eles, que a comiam avidamente. Aí descobriu por que não queriam mais comer a comida que a mãe preparava... Também verificou que Jorge e Júnior ficavam muito tempo tomando banho no rio, como se de lá não quisessem sair... e também estranhou a irresistível atração pela água!

Chamou os filhos para uma conversa séria, dizendo que *aquela mulher* não deveria ser *uma mulher comum, uma mulher qualquer*, que ali tinha coisa, que *aquela mulher* os estava encantando e que não deveriam mais comer da comida que *ela* levava, pois eles iam cada vez mais ficar interessados por *ela* e que *ela* ia acabar levando-os, sabe Deus para onde!

Mas Jorge e Júnior não deram atenção às palavras do pai, que aumentou a vigilância, pois sabia que, se os deixasse sozinhos à noite com *ela*, *ela* os levaria...

Então, quando dava uma certa hora, ele chamava os filhos e segurava-os, não os largando de jeito nenhum. A *mulher* ia embora muito aborrecida, mas *continuava* indo toda noite, *só esperando* uma oportunidade de ficar só com os dois...

A vida havia se tomado um inferno para o pai, que se via obrigado àquela vigília forçada todas as noites e todas as horas, pois, durante o dia, era a vontade de se banharem no rio...

Até que resolveu por termo àquela situação e livrar os filhos de uma vez por todas. E falou consigo mesmo:

- E, eu vou matar esta *Bôta*, antes que ela leve meus filhos.

Já não tinha dúvidas: com certeza que se tratava mesmo de uma *Bôta*. [...] (MONTEIRO, 2000b, p. 15-17).

2.

[...] Cismou que *ela* ia levá-los no dia seguinte. E antes que ela se dirigisse para a casa deles, foi esperá-la perto do trapiche.

Realmente *ela* veio. Ele estava escondido atrás de uma touceira de açazeiros. Quando ela se aproximou, ele saiu e, com um revólver, atirou à queima-roupa em cima do *peito da mulher*, que caiu morta na praia.

Jorge e Júnior, ao darem falta do pai em casa, tinham saído atrás dele. E viram tudo. Quando a *mulher* caiu, os dois foram pra cima dela, chorando muito, abraçando e beijando o *cadáver*. Aí o pai falou:

- Meus filhos, não chorem por causa *desta mulher* que *ela* não é gente igual a nós. *Ela é uma Bôta*... [...] (MONTEIRO, 2000b, p. 17).

Como podemos observar no excerto 1, o referente principal, *esta Bôta*, introduzido já no final da sequência narrativa, vem antecipado por uma cadeia catafórica constituída por diversos elementos, cuja função consiste em apontar para o que se institui como o foco central do processo narrativo: o personagem que deve ser desvelado, tendo em conta os propósitos do produtor do texto.

Na cadeia referencial posta em “andamento”, diversos referentes são introduzidos e os objetos-de-discurso assumem categorias diferentes, no entanto, têm a função precípua de construir o que se constitui como essencial para o enredo de uma forma típica de narrativa: aquela em que a entidade o Boto ou Bôta se antropomorfiza em diversos tipos de personagens humanos.

Assim, neste primeiro exemplo, a cadeia referencial catafórica é implementada por meio das seguintes expressões nominais indefinidas e definidas: *uma amiga, namorada, a mulher, aquela mulher, uma mulher comum, uma mulher qualquer*, que realizam, neste caso, três distintos referentes e categorias: *amiga, namorada, mulher*. Logo, no contínuo da progressão textual, a categorização muda, mas essa mudança se presta à introdução de um novo referente, cuja função é quebrar a expectativa do leitor. É válido acrescentar também que os diferentes referentes textuais em questão vão construindo uma imagem específica do objeto-de-discurso *a Bôta*, o qual vai ser introduzido logo depois na cadeia tópica ou referencial.

Embora possamos detectar a presença de anáforas no decorrer da progressão temática, como no caso em que a expressão nominal definida *a mulher* remete às formas indefinidas *namorada e uma amiga*, tal estratégia, no conjunto da atividade referencial, constitui um recurso por meio do qual a progressão temática avança, indo descambar no efeito vislumbrado pelo narrador: definir, em nível temático maior, o objeto pretendido pela ação verbal que foi colocada em curso.

Ainda no mesmo excerto, temos a presença de estratégias de progressão como o uso de pronomes e elipses (pronome nulo), que também são utilizados no processo de delineamento do referente temático central.

Assim, no que concerne a este excerto, observamos como a estratégia catafórica ou antecipadora do objeto-de-discurso a ser desvelado mais adiante continua a ser mobilizada pelo produtor/narrador no processo de construção da atividade narrativa:

Então, quando dava uma certa hora, ele chamava os filhos e segurava-os, não os largando de jeito nenhum. *A mulher* ia embora muito aborrecida, mas continuava indo toda noite, só esperando uma oportunidade de ficar só com os dois... (MONTEIRO, 2000b, p. 17).

Como podemos detectar no trecho em exemplificação, os constituintes *a mulher* (expressão referencial) e *continuava indo e esperando* (predicação) constituem elementos que também têm a propriedade de construir, no decurso da progressão temática, o objeto de discurso a ser posto na cadeia referencial, no caso, *esta Bôta*. Logo, a expressão referencial *a mulher*, encapsulando agora informações tais como *continuava indo e esperando uma oportunidade de ficar só com os dois* possui um caráter catafórico de qualificar/construir as informações acerca do referente, de modo a se constituir como um recurso preparador e prévio do referente temático ou principal, que, nesta altura do processo narrativo, ainda não foi introduzido no texto.

O exemplo 2, ainda pertencente à narrativa anterior, apresenta um conjunto de expressões verbais que, vindo encabeçadas pelo pronome *ela*, têm a função de conduzir progressivamente a atividade tópica. No entanto, postulo aqui que o papel dessas expressões, no que diz respeito ao processo de introdução do referente principal, é o de servir concomitantemente de ponte no movimento duplo de retroação e projeção referencial, ou seja, ao mesmo tempo que remetem às expressões nominais que apontam para o referente temático principal, também introduzem informações novas, necessárias à delimitação e construção dos eventos constituintes da elaboração do enredo, os quais,

obviamente, estão atrelados a esse personagem nuclear. Desse modo, enunciados como *ela ia levá-los; antes que ela se dirigisse; ela veio; ela se aproximou*, os quais, sendo introduzidos por um pronome, constituem instrumentos referenciais de condução da ação narradora e que, também servindo como âncora para a predicação acerca do referente temático ou principal, têm o papel de antecipá-lo e/ou anunciá-lo no curso desta mesma ação. Nesse caso, tanto retomam referentes já postos na cadeia textual, quanto proporcionam a inserção de novas informações ou fatos. Acrescento ainda que, em se tratando de sua função antecipadora, tais elementos auxiliam na elaboração de predicções que concorrem para a construção do personagem central: a Bôta.

Veja-se o trecho 3 em exemplo:

3.

“- Foi mais ou menos em 1965. Meu pai era agricultor, plantava malva, juta, melancia, jerimum, mandioca, macaxera, estas coisas. Além disto, ele gostava de caçar e de pescar nas horas em que não estava envolvido com a agricultura. Caçava muitas vezes de noite, passando horas e horas, e uma vez foi até atacado por uma onça. Também nas pescarias ouvia muitas histórias de *Cobra Grande*, mas não dava bola... Era muito corajoso!

Mas... aconteceu numa noite e toda a coragem de meu pai foi colocada à prova. Era o ano de 1965, época da cheia, setembro/outubro. Ele saiu para uma pescaria no Rio Amazonas, lá defronte de Barreira do Tapará. No que estava pescando, viu aquela *coisa enorme, monstruosa, se mexendo* no rio. Era a *Cobra Grande*, com seus enormes olhos como se fossem tochas de fogo.” [...] (MONTEIRO, 2002, p. 15-16).

Quanto ao exemplo 3, retirado de uma narrativa de *Cobra Grande*, temos a presença de duas expressões catafóricas: *aquela coisa enorme* e *monstruosa*, constituindo processos relativos à predicação do referente a ser posto na cadeia textual. Estas, junto com a expressão verbal *se mexendo no rio* constituem procedimentos catafóricos. Assim, na cadeia referencial, a forma nominal *aquela coisa enorme* vem recategorizada pela expressão *monstruosa*. Entre essas expressões (*aquela coisa enorme* e *monstruosa*) há uma espécie de gradação. A inserção da construção *se mexendo no rio*, vai, finalmente, definindo melhor o objeto de discurso *a Cobra Grande*, primordial dentro da história que está sendo contada.

Veja-se o trecho 4 em exemplo:

4.

[...] Quando chegaram no local, sobre um galho de uma árvore próxima às duas cuias pitinga em cima da sandália emborcada, estava *uma mulher* que dali não conseguia se mexer, como se estivesse amarrada no galho. O pajé disse para João Piraqueira:

- Esta é a Matinta Perera que estava perturbando vocês...!

Quando João Piraqueira ergueu a vista para o galho da árvore, quase desmaiou. Quem estava lá em cima era *a sua própria mãe, a Tia Podó*... [...] (MONTEIRO, 2007, p. 18).

Já no exemplo 4, relativo a uma narrativa de Matintaperera, temos uma sequência catafórica que inicia pela forma nominal *uma mulher*, passa por várias catáforas (*não conseguia se mexer, como se estivesse amarrada no galho; a Matinta Perera; a sua própria mãe*) e chega até a expressão *a Tia Podó*, a qual constitui o referente final a ser desvelado no processo narrativo.

Logo, no percurso catafórico, observo a presença de vários referentes que aí são introduzidos e que contribuem para a sequenciação dos eventos colocados em curso no texto. Esses referentes pertencem a várias categorias: *mulher*, *Matintaperera*, *mãe* e *tia*, que, de forma direta ou indireta, estão associados ao personagem central veiculado pela atividade tópica, que é a própria Matintaperera. No cotexto, esse personagem tem a característica de se manifestar de diferentes maneiras, evidenciando também que, no contexto cultural ao qual está atrelado o texto, assume diversas categorizações, com significados ligados às práticas sociais aí existentes.

Veja-se o trecho 5 em exemplo:

5.

[...] Numa tarde, estávamos todos nós para um lado do roçado, e Ulisses, sozinho, estava trabalhando noutro local, um pouco distante. Eram cerca de seis horas da tarde quando ouvimos *gritos de socorro*. *A voz não enganava: era de Ulisses*. Corremos na direção dos gritos e ali encontramos *Ulisses apavorado*, sem conseguir sair de onde se encontrava. Mal conseguia falar. Quando pôde dizer alguma coisa, contou que estava trabalhando, quando sentiu como que *uma presença* perto de si. Ao olhar em torno, deu com aquele *caboclinho* bem perto. Espantou-se. Mais ainda porque não *ouvira nenhum sinal de sua aproximação*. Entretanto o *caboclinho* estava ali, a olhá-lo atentamente. *Todo nu, o corpo moreno* parecia feito de lascas de madeira marrom, como se fosse uma proteção...

Neste momento, Ulisses quis se mexer e não conseguiu. Sentiu-se estontear e pareceu ter perdido a noção do lugar, como se não soubesse onde estava... Foi quando começou a gritar. Ele não viu que direção tomou o *caboclinho*, só que quando chegamos não encontramos *ninguém ali*... Às 6 horas da tarde, no mato, fica tudo escuro como se fosse noite. Mas Ulisses afirmou que havia se encontrado com o *Curupira*. [...] (MONTEIRO, 2000a, p. 21).

Por fim, no exemplo 5, observo uma cadeia catafórica relacionada ao Curupira, expressa por meio de nove expressões nominais, as quais apontam para esse referente temático central. Nessa cadeia referencial mais longa, a construção da atividade referenciadora ocorre por meio de estruturas nominais diversificadas, algumas mais breves e simples, outras mais extensas e complexas, contendo valores semânticos também diferenciados no que concerne à construção de referência. Assim, a expressão nominal indefinida *uma presença* tem sua definição na expressão *aquele caboclinho* que, por sua vez, é retomada pela forma nominal complexa *nenhum sinal de sua aproximação*, a qual passa a ser, logo depois, referenciada pela forma *o caboclinho*, reconstruída posteriormente pelas expressões nominais *todo nu* e *o corpo moreno*. Finalmente, o referente central “Curupira” é introduzido.

Como se vê, a cadeia catafórica constitui-se de um contínuo referencial-progressivo longo, cuja função é propiciar a colocação de um elemento não previsto, mas que já é, de diversas maneiras, antecipado por catáforas que o indiciam na estrutura referencial.

Com base no exposto, postulo que as estratégias catafóricas têm, no caso das narrativas em estudo, a propriedade de manifestar diferentes tipos de referentes e categorias que concorrem para a inserção de um personagem nodal ou temático principal dentro do texto, o qual, por seu turno, se coaduna com os objetivos perpetrados por uma determinada ação verbal.

Nas narrativas em análise, as cataforas em sequência atuam no sentido de *pré-figurar* ou *pré-construir*⁴ o referente temático em jogo na atividade discursiva, não tal e qual se constitui em termos de referente, ou seja, na sua recursividade sociocognitiva e cultural, mas enquanto elementos que o indiciam, realizando-se estes por meio de diversos outros referentes, categorias e formas textuais.

Portanto, os processos catafóricos em questão são tributários de estratégias discursivas que operam na perspectiva de desfocalização de um referente pretendido previamente dentro da atividade enunciativa, realizando-se nos mais variados objetos-de-discurso, que passam a se manifestar, na superfície do texto, por meio de um conglomerado de formas referenciadoras, as quais são passíveis de inferências, e cujo funcionamento conduz ao estabelecimento de um elemento que se constitui como essencial para construção da atividade interacional.

Em vista da análise realizada, proponho que as estratégias de cataforização atuam como instrumentos introdutórios do processo de construção de referentes a serem postos na cadeia textual, que, em se tratando das histórias sob análise, constituem recursos importantes para estruturação do processo narrativo, já que atuam como espécies de elementos plóticos ou de suspense no processo de desvelamento de um dado referente, mais precisamente, aqui, no que diz respeito aos elementos afiliados ao lendário inseridos nos textos estudados.

A tabela 1, a seguir, apresenta as ocorrências de Elementos Catafóricos ligados a referentes temáticos:

Tabela 1 – Estratégias catafóricas que apontam para referentes temáticos a serem postos na cadeia textual

Narrativas referentes aos personagens lendários	Boto	Cobra	Matintaperera	Curupira	Total
Número de Narrativas	4	5	5	3	17
Ocorrências de elementos catafóricos	78	68	60	30	236
Percentual (%)	33,06	28,81	25,42	12,71	100

Fonte: Revista Visagens, Assombrações e Encantamentos da Amazônia.

Os dados expressos na tabela apresentam uma totalidade de 236 ocorrências de formas catafóricas, que resulta numa média de 13,88 dessas formas por narrativa. Em termos de percentual, a maior ocorrência se deu nas narrativas de Boto, com 33,06%, figurando, em seguida, as de Cobra, com 28,81%. Em terceiro lugar as de Matinta, que somam 25,42% e, por fim, as de Curupira, que alcançaram 12,71%.

Desse modo, o somatório de ocorrências de Elementos Catafóricos associados a referentes temáticos mostrou-se bastante elevado, mais diretamente no que diz respeito aos processos de constituição de recursos referenciais nas histórias em investigação.

⁴ O sentido proposto pelas expressões *pré-figurar* e *pré-construir* indicam, nesse âmbito, que um dado referente temático pode ser antecipado inicialmente por determinadas expressões, as quais têm a função de colocar em ação o processo de construção prévia desse referente dentro da cadeia referencial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Boto tiveram um percentual maior de estratégias catafóricas, com 33,06% em total de narrativas analisadas, trazendo evidências de que essas narrativas estão propensas à realização desse tipo de estratégia. É possível também que esse fenômeno se dê em razão de fatores sociocognitivos e sociodiscursivos⁵, compreendendo ainda, nesse caso, o fato de o autor dessas narrativas ter se apropriado das estratégias em questão por meio do contato com determinados gêneros textuais, nos quais elas são utilizadas com certa frequência. Quanto à média por narrativa, considerando as 17 (dezesete) estudadas, temos 13,88 de ocorrências, o que constitui um resultado importante no que concerne à incidência dessa expressão referencial.

Conforme os dados apresentaram, as narrativas de Boto foram as que tiveram o maior índice percentual de estratégias catafóricas, o que pode se dar em razão de que contêm, em sua construção sociodiscursiva, poucas formas de metamorfose e, em vista disso, apresentam certa estabilidade no que diz respeito a essa mesma construção, daí o autor utilizar-se de maneira intensa de recursos catafóricos ou antecipatórios, os quais passam a funcionar como instrumentos discursivos por meio dos quais o(a) Boto(a) é apresentado(a) como um personagem novo/inusitado na atividade narrativa, e não como um personagem já conhecido ou comum. Por outro lado, por se tratar de um personagem bastante estabilizado e reificado, o escritor cria estratégias inovadoras no seu processo de caracterização/construção, criando formas prévias de suspense do referente a ser posto na cadeia textual, de um referente que, não sendo novo, passa também a se instituir como novo, pelo menos se consideramos o modo como ele reconstrói/reconstitui o personagem em questão no curso da progressão referencial e da atividade tópica.

Pelo lado oposto, no caso da Cobra, que também teve percentual bastante alto de estratégias catafóricas, é possível afirmar que estas ocorram mesmo em razão das diversas formas de metamorfose de que essa entidade é detentora, daí serem os processos catafóricos resultado dos vários modos de transformação por que passa esse personagem no contexto cultural de histórias deste tipo. Já no que se refere ao Curupira, o percentual de catáforas foi o mais baixo, o que pode estar ligado ao fato de que tal personagem também não possui alternativas de metamorfose, apresentando-se como mais ou menos estável no universo sociocultural de sua construção e circulação, especificamente no que concerne às formas de constituição de histórias relativas a esse personagem do lendário.

Enfim, é possível postular que as estratégias em estudo demarquem ou iniciem processos sociocognitivos e culturais envolvidos na construção das histórias sob análise, referendando que os elementos catafóricos integram estratégias textuais típicas do contexto de produção desses relatos, as quais o produtor textual convoca, já que, de maneira direta ou indireta, está imerso no contexto em que são produzidas essas histórias.

⁵ Os fatores sociocognitivos e sociodiscursivos, aqui postulados, encampam diferentes processos de apropriação de significados em circulação no contexto de produção das narrativas sob análise. Os fatores sociocognitivos dizem respeito à circulação de sentidos por meio dos quais as narrativas em estudo são construídas, o que leva o produtor textual a reconstruí-los quando do processo de constituição das narrativas em análise. Os fatores sociodiscursivos referem-se, aqui, à apropriação de elementos discursivos ligados aos contextos em que as narrativas em estudo circulam.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. *Construction de la référence et stratégies de désignation*. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Eds.). TRANEL n. 23. Du syntagme nominal aux objets-de-discours. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, déc. 1995. p. 227-271.
- KOCH, I. G. V. *Referenciação: construção discursiva*. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para titular em Análise do Discurso do IEL/Unicamp, dez. 1999.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MONTEIRO, W. Encontro com o curupira. In: *Visagens e assombrações e encantamentos da Amazônia*. 3. ed., n. 2, Ano I. Belém: Smith – Produções Gráficas, 2000a. p. 21.
- _____. Uma namorada e dois irmãos. In: _____. *Visagens e assombrações e encantamentos da Amazônia*. 2. ed., n. 5, Ano II. Belém: Smith – Produções Gráficas, 2000b. p. 15-17.
- _____. A cobra grande de Barreira do Tapará. In: *Visagens e assombrações e encantamentos da Amazônia*. 2. ed., n. 7, Ano III. Belém: Smith – Produções Gráficas. 2002. p.15-16.
- _____. A tia Podó. In: *Visagens e assombrações e encantamentos da Amazônia*. 2. ed. n. 8, Ano IV. Belém: Smith – Produções Gráficas. 2007. p. 15-18.
- MOURA, H. L. M. *Atividades de referenciação em narrativas afiliadas ao universo do lendário da Amazônia: implicações sociocognitivas e culturais*. 2013. 338 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- TOMASELLO, M. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Recebido em: 25/05/17. Aprovado em: 30/12/17.

Title: *Cataphoric strategies in Amazonian narratives: implications for the construction of the topical and textual chain*

Author: *Heliud Luis Maia Moura*

Abstract: *This article aims to analyze cataphoretic strategies mobilized in narratives affiliated to the universe of the legendary Amazon, observing, according to the theories about the reference, the way in which these strategies anticipate and project referring to being put in the textual chain. It takes, as theoretical reference, postulations by Tomasello (2003), Marcuschi (2007), Koch (1999, 2002, 2004) and Moura (2013). According to the theoretical postulates, it considers the reference a discursive, sociocognitive and sociointeractive activity, by which we reconstruct in language, beings, objects and events of the biosocial universe. Thereunto, reality is constructed by the way we act sociocognitively about this universe (KOCH, 2004). The corpus in analysis consists of 5 (five) excerpts from narratives of Boto, Cobra, Matintaperera and Curupira. The analysis reaffirms the premise the cataphoric strategies are tributary to sociocognitive and cultural processes in circulation in the context in which the narratives previously mentioned circulate and are produced.*

Keywords: *Textual Linguistics. Reference. Amazonian Narrative. Cataphoric strategy.*

Título: *Estrategias catafóricas en narrativas amazónicas: implicaciones para construcción de la cadena tópica y textual*

Autor: *Heliud Luis Maia Moura*

Resumen: *Este artículo objetiva analizar estrategias catafóricas movilizadas en narrativas afiliadas al universo del legendario de la Amazonia, observando, de acuerdo con las teorías acerca de la referencia, la forma como esas estrategias anticipan y proyectan referentes a ser puestos en la cadena textual. El referencial teórico es compuesto de postulaciones de Tomasello (2003), Marcuschi (2007), Koch (1999, 2002, 2004) y Moura (2013). Conforme a las postulaciones teóricas, considera la referencia una actividad discursiva, socio-cognitiva y socio-interactiva, por la cual reconstruimos, en lenguaje, seres, objetos y eventos*

del universo bio-social. Así, la realidad es construida por la manera en que actuamos socio-cognitivamente sobre ese universo (KOCH, 2004). El corpus en análisis es compuesto por 5 (cinco) extractos de narrativas de Boto, Cobra, Matintaperera y Curupira. El análisis hecho reafirma la premisa de que las estrategias catafóricas son tributarias de procesos socio-cognitivos y culturales en circulación en el contexto en que las narrativas mencionadas circulan y son producidas.

Palabras clave: *Lingüística textual. Referenciación. Narrativa amazónica. Estrategia catafórica.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180202-7917>

POR UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DA METAFORICIDADE NO DISCURSO

Dalby Dienstbach*

Fundação Getúlio Vargas

Diretoria de Análise de Políticas Públicas

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: *Inserido no campo dos estudos da metáfora no discurso (DEIGNAN, 2005; STEEN, 2007; MÜLLER, 2008), este trabalho introduz um instrumento sistemático e consistente para a avaliação da metaforicidade da linguagem metafórica identificada no discurso. Definindo metaforicidade como a possibilidade de reconhecimento de uma expressão metafórica como tal, esse instrumento assume, de um lado, a noção de recurso de ativação (MÜLLER, 2008) como um dispositivo crucial na determinação dessa propriedade e, de outro, a noção de gênero como sua principal base de análise (DIENSTBACH, 2017). Este trabalho apresenta parâmetros que compõem esse instrumento, acompanhados, a título de exemplificação, de excertos de textos autênticos identificados com diferentes gêneros. Por fim, discute algumas questões em aberto relativas à elaboração desse método e os tipos de análise que poderiam fazer algum uso dele.*

Palavras-chave: *Discurso. Metaforicidade. Gênero. Análise.*

1 INTRODUÇÃO

A proposta inaugural de uma abordagem conceptual da metáfora (originalmente, LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]) representa uma revolução no campo dos estudos, sobretudo, linguísticos desse fenômeno. Vista tradicionalmente como uma figura de linguagem (VEREZA, 2007a), a metáfora, a partir dessa nova perspectiva (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]; LAKOFF, 1993), passa a ser entendida, essencialmente, como um fenômeno do pensamento. E isso tem implicações sérias sobre aquilo que sabemos a respeito da natureza e do funcionamento da linguagem metafórica – inclusive, sobre o que podemos considerar (ou não) como sendo uma metáfora. Por exemplo, um esforço nosso para identificarmos, enquanto especialistas, metáforas no discurso pode se tornar, muitas vezes, uma tarefa pouco tranquila (PRAGGLEJAZ, 2009 [2007]). A principal dificuldade, nesse caso, “é que a intuição dos pesquisadores é frequentemente divergente quanto ao que, de fato, constitui uma palavra ou expressão metafórica” (PRAGGLEJAZ, 2009 [2007], p. 78).

Na tentativa de mitigar essa dificuldade – fruto da subjetividade que atravessa a percepção particular e, em grande parte, intuitiva do analista (ou analistas) –, diversas ferramentas de análise voltadas à identificação de metáforas (no discurso) já foram propostas. Podemos destacar, dentre outras, o método de “identificação de metáforas por veículo” [*metaphor identification through vehicle terms*] (METNET, 2006); o *software*

* Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador na Diretoria de Análise de Políticas Públicas, da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: dalbydienstbach@gmail.com

“identificador de candidatos a metáfora”¹ [*metaphor candidate identifier*] (BERBER SARDINHA, 2011, p. 352); o “procedimento de identificação de metáforas” (ou PIM) (PRAGGLEJAZ, 2009 [2007], p. 79) e a sua versão aprimorada, o “MIPVU”² (STEEN et al., 2010, p. 25). Embora possam ser realmente eficientes nos seus respectivos propósitos, essas ferramentas resolvem a questão da identificação de metáforas exclusivamente para o especialista, deixando de fora algo que diz respeito ao processamento espontâneo desse fenômeno – ou seja, algo relativo ao reconhecimento da linguagem metafórica por parte de um falante comum. Afinal de contas, falantes comuns, por via de regra, não enxergam (ou, ainda, não conseguem identificar) metáforas da mesma forma que especialistas somos treinados para fazê-lo (por exemplo, STEEN, 1994; PRAGGLEJAZ, 2009 [2007]; KÖVECSES, 2010).

Uma maneira insuspeita de verificar o reconhecimento espontâneo de metáforas, por parte de um falante comum, seria questionando formalmente esse mesmo falante a respeito desse reconhecimento – por meio, por exemplo, de sondagens específicas ou testes experimentais (STEEN, 2004; GIBBS, 2006; MÜLLER, 2008). Em investigações dessa natureza, em geral, observa-se o comportamento ou juízos linguísticos de determinados sujeitos ou grupos de sujeitos, abordados (e, às vezes, monitorados) sob condições relativamente controladas, através de tarefas dirigidas e/ou com o balizamento de fatores intervenientes. Outra maneira – nesse caso, mais dedutiva – de averiguar o reconhecimento de metáforas envolve análises quantitativas e qualitativas da ocorrência de metáforas no discurso que sejam capazes de demonstrar (indiretamente), através de métodos de linguística de corpus, a *possibilidade* desse reconhecimento (por exemplo, STIBBE, 1995; KYRATZIS, 2003; MÜLLER, 2008; DUNN, 2011). O instrumento de análise de metaforicidade que este trabalho propõe faz parte do segundo tipo.

Especificamente, o objetivo deste trabalho é apresentar um instrumento de avaliação da possibilidade de reconhecimento – isto é, da *metaforicidade* – da eventual linguagem metafórica identificada no discurso. Para tanto, ele oferece, antes de tudo, uma breve explicação para o conceito de metaforicidade, que assume, de um lado, a noção de recurso de ativação (MÜLLER, 2008) como fator determinante dessa propriedade e, de outro, a noção de gênero (PALTRIDGE, 1997; STEEN, 2011) como a sua principal base de análise (DIENSTBACH, 2017). A partir disso, são apresentados os parâmetros que compõem o instrumento proposto aqui, acompanhados de exemplos recolhidos de textos identificados com gêneros diferentes. Ao final, são discutidas algumas questões inconclusas relacionadas à elaboração e à aplicação desse instrumento, bem como tipos de análise e tarefas que podem tirar algum proveito dele.

2 METAFORICIDADE NO USO

Uma explicação, em princípio, descomplicada de metaforicidade é a que a define como “o fato ou qualidade de [algo] ser metafórico”³ (OXFORD DICTIONARIES, 2016). Essa definição soa muito procedente quando a comparamos com o sentido de outras palavras morfologicamente semelhantes, tais como “utilidade” (a qualidade de ser

¹ Disponível em: <http://www2.lael.pucsp.br/corpora/metaphor_tagger/>. Acesso em: 30 nov. 2016.

² Essa é a acrografia do termo original, em língua inglesa, “*metaphor identification procedure Vrije Universiteit*” (STEEN et al., 2010, p. ix)

³ [(Metaphoricity) the fact or quality of being metaphorical.]

útil), “dificuldade” (a qualidade de ser difícil), “humildade” (a qualidade de ser humilde) etc. No entanto, da forma como está enunciada, essa explicação não parece poder dar conta de quaisquer aspectos relacionados ao reconhecimento da linguagem metafórica, simplesmente, porque não leva em consideração para quem esse algo é metafórico – se, por exemplo, para o falante comum ou para o analista de metáforas – apesar de o dicionário, em algum outro lugar, certamente oferecer uma definição do que seria uma metáfora. De fato, quando se assume uma visão de metáfora baseada em ambas as suas dimensões conceptual e, mais recentemente, discursiva – como é o caso das abordagens contemporâneas desse fenômeno (por exemplo, DEIGNAN, 2005; STEEN, 2007; SEMINO, 2008; VEREZA, 2010a) –, as explicações para a sua natureza e para o seu funcionamento precisam atender para todos os aspectos (cognitivos, individuais, sociais etc.) relativos ao seu processamento real, e não somente relativos à linguagem metafórica *per se*.

Por essa razão, este trabalho opta por se alinhar a uma visão mais discursiva de metaforicidade, que a define como uma propriedade que, além de estar, em grande medida, ancorada na dimensão conceptual das metáforas, é essencialmente dependente do contexto em que se faz uso delas (principalmente GOATLY, 1997; MÜLLER, 2008). Em um sentido mais estrito, essa definição argumenta que “a metaforicidade de uma metáfora que se fala ou se escreve depende não somente de processos cognitivos; [...] ela está inserida, também, no curso da fala, da escrita e da consciência”⁴ (MÜLLER, 2008, p. 36). A possibilidade de reconhecimento da linguagem metafórica como tal constitui, portanto, uma propriedade dinâmica, variável e gradual (DIENSTBACH, 2017), uma vez que o espectro de particularidades que podem marcar os diversos contextos em que ela pode ocorrer é sempre dinâmico, variável e gradual. A título de exemplificação, analisemos uma declaração pessoal (GARAMBONE, 2013⁵), reproduzida em (1).

(1) Já está na hora de criarmos a escola Cuca de futebol. Atlético MG voando em campo, literalmente. Leve, rápido e cheio de alternativas.

Atlético MG é um clube brasileiro de futebol, e a opinião de que ele (ou, metonimicamente, os seus jogadores) estaria voando em campo significa, nas palavras do próprio autor (GARAMBONE, 2013), que, na partida em questão, o time estaria “*leve, rápido e cheio de alternativas*” (grifo nosso). O uso de “voando”, nesse caso, representa uma forma bastante convencionalizada de se atualizar a metáfora conceptual TEMPO É [UM] ESPAÇO sobre o qual pessoas e objetos se movem (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]). Porque os jogadores daquele clube faziam jogadas rápidas, por exemplo, pode se dizer que eles estariam (metaforicamente) voando em campo. Além disso, sabendo que esse uso (metafórico) é altamente convencionalizado (por exemplo, FERREIRA, 2004; HOUAISS et al., 2009), alguém poderia argumentar que ele dificilmente seria reconhecido como metafórico (ou, ainda, que ela já teria deixado de ser, de fato, uma metáfora (BLACK, 1993 [1979])).

⁴ [Not only does the metaphoricality of a spoken or written metaphor depend on the cognitive process [...], but this activity is also embedded in the flow of speech, writing, and in the flow of consciousness.]

⁵ Essa é uma declaração pessoal do jornalista Sidney Garambone, feita em 9 de maio de 2013, na rede social *Twitter*, na Internet. Disponível em: <<https://twitter.com/Garamba/status/332585031346302976>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Entretanto, quando observamos todo o contexto (sintático) que contorna a expressão “*voando em campo*” na declaração de Garambone (2013), em (1), a sua metaforicidade não pode ser definida de modo tão imediato. A ocorrência (supostamente equivocada⁶) do advérbio “literalmente”, ao longo da sentença, parece trazer à luz da nossa percepção a condição da expressão “*voando em campo*” como sendo uma metáfora, pois evidencia a sua incongruência semântica. Afinal de contas, jogadores de futebol, assim como quaisquer pessoas, não são capazes de voar (literalmente).

Outro exemplo de como determinados elementos – nesse caso, não verbais – podem afetar a possibilidade de reconhecimento de uma expressão metafórica (como tal) pode ser observado na capa de uma edição da revista *Época* (09/05/2015), reproduzida na Figura 1.

Figura 1 – Capa da edição 0883 de *Época* (09/05/2015)



Fonte: Acervo digital de capas da revista *Época*

A expressão “*encarar o bicho*”, na manchete dessa capa de *Época* (09/05/2015), pode ser interpretada como uma atualização do nosso entendimento (metafórico) de um PROBLEMA ou uma DIFICULDADE como sendo uma PESSOA. Segundo essa metáfora, a nossa tentativa de resolver esse problema – que, na manchete da Figura 1, se

⁶ Em muitos casos, de fato, a palavra “literalmente” tem o seu sentido estendido para expressar intensidade, sendo que esses usos contrariam o sentido básico de “literal” como “ao pé da letra” (VEREZA, 2007a) – como, por exemplo, nas sentenças “Estou *literalmente* morrendo de fome” e “A casa está *literalmente* de pernas para o ar”.

refere à proliferação de um mosquito vetor de doenças – é conceptualizada em termos de se abordar uma pessoa de frente e, de fato, olhá-la nos olhos. Na verdade, esse uso metafórico do verbo “encarar” está muito convencionalizado em língua portuguesa (por exemplo, FERREIRA, 2004; HOUAISS et al., 2009) e, em princípio, não deveria despertar qualquer desconfiança sobre a suposta “literalidade” do seu sentido. Contudo, nesse contexto em particular, esse sentido talvez não possa ser processado de maneira tão óbvia, a ponto de não poder ser reconhecido como metafórico. A imagem da cabeça e dos olhos de um mosquito, com proporções muito maiores do que as reais – que, na verdade, seria uma referência metonímica à doença da qual é vetor –, põe em franca evidência a noção de OLHAR NOS OLHOS pertinente ao domínio-fonte da sua metáfora. Dessa forma, a metaforicidade de “encarar o bicho”, na capa da Figura 1, parece estar sendo levada para outra direção, que não a sua mais comum.

Como podemos perceber, existem elementos discursivos (verbais e não verbais, textuais e cotextuais) capazes de interferir, de maneira muito positiva, na possibilidade de reconhecimento da eventual linguagem metafórica presente em certos tipos de discurso. A esses elementos – tais como o advérbio “literalmente”, em (1), e a imagem de um mosquito, na Figura 1 –, Müller (2008) dá o nome de “recursos de ativação de metaforicidade” [*activation devices of metaphoricality*] (p. 198). Por recursos de ativação, nesse caso, são entendidas as estratégias (de diversas naturezas) que, ao trazerem à luz da nossa percepção os domínios conceptuais que compõem o seu mapeamento, acabam desautomatizando⁷ o processamento da expressão metafórica. É através desses recursos, aliás, que é possível avaliarmos (indiretamente) a metaforicidade da linguagem metafórica presente em um texto. Um comentário importante que Müller (2008, p. 202, grifo no original) faz, a esse respeito, é o de que

quanto mais “material” for usado para indicar a sua metaforicidade, mais saliente uma metáfora será para o seu ouvinte ou leitor, e, portanto, mais ativa ela será para o seu falante ou autor. Expressões metafóricas que implicam elaborações, especificações e componentes multimodais são mais salientes – e, portanto, devem ser mais ativas para quem as produz – do que expressões sem esse alcance semântico.⁸

De acordo com Müller (2008), então, um meio de cumprirmos a avaliação da metaforicidade da linguagem metafórica (em um texto qualquer) seria pelo levantamento – em princípio, quantitativo – de elementos textuais e cotextuais (quer sejam verbais, quer gestuais ou pictóricos etc.) que se prestassem a sua ativação (naquele contexto). Até onde podemos presumir, portanto, os parâmetros para esse tipo de análise estariam alicerçados, em grande medida, em julgamentos estimativo-dedutivos sobre tais elementos. Apesar disso, não é absurdo tentarmos prescrever (e descrever) um elenco de estratégias, formalmente observáveis, capazes de interferir, de forma relativamente sistemática, na possibilidade de reconhecimento das expressões metafóricas que identificamos em um texto. Este trabalho representa uma iniciativa nesse sentido.

⁷ Segundo Kyratzis (apud MÜLLER, 2008), a “desautomatização” [*deautomatization*] (p. 190) de uma metáfora se refere à possibilidade de certas escolhas – verbais ou não verbais –, em determinados contextos, poderem alterar o processamento, em princípio, inconsciente de uma expressão metafórica.

⁸ [The more “material” is used to express metaphoricality, the more salient this metaphor is for a listener or reader – and hence the more active it is for a speaker/writer. Verbal metaphors that inspire elaborations, specifications, and/or multimodal expressions are more salient – and hence must have been highly activated in the producer – than metaphors without such a semantic uptake.]

3 UM INSTRUMENTO PARA A ANÁLISE DA METAFORICIDADE⁹

Antes de procedermos à avaliação da metaforicidade da linguagem metafórica em um dado texto, é necessário, em primeiro lugar, identificarmos as eventuais expressões metafóricas – tal como são entendidas no âmbito da teoria conceptual¹⁰ (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]); LAKOFF, 1993) – presentes nesse texto. Este trabalho não se ocupa pontualmente de um procedimento específico de identificação de metáforas, senão que apenas indica, na sua introdução, alguns métodos já propostos na literatura a esse respeito. Seja como for, tendo sido feita a identificação das expressões metafóricas no texto, devemos seguir, então, à identificação de elementos – verbais e não verbais, textuais e cotextuais – que acompanham essas expressões e podem, de algum modo e em alguma medida, operar como recursos de ativação da sua metaforicidade.

Na verdade, até onde podemos verificar, não existe um modelo único e realmente completo que dê conta, sozinho, da identificação e da análise de recursos de ativação de metaforicidade no discurso. Contudo, com base na leitura crítica de diversos estudos que, em algum momento e com algum interesse, se ocuparam dessa questão (por exemplo, STIBE, 1995; STEEN, 2004; MÜLLER, 2008; KRENNMAYR, 2011), este trabalho propõe um elenco bastante abrangente desses recursos. Sendo assim, cada recurso apresentado aqui é descrito por meio, além de uma explicação simples e de um exemplo real, da referência aos estudos que o inspiraram. E, conforme será sugerido mais adiante, este trabalho recomenda não apenas o levantamento quantitativo desses elementos (MÜLLER, 2008), como, também, a avaliação qualitativa deles.

É importante comentarmos ainda, a respeito desse instrumento de análise de metaforicidade, que ele se ocupa fundamentalmente da natureza e do funcionamento das metáforas na sua dimensão linguística, e não da determinação das respectivas metáforas conceptuais¹¹. Além do mais, ele não serve para explicar de que maneira os falantes de uma dada língua julgam se uma palavra está sendo usada metaforicamente (ou não). Com efeito, os parâmetros que fazem parte desse instrumento se pretendem como um meio simples e objetivo de análise em corpora, com vistas a se compararem as propriedades e o comportamento da linguagem metafórica em e entre textos e/ou gêneros (escritos ou orais). Esses parâmetros serão apresentados a partir de agora.

⁹ Sou muito obrigado à Profa. Dra. Solange C. Vereza (Universidade Federal Fluminense) e ao Prof. Dr. Gerard J. Steen (Universiteit van Amsterdam) por suas contribuições inestimáveis na elaboração desse instrumento.

¹⁰ A título de esclarecimento, a teoria conceptual (LAKOFF, 1993) entende expressão metafórica como sendo uma instanciação linguística de uma metáfora conceptual, que consiste, por sua vez, no entendimento de um domínio de experiência mais abstrato (o domínio-alvo; por exemplo, um SENTIMENTO) em termos de um domínio de experiência mais concreto (o domínio-fonte; por exemplo, uma SUBSTÂNCIA dentro do corpo).

¹¹ Um método sistemático para se determinar o(s) mapeamento(s) por trás uma expressão metafórica qualquer é proposto por Steen (2011). Este trabalho não se ocupa rigorosamente dessa tarefa.

3.1 NÃO CONVENCIONALIDADE

Por via de regra, expressões metafóricas não convencionalizadas (ou vivas, cf. RICOEUR, 2000 [1975]) – isto é, não lexicalizadas ou não institucionalizadas¹² – teriam mais chances de serem reconhecidas como tais (em comparação com expressões convencionalizadas) (principalmente, BLACK, 1993 [1979]; HANDL, 2011). Esse é o caso de metáforas inéditas ou muito criativas que normalmente ocorrem em produções literárias e anúncios publicitários. Comparemos, por exemplo, as expressões sublinhadas no último terceto do poema *Oficina irritada* (ANDRADE, 1995, p. 42) e um excerto das normas técnicas brasileiras de apresentação de trabalhos acadêmicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 2-4), em (2) e (3), respectivamente.

(2) Ninguém o [soneto] lembrará: tiro no muro, / cão mijando no caos, enquanto Arcturo, / claro enigma, se deixa surpreender.

(3) Elemento textual: parte em que é exposto o conteúdo do documento. [...] Estrutura: a estrutura de um relatório compreende: parte externa e parte interna.

Ambos esses trechos recorrem a alguma metáfora para conceptualizar um tipo de texto: em (1), um soneto é conceptualizado em termos de um “*tiro no muro*” e um “*cão mijando no caos*”; em (2), um trabalho acadêmico é conceptualizado em termos de um RECIPIENTE, que “*compreende*” uma “*parte externa*” e uma “*parte interna*” e que “*expõe*” o seu “*conteúdo*”. Algo que os diferencia, no entanto, são as expressões que recrutam para atualizarem as suas metáforas. Enquanto que as expressões metafóricas em (2) já estão muito convencionalizadas em língua portuguesa (FERREIRA, 2004; HOUAISS et al., 2009), as expressões metafóricas em (1) têm a sua origem no próprio soneto de Andrade (1995, p. 42), ou seja, podem ser consideradas inéditas. Argumenta-se, portanto, que as expressões sublinhadas do primeiro trecho seriam mais facilmente reconhecidas como metafóricas – ou, ainda, teriam um grau maior de metaforicidade – do que as do segundo.

3.2 REPETIÇÃO

Conforme, sobretudo, Stibbe (1995) e Goatly (1997), a repetição de uma expressão metafórica dentro de um mesmo enunciado aumentaria as chances de ela ser reconhecida como tal. Esse recurso parece ser particularmente eficiente em tipos muito específicos de discurso, que também permitem a ocorrência de expressões metafóricas pouco convencionalizadas, tais como textos publicitários ou com algum caráter pedagógico. Um exemplo do funcionamento dessa estratégia seria a repetição do termo “*aninhamento*” em partes do resumo de um artigo científico pertinente ao campo dos estudos da ecologia (MENEZES; FERNANDEZ, 2013, p. 465), em (4).

¹² Conforme Schmid (2005), lexicalização e institucionalização constituem os dois processos responsáveis pela convencionalização de uma dada expressão linguística. A primeira se refere à fixação dessa expressão em termos dos aspectos estruturais da sua forma; a segunda, em termos dos seus aspectos sociopragmáticos. Pode-se apurar a convencionalidade de uma expressão por meio de uma consulta em dicionários ou corpora gerais da língua.

(4) Aninhamento, o padrão no qual espécies de comunidades mais pobres são subconjuntos de comunidades mais ricas, pode fornecer informações sobre a ordem de extinção de espécies. [...] Nossos resultados forneceram evidência de que a área foi o principal determinante do aninhamento de comunidades de mamíferos. Nós também concluímos que aninhamento não é afetado por esforço amostral.

Segundo explicações dadas no próprio resumo (MENEZES; FERNANDEZ, 2013, p. 465), o que dá sentido ao uso de “aninhamento”, em (4), é o entendimento de um tipo de COMUNIDADE de espécies – isto é, comunidades ricas – em termos de um NINHO. Tais comunidades acolhem outras COMUNIDADES (pobres), entendidas, por sua vez, em termos de um ANIMAL que se abriga nesse ninho. Além de o termo “aninhamento”, nesse contexto, ser supostamente inédito e relativamente situado – a ponto de mobilizar um esclarecimento –, a sua repetição parece, de alguma forma, colocar à luz da nossa percepção elementos do mapeamento que compõe a sua metáfora.

Entretanto, deve se reconhecer que, em muitas circunstâncias, a repetição de uma expressão metafórica pode se tornar um recurso pouco eficiente de ativação da sua metaforicidade. Na verdade, em tipos muito especializados de discurso, essa estratégia parece constituir o resultado orgânico de convenções já fortemente estabelecidas dentro do domínio discursivo a que pertencem. Analisemos, por exemplo, o trecho da bula de um medicamento (ASPIRINA®, 2016), em (5).

(5) Sinais e sintomas podem incluir: [...] aumento da quantidade de ar nos pulmões, desequilíbrio ácido-base pelo aumento da quantidade de ar nos pulmões.

Algo que se argumenta, a esse respeito, é que a repetição de “aumento”, em (5) – que constitui uma atualização da metáfora primária QUANTIDADE É TAMANHO –, não parece ser muito capaz de alterar as chances do seu reconhecimento como metáfora (ou seja, de interferir positivamente na sua metaforicidade). Ao atender às convenções do discurso técnico-científico a que pertence, essa estratégia, na bula (ASPIRINA®, 2016), acaba concorrendo para tornar o sentido desse substantivo estável, a ponto de poder assegurar o seu entendimento sem quaisquer equívocos.

3.3 SATURAÇÃO

Saturação se refere à ocorrência, dentro de um mesmo enunciado, de expressões metafóricas, ainda que diferentes, licenciadas pelo mesmo mapeamento (principalmente STEEN, 2002, 2004; DUNN, 2011). Tal estratégia aumentaria as chances de reconhecimento das expressões metafóricas como tais. Contudo, assim como no caso da repetição, ela é mais eficiente quando acontece em tipos de discurso mais tolerantes à ocorrência de outros recursos de ativação de metaforicidade, tais como a não convencionalidade ou mídias visuais. Um exemplo de saturação pode ser verificado no trecho de um artigo de opinião (GUEDES, 2017), reproduzido em (6).

(6) A erupção vulcânica da *Lava Jato* continua emitindo magma abundante a altíssimas temperaturas. As lavas derramadas pelas delações premiadas descem as encostas partidárias, ameaçando carbonizar biografias por práticas degeneradas da Velha Política.

Todas as expressões sublinhadas no excerto em (6) (GUEDES, 2017) são atualizações de uma mesma metáfora, que conceptualiza uma operação policial, a *Lava Jato*¹³ (NETTO, 2016) – mais especificamente, as suas consequências sobre os seus investigados –, em termos da lava de um *vulcão em erupção*. Há quem defenda (sobretudo, STEEN, 2004; DUNN, 2011) que, porque promovem a saturação dos domínios conceptuais envolvidos na metáfora situada *operação Lava Jato é vulcão*, essas expressões teriam grandes chances de serem reconhecidas como metafóricas.

Na verdade, a saturação parece ser capaz de compor um recurso favorável de metaforicidade somente sob condições muito particulares. Algo que faz com que a saturação possa interferir, de uma forma positiva, na possibilidade de reconhecimento das respectivas expressões metafóricas é, por exemplo, o fato de elas se estruturarem em termos do que Vereza (2007b) chama de “nicho metafórico” (p. 498). Segundo essa autora, nichos metafóricos se dão quando “proposições metafóricas cognitivamente inter-relacionadas se ajustam no todo [de um dado texto]” no sentido de se “criar uma rede argumentativa para construir e reforçar a tese central [desse texto]” (VEREZA, 2007b, p. 498). É o caso das expressões sublinhadas no excerto em (6). Porque ele integra um artigo de opinião (GUEDES, 2017), é muito oportuno que a saturação da metáfora por trás do seu argumento principal forme um nicho metafórico, para poder ser facilmente reconhecida e assimilada pelo seu leitor.

3.4 EXPLICITAÇÃO

Por explicitação, compreende-se a ocorrência, dentro do mesmo enunciado, de palavras ou expressões claramente relacionadas ao domínio-fonte do mapeamento por trás uma expressão metafórica (principalmente STEEN, 2002, 2004). Essa estratégia é bastante frequente em tipos de discurso que supõem algum teor humorístico – tais como anedotas e aforismos – e também pode aumentar as chances de reconhecimento da linguagem metafórica como tal. Analisemos, por exemplo, um adágio popular (autor desconhecido), reproduzido em (7).

(7) Por maior que seja o buraco em que você se encontra, pense que, pelo menos, não há terra em cima.

Uma interpretação possível da sentença em (7) está licenciada pela metáfora conceptual BOM É PARA CIMA (e RUIM É PARA BAIXO) (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 63), visto que o uso da palavra “*buraco*”, aqui, expressa metaforicamente

¹³ O conjunto de investigações da Polícia Federal brasileira conhecido como *Operação Lava Jato* (NETTO, 2016) começou em março de 2014 e visa apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina e envolveu membros administrativos da empresa estatal petrolífera Petrobras, políticos brasileiros – incluindo presidente da República, deputados e senadores federais, governadores de estados –, além de empresários brasileiros.

uma situação difícil ou um problema. Essa metáfora constitui um uso bastante comum em língua portuguesa (FERREIRA, 2004; HOUAISS et al., 2009); logo, poderia se esperar que, talvez, ela não fosse imediatamente reconhecida como tal. No entanto, considerando que o seu contexto sintático, em algum momento, acessa explicitamente o domínio-fonte PARA BAIXO da sua metáfora – através do sintagma “terra em cima” –, o substantivo “buraco” passa a denotar, também, um sentido básico seu, ou seja, o sentido de cova ou de sepultura e, metonimicamente, o de morte. Conclui-se, portanto, que a escolha, em (7), de explicitar aspectos relativos ao domínio-fonte da sua metáfora parece ser realmente capaz de promover o reconhecimento do seu uso de “buraco” como sendo metafórico.

3.5 MARCAÇÃO GRÁFICA

Bergström e Reis (2011) observam que, sobretudo, as aspas duplas podem ser usadas para, dentre outras coisas, destacar palavras empregadas com qualquer conotação ou valor especial (por exemplo, afetivo ou irônico). A partir dessa observação, arrisca-se o postulado de que, a depender do gênero, o uso de marcadores gráficos (tais como aspas, itálico, sublinhado etc.) poderia colateralmente sinalizar a ocorrência de uma eventual expressão metafórica no texto. Isso o é porque tais marcadores aumentariam a possibilidade de reconhecimento de uma condição particular sua – nesse caso, a sua metaforicidade – no respectivo contexto. Esse parece ser o caso, por exemplo, das aspas que figuram no texto de chamada (RODRIGUES, 2016) reproduzido em (8).

(8) O Campeonato Brasileiro foi “invadido” por argentinos. [...] As equipes nacionais contam agora com vinte e três *hermanos* em seus elencos.

O uso de “*invadido*”, nesse trecho (RODRIGUES, 2016), deriva de um entendimento situado dos clubes brasileiros de futebol em termos de um ESPAÇO ou, mais especificamente, de um TERRITÓRIO, que pode ser metaforicamente ocupado à força (por jogadores argentinos) – tal como geralmente acontece em uma guerra. De fato, metáforas que conceptualizam FUTEBOL em termos de GUERRA – bem como as respectivas expressões – são muito comuns em português (por exemplo, ESPÍNDOLA, 2013; FERREIRA, 2015). Podemos esperar, portanto, que o uso dessas expressões seja, em princípio, muito automático. Porém, o emprego das aspas – por quaisquer razões que forem – nos limites da expressão “*invadido*”, em (7), parecem colocar em evidência o fato de ela estar sendo usada com um significado diferente do seu significado (supostamente) mais comum. Ou seja, essas aspas estariam funcionando, aqui, como um recurso de ativação da sua metaforicidade.

3.6 ACOMPANHAMENTO ADVERBIAL

De acordo com Stibbe (1995) e Kyratzis (apud MÜLLER, 2008), expressões metafóricas acompanhadas de determinados advérbios – tais como “realmente”, “verdadeiramente”, “literalmente” etc. – teriam maiores chances de serem reconhecidas

como tais. A declaração de Garambone (2013), em (1), mais acima, é um exemplo claro de como um advérbio pode intervir positivamente no grau de metaforicidade de uma expressão metafórica. Outro exemplo disso é o comentário de um jornalista (KRAME, 2012) a respeito dos participantes de um *reality show* brasileiro, reproduzido em (9).

(9) Os *brothers* estão literalmente segurando na mão de Deus para enfrentar os desafios do jogo.

A expressão “*segurando na mão de Deus*”, em (9) (KRAME, 2012) constitui uma metáfora popularmente recrutada para conceptualizarmos uma fé veemente em Deus para se obter uma graça ou alcançar um objetivo. Ainda que ela não seja tão opaca, a ponto de nunca poder ser reconhecida como metafórica, a ocorrência do advérbio “literalmente”, ao lado dela, descarta qualquer hesitação a respeito da sua incongruência semântica. Ao forçar um sentido literal (impossível) para a expressão em questão, a ocorrência daquele advérbio acaba denunciando a implausibilidade da sua realização (em termos práticos) e, como consequência disso, aumentando a sua metaforicidade.,

3.7 DIRETIVIDADE

A diretividade caracteriza expressões metafóricas que são construídas diretamente (STEEN et al., 2010), através de conjunções de equivalência ou certos verbos de ligação – tais como “como”, “que nem”, “parecer”, “semelhar” etc. Expressões dessa natureza, que são bastante comuns em tipos espontâneos ou supostamente criativos de discurso – como, por exemplo, conversas cotidianas e textos literários –, teriam maiores chances de serem reconhecidas como tal. É isso que acontece, por exemplo, em um verso da canção *Homem é que nem lata* (VALIM, 2011), reproduzido em (10).

(10) Homem é que nem lata: uma chuta, a outra cata.

A comparação (formalmente enunciada) entre “homem” e “lata”, no verso em (10) (VALIM, 2011), se ancora na correspondência entre certas ações que podemos fazer, digamos, com uma lata de refrigerante – ou seja, chutá-la e juntá-la do chão – e as escolhas de uma mulher em uma relação a um companheiro – nesse caso, abandoná-lo ou aceitá-lo. Até onde podemos perceber, a diretividade que marca essa comparação, de fato, elege a símile como sendo um recurso de ativação de metaforicidade. A explicação que Steen et al. (2010) dão para essa escolha é a de que as comparações e analogias decorrentes desse tipo de combinação – tais como “homem é que nem *lata*”, em (10) – também se ancoram em uma projeção metafórica (marcada linguisticamente) entre dois domínios. E, em termos analíticos, as partículas que estabelecem a símile operariam, pois, como sinalizadores dessa projeção. É por isso que, no final das contas, Steen et al. (2010) incluem a símile – ou, nesse caso, a diretividade – como sendo um recurso de metaforicidade.

3.8 IMAGENS E GESTOS

De acordo, por exemplo, com Cienki (2008) e Müller (2008), a ocorrência, dentro do mesmo contexto, de imagens e gestos imediatamente relacionados ao domínio-fonte do mapeamento por trás de uma expressão metafórica aumentaria as chances do seu reconhecimento como tal. Capas de jornal e de revista, anúncios publicitários e conversas cotidianas são alguns tipos de discurso que geralmente dão espaço à ocorrência desse tipo de recurso de ativação de metaforicidade. Um exemplo de como mídias visuais podem intervir na possibilidade de reconhecimento da linguagem metafórica está na capa de uma edição do jornal *Meia Hora* (26/10/2014), reproduzida na Figura 2.

Figura 2 – Capa da edição 3206 do *Meia Hora* (26/10/2014)



Fonte: Acervo digital de capas do jornal *Meia Hora*

O sintagma “*batalha final*”, na manchete principal dessa capa (*Meia Hora*, 26/10/2014), pode ser interpretado como sendo uma atualização bastante convencionalizada da metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 46) ou, mais especificamente, DEBATE POLÍTICO É EMBATE FÍSICO. O que abona essa interpretação é a coocorrência de outras expressões (pouco cerimoniosas) licenciadas pelo mesmo mapeamento: “fofinha × [verus] playboy”, “*pancadaria na campanha*” e “*duelam pelo seu voto*”. Essa manchete conta, ainda, com

as caricaturas dos dois candidatos à presidência do Brasil no segundo turno das eleições de 2014, Aécio Neves (1960–) e Dilma Rousseff (1947–), dentro de um ringue, em posição de luta e usando luvas de boxe. Ou seja, a imagem com que a capa ilustra a sua manchete faz uma alusão franca ao domínio-fonte COMBATE FÍSICO da sua metáfora, aumentando as chances do seu reconhecimento como tal.

3.9 CLASSE GRAMATICAL

Alguns estudos argumentam (por exemplo, STEEN, 2002, 2004) que expressões metafóricas pertinentes a classes gramaticais variáveis (isto é, substantivos, adjetivos, verbos e advérbios) teriam maiores chances de serem reconhecidas como tais do que expressões metafóricas pertinentes a classes gramaticais invariáveis (numerais, preposições, conjunções etc.). A título de ilustração, comparemos as expressões sublinhadas nos excertos da bula do medicamento Neosaldina® (2017), em (11).

(11) Antes de usar, observe o aspecto do medicamento. [...] Em caso de dúvidas sobre este medicamento, procure orientação do farmacêutico.

Ambas as expressões “*antes de usar*” e “*orientação do farmacêutico*”, em (11), constituem atualizações da metáfora primária PROCESSO É TRAJETÓRIA (GRADY, 1997, p. 286) – ou, mais exatamente, TRATAMENTO DE UMA DOENÇA É TRAJETÓRIA. No entanto, por conta do seu grau de gramaticalização¹⁴, poderíamos argumentar que elas não possuem as mesmas chances de serem reconhecidas como sendo metáforas. Apesar de ambas serem muito convencionalizadas em português (FERREIRA, 2004; HOUAISS et al., 2009), o uso metafórico da primeira expressão parece estar mais fortemente gramaticalizada – e, portanto, possuir um grau menor de metaforicidade – do que o da segunda, cujo sentido literal, aliás, continua igualmente frequente (por exemplo, nas fraseologias “orientação espacial”, “orientação solar”, “mapa de orientação” etc.).

3.10 POSIÇÃO

Com base nos resultados de uma tarefa de identificação de metáforas em canções, realizado com falantes de língua inglesa, Steen (2002, 2004) observa que expressões metafóricas que ocorrem no final de um verso teriam maiores chances de serem reconhecidas como tais (em comparação com expressões metafóricas que ocorressem no início ou no meio do verso). E essas chances aumentariam, se essas expressões estivessem em posição pós-verbal. Um exemplo disso são as palavras sublinhadas nos últimos dois tercetos do soneto *Ao parque* (MATTOSO, 2013), reproduzido em (12).

¹⁴ Gramaticalização é processo pelo qual uma palavra, locução ou sintagma perde seu sentido referencial original e adquire um sentido mais gramatical (BROWN; MILLER, 2013).

(12) Trianon, Aclimação, a Cantareira / Transpira uma metrópole traída / Em tudo tem que ser sempre a primeira // Na pura poluição, vive hoje a vida / que um dia viveria a Terra inteira / Não há pioneirismo sem saída...

As expressões “metrópole *traída*” e “vive hoje a *vida*”, no segundo e no quarto versos, são atualizações da personificação da cidade de São Paulo. A expressão “tem que ser sempre a *primeira*”, por sua vez, é uma atualização da metáfora conceptual TEMPO É ESPAÇO (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 231). E a expressão “sem *saída*”, por fim, é licenciada pela metáfora conceptual EVENTO É RECIPIENTE (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 83). Algo que podemos alegar, com base no que afirma Steen (2002; 2004), em função da posição dessas expressões nas estrofes, é que elas teriam um grau de metaforicidade maior do que as suas outras eventuais metáforas. Além do mais, o fato de comporem um texto que imediatamente identificamos como sendo um poema parece ser ainda mais favorável ao seu reconhecimento como metafóricas.

3.11 MARCAÇÃO PROSÓDICA

A partir da análise acústica de corpora de produções orais de falantes de inglês e de francês, Cloiseau (2007) constata que padrões específicos de intensidade e de frequência fundamental¹⁵ de uma expressão metafórica – necessariamente, em um segmento de fala – também poderiam aumentar as chances do seu reconhecimento como tal. Uma maneira de verificarmos o funcionamento desse recurso poderia ser, por exemplo, através da análise acústica da oralização de poemas – tal como acontece com a canção brasileira *Monte Castelo* (RUSSO, 1989), cuja letra inclui estrofes do soneto clássico *Amor é um fogo que arde sem se ver* (CAMÕES, 1953 [1595], p. 135). Em função das limitações práticas que incidem sobre a elaboração e apresentação deste instrumento, não encontramos uma maneira de exemplificar esse recurso.

É preciso reconhecer, em tempo, que os parâmetros que compõem o instrumento proposto aqui – não convencionalidade, repetição, saturação, explicitação, marcação gráfica, acompanhamento adverbial, diretividade, classe gramatical, imagens e gestos, posição e marcação prosódica – não esgotam todos os elementos que podem vir a atuar como recursos de ativação de metaforicidade no discurso. Ainda que tentemos antecipar tantas estratégias (verbais e não verbais) quantas poderiam afetar a possibilidade de reconhecimento da linguagem metafórica como tal, é somente pela abordagem dessa linguagem em discursos reais – ou, ainda, pela sua análise em corpora – que poderemos resolver (e, portanto, contabilizar) quais elementos estariam realmente intervindo na sua metaforicidade. Apesar disso, confiamos que investigações voltadas a essa questão podem recrutar, como um ponto prudente de partida, o elenco de recursos apresentado acima.

A partir disso, a avaliação da metaforicidade no discurso pode ser realizada de, pelo menos, duas maneiras diferentes (e eventualmente complementares). Uma delas supõe comparar a ocorrência de recursos de ativação de metaforicidade entre textos

¹⁵ Dentre os parâmetros prosódicos, intensidade é o correlato físico de pressão acústica (energia vocal) de um segmento de fala; já frequência fundamental é o correlato físico de melodia (tom e entoação) que marca esse segmento (HIRST; DI CRISTO, 1998).

identificados com o mesmo gênero ou com gêneros diferentes. De fato, somente é possível determinarmos se a possibilidade de reconhecimento das metáforas em um dado texto ou gênero é alta ou baixa, por exemplo, por meio da comparação da quantidade e, sobretudo, dos tipos de recursos que as escoltam em cada texto ou gênero. Já a outra maneira implica examinar a ocorrência de recursos de ativação de metaforicidade em um texto em face dos aspectos que prototipicamente caracterizam seu gênero – tais como os seus propósitos comunicativos mais prototípicos, o grau de especialidade das práticas sociais em que se realizam, os conhecimentos específicos e o grau de deliberalidade dos participantes que normalmente os evocam etc. Isso permite descobriremos de que forma esses aspectos podem regular (ou, ainda, permitir, exigir, moderar, impedir etc.) a quantidade e a qualidade desses recursos naquele texto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal finalidade de um instrumento de análise de metaforicidade é auxiliar investigações que, em algum momento, se ocupam da natureza e do funcionamento da metáfora no discurso. Um tipo de investigação que poderia se beneficiar, em grande medida, desse instrumento são justamente as tarefas de identificação de metáforas no discurso (por exemplo, METNET, 2006; BERBER SARDINHA, 2011; PRAGGLEJAZ, 2009 [2007]; STEEN et al., 2010). Steen et al. (2010) defendem, por exemplo, que tarefas dessa natureza devem sempre levar em consideração, além das propriedades linguísticas das metáforas, aspectos relativos ao seu contexto de uso – tais como a suposta deliberalidade ou os conhecimentos específicos que motivariam a sua ocorrência. Nesse caso, uma maneira de darmos conta, de um modo mais ou menos rigoroso, da abundância e da diversidade desses aspectos seria traduzindo-os em termos de recursos de ativação de metaforicidade.

Um instrumento de avaliação de metaforicidade pode ser muito conveniente, ainda, no âmbito de estudos psicolinguísticos para a elaboração de sondagens específicas e testes experimentais de identificação ou de reconhecimento de metáforas. Algo que deve estar claro aqui, por exemplo, é que recursos de ativação de metaforicidade constituem fatores intervenientes na possibilidade do seu reconhecimento e, portanto, poderiam (ou deveriam) ser controlados (ou, talvez, manipulados) nessas circunstâncias. Com efeito, muito do que podemos afirmar a respeito da natureza e do funcionamento da linguagem metafórica no discurso tem a ver com a forma como os falantes fazem uso dela – se de maneira consciente ou não, deliberada ou não etc. E a avaliação antecipada da metaforicidade dessa linguagem se torna um expediente fundamental nesse sentido.

Outro tipo de investigação que pode tirar algum proveito do instrumento proposto aqui é aquele que se debruça especificamente sobre as relações internas (e determinantes) entre a metáfora e os gêneros discursivos (por exemplo, STEEN et al., 2010; BERBER SARDINHA, 2011; SEMINO, 2011). Poderíamos avançar os nossos conhecimentos a respeito da natureza dessas relações à medida que levássemos em consideração o fato de que os elementos (verbais e não verbais, textuais e contextuais) que atuam como recursos de ativação de metaforicidade em uma dada classe de textos muitas vezes constituem, antes de tudo, aspectos fundamentais do seu gênero.

Podemos mencionar, por fim, a importância de um instrumento de análise de metaforicidade para áreas de caráter mais aplicado. Por exemplo, as funções expressiva, ideacional, argumentativa, persuasiva etc. das metáforas têm sido atestadas, por diversos estudos, em várias esferas de atividade humana – como, por exemplo, na literatura (por exemplo, STEEN, 1994; FLUDERNIK; 2000), na educação (por exemplo, CAMERON, 2003; GIL, 2012), na tradução (MANDELBLIT, 1995; SCHMALTZ, 2015), no jornalismo (VEREZA, 2010b; MALTA, 2016) e na publicidade (FORCEVILLE, 2009; BURGERS et al., 2015). Algo que esses estudos alegam, de um modo geral, é que um emprego cuidadoso (e deliberado) de metáforas teria um papel crucial no cumprimento de propósitos comunicativos dos gêneros pertinentes a essas esferas. Este trabalho argumenta, além disso, que a realização desses propósitos dependeria, também, da maneira como o falante acessa essas metáforas – nas suas produção e recepção. Nesse sentido, um conhecimento específico acerca de recursos de ativação da sua metaforicidade (e, sobretudo, de como manipulá-los) concorreria para o reconhecimento da linguagem metafórica presente nos respectivos textos e, conseqüentemente, para a assimilação daquilo a que essa linguagem se propõe.

Seja como for, ainda que o instrumento proposto aqui se preste ao estabelecimento de um domínio específico de análise (e teorização), admite-se que ele representa um ponto muito incipiente dentro do campo dos estudos da metáfora no discurso. Apesar de o termo *metaforicidade* ser muito recorrente em discussões acerca das metáforas desde, pelo menos, o surgimento da abordagem conceptual (originalmente, LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980]), são poucos os trabalhos que têm se empenhado em defini-lo e explicá-lo de maneira realmente rigorosa (por exemplo, BLACK, 1993 [1979]; PAUWELS, 1995; GOATLY, 1997; DUNN, 2011; MÜLLER, 2008, DIENSTBACH, 2017). Além disso, os esforços para caracterizar esse conceito, bem como para compreender o que estaria por trás da propriedade que ele representa, têm frequentemente se mantido distantes entre si e, às vezes, sequer pretendem alguma articulação. Como consequência disso, diversas perguntas a respeito da natureza e do funcionamento das metáforas – inclusive da possibilidade do seu reconhecimento – ainda continuam sem quaisquer respostas.

Até onde pode se perceber, muito terreno ainda precisa ser explorado e esquadrihado, no que se refere à metaforicidade, para que possamos corroborar as apostas teóricas e analíticas que já foram feitas a respeito desse fenômeno. Confia-se que apurações empíricas de grande fôlego – tais como análises da possibilidade de reconhecimento da linguagem metafórica em corpora suficientemente representativos, identificados com diferentes gêneros – seriam capazes de, por exemplo, apontar, com mais segurança, quais dos recursos de ativação de metaforicidade deste instrumento são consistentes de modo geral (e de que maneira); quais resultariam supérfluos para a análise que pretendem realizar (e por que razões); ou, ainda, que outras estratégias (verbais ou não verbais, textuais ou cotextuais) poderiam ser incluídas nesse elenco. Em última análise, isso poderia colocar o domínio particular de estudos da metaforicidade a favor do nosso entendimento a respeito da natureza e do funcionamento das metáforas, em particular, e da linguagem, em geral.

REFERÊNCIAS

- BERBER SARDINHA, T. Metaphor and corpus linguistics. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11, n. 2, p. 329-360, 2011.
- BERGSTRÖM, M.; REIS, N. *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*. 50. ed. Alfragide: Casa das Letras, 2011.
- BLACK, M. More about metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 19-41.
- BROWN, K.; MILLER, J.. *The Cambridge dictionary of linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- BURGERS, C.; KONIJN, E.; STEEN, G.; IEPSMA, M. Making ads less complex, yet more creative and persuasive: the effects of conventional metaphors and irony in print advertising. *International Journal of Advertising*, v. 34, n. 3, p. 515-532, 2015.
- CAMERON, L.. *Metaphor in educational discourse*. Londres: Continuum, 2003
- CAMÕES, L. *Rimas*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953.
- CIENKI, A. Why study metaphor and gesture? In: CIENKI, A.; MÜLLER, C. (Eds.). *Metaphor and gesture*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 2011, p. 5-25.
- CLOISEAU, G. Defining semantic and prosodic tools for the analysis of live metaphor uses in spoken corpora. *Cultura, Lengua y Representación*, v. 5, p. 111-129, 2007.
- DEIGNAN, A. *Metaphor and corpus linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- DIENSTBACH, D. Metaforicidade: um aspecto do gênero. *Fórum Linguístico*, v. 14, n. 1, p. 1767-1778, 2017.
- DUNN, J. Gradient semantic intuitions of metaphoric expressions. *Metaphor and Symbol*, v. 26, n. 1, p. 53-67, 2011.
- ESPÍNDOLA, L. Futebol é guerra: a metáfora conceptual do futebol. *Revista de Letras*, v. 32, n. 1, p. 37-43, 2013.
- FERREIRA, A. *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa*. Versão 5.11a. Curitiba: Positivo, 2004.
- FERREIRA, L. Metáfora e futebol na mídia das gerais. *Pontos de Interrogação*, v. 5, n. 1, p. 79-102, 2015.
- FLUDERNIK, M. (Ed.). *Beyond cognitive metaphor theory: perspectives on literary metaphors*. Nova York: Routledge, 2011.
- FORCEVILLE, C. Non-verbal and multimodal metaphor in a cognitivist framework. In: FORCEVILLE, C.; URIOS APARISI, E. (Eds.). *Multimodal metaphor*. Berlim/Nova York: De Gruyter Mouton, 2009, p. 19-42.
- GIBBS, R. Why cognitive linguists should care more about empirical methods. In: GONZALEZ MARQUEZ, M.; MITTELBERG, I.; COULSON, S.; SPIVEY, M. (Eds.). *Methods in cognitive linguistics*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 2006, p. 2-18.
- GIL, M. *Metáfora no ensino de língua materna: em busca de um novo caminho*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GOATLY, A. *The language of metaphors*. Londres: Routledge, 1997.
- GRADY, J. *Foundations of meaning: primary metaphors and primary scenes*. 1997. 299 f. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade da Califórnia, Berkeley, 1997.
- HANDL, S. *The conventionality of figurative language: a usage-based study*. Tübingen: Narr, 2011.
- HIRST, D.; DI CRISTO, A. A survey of intonation systems. In: _____ (Eds.). *Intonation systems: a survey of twenty languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 1-44.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KÖVECSSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. 2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2010.

- KYRATZIS, S. Laughing metaphorically: metaphor and humour in discourse. In: INTERNATIONAL COGNITIVE LINGUISTICS CONFERENCE, 8., 2003, La Rioja. *Anais... La Rioja*,: Universidad de Logroño, 2003, p. 1-19.
- LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (Ed.). *Metaphor and thought*. 2. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 202-251.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora. Campinas: Mercado de Letras/São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- MALTA, F. *A construção metafórica da mulher nas capas do Meia Hora*. 2016. 234 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- MANDELBLIT, N. The cognitive view of metaphor and its implications for translation theory. In: INTERNATIONAL MAASTRICHT-LÓDZ DUO COLLOQUIUM ON TRANSLATION AND MEANING, 2, 1995, Maastricht. *Anais... Vol. 3*. Maastricht: Hogeschool Maastricht, 1995, p. 483-495.
- METNET. Procedure for metaphor analysis. In: _____. *Metaphor analysis project*. Milton Keynes: The Open University, 2006. Disponível em: <<http://creet.open.ac.uk/projects/metaphor-analysis/procedure.cfm>>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- MÜLLER, C. *Metaphors dead and alive, sleeping and awaking: a dynamic view*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- NETTO, V. *Lava Jato*. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.
- OXFORD DICTIONARIES. *Metaphoricity*. Londres/Nova York: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/metaphoricity>>. Acesso em: 9 jan. 2017.
- PAUWELS, P. Levels of metaphorization: the case of “put”. In: GOOSSENS, L.; PAUWELS, P.; RUDZKA OSTYN, B.; SIMON VANDENBERGEN, A. M.; VANPARYS, J. (Org.). *By word of mouth: metaphor, metonymy and linguistic action in a cognitive perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1995, p. 125-158.
- PRAGGLEJAZ. PIM: Um método para identificar palavras usadas metaforicamente no discurso. Trad. Dalby Dienstbach. *Cadernos de Tradução (UFRGS)*, n. 25, p. 77-120, 2009.
- RICOEUR, P. *A metáfora viva*. Trad. Dion Macedo. Rio de Janeiro: Loyola, 2000.
- RUSSO, R. Monte Castelo. Intérprete: Renato Russo. In: LEGIÃO URBANA. *As quatro estações*. São Paulo: Electric and Musical Industries, 1989. 1 disco sonoro. Faixa 7.
- SCHMALTZ, M. *Resolução de problemas na tradução de metáforas linguísticas do chinês para o português: um estudo empírico-experimental*. 2015. 302 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras e Humanas, Universidade de Macau, Taipa, 2015.
- SCHMID, H.J. *Englische Morphologie und Wortbildung: Eine Einführung*. Berlin: Erich Schmidt, 2005.
- SEMINO, E. *Metaphor in discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. The adaptation of metaphors across genres. *Review of Cognitive Linguistics*, v. 9, n. 1, p. 130-152, 2011.
- STIBBE, A. *Metaphor and alternative conceptions of illness*. 1995. 313 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Artes e Ciências Sociais, Universidade de Lancaster, Lancaster, 1995.
- STEEN, G. *Understanding metaphor in literature: an empirical approach*. Londres/Nova York: Longman, 1994.
- _____. Metaphor in Bob Dylan's “Hurricane”: genre, language, and style. In: SEMINO, E.; CULPEPER, J. (Eds.). *Cognitive stylistics: language and cognition in text analysis*. Amsterdam/ Filadélfia: John Benjamins, 2002. p. 184-209.
- _____. Can discourse properties of metaphor affect metaphor recognition. *Journal of Pragmatics*, v. 36, n. 7, p. 1295-1313, 2004.
- _____. *Finding metaphor in grammar and usage: a methodological analysis of theory and research*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.
- _____. From three dimensions to five steps: the value of deliberate metaphors. *Metaphorik.de*, n. 21, p. 83-110, 2011.
- STEEN, G.; DORST, A.; HERRMANN, J. B.; KAAL, A. M.; KRENNMAYR, T.; PASMA, T. *A method for linguistic metaphor identification: from MIP to MIPVU*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 2010.

- VEREZA, S. *Literalmente falando: sentido literal e metáfora na metalinguagem*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007a.
- _____. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 7, n. 3, p. 487-506, 2007b.
- _____. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras*, n. 41, p. 199-212, 2010a.
- _____. Articulating the conceptual and the discursive dimensions of figurative language in argumentative texts. *D.E.L.T.A.*, v. 26, n. especial, p. 701-718, 2010b.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

- ASPIRINA®: ácido acetilsalicílico. São Paulo: Bayer, 2016. Bula de medicamento. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/index.asp>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2011.
- ANDRADE, C. D. Oficina irritada. In: _____. *Claro enigma*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- BATALHA final. *Meia Hora de Notícias*, Rio de Janeiro, ano 10, n. 3206, capa, 26 out. 2014.
- DENGUE: é hora de encarar o bicho. *Época*, São Paulo, n. 0883, capa, 09 maio 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/06/capas-de-epoca.html>>. Acesso em: 23 maio 2017.
- GUEDES, P. Morte anunciada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 fev. 2017. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2017/02/morte-anunciada.html>>. Acesso em: 19 maio 2017.
- KRAME, R. BBB12: glória a Deus, Senhor! *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 jan. 2012. Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/columnistas/renatokramer/1037576-bbb12-gloria-a-deus-senhor.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- MATTOSO, G. *Ao parque*. São Paulo: [s. n.], 2003a. Disponível em: <<http://www.roteirosonline.com.br/ecologico.htm>>. Acesso em: 18 maio 2017.
- MENEZES, J.; FERNANDEZ, F. Aninhamento em mamíferos florestais depende da área, mas não do tipo da matriz ou do tamanho amostral: uma análise com diferentes paisagens fragmentadas. *Revista Brasileira de Biologia*, v. 73, n. 3, p. 465-470, 2013.
- NEOSALDINA®: dipirona, mucato de isometepteno, cafeína. Jaguariúna: Takeda, 2017. Bula de medicamento. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/index.asp>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- RODRIGUES, R. Moeda fraca e crise sem precedentes: por que o Brasileiro tem vinte três jogadores argentinos. *Entertainment and Sports Programming Network*, Bristol, 21 jul. 2016. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/614929_moeda-fraca-e-crise-sem-precedentes-por-que-o-brasileirao-tem-23-jogadores-argentinos>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- VALIM, G. Homem é que nem lata. Intérprete: Leonardo. In: LEONARDO. *Nada mudou*. São Paulo: Vibe, 2011. 1 disco sonoro. Faixa 6.

Recebido em: 15/06/17. Aprovado em: 16/02/18.

Title: For a systematic analysis way of metaphoricity in discourse

Author: Dalby Dienstbach

Abstract: From the perspective of metaphor in discourse (DEIGNAN, 2005; STEEN, 2007; MÜLLER, 2008), this study introduces a tool for systematic and sound analyses of metaphoricity in discourse. Based on the notion of metaphoricity as the possibility of metaphor recognition, it adopts the concept of activation device (MÜLLER, 2008) as a key element for determining this property, and discourse genre, on the other hand, as its main analytical basis (DIENSTBACH, 2017). This study puts forward the devices of its analytical tool next to examples drawn from texts identified with different genres. Finally, it addresses issues related to this method that remain inconclusive, as well as studies and tasks that could somehow benefit from it.

Keywords: Discourse. Metaphoricity. Genre. Analysis.

Título: *Por un análisis sistemático de la metaforicidad en el discurso*

Autor: *Dalby Dienstbach*

Resumen: *Insertado en un campo de estudios de la metáfora en el discurso (DEIGNAN, 2005; STEEN, 2007; MÜLLER, 2008), este trabajo introduce un instrumento sistemático y consistente para evaluación de la metaforicidad del lenguaje metafórico identificado en el discurso. Definiendo metaforicidad como la posibilidad de reconocimiento de una expresión metafórica como ello, ese instrumento asume, de una parte, la noción de recurso de activación (MÜLLER, 2008) como un dispositivo crucial en la determinación de esa propiedad, y de otra parte la noción de género como su principal base de análisis (DIENSTBACH, 2017). Este trabajo presenta parámetros que componen ese instrumento, acompañados, como ejemplo, de extractos de textos auténticos identificados con diferentes géneros. Al fin, discute algunas cuestiones en abierto relativas con la elaboración de ese método y los tipos de análisis que podrían hacer algún uso de ello.*

Palabras clave: *Discurso. Metaforicidad. Género. Análisis.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180203-9317>

DAS SIGNIFICAÇÕES NA LÍNGUA AO SENTIDO NA LINGUAGEM: PARÂMETROS PARA UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Adail Sobral*

Universidade Católica de Pelotas
Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas
Pelotas, RS, Brasil

Karina Giacomelli**

Universidade Federal de Pelotas
Centro de Letras e Comunicação
Pelotas, RS, Brasil

Resumo: A proposta aqui apresentada, que constitui parte de trabalhos em andamento, baseia-se na teoria dialógica da linguagem e envolve um tratamento integrado do plano linguístico-textual mais estrito (a chamada materialidade textual) e do plano enunciativo mais amplo. Neste sentido, o interesse específico da proposta é apresentar parâmetros para um trabalho linguístico-discursivo que parta, ao mesmo tempo, da palavra no sistema da língua (nível da significação) e de enunciados efetivamente produzidos (nível do sentido) para verificar de que maneiras as significações na língua são apropriadas pelos discursos e servem à instauração de sentidos na linguagem. Esta concepção parte da ideia de que as palavras não têm um sentido dado, mas adquirem sentido nos contextos de uso, que envolvem a interação entre interlocutores específicos, em esferas de atividade e mediante gêneros.

Palavras-chave: Dialogismo. Teoria e análise. Parâmetros analíticos.

1 INTRODUÇÃO

Este texto pretende apresentar as bases de uma análise dialógica de textos com base na exploração das relações entre os conceitos de significação (que é do plano da língua como sistema) e de sentido, ou tema (que é do plano da linguagem). As significações se manifestam em frases, unidades da língua, e, os sentidos, em enunciados, unidades da linguagem em uso, da atualização efetiva das possibilidades expressivas da língua (cf. BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1999; BAKHTIN, 2003; SOBRAL, 2006, 2009; SOBRAL; GIACOMELLI, 2016). Com esse fim, ele traz considerações teóricas, proposições metodológicas e um exemplo prático da metodologia de análise cuja apresentação é seu objetivo.

* Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras. E-mail: adail.sobral@gmail.com.

** Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: karina.giacomelli@gmail.com.

Nesta Introdução, fazemos uma breve descrição geral da teoria e análise dialógica, destacando os pontos mais relevantes para os objetivos deste texto, qual seja as significações e o sentido, a fim de dar consistência às partes seguintes do texto.

Partindo de considerações gerais acerca da proposta dialógica de que o sentido não é propriedade das palavras, mas surge nas situações de interação, abordamos as relações entre interlocução e sentido, o que envolve diversas considerações sobre a questão do sujeito para a teoria dialógica, da interconstituição dos sujeitos entre si na sociedade e na história, bem como da questão da valoração e da ideologia, a par da questão do discurso e das relações entre sujeito concreto e imagem discursiva.

Em seguida, apresentamos as principais bases metodológicas de nossa proposta, de forma didática, como postulados, que são explicados no texto. O objetivo dessa seção consiste em mostrar a integração entre teoria e prática sem o recurso a uma rigidez categorial que fizesse buscas nos textos estudados as categorias teóricas que servem de base à análise. A proposta aqui feita é precisamente a de derivar da teoria e de objetos de análise uma metodologia, mostrando assim o dinamismo da teoria dialógica em termos de seu valor heurístico e descritivo, em vez de prescritivo e formal. Por isso, é nessa seção que fazemos uma análise ilustrativa dos parâmetros propostos, a fim de melhor discutir seus desdobramentos na seção seguinte.

Depois mostramos a concepção de análise linguístico-discursiva que decorre dos postulados, cuja pertinência é demonstrada pela análise ilustrativa. Nela, retomamos os vários elementos relevantes dos referidos postulados, bem como aquilo que a análise ilustrativa revela, a fim de chegar a uma síntese de nossa proposição como um todo.

Nas considerações finais, fazemos uma síntese do que desenvolvemos no texto ao apresentar nossos “marcos da análise”. Os postulados, como se verá, têm caráter sobremodo geral, sendo mais teórico; os desdobramentos são um pouco menos gerais e, ainda que também teóricos, têm caráter mais propriamente metodológico. Os marcos da análise são ainda mais específicos, e sintéticos, e assumem a forma de itens organizados do geral para o particular.

2 BREVE DESCRIÇÃO DA TEORIA E ANÁLISE DIALÓGICA

Considera-se no âmbito da teoria e análise dialógica do discurso que o sentido advém das relações enunciativas entre interlocutores, não de forma independente da língua, mas também não restrito às significações. Estas podem ser mais ou menos cristalizadas, sendo que os locutores não desprezam sua experiência com o sistema da língua, mesmo que precisem necessariamente ir além dela ao enunciar. Os contextos de uso podem fazer que uma palavra de significação negativa no dicionário adquira sentidos positivos. Tudo depende de quem diz o que a quem, em que circunstância, quando e de que maneira, envolvendo a negociação de sentidos na situação de produção de discursos. É, portanto, a relação enunciativa que determina os sentidos possíveis realizados nas interações.

Assim, as significações não são o fator determinante, embora sejam indispensáveis para a instauração de sentidos. Nesse sentido, ainda que se considerem diferentes

acepções de uma dada palavra, a produção de sentidos mobiliza essas acepções para seus fins específicos, ideologicamente marcados, em vez de restringir-se a significações cristalizadas. Importa para a concepção dialógica a mobilização de significações na língua para criar sentidos na linguagem (Cf. BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1999; BAKHTIN, 2003).

Falar, enunciar, é, desse modo, um ato que cria uma ligação entre o sistema linguístico e o sistema concreto de relações sociais, que chegam à nossa consciência por meio dos enunciados, dos discursos. No enunciado, os sentidos só são compreensíveis se levarmos em conta a *negociação permanente* entre os seres humanos em sociedade por meio de suas atuações, verbais e outras. Entende-se por negociação permanente os esforços desses seres de propor uns aos outros — e por vezes de impor — os sentidos que pretendem, em seu projeto enunciativo, dando, àquilo que dizem, sentidos que podem ser aceitos quase inteiramente ou quase inteiramente rejeitados, passando por todas as variações intermediárias. Os sentidos nascem também da atitude da pessoa a quem se fala e da relação que ela mantém com o locutor, podendo surgir, muitas vezes, sentidos que não são exatamente aqueles que o locutor pretendia propor, nem aqueles que o interlocutor propôs, mas sentidos criados e tornados comuns na e pela própria interação.

Quando o locutor se acha diante do interlocutor, isso acontece a partir da vivência comum na situação, ainda que não se reduza a isso; no caso de textos escritos, quem escreve precisa, por assim dizer, reproduzir a situação na qual escreveu para dar a quem lê pistas que levem a entender os sentidos que propõe. Em todos os casos, ao enunciar, leva-se em conta o que se acha que o outro pode dizer, o que ele de fato já disse, o que já se disse, o que outras pessoas disseram outrora, o que se antecipa que pode vir a ser dito etc. — claro que não exaustivamente. E a pessoa que ouve ou lê entende e avalia o que é dito levando em conta todas essas coisas, mas sempre nos termos da relação específica que tem com quem disse, mediata e imediatamente (BAKHTIN, 2003; BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1999).

3 INTERLOCUÇÃO E SENTIDO

Se não se aparta a produção de sentidos da imagem discursiva dos interlocutores, também não se podem considerar estes últimos equivalentes a sujeitos empíricos. Os sentidos só vêm a ser na interação, que depende da imagem dos sujeitos, mas estes são, do ponto de vista do discurso, seres de linguagem, o que mostra que apartar esses planos é seccionar componentes, intimamente integrados, de um mesmo todo, correspondentes a distintos momentos (no sentido filosófico) seus. A concepção integrada evita a fragmentação do discurso, e mesmo sua desfiguração.

Por conseguinte, a perspectiva teórica aqui seguida no tocante à natureza da enunciação e do caráter das marcas da enunciação presentes ao enunciado vê estas últimas como fiadoras da convocação do extra-discursivo quando da análise de fenômenos discursivos. Parte-se da ideia de que a enunciação é o espaço por excelência da mobilização, que se quer unitária e coerente, do repetível (seu produto) e do irrepetível (seu processo), ambos presentes no agir enunciativo do sujeito. Essa mobilização gera um dado, um enunciado ou conjunto de enunciados, que é a base dos estudos, quer por sua materialidade específica, quer por sua organicidade a serviço da criação de sentidos.

A enunciação deixa nos enunciados marcas que são tanto materiais (marcas linguísticas) como da ordem do sentido (marcas enunciativas). As marcas da ordem da língua, da estabilidade, são um dos planos considerados, dado que todo estudo do discurso as leva necessariamente em conta, não se restringindo, porém, sob pena de parcialidade, nem aos *tipos* relativamente estáveis de enunciados que constituem os gêneros de discurso, nem aos elementos extra-verbais de mobilização da textualidade dos discursos para a criação de sentidos — e que estão inscritos em sua própria estrutura.

O eu que fala, não obstante sua multiplicidade, tem necessariamente a ilusão, por vezes intensa, de ser um sujeito unificado, e essa ilusão é compartilhada pelos interlocutores. Constituído a partir das relações com o outro, tanto em termos abstratos como concretos, a partir da situação de enunciação, presumida ou representada, o eu também constitui esse outro. Precisa, por isso, conceber a si mesmo como identidade unificada, tanto na vida em geral como especificamente no momento da enunciação, dado que uma coletividade não fala senão pela mediação de um sujeito, não sendo este um item descartável ou um fantoche das relações sociais, mas uma concretude definida, e distinta de outras concretudes, base da transfiguração simbólica que cria sujeitos de discurso.

Além disso, o sujeito da enunciação não pode nunca ser apagado, anulado, embora só se faça presente na forma de uma imagem, mesmo quando está diante do outro em carne e osso. Não se trata de uma imagem essencial e inteiramente preexistente, mas de uma imagem construída (e nem por isso menos concreta, dado que chega mesmo a sugerir *um* corpo) pela situação concreta de enunciação, que ele só pode perceber e construir para si a partir de sua autoimagem e da imagem que o outro faz dele, bem como da imagem que julga que o outro faz dele (o que envolve, naturalmente, a imagem que ele faz do outro).

Ao sujeito cabe assim “saber” — não subjetivamente, em termos psicológicos estritos, mas a partir de sua individualidade singular — o que dizer como dizer e como negociar esse paradoxo de ser mais o portador da palavra de uma imagem de si mesmo do que ele mesmo empiricamente presente. Só lhe resta ser um “personagem de si mesmo”, pois só assim pode ele ser um sujeito de discurso e continuar a ser um sujeito concreto. Assim agindo, ele se insere numa rede de interlocução em que ocupa diferentes posições-eu (MEAD, 1934) em diferentes situações enunciativas. As marcas do concreto inscritas por esse processo de objetivação do sujeito empírico no corpo do discurso autorizam a convocação do extradiscursivo, que é intradiscursivizado: a constituição do sujeito discursivo, intersubjetiva que é, faz-se assim intrassubjetiva; extradiscursiva que começa, torna-se assim intradiscursiva (SOBRAL, 2006, *passim*).

Nessa descrição da condição social do sujeito discursivo, há elementos para que se superem, de um lado, as limitações de uma concepção do sujeito como ser isolado, em seu agir, dos outros sujeitos e da sociedade, sujeito de um sistema linguístico autônomo, com regras puramente formais de construção de segmentos linguísticos (sujeito “criativo” de um sistema alheio ao todo social e, portanto, “idealista” e abstrato), e, do outro, as deficiências da concepção de um sujeito ausente, substituído pelas determinações sociais ou pelo código, sujeito imerso num mar de significações que lhe são despoticamente impostas por um *outro* indefinido.

O sujeito tem, portanto, o estatuto de *agente mediador* entre os sentidos socialmente possíveis e os discursos efetivamente produzidos em situações concretas, projetadas em sua superfície (SOBRAL, 1999). Cabe ao sujeito mediar um processo que, enquanto lhe define a identidade em meio à sua interação com outros agentes, dele depende para sua própria constituição; ou seja, sujeito e discurso pressupõem-se mutuamente. Nessa perspectiva, se o sujeito deixa de ser o “centro” do processo de produção do sentido, em contrapartida ele não é privado da possibilidade de ação individual, que, na verdade, é vital para a sua interação discursiva (cf. BAKHTIN, 2010).

Faz-se necessário, desse modo, levar sempre em conta a relação entre a linguagem (e os processos linguísticos) e os diferentes elementos da estrutura social, entre os quais tem grande relevância a ideologia. Sabe-se que o ideológico só se manifesta *para* sujeitos e *por meio* de sujeitos, e, o que é mais importante, *entre* sujeitos - ou seja, a individualidade é condição da interindividualidade que a constitui. O caráter sócio-histórico-ideológico da consciência individual não a torna menos individual nem apaga os componentes pessoais da personalidade, embora nem por isso as leis da *psicologia individual* sejam o determinante do processo social de produção/transformação de sentidos. A própria percepção da realidade se dá em termos de uma construção simbólica, ancorando-se na linguagem, sendo, portanto, já ideológica, dada a íntima ligação linguagem-ideologia, sem que a linguagem se especialize em alguma esfera ideológica.

O sujeito precisa necessariamente reconhecer-se a si mesmo, e ele só o faz a partir do momento em que reconhece o fato de estar sempre em interação com outros sujeitos, na presença (real ou presumida) do outro. De um lado, a identidade individual tem como condição de possibilidade o processo de identificação social e, de outro, essa identidade é condição vital para o existir, simbólico, imaginário, semiótico e real, do próprio social: os sujeitos constituem a sociedade e a sociedade constitui os sujeitos.

Quanto a isso, chamamos a atenção para uma interessante expressão usada por Bakhtin (Voloshinov) (1999) ao falar da relação entre o discurso na vida e o discurso na poesia (ou na arte): “socializar os sentimentos”. Aqui, unem-se o individual e o social, indicando que, para ser entendido pelo outro, o sujeito que sente algo e deseja exprimi-lo tem de fazê-lo de uma maneira que leve em conta esse outro. Trata-se de algo tão presente ao sujeito que este, mesmo no solilóquio, “fala” de uma maneira que se assemelha a um diálogo com outra pessoa. Por outro lado, exteriormente o sujeito também é dividido, também é “mais de um” - no mínimo aquele que ele julga ser e aquele que os outros julgam que ele é: ainda que se veja como uma “mesma” individualidade, o sujeito vê-se inescapavelmente no espelho do outro.

O sujeito vê o outro como um ser completo, ser que veio a existir num dado momento que nunca mais se repete, ser que não tem igual, e, assim, mostra ao outro uma imagem do que esse outro “é” enquanto ser íntegro. Mas o sujeito depende do outro, de seu reconhecimento, para ser visto como íntegro, para ser reconhecido, constituído. Ele só tem uma ideia mais clara de si mesmo no contato com o outro, cujas reações lhe mostram coisas sobre si mesmo a que ele não tem acesso (BAKHTIN, 2003).

Esses elementos comprovam que a *interação* é o lugar em que nasce o sentido: nem o sujeito nem a linguagem constituem a essência da criação do sentido, assim como nem a psicologia individual nem um código social abstrato são o centro do sentido. É no ato de fala que nasce o sujeito e o sistema de signos, a individualidade e a coletividade, ato que só existe para o outro e a partir do outro. Do mesmo modo, se o material que se faz

presente no uso é o próprio sistema linguístico, com suas significações, este depende do uso para se realizar, para criar sentido. Em resumo, a linguagem é a união entre as possibilidades do conjunto de signos, também mutável, porém mais estabilizado, e as realidades do sistema do uso. Podemos estudar só um dos conjuntos, mas teremos de reconhecer que, agindo assim, estaremos abstraindo, afastando-nos da realidade para nossos próprios fins – o que é legítimo, desde que não se pretenda ser isso um estudo da totalidade do fenômeno enfocado. No tocante à linguagem, portanto, forma, conteúdo, material etc. estão ligados de maneira inseparável na realidade; posso ignorar um ou o outro componente, mas não dizer que aquilo que estudo seja a realidade da linguagem.

O interlocutor é entendido por Bakhtin (2003) como dotado de "responsividade ativa": a sua resposta concreta (realizada e presumida) permite que se materialize a compreensão daquilo que lhe é proposto pelo locutor, e este o propõe em termos de uma dada entoação avaliativa que leva em conta essa resposta. Vale destacar que o retrospectivo e o prospectivo têm como ponto de referência o realizado, o texto efetivamente enunciado, que, insiste Bakhtin, é uma unidade, pois, constituído por outros textos, resulta de um ato que mobiliza esses textos constitutivos, que, sem ele, não teriam sobre que incidir, ao tempo em que remete direta ou indiretamente a textos futuros (ou busca antecipar possíveis objeções etc.), criando assim um todo integrado que não é mera soma de seus elementos constituintes.

Toda e qualquer enunciação, toda e qualquer interação, é parte de uma rede de interlocução em constante fazer-se, abarcando os vários momentos sociais e históricos constitutivos da interação/enunciação e que acaba por afetar as próprias formas fixadas da língua de que parte para instaurar seus sentidos. Na língua, é essencial a oposição entre estabilidade e irrepitibilidade, entre forças centrípetas (que tendem ao centro) e forças centrífugas (que se afastam do centro). No processo contínuo de produção de sentidos, cada diálogo recria sentidos criados por outros diálogos, assim como antecipa diálogos ainda inexistentes, inserindo-os em redes de interlocução mediante recursos expressivos que a ressignificação instaura. Além disso, à luz desses elementos, o horizonte social que Bakhtin leva em conta de modo algum se esgota no interdiscurso ou no contexto imediato, material mesmo, da interação.

Ao dar primazia ao tema com relação aos significados cristalizados, tanto na constituição como no próprio vir a ser dos sentidos, Bakhtin demonstra que o sentido depende por inteiro do contexto, e que esse contexto de modo algum se esgota na situação imediata. Isso não exclui de modo algum o sistema linguístico enquanto tal, nem os processos cognitivos envolvidos, mas busca ir além deles, integrando-os.

Bakhtin/Voloshinov (1999) trata da questão dos vínculos entre ideologia e signo verbal, afirmando que um produto ideológico não só constitui uma parte da realidade natural ou social como reflete e refrata uma realidade que lhe é exterior – nessa perspectiva, um signo sempre se refere a uma realidade da qual faz parte. Os signos estão sujeitos aos critérios de avaliação ideológica, coincidindo o seu domínio com o da ideologia e, por conseguinte, todo produto ideológico tem valor semiótico. Assim, além de refletir e refratar a realidade, tem uma realidade concreta passível de estudo científico. Temos aqui a base de uma produtiva concepção de ideologia fundada no dinamismo do vir a ser das avaliações ideológicas que marcam toda palavra, texto, discurso (SOBRAL, 1999).

Dado que a compreensão e a consciência só se produzem com base num material semiótico e dado que esse material se institui como realidade concreta, a própria consciência só se constitui na “*concretude material dos signos*” (VOLOSHINOV, 1976, p. 22). Ou seja, a consciência individual só se constitui no processo de interação social e a partir da materialidade semiótica, que é também ideológica. Na interação entre o individual e o social, a psique anula a si mesma, ou é eliminada, no processo de converter-se à ideologia, e a ideologia anula a si mesma no processo de converter-se à psique. Destacamos que o trecho de Voloshinov acima referido indica a interconstituição ativa entre consciência individual e ideologia, que se impregnam mutuamente. Anular ou eliminar é apenas um momento dessa articulação, havendo na verdade uma dialética de interconstituição. Nesses termos, a plenitude ideológica ocorre apenas, mesmo que provisoriamente (uma vez que não há sentidos ideológicos fixados de uma vez por todas), quando se realiza em signo, e a realização em signo só ocorre por meio da plenitude ideológica, numa dialógica tensiva em permanente fazer-se. Como precisa realizar-se no signo ideológico, o sentido depende de sua inscrição na consciência (no mundo interior do sujeito). O sentido requer assim tanto signos como ação da consciência. Assim, o sentido se articula em dois planos: no da significação para a qual aponta e no da direção que indica. Significação remete à língua e à interdiscursividade; direção, ao intercâmbio verbal e ao confronto de vozes, ao *lócus* da geração do sentido.

Social e pessoal são para o Círculo de Bakhtin elementos imbricados nos próprios discursos, e só aí nos são acessíveis. A concretude da situação do sujeito é levada em conta em sua transfiguração discursiva, em sua construção; logo, não é possível uma separação entre o contexto da interação e a interação propriamente dita, entre o texto e o contexto, entre a realidade discursiva e a realidade propriamente dita, o que uma análise bakhtiniana não admite. A ênfase no sujeito se associa a sua inserção social e histórica. O sujeito está necessariamente vinculado com a sociedade ao tempo em que a constitui: assim como o sujeito é um ser em fazer-se, que busca social e historicamente no outro a sua completude. A sociedade é que se articula para além dos propósitos individuais dos sujeitos, para além da soma desses propósitos, sendo antes marcada pela articulação entre eles no todo social, atravessado sempre pela história, tanto retrospectiva como prospectivamente.

Há uma ênfase num sujeito ímpar que não é definido apenas em termos subjetivos estritos, mas que é objetivado. Isso vem de uma teorização que, como todas, generaliza, mas que, ao contrário de tantas outras, não objetiviza. Ela reconhece que entre o possível e o realizável há um agente que faz escolhas, que avalia, que se compromete. Isso permite afirmar que as teorias do Círculo revelam que só um tratamento abrangente, transdisciplinar, dos fenômenos é capaz de fazer justiça à complexidade do ser, do agir e do significar dos seres humanos.

Creemos ser possível afirmar que as teses do Círculo, seu *modus operandi* e sua prática analítica dos fenômenos humanos funda-se no reconhecimento da provisoriedade da condição humana, provisoriedade do sentido, cuja base é uma permanente tensão dialógica em que estabilidade e variação se confrontam, em que eu e outro, pessoal e social, geral e particular, fixidez das formas e ressignificação, se constituem e configuram mutuamente, em que a irrepetibilidade irredutível do sensível – base do Ser – e a

repetibilidade necessária do sensível se interdefinem. A teoria bakhtiniana do discurso, do sentido, ao trabalhar com oposições sustentadas, consegue, assim, teorizar sobre aquilo que não se repete sem se perder na especificidade do concreto e, ao mesmo tempo, sem engessar os atos concretos, unioorrentes, num teoreticismo estéril tão buscado ainda hoje em nome da suposta necessidade de estabilidade.

O mundo tal como o entendem as obras do chamado Círculo de Bakhtin é um mundo de sentido em constante vir-a-ser, de estabilidade e instabilidade relativas, em que há regularidades suficientes para que se identifiquem atividades-tipo, mas no qual há margem para o reconhecimento de que nada se repete literalmente: a simples escolha daquilo que se repete é já uma transfiguração do repetido (BAKHTIN, 2010). Nada no mundo bakhtiniano se realiza por completo – o que é fonte de sofrimento para o ser humano –, mas nem por isso deixa de contar com suficiente concretude para alimentar a eterna busca do acabamento como ideal inalcançável, mas nem por isso menos mobilizador, que une o agir necessário do sujeito ao necessário agir social em que este pode ser sujeito (cf. SOBRAL, 2005, 2006, 2009).

4 POSTULADOS PARA UMA ANÁLISE DO SENTIDO NA LINGUAGEM

O horizonte de estudos aberto por essa concepção dinâmica da linguagem que acabamos de esboçar ultrapassa o estudo propriamente linguístico, tal como tradicionalmente entendido, notadamente quando se consideram as propostas de Bakhtin e Voloshinov, e enseja, no limite, tentativas de uma verdadeira interdisciplinaridade no campo das ciências do homem (cf. BARROS, 1997). Nos termos dessa perspectiva, a significação é definida como um processo social contínuo de instauração de eventos significativos. A produção de sentidos deve assim ser analisada levando-se em conta necessariamente o contexto histórico-social interativo em que são produzidos os discursos, por ser este contexto constitutivo do sentido, tal como se manifesta nas superfícies discursivas.

A linguagem é caracterizada como um sistema semiótico em constante fluxo que é constituído social e historicamente; ela transcende a função referencial-informativa, servindo primordialmente à manifestação de intenções, regras, convenções e outros elementos pertinentes ao caráter social e histórico do intercâmbio social, em que estão presentes os processos ideológicos.

Opondo-se ao que chama de “fala monologal isolada” enquanto objeto do estudo linguístico, Bakhtin/Voloshinov (1999) destaca o fato de o falante não receber uma língua pronta, mas, em vez disso, ser introduzido na corrente do intercâmbio verbal. Todo locutor dirige-se a um outro sujeito socialmente organizado e, na ausência de um interlocutor concreto, pressupõe um na pessoa de um representante típico do grupo social a que pertence esse outro sujeito (questão que, como veremos, recebe de Benveniste, sob outra perspectiva, formulação semelhante). Em suma, para Bakhtin/Voloshinov a realidade da linguagem é o fato social da interação verbal e não um sistema abstrato de formas idênticas, nem a fala monologal isolada ou o ato psicofisiológico de realização da fala.

A partir dessas teorizações, o discurso pode ser caracterizado preliminarmente como o espaço em que a prática linguística constitui seus atores e determina seus sujeitos. O falante é caracterizado como um mediador entre as significações socialmente concretizáveis e permitidas e os discursos efetivamente produzidos de que esse falante pode vir a ser sujeito. Ao destacar a ação linguística e os agentes linguísticos, essa abordagem remete aos próprios fundamentos da noção de sujeito e de realidade.

Impõe-se a partir disso examinar as práticas linguísticas em suas relações com as outras práticas sociais, bem como determinar a influência que têm no discurso os contextos e situações históricas e sociais em que se manifesta o intercâmbio social – passo importante para o dimensionamento do ser e do agir sociais da linguagem.

Trata-se de um exame do sentido linguístico tal como se manifesta na constituição de uma unidade, o discurso, formalmente mais complexa do que a frase – mas que pode manifestar-se por uma única frase – e determinada funcional e significativamente pela configuração concreta da situação de interação no âmbito da qual vem a ser, assim como pelas diferentes estratégias discursivas que estruturam a direção do discurso.

Num primeiro momento, apresentamos os três postulados que descrevem os aspectos globais da proposta¹ que aqui defendemos e que será exemplificada a partir de um texto de Cony (2007)².

(a) Por meio do texto, tem-se acesso imediato, mas não transparente, ao discurso. O texto, embora traga marcas da enunciação, não pode remeter diretamente à cena enunciativa de sua produção. Não obstante, como convergem para ele as formas da língua e de textualização (marcas linguísticas) e as marcas do cenário de sua produção (marcas enunciativas), pode-se reconstituir sua arquetônica levando em conta seu contexto.

Para isso, cabe obter informações acerca de seu locutor, seus interlocutores presumidos, a situação de sua produção, a esfera de atividades em que surgiu e circula, porque o texto, embora aponte para esses elementos, não os apresenta diretamente. Sem esses elementos, a análise não avança ou corre o risco de se tornar mera especulação. Sem o texto ou apenas com o texto, o analista não tem como chegar ao processo enunciativo. Por exemplo, Carlos Heitor Cony fala de “gestores e gestantes”. Em nenhum momento ele menciona nomes. Na época, isso não era necessário, porque havia mais um escândalo envolvendo a gravidez de uma amante (gestante) do então presidente do Senado (gestor). Hoje, sem essas informações, o sentido crítico e irônico do texto não poderia ser apreendido e talvez ele fosse lido como uma crônica bem humorada sobre gestores e gestantes.

(b) O discurso é criado para produzir efeitos de sentido. Estes englobam todos os aspectos do cenário de sua produção, que é sempre irrepetível. Mesmo que se repita uma mesma frase, o enunciado de que ela é parte não se repete. Não se confunde o texto da frase com o sentido do enunciado que mobiliza essa frase. Por isso, cada discurso específico autoriza um dado conjunto de elementos analíticos a ser mobilizados em seu exame.

¹ A base dessa proposta tem como fontes mais específicas um trabalho de Sobral (2006) e outro de Sobral e Giacomelli (2016a), tendo sido objeto de uma comunicação conjunta no VIII SENAILE (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016b).

² Trata-se do texto *A gestante* de Carlos Heitor Cony, publicado na *Folha de S. Paulo* em 5 de junho de 2007.

Não há categorias aplicáveis diretamente à análise de todo texto, mas há parâmetros gerais (os locutores envolvidos, o tempo e o lugar, a interação) a serem seguidos. A especificidade de cada texto indica que os elementos melhor servem à sua análise (ressignificação, valoração, signo ideológico), são os que vêm de sua base: as relações enunciativas que ele cria. Os principais elementos desse cenário são precisamente o tempo, o lugar e as relações enunciativas entre os sujeitos envolvidos. Nosso exemplo anterior também ilustra este postulado: preciso saber quem é Cony, quando escreveu, a quem se dirigia etc. para entender sua crônica crítica.

(c) Só no discurso, que remete ao contexto cambiante de sua produção, se pode verificar a gênese e o vir a ser do sentido. Assim, o discurso é um objeto semiótico *em fazer-se* tanto para o olhar do interlocutor como para o do analista. A estabilidade de sua materialidade, de seu existir concreto, garante sua inteligibilidade em geral no plano da significação, mas só seu caráter situado cria sentido.

O entendimento do todo do discurso que mobilizou um dado texto é vital para uma análise. As situações em que se produzem discursos não são imutáveis, mas, pelo contrário, dinâmicas e por isso não há uma correlação entre situação de produção e texto produzido. O que se pode verificar é a correlação entre um dado discurso e a situação em que foi produzido (como vimos), claro que partindo do texto, mas sempre além dele.

Afirmar que o discurso é “um objeto semiótico *em fazer-se*” não significa que o analista acompanhe o processo de criação do discurso e sim que ele, ao abordá-lo, está em situação parecida com a do interlocutor: diante do texto desse discurso, ele não pode saber antecipadamente que sentido e que direção o discurso vai tomar (mesmo que tenha algumas pistas).

O texto de Cony começa falando de algo geral, corriqueiro:

“Gestantes, idosos e deficientes físicos têm prioridade nas filas dos bancos.”.

Ele vai progredindo até chegar a seu foco, explicitado no enunciado que encerra o texto: “o gestor sempre arranja um modo de assumir a responsabilidade, por si ou por terceiros”. Para isso, vai conduzindo pouco a pouco o leitor a se concentrar na gestante, por meio de quatro parágrafos que vão do geral (esses grupos – primeiro parágrafo) ao específico (a gestante – segundo, terceiro e quarto parágrafos). No quinto parágrafo, no entanto, o foco muda.

Dessa forma, um momento vital de sua arquitetônica é a marca linguística, mobilizada como marca enunciativa que destacamos no enunciado a seguir:

“Responsável pela condição da gestante, o gerador (ou **gestor**) é mais ou menos como o sujeito oculto de uma frase gramatical”.

Gestor remete tanto a gerador de gestação como a dirigente, o que o gestor em questão era no Senado à época. Assim, se produz uma similaridade entre aquele que gera, que produz, o criador (em relação à genitor, progenitor) e aquele que gerencia ou administra. São palavras de significações diferentes, mas que, colocadas em alternância,

adquirem um significado equivalente no enunciado. Esse gerador ou gestor é o “**responsável** pela condição da gestante”, informação que seria óbvia se fizesse referência apenas à condição de genitor. Por isso, é possível pensar nessa “responsabilidade” também de duas formas: nessa, já citada em que a significação se torna estável, e em outra com relação ao fato de o gestor precisar gerenciar ou administrar a gestação, sentido que somente é apreendido quando se entende o propósito enunciativo do texto.

Nesse sentido, é interessante observar que esse responsável pela gestação é comparado ao “sujeito oculto” gramatical, que, como se sabe, é o tipo de sujeito sintático que não está expresso, mas que é facilmente reconhecido – na regra, pela terminação verbal; aqui, no texto, pelo conhecimento que se tenha do assunto em questão. Isto é, não se conhecendo a totalidade do enunciado, pode-se pensar que esse sujeito não é expresso porque a gestante não sabe quem é ele, como sugerido em “Há casos”. No entanto, essa situação é colocada como um problema para a gestante e não para o gestor, não sendo, nesse caso, necessário ser tratado no texto,

Nessa mesma direção, outro ponto de destaque é:

“**Geralmente** o gestor acumula as funções de marido da gestante”.

Isso remete diretamente ao gestor em questão, que, sabia-se, não acumulava as duas funções, ao contrário do que geralmente ocorre. “Geralmente” indica precisamente que esse não é o caso, mas, ainda assim, o gestor tem de “**amparar**” a gestante, podendo gerenciar essa questão por si mesmo, assumindo pessoalmente a “**responsabilidade**” ou delegando-a a “**terceiros**” – o erário.

Esses momentos vão construindo o sentido do discurso, que não é um comentário sobre gestantes em geral, mas sobre a crítica a um caso específico, então recente. O que esse texto pede em termos de elementos analíticos? Em linhas gerais, que se entenda que esse autor tem uma perspectiva crítica e o interlocutor a quem ele se dirige, pessoas sabedoras do caso do gestor e da gestante. Sem esse saber, o leitor não pode entender devidamente o texto. Ele poderá até mesmo considerar o texto sem sentido, uma “bBOSEIRA” sobre idosos, deficientes e, principalmente, gestantes. Com gracinhas como o “teste do sapo” e referências literárias imotivadas (Brás Cubas).

Do mesmo modo, é preciso mobilizar o conceito de resignificação para entender o jogo de “gerador (gestor)” relativo à gestação/gestante e referente a gerir uma casa do Parlamento, para entender o referente. O analista, tal como o leitor, precisa mobilizar igualmente conhecimentos do mundo. Tem de lançar mão de elementos de toda a cena enunciativa para entender o texto. Outro conceito necessário é o de valoração e o de resposta ativa, pois o texto traz marcas que indicam um posicionamento, uma opinião, crítica do comportamento do gestor, que somente podem ser entendidas a partir das pistas que vão se apresentando.

Para sabermos disso, devemos atentar para os momentos do texto em que essa valoração vai sendo mais claramente construída, presumindo uma resposta ativa de quem conhece a situação comentada. Por exemplo: “geralmente”, “sujeito oculto”, “não sabe quem é o gestor”, “A gestante tem de ser amparada pelo gestor”, “por si ou por terceiros”.

O texto, via discurso, requer que se levem em conta esses elementos para que o leitor entenda que, embora o tópico sejam gestantes e gestores em termos de gestação, o tema é uma crítica ao então presidente do Senado.

O discurso por assim dizer escolhe seu interlocutor, e o analista precisa de certo modo colocar-se no lugar deste, não em termos de recepção, mas de reconstituição de sua construção arquitetônica – que é de onde vem o sentido. Isso prova o postulado de que a inteligibilidade em geral no plano da significação está no texto, mas que o sentido vem de seu caráter situado, do fato de ele ter sido escrito num dado momento e lugar, por um dado locutor, o qual se dirigia a um dado interlocutor.

A gestante

CARLOS HEITOR CONY

RIO DE JANEIRO – Gestantes, idosos e deficientes físicos têm prioridade nas filas dos bancos. Nem todos os idosos precisam provar o ano de nascimento com a carteira de identidade. Está na cara que são idosos mesmo. Os deficientes também escapam da prova - infelizmente são óbvios.

Com as gestantes a coisa é mais complicada. É preciso esperar alguns meses para que a gravidez fique explícita, inquestionável. Uma gestante de dois meses, querendo invocar o privilégio de não apodrecer na fila, pode mostrar o resultado do laboratório que prova a gestação e aí será merecedora do privilégio.

Ignoro se ainda existe o teste do sapo. A suspeita de uma gravidez era testada num sapo. Não sei se o sapo morria ou apresentava qualquer sinal de anormalidade, mas era tiro e queda para comprovar se a gestante era gestante mesmo.

O respeito às gestantes é um dos pontos simpáticos da civilização humana. Nos ônibus, elas merecem que alguém se levante e ceda o lugar. Trata-se de um cavalheiro. Toda a glória e louvor à gestante.

Responsável pela condição da gestante, o gerador (ou gestor) é mais ou menos como o sujeito oculto de uma frase gramatical. Há casos em que a gestante não sabe quem é o gestor, mas isso é problema dela, mais dela do que do gestor. São exceções à regra. Geralmente o gestor acumula as funções de marido da gestante e se habilita às sobras que devemos àquelas que vão gerar mais um herdeiro do "legado da nossa miséria" - segundo Brás Cubas.

A gestante tem de ser amparada pelo gestor. Em tempos de independência da mulher, ela pode assumir o ônus da gestação, mas, na maioria dos casos, o gestor sempre arranja um modo de assumir a responsabilidade, por si ou por terceiros.

(Fonte: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opinia/fz0506200705.htm>)

5 DESDOBRAMENTOS DOS POSTULADOS DE ANÁLISE

A partir desses postulados, chegamos aos desdobramentos:

(a) O discurso se funda enquanto espaço de produção de sentidos na relação entre as instâncias de que vem e aquelas a que se dirige. Assim, seu sentido não vem só do linguístico/textual nem só do contextual, nem pode ser tido como apenas subjetivo ou apenas objetivo. O sentido é uma função da intencionalidade conferida aos sujeitos, do qual eles se apropriam, no âmbito das práticas da cultura, da história, etc., ou seja, não advém de algum sujeito individual autônomo que una, de várias maneiras, as instâncias constitutivas. Com isso, não se retira o caráter autoral do agir discursivo do sujeito, mas põe-se em destaque o fato de que seu agir é constitutivamente relacional.

(b) O objeto a ser estudado é a forma do conteúdo do discurso, o que quer dizer que se vamos estudar num poema o nível fônico devemos fazê-lo do ponto de vista da contribuição que isso pode dar e dá ao sentido do discurso. Logo, não se descrevem os sentidos do discurso em termos de seu conteúdo puro e simples, mas considerando igualmente a forma como nele se dá a instauração de sentido e o material de que ele se serve: o dizer envolve por sua própria natureza o modo de dizer.

(c) Desse modo, a referencialidade situa-se no discurso, sendo instaurada a partir da categorização do mundo dado nos termos das especificidades da interação locutor/interlocutor. Portanto, as expressões linguísticas não são idênticas a coisas do mundo real, mas dispositivos de remissão a entidades de que falam os interlocutores do ponto de vista de sua interação. A referencialidade é uma função advinda da intencionalidade fundadora do discurso, que constitui, em última análise, o próprio elemento desencadeador de sua existência.

Teríamos, nessa relação instauradora, o “grande destinador”, o sobredestinatário (ou o supradestinatório), o “grande fiador do discurso”, condição primeira de sua possibilidade porque as relações interlocutivas (SOBRAL, 2006, 2009) precedem, mesmo que levem necessariamente em conta, a escolha de um sobredestinatário, de uma instância que garanta a veracidade do dito perante o locutor e os interlocutores. Logo, o discurso vem essencialmente a ser mediante o dispositivo de instauração dessa intencionalidade, que depende da instauração da relação locutor-interlocutor, a qual depende da instância validadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MARCOS DA ANÁLISE

Por fim, chegamos aos marcos da análise, que são uma síntese da proposta.

(a) Respeitar a unidade do discurso: tudo se entende nele com base na conjugação específica que ele faz de dois constitutivos – o de sua estrutura linguístico-textual e o de sua articulação ao contexto. Isso implica examinar a relação de cada componente do discurso com todos os outros em termos de sua dominante enunciativa, naturalmente na medida do humanamente possível. Porque, por sua própria natureza, a produção de sentidos é inesgotável. Há sempre análises possíveis e não a análise definitiva ou completamente exaustiva.

(b) Não perder de vista que a relação entre o locutor e o interlocutor se acha instaurada no discurso e por meio dele é constitutiva de seu sentido; fora dessa relação, não há sentido discursivo.

(c) Distinguir claramente, e de maneira humanamente exaustiva, a linguagem da descrição e a linguagem do objeto, porque, se é o objeto que deve determinar a descrição, esta não deve buscar enquadrá-lo, mas explicá-lo. Toda descrição implica um dado recorte do fenômeno na criação do objeto, que tem de estar claro, a fim de evitar que o analista, por assim dizer, “se leia” no texto em vez de ler o texto.

(d) Examinar o discurso, partindo da superfície material em que ele se configura, para chegar às condições, profundas, tanto da possibilidade do vir a ser do sentido como do vir a ser específico do discurso dado. Isso vai permitir a passagem à próxima etapa, e

envolve verificar as relações essenciais (internas e externas) a partir das quais ocorre a instauração da relação locutor-interlocutor, que é a base da constituição do sentido.

Isso significa examinar as imagens do locutor e do interlocutor tal como se mostram no discurso a fim de determinar de que maneira o discurso objeto de análise instaura sua intencionalidade e que intencionalidade é essa. Para fazê-lo, examinam-se:

- (i) os mecanismos e estratégias discursivos dominantes no discurso dado;
- (ii) a sequência na qual se distribuem esses mecanismos no discurso; e
- (iii) as inter-relações entre esses mecanismos.

(e) Reconstruir, com base em tudo isso, o percurso contrário, o que vai das condições de possibilidade do sentido aos mecanismos de discursivização. Em outras palavras, tendo descrito na etapa anterior a estrutura manifesta da superfície do discurso, do ponto de vista das relações de interlocução, descrever o percurso que levou a essa materialidade discursiva a partir da intencionalidade desencadeadora do vir a ser da unidade de produção de sentido estudada, voltando assim à superfície. Isso completa o círculo, revelando que a análise considera o tempo inteiro a superfície e a base, o particular e o geral, as especificidades de funcionamento de discursos dados e a similitude das formas de conteúdo dos discursos em geral, com ênfase na inscrição destes nos gêneros e na sua constituição genérica.

Para encerrar, algo que, para a teoria dialógica, é apenas dar um acabamento aos enunciados proferidos, pensemos no que diz Brait (1997) sobre o livro de Voloshinov acerca da filosofia da linguagem, algo que poderia igualmente ser dito de outras obras no âmbito da concepção dialógica. Assim, permanecemos na corrente dialógica, que une no presente o passado aparentemente conhecido e o futuro aparentemente previsível em alguns de seus aspectos. Segundo a autora, a obra de Voloshinov constitui

um momento de formalização da possibilidade de estudar o discurso, isto é, não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa, entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se nas e pelas interações entre sujeitos. Sob essa perspectiva, a natureza do fenômeno linguístico passa a ser enfrentada em sua dimensão histórica, a partir de questões específicas de interação, da compreensão e da significação, trabalhadas discursivamente. (BRAIT, 1997, p. 99).

A nosso ver, isso significa que o analista, nos termos da proposta apresentada, não pode perder de vista os mecanismos de constituição dos interlocutores e de sua valoração ao instaurar sentidos. Ele deve levar em consideração tanto as estruturas "internas" (por assim dizer), mediante as quais se articula o discurso, como o contexto da enunciação, em suas várias modulações, com ênfase na ação verbal, pretendendo com isso preservar a unidade do discurso. Importa aqui destacar que a realidade a que remete o discurso é já a realidade do discurso: a própria enunciação é já instauração daquilo mesmo que a torna possível.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Por uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João, 2010.
- _____. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. 3. ed. São Paulo: Forense, 2002.
- BARROS, D. L. P de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem, In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- CONY, A. H. A gestante. *Folha de S. Paulo*, 05 de junho de 2007, p. 2.
- MEAD, G. H. *Mind Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist*. Chicago: University of Chicago, 1934.
- SOBRAL, A. *A Escola Francesa de Análise do Discurso: Elementos para um resgate crítico da noção de lugar social*. 1999. 225f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- _____. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-36.
- _____. *Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda*. 2006. 325f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da linguagem) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- _____. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2009.
- SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. *Domínios de Lingu@gem*, v. 10, p. 1076-1094, 2016a.
- _____. *Da relevância do desdobramento das marcas linguísticas em marcas enunciativas na análise dialógica do discurso*. Comunicação apresentada no VIII SENALE, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2016b.
- VOLOSHINOV, V. N. (1930). *El signo ideológico y la filosofía del lenguaje*. Trad. Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1976.

Recebido em: 12/07/17. Aprovado em: 03/04/18.

Title: *From meanings to sense: principles for a dialogical analysis*

Authors: *Adail Sobral; Karina Giacomelli*

Abstract: *The proposal here presented, which constitutes a part of works in progress, is based on the dialogical theory of language and includes an integrated treatment of the strictest textual-linguistic plan (the so called textual materiality) and of the broader enunciative plan. In this regard, the specific interest of the proposal is to present parameters for a discursive-linguistic work that consider, at the same time, the word in the language system (the level of meaning) and utterances effectively produced (the level of sense) for examining how meanings in the language system are appropriated by discourses and serve to establish senses in enunciations. This conception is based on the idea that words have not a given-for-all sense, but acquire sense precisely in the contexts of use, in which there happen interactions involving specific interlocutors, in activity spheres, and by means of speech genres.*

Keywords: *Dialogism. Theory and analysis. Analytical parameters.*

Título: *De significaciones en la lengua hasta el sentido en el lenguaje: parámetros para un análisis dialógico*

Autores: Adail Sobral; Karina Giacomelli

Resumen: *La propuesta aquí presentada, que constituye parte de trabajos en curso, se basa en la teoría dialógica del lenguaje e involucra un tratamiento integrado del plan lingüístico-textual más estricto (la llamada materialidad textual), y del plan enunciativo más amplio. En ese sentido, el interés específico de la propuesta es presentar parámetros para un trabajo lingüístico-discursivo que parta, al mismo tiempo, de la palabra en el sistema de lengua (nivel de significación) y de enunciados efectivamente producidos (nivel del sentido) para verificar de que maneras las significaciones en la lengua son apropiadas por los discursos y sirven para instauración de sentidos en el lenguaje. Esta concepción parte de la idea de que las palabras no tienen un sentido dado, pero adquieren sentido en contextos de uso, que involucran la interacción entre interlocutores específicos, en ámbitos de actividad y por medio de géneros.*

Palabras-clave: *Dialogismo. Teoría y análisis. Parámetros analíticos.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180204-9817>

LINGUAGEM, REPRESENTAÇÃO E RECURSÃO NO DISCURSO METALINGUÍSTICO DE CLARICE LISPECTOR

Alana Kercia Barros Demétrio*
Maria Helenice Araújo Costa**
Universidade Estadual do Ceará
Centro de Humanidades
Fortaleza, CE, Brasil

Resumo: Este artigo problematiza noções sobre o atributo humano de construir sentidos. Objetiva discutir as noções de representação e recursão a partir da metalinguagem presente nos romances de Clarice Lispector. Adota, como referencial teórico, considerações tecidas por autores de diferentes áreas do conhecimento que, em seus estudos, fomentaram o debate epistemológico acerca destas noções, como o filósofo Kant, o linguista Izidoro Blikstein e o biólogo Humberto Maturana. À luz dessas contribuições teóricas, analisa trechos dos romances *A cidade sitiada*, *Água viva* e *A paixão segundo G.H.*, em que identifica a presença de reflexões sobre o desafio intransponível da representação. Nos trechos analisados, observa a alusão a uma semiose não verbal oculta na dimensão de uma práxis anterior à língua, mas, ao mesmo tempo, dela tributária; e percebe a ideia de que os sujeitos constroem os sentidos no fluir das recursões da práxis do viver.

Palavras-chave: Linguagem. Representação. Recursão. Práxis do viver. Clarice Lispector.

1 INTRODUÇÃO

Os romances de Clarice Lispector são notadamente marcados pelo drama que constitui para os personagens o seu esforço de referir. Desde o romance de estreia, *Perto do coração selvagem*, a narrativa da escritora entrelaça a trajetória de seus protagonistas ao confronto com a linguagem. Mesmo quando não ocupa o primeiro plano, como ocorre na obra mencionada, esse confronto aparece no discurso construído por Clarice: “Palavras muito puras, gotas de cristal. Sinto a forma brilhante e úmida debatendo-se dentro de mim. Mas onde está o que quero dizer, onde está o que devo dizer? Inspirai-me, eu tenho quase tudo; eu tenho o contorno à espera da essência; é isso?” (LISPECTOR, 1998f, p. 69).

Conforme aponta Nunes (1995), a estratégia empregada por Clarice, de fazer voltar-se a linguagem sobre si mesma, intensifica-se quando o estilo da escritora assume um nível mais abstrato e alegórico, que já se delineia em *A cidade sitiada* e sofre um adensamento em *A maçã no escuro*. De fato, a inquietação do protagonista de *A maçã no escuro* com a linguagem é tão contundente que nele desencadeia a determinação de

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: alanakerciab@gmail.com.

** Doutora em Linguística (UFC). Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (UECE). E-mail: mariahelenicearaujo@gmail.com.

reconstruí-la: “Sua reconstrução tinha de começar pelas próprias palavras, pois palavras eram a voz de um homem” (LISPECTOR, 1998c, p. 131). Uma vez que a busca por essa reconstrução torna-se a temática central dessa obra, o discurso metalinguístico permeia toda a narrativa.

E não é apenas no interior dos conflitos dos personagens que Clarice constrói as reflexões sobre o dizer. Em *A hora da estrela*, a metalinguagem aparece também na *Dedicatória do autor*, espécie de prólogo com que o narrador criado pela escritora introduz a história de Macabéa: “Mas que ao escrever – que o nome real seja dado às coisas. Cada coisa é uma palavra. E quando não se a tem, inventa-se-a. Esse vosso Deus que nos mandou inventar. Por que escrevo? Antes de tudo porque captei o espírito da língua e assim às vezes a forma é que faz conteúdo” (LISPECTOR, 1998b, p. 18).

Observando os diversos exemplos de manifestação do discurso metalinguístico nos romances da autora, percebemos que as reflexões que ela constrói em torno da linguagem abordam o tema de maneira ampla, extrapolando cogitações sobre o ato da escrita ou sobre o fazer literário, as quais encontramos com frequência no trabalho de outros escritores. Em relação a estas, as reflexões claricianas se destacam por abranger conteúdos ancorados nas raízes filosóficas dos estudos da linguagem. São questões pertinentes ao pensamento, à cognição, à problematização do mundo extramental e da noção de verdade¹ e à noção de representação.

A noção tradicional de representação, que fundamenta a crença na linguagem como instrumento de acesso ao real, impulsionou, por exemplo, o projeto do protagonista de *A maçã no escuro*. Nesse romance, o personagem Martim propõe, de maneira semelhante à dos filósofos analíticos, abolir a linguagem convencional em nome de um modo de exprimir a realidade sem deformações. Embora fracassando nesta que era sua intenção original, ele se vê vitorioso ao compreender, finalmente, como recurso frutífero a plasticidade da linguagem.

Conforme visto em Barros e Costa (2015), o desenrolar do conflito de Martim não é, contudo, linear. Não obstante a ansiedade do personagem por readmitir, ao final do romance, a linguagem comum, suas descobertas sucedem não exatamente por apaziguar a angústia, a sua e provavelmente também a do leitor, em face de um mundo indizível e de uma alma inefável, mas por denunciar um tipo de relação entre linguagem e realidade muito mais complexa do que a de correspondência especular.

Assim como vimos que não há desfecho possível para o conflito entre tal angústia e tal consciência de complexidade em *A maçã no escuro*, entendemos que também não existe conclusão definitiva para a problematização metalinguística desenvolvida nos demais romances claricianos, seja por meio das reflexões de um narrador, seja através da voz e atitude dos personagens. Com o objetivo de discutir as noções de representação e recursão a partir do discurso metalinguístico presente nesses romances, analisamos trechos das seguintes obras: *A cidade sitiada*, *Água viva* e *A Paixão segundo G.H.*, que a nosso ver são fortemente alusivas a essas noções.

¹ O termo *verdade* é tomado aqui na acepção contestada por Maturana (2001, p. 149), em alusão ao suposto fundamento utilizado para “[...] conotar uma realidade independente do que fazemos como observadores, seja como uma referência pela qual validamos nossas afirmações, ou como um argumento que lhes dá universalidade”.

Na seção 2 deste artigo, apresentamos uma breve discussão teórica a respeito da espécie de trajetória que se delineia entre a desestabilização do princípio de representação na linguagem e a construção da noção de recursão, que consideramos uma coerente alternativa antirrepresentacionista. Na seção 3, analisamos trechos de romances claricianos debatendo, a partir das elucubrações metalinguísticas presentes no discurso que compõem, o percurso conceitual de que tratamos. Por fim, tecemos no último segmento alguns comentários acerca dos resultados mais relevantes e da pertinência da discussão empreendida.

2 DA REPRESENTAÇÃO À RECURSÃO

A resistência que as palavras oferecem aos usos que delas fazemos, os mal-entendidos inscritos em nossas interações cotidianas, nossas dificuldades de compreensão, esses aspectos, confrontados à crença, ainda predominante no senso comum, de que à linguagem caberia designar os supostos significados essenciais de um mundo naturalmente discretizado, corroboram a ideia de uma falha de performance dos falantes ou de uma imperfeição das línguas naturais.

Chamando a atenção para as inquietações desencadeadas por essa suposta falibilidade do aparato linguístico humano, Magro (1999) nos lembra dos esforços empreendidos ao longo do tempo para minimizar, ou mesmo eliminar, o pretenso problema. Entre esses esforços, a autora aponta a proposta do *Calculus universalis*, de Leibniz, que consiste no “[...] projeto de uma linguagem artificial, desprovida de qualquer ambiguidade” (MAGRO, 1999, p. 96), e o intento de Frege de inaugurar por meio do simbolismo lógico uma linguagem perfeita, o *Begriffsschrift*, “[...] uma conceitografia, que se define como uma linguagem formular de pensamento puro, imitada da linguagem aritmética, um meio de evitar mal-entendidos e erros no pensamento originados principalmente da linguagem ordinária” (MAGRO, 1999, p. 96).

Também poderíamos incluir em tais esforços de dissolver as imperfeições da língua cotidiana a teoria proposta no *Tractatus* por Wittgenstein, que, em seus primeiros estudos, atribuiu ao mau uso da linguagem a emergência dos problemas filosóficos. Wittgenstein procurou resolver o problema de traduzir a realidade por meio de notações que funcionassem como diagramas capazes de espelhar a estrutura lógica do mundo, postulando que “[...] a proposição é figuração da realidade, pois [se conhece] a situação representada por ela quando [se entende] a proposição” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 72, § 4.021).

A crença na possibilidade de se estabelecer uma relação biunívoca entre linguagem e realidade, na qual estão apoiadas as propostas do cálculo, da conceitografia e da figuração, pressupõe que a realidade discretizada já existe e que à linguagem caberia apenas o papel mal desempenhado de exprimi-la.

Essa crença, fundamento das propostas dos filósofos analíticos, está situada na trajetória do empreendimento humano de construir conhecimento sobre a origem da existência, a constituição dos fenômenos naturais e o funcionamento das práticas socioculturais, elementos que tinham por muito tempo sido atribuídos a entidades

mitológicas. Conforme explica Costa (2007), na história da filosofia, as especulações cosmológicas e ontológicas levam à problematização do próprio conhecimento (virada epistemológica); da comunicação desse conhecimento (virada linguística), e, em seguida, da relação de mútua constitutividade entre uma e outra instância (virada pragmática), quando o reducionismo lógico cede lugar à noção de que “[...] a realidade é algo dinâmico que emerge com nossas práticas sociais, entre as quais estão os diversos usos da linguagem” (COSTA, 2017, p. 23).

A pretensão dos filósofos analíticos é, assim, precedida pelo problema da validação da representação. Segundo Ghiraldelli (2008), a pergunta sobre o mundo feita pela filosofia antiga de modo direto (*intentio recta*) passa a ser formulada pela filosofia moderna de modo indireto (*intentio obliqua*). Como explica o autor, a indagação sobre o que há de real no mundo passa a implicar dúvida sobre qual representação do mundo seria válida, verdadeira; a questionar mesmo se haveria conhecimento do mundo. Fundamental no desenvolvimento dessa reformulação epistemológica foi a tentativa de Kant ([1781] 2009) de demonstrar, com a *Crítica da razão pura*, que a racionalidade não é absoluta.

Assim como, nas ciências naturais, Copérnico afastou a hipótese geocêntrica em favor da ideia de que os corpos celestes giravam em torno do Sol, Kant promoveu, no seio da filosofia, uma mudança de perspectiva que abalou a postura dogmática dos pensadores clássicos. Com a revolução copernicana filosófica, Kant sustenta que “[...] a verdade concerne, não à essência última das coisas, mas ao modo como as conhecemos” (FIGUEIREDO, 2005, p. 25), propondo a substituição da ontologia, com sua pretensão de obter o conhecimento das coisas em si, pelo “[...] título modesto de uma simples analítica do entendimento puro” (KANT, 2009, p. 179).

A justificativa reside naquilo que Kant (2009) denomina o problema geral da razão pura, isto é, a insuficiência da faculdade pura da razão diante da tentativa de dar respostas às indagações metafísicas. Para o filósofo, o uso dogmático, acrítico, da razão produz postulados infundados, parciais, contestáveis; é necessário, em face disso, avaliar os limites e potencialidades da razão em relação aos objetos apresentados pela experiência.

Se, por um lado, “[...] as categorias não se fundamentam, quanto a sua origem, na sensibilidade” (KANT, 2009, p. 180), são por outro lado juízos apriorísticos sem validade objetiva (abstratos), que só adquirem sentido, significação, ao tornarem-se sensíveis, ao receberem seu objeto “[...] pela intuição empírica², da qual [eles são] simples forma” (KANT, 2009, p. 174). A afecção da sensibilidade, por sua vez, não constitui, como explica Kant, a representação do conhecimento de um objeto, pois “[...] pela simples intuição nada é pensado” (KANT, 2009, p. 184); os objetos nos são apresentados pelos sentidos não como são, mas como nos aparecem.

Conforme o filósofo, por ser a intuição sensível possibilidade única para nós (não somos dotados de outro tipo de intuição), os sentidos permanecerão para sempre desconhecidos como objetos do entendimento puro, isto é, apenas num plano transcendental (que ignoramos existir), poderíamos afirmar que o entendimento³ nos

² Segundo Kant (2009), “[...] *sensação* é o efeito que um objeto causa na capacidade de representação, quando o mesmo objeto nos afeta. A *intuição* é chamada de *empírica* quando, mediante sensação, refere-se ao objeto” (KANT, 2009, p. 31, grifos do autor).

³ Kant (2009) afirma que a intuição permitida por nossa natureza abrange “[...] apenas a maneira como nos afetam os objetos. Já o entendimento é a faculdade de pensar o objeto da intuição sensível. Nenhuma dessas propriedades é preferível à outra. Sem sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado e, sem entendimento,

apresenta as coisas tais quais elas são, mas, sem relacionar categorias e objetos, sem submeter a razão ao plano empírico, a “[...] realidade objetiva não pode, de forma alguma, ser conhecida” (KANT, 2009, p. 185). Apenas como unidade “[...] o entendimento e a sensibilidade podem determinar os objetos em nós” (KANT, 2009, p. 187), razão pela qual os objetos simplesmente inteligíveis a nada se referem e “[...] as coisas são conhecidas por nós somente como *parecem ser*” (KANT, 2009, p. 182, grifos nossos).

A tese kantiana acerca de nossa incapacidade de conhecer as coisas de fato, objetivamente, é interpretada por Rego (2006) como uma crítica que se estende ao discurso. Conforme o autor,

Kant afirma que não há um critério interno à linguagem (evidentemente tampouco externo) capaz de garantir a correspondência da linguagem em relação às coisas em si mesmas [...]. Em termos formais, isso significa: não podemos determinar o valor de verdade dos nossos enunciados (REGO, 2006, p. 162).

De nossa parte, não enxergamos na renúncia de Kant a um conhecimento das coisas em si mesmas, seja mediante um racionalismo dogmático, seja a partir de um empirismo autônomo, a indicação de um problema a residir na linguagem. O movimento de desconstrução que com sua crítica Kant promove no universo convicto da filosofia transcendental não nos parece alcançar a dimensão linguística. Nosso posicionamento encontra apoio nas considerações de Derrida a respeito do problema da linguagem em face da questão do caráter crítico em filosofia. Ainda que para discordar de Derrida, é Trevisan (2012) quem nos apresenta essas considerações:

Derrida acusa a filosofia transcendental de uma “ingenuidade natural” quanto ao problema dos limites e da origem mesma da linguagem e, com ela, do próprio discurso filosófico empregado e de sua legitimidade – para o filósofo transcendental, a linguagem seria um fato, talvez até um “fato da razão”, a ser assumido acriticamente e que “exclui a reflexividade” (TREVISAN, 2012, p. 82).

A nosso ver, essa ingenuidade não é superada; ao problematizar a representação, nosso conhecimento absoluto do real, Kant parece ignorar o papel desempenhado pela linguagem na questão, reportando-se sempre ao pensamento, aos juízos formulados pelo entendimento para moldar o conteúdo das experiências, como se não houvesse opacidade no dizer e os sentidos fossem apriorísticos, dele independentes.

A ausência desse exame crítico no discurso do filósofo nos impele a reconhecer em seus postulados o pressuposto da linguagem como simples instrumento, neutro e eficiente, de que se utilizariam os indivíduos para organizar racionalmente os dados captados pelos sentidos. Concordamos assim com Derrida, para quem “[...] essa ausência representaria uma ‘zona cinzenta’ em que linguagem e pensamento originário se confundem e se isentam de qualquer reflexão acerca de sua legitimidade” (TREVISAN, 2012, p. 83).

nenhum seria pensado. São vazios pensamentos sem conteúdo; são cegas intuições sem conceitos” (KANT, 2009, p. 53-54).

DEMÉTRIO, Alana Kercia Barros; COSTA, Maria Helenice Araújo. Linguagem, representação e recursão no discurso metalinguístico de Clarice Lispector. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 323-339, maio/ago. 2018.

Longe de ser um problema bem resolvido, a relação linguagem-pensamento esteve sempre a se imiscuir na preocupação humana com o conhecimento da realidade. Segundo Blikstein (2003), a hipótese da modelagem linguística do universo não livrou a significação da necessidade de recorrer a uma dimensão anterior à experiência verbal, a “[...] percepção-cognição, onde justamente se fabricariam os referentes/objetos mentais/unidades culturais” (p. 39).

A famigerada hipótese sapir-whorfiana é referida por Blikstein como basilar na tendência de considerar a língua como organizadora da estrutura conceitual do mundo. A hipótese, conforme a qual “[...] categorias mentais como o tempo, o espaço, o sujeito e o objeto são explicadas pelas estruturas linguísticas” (BLIKSTEIN, 2003, p. 41), influenciou o trabalho de muitos linguistas, fomentando a ideia de que a palavra antecede o pensamento, e os significados das coisas não existem fora da linguagem.

Conforme Blikstein, a assunção irrefletida dessa hipótese deixa obscuro um imprescindível aspecto do mecanismo de significação, a experiência perceptiva. O autor argumenta que nosso sistema perceptual estaria aparelhado de uma práxis (prática social) que o habilitaria a transformar a realidade em referente. Noutras palavras, nossa percepção da realidade seria atravessada por mecanismos cognitivamente desenvolvidos a partir das condições sócio-históricas do momento e lugar que compartilhamos.

A tese bliksteiniana é a de que a práxis opera na percepção-cognição “[...] gerando conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos, na dimensão cinésica e proxêmica [...], independentemente da ação e do recorte da linguagem linear” (BLIKSTEIN, 2003, p. 66); haveria assim uma semiose não verbal eclipsada pela primazia atribuída à linguagem. Por outro lado, Blikstein admite que, diante de nossa crescente imersão nos processos de socialização, “[...] nossa percepção/cognição vai-se amoldando, em geral, à lógica linear discursiva e é muito difícil pensar o mundo de outra maneira” (BLIKSTEIN, 2003, p. 68).

Como explica o autor, não havendo outra forma de capturar essa semiose enredada na dimensão da práxis, recorreremos à língua para materializá-la. Esta, por sua vez, interage com a práxis e a reitera, afetando nossa experiência perceptivo-cognoscente e modelando, portanto, o referente, isto é, fabricando a realidade.

O dinamismo do esquema proposto por Blikstein reforça a desconstrução da ideia do real apriorístico, discretizado, e oferece coerência à explicação da relação entre linguagem, cognição e realidade apresentada pelo autor. Em contrapartida, observamos que essa explicação preserva em certa medida a noção da existência de uma espécie de dimensão anímica (ainda que socialmente motivada), dotada de propriedades peculiares para captar a instrução do meio e, portanto, fabricar representações.

Sem conseguir livrar-se da recorrência ao conceito de representação, a proposta bliksteiniana enquadra a experiência perceptiva como um modo de organizar o miolo difuso presente no domínio das interações produzindo imagens redutíveis ao organismo, isto é, a nosso domínio fisiológico, garantindo nele um lugar para a mente. Alertando-nos contra a armadilha epistemológica que a nosso ver apanha Blikstein, Magro (2000), apoiada nos estudos do biólogo Maturana, em sua biologia do conhecer, assevera que

Para explicar cognição e linguagem, não precisamos trazer para dentro de nós, sob a forma de representações de quaisquer naturezas, o que vivemos em nossas interações, nem os mundos que nelas constituímos, embora esses dependam claramente de nossa corporalidade, a cada instante [...] (MAGRO, 2000, p. 272).

De acordo com Magro (1999b), em vez de constituir uma entidade psíquica transcendente, a mente é o próprio espaço relacional, interativo, no qual desempenhamos nossas atividades, recorrentes e recursivas. Assim, conforme esclarece a mesma autora (1998), perceber não é captar os traços de uma realidade externa para constituir representações internas a serem posteriormente computadas; nem sequer existe uma dimensão interna, um sistema cognitivo aparelhado de conceitos apriorísticos a ditar de que modo deve ser o mundo percebido.

Como um ato cognitivo, *perceber* nos envolve em nossa corporalidade e em nossa história de seres linguajantes num meio, entrelaçando linguagem e emoção no conversar, como um modo de vida especificamente humano. É nesse conversar que criamos os objetos, distinguindo-os e nomeando-os, e passando posteriormente a tratá-los como independentes dos atos pelos quais os trouxemos à existência (MAGRO, 1998, p. 180, grifo da autora).

Compreendemos, pois, que a experiência perceptiva e a linguagem – o linguajar, nos termos de Maturana –, não se desenvolvem em dimensões desmembráveis, como verificamos ocorrer no esquema explicativo de Blikstein. Como observadores linguajantes, perceber e explicar coordenadamente é o nosso modo de estar no mundo.

Consoante Maturana (2001), na história da convivência promovemos coordenações consensuais⁴ de comportamentos. Essas coordenações são resultado da convivência de nossas transformações, de mudanças estruturais desencadeadas em nós pela interação com outros sistemas determinados estruturalmente⁵, “[...] de modo que uma história de interações recorrentes é uma história de desencadeamentos estruturais, de mudanças estruturais mútuas entre o meio e o ser vivo, e o ser vivo e o meio” (MATURANA, 2001, p. 76).

Segundo o autor, uma história de interações dura enquanto houver conservação de organização dos participantes. Assim, enquanto há conservação de nossa organização, mantemo-nos vivos. Por outro lado, há rearranjo de nossa configuração estrutural a partir das perturbações que admitimos em nossa ontogenia. Conforme explana o biólogo, da contingência dessas mudanças estruturais, no fluir de nosso viver em acoplamento com o meio, surgem coordenações consensuais de condutas. Como organismos, engajamo-nos num mútuo ajustamento por meio do qual nos constituímos e preservamos; simultaneamente, como observadores linguajantes, percebemos e explicamos nossas experiências, operando em coordenações consensuais de ações de modo a validar contingencialmente as explicações.

Ainda de acordo com Maturana, quando há uma história de interações recorrentes, produzimos uma dinâmica de recursões de consenso, isto é, “[...] uma operação num domínio de coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações” (MATURANA, 2001, p. 131). A linguagem, nesse sentido, ocorre quando “[...] duas ou

⁴ Maturana (2001) faz distinção entre as noções de **consenso** e de **acordo**. Enquanto este último “[...] envolve a condição explícita da *coincidência* na ação sobre algo” (p. 71, grifo do autor), o consenso diz respeito a “[...] coordenações de condutas que se estabelecem como resultado de estar juntos em interações recorrentes” (p. 71).

⁵ Conforme Maturana (2001), “[...] tanto ser vivo quanto meio são sistemas determinados estruturalmente” (p. 75).

mais pessoas em interações recorrentes operam através de suas interações numa rede de coordenações cruzadas, recursivas, consensuais de coordenações consensuais de ações” (p. 130).

Concordamos com Magro (1999b) quando afirma que, nesse modo de conceber a linguagem, não há lugar para a ideia de representação. Como argumenta a autora, ao dispensar recurso à transcendência para descrever o modo como vivem os seres na linguagem, o pensamento de Maturana constitui uma viável alternativa ao representacionismo, pois rejeita tanto a noção de linguagem como ferramenta para a apreensão de um mundo externo, para a captação de “[...] objetos perceptivos independentes” (MAGRO, 1999b, p. 193), quanto o conceito de mente como entidade depositária de propriedades cognitivas apriorísticas ou de imagens armazenadas. O espaço mental corresponde nessa abordagem a “[...] um espaço de interações realizadas principalmente na linguagem, como modo de viver num recorrente e recursivo entrelaçamento de emocionar e conversar.” (MAGRO, 1999b, p. 194).

Prescindir da representação não implica, na biologia do conhecer, negar o meio circundante e legitimar a autonomia solipsista da cognição, como sempre temeu a tradição filosófica clássica, porque, ao passo que é refutada a objetividade de um mundo cognoscível, há a premissa de que nós, como sistemas vivos, não operamos num vácuo, mas num meio que nos é comensurável em razão de nossa história de acoplamento estrutural. A regularidade do mundo não se dá com base em referências independentes de nós a assegurar a estabilidade absoluta daquilo que experimentamos, mas se estabelece a partir das coerências perceptivas resultantes de nossa história biossocial, de interações recorrentes nas quais coordenamos consensualmente os comportamentos que geramos.

“Quando dois ou mais organismos interagem recursivamente como sistemas estruturalmente plásticos, cada um deles vindo a ser um meio para a realização da autopoiese do outro, o resultado é um acoplamento estrutural ontogênico mútuo” (MATURANA, 1997, p. 146). O domínio de condutas encadeadas que compõem essa história recursiva decorrente do acoplamento ontogênico recíproco é referido por Maturana como domínio consensual.

Para o autor, o consenso não diz respeito à coincidência manifesta dos interactantes na ação coordenada; ele é efeito “[...] da convivência das transformações dos participantes na convivência” (MATURANA, 2001, p. 71), isto é, da coordenação em interações recorrentes das condutas geradas, a partir das mudanças estruturais desencadeadas pelas perturbações, no curso particular da ontogenia dos interactantes. Além dessa coordenação comportamental nas interações recorrentes, o domínio consensual abrange a “[...] coordenação comportamental recursiva sobre a coordenação comportamental” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 71), o que faz da linguagem uma conduta que tem lugar nesse domínio.

Consoante Maturana (2001), o operar na linguagem é o fluir na recursão das coordenações de ação. A recursão é um fenômeno que remete à história de interações recorrentes, não como repetição de condutas sociais precedentes, mas como operação de coordenação de consensos prévios. Consistindo nesse fluir recursivo, a linguagem não é uma habilidade circunscrita ao sistema nervoso dos falantes, tampouco é um conjunto abstrato de relações entre símbolos. Como salienta o autor, nenhum comportamento,

gesto, som ou postura particular constituem por si elementos linguísticos, muito menos são esses elementos dotados de conteúdo, com significados apensos; as palavras são modos de coordenar ações e coordenações consensuais de ações.

Nessa perspectiva, não resta espaço, pois, para qualquer relação de contiguidade entre mundo, linguagem e ser. Conforme reforça Maturana (1997), o conteúdo de um linguajar está no próprio fluir das coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações. Os seres linguajantes, por sua vez, ao operar na linguagem, desencadeiam uns nos outros mudanças de estado que modulam suas respectivas dinâmicas estruturais.

Dito de outro modo, as palavras constituem operações no domínio de existência, como seres vivos, dos que participam na linguagem, de tal modo que o fluir de suas mudanças corporais, posturas e emoções tem a ver com o conteúdo de seu linguajar. Em suma, o que fazemos em nosso linguajar tem consequências em nossa dinâmica corporal, e o que acontece em nossa dinâmica corporal tem consequências em nosso linguajar (MATURANA, 1997, p. 168).

Esse enleio entre cognição, linguagem e ontogenia, esse vínculo mutuamente constitutivo que ata essas instâncias, é, nas palavras do biólogo, o suceder do viver na linguagem. Na conservação transgeracional desse modo de vida, que começou há três milhões de anos, “[...] nós explicamos nossas experiências com nossas experiências e com as coerências de nossas experiências” (MATURANA, 2001, p. 191), e é esse o fundamento da realidade; “[...] explicamos nosso viver com nosso viver” (MATURANA, 2001, p. 191).

3 REPRESENTAÇÃO E RECURSÃO NA METALINGUAGEM DE CLARICE LISPECTOR

Embora vinculados ainda a pressupostos de base essencialista, os primeiros passos teóricos em direção à desestabilização da ideia de representação como reprodução, cópia, reflexo, foram significativos para a compreensão da complexa e enigmática relação entre linguagem e realidade, ensejando como caminho possível a construção da noção de recursão. Em nosso modesto recorte da vasta trajetória delineada entre esses passos inaugurais e o ponto de chegada que destacamos, a qual se materializa em mais de um campo de conhecimento, relevamos alguns posicionamentos para guiar nossa discussão. Neste espaço analisamos 7 exemplos (1 trecho de *A cidade sitiada*, 2 trechos de *Água viva* e 4 trechos de *A Paixão segundo G.H.*) que a nosso ver aludem a esses posicionamentos, os quais se configuram como pontos distintos nesse intervalo entre os polos da representação e da recursão.

A ausência de linearidade e de epílogo que, como mencionamos na introdução, marca o desenvolvimento do discurso em questão nos desobriga a usar o aspecto cronológico como critério de organização desses trechos na condução de nossa análise, tanto no que diz respeito à sequência de publicação dos romances quanto no que se refere à posição do excerto na narrativa. Os trechos selecionados estão, assim, organizados conforme a maneira como apresentam indícios alusivos às categorias de representação e recursão na linguagem. Aqueles que sugerem essa alusão de forma que consideramos mais geral nos serviram de ponto de partida para a discussão; os que remetem a aspectos que nos parecem mais específicos em torno dessas categorias seguiram-se aos primeiros, guiando-nos na construção da argumentação.

No exemplo (1), a seguir, a narradora personagem de *A paixão segundo G.H.* alude a um escuro não iluminável em que consistiria a coisa em si:

(1) Não sei, não sei. Pois a coisa nunca pode ser realmente tocada. O nó vital é um dedo apontando-o – e, aquilo que foi apontado, desperta como um miligrama de radium no escuro tranquilo. Então ouvem-se os grilos molhados. A luz do miligrama não altera o escuro. Pois o escuro não é iluminável, o escuro é um modo de ser: o escuro é o nó vital do escuro, e nunca se toca no nó vital de uma coisa. A coisa para mim terá que se reduzir a ser apenas aquilo que rodeia o intocável da coisa? (LISPECTOR, 1998d, p. 138).

A narradora sugere que qualquer perturbação no “halo” da coisa em si não provoca descortino, de modo que o abalo resultante resta circunscrito à atmosfera que envolve seu nó vital; não alcança o próprio nó. A forte carga poética do discurso não nos impede de aproximá-lo ao conceito kantiano de númeno e suas implicações. Para Kant (2009), a possibilidade do númeno, isto é, da coisa em si, não é passível de ser percebida por nós; fora da esfera dos fenômenos, nada há que uma extensão vazia para a nossa intuição sensível. Segundo o filósofo, embora não possamos descartar de modo geral a existência de uma intuição não sensível, sob o risco de admitirmos apenas um mundo concebido no pensamento, em razão de nossa constituição subjetiva, a intuição sensível é única para nós; conhecemos as coisas não como são, mas como parecem ser. O númeno não é, pois, para nós, um objeto inteligível, é “[...] algo de que não podemos fazer a menor representação” (KANT, 2009, p.186); ele não constitui “[...] um conhecimento determinado de uma coisa qualquer, mas somente o pensamento de alguma coisa em geral em que faço abstração de toda forma de intuição sensível” (KANT, 2009, p. 183).

Conforme Figueiredo (2005), o idealismo transcendental kantiano rompe com a tradição filosófica platônica ao negar que corresponderiam ao inteligível e ao sensível dois níveis diversos de realidade, um menos real (sensível) que o outro (inteligível). Kant teria derrubado o privilégio do inteligível deixando de atribuir-lhe a determinação de uma realidade e sustentando a incidência dessa determinação sobre os fenômenos.

De fato, para Kant (2009), o fenômeno, que “[...] nada pode ser por si só e fora de nosso modo de representação” (p. 183), é a única forma sob a qual os objetos nos são dados:

Todas as nossas representações são relacionadas a algum objeto pelo entendimento e, uma vez que os fenômenos são apenas representações, o entendimento os relaciona a alguma coisa apreendida como objeto da intuição sensível; mas essa coisa (na qualidade de objeto de uma intuição em geral), nessa relação, é tão somente o objeto transcendental. Por esse objeto devemos entender alguma coisa = x , da qual nada sabemos e [...] nada podemos saber; mas essa coisa pode, como correlativo da unidade da percepção, servir apenas para unificar a multiplicidade na intuição sensível, operação pela qual o entendimento liga essa multiplicidade ao conceito de um objeto. Esse objeto transcendental não deve nunca estar separado dos dados sensíveis, pois se assim fosse, nada restaria que servisse para concebê-lo. Portanto, ele não é um objeto do conhecimento em si, mas somente a representação dos fenômenos no conceito de um objeto em geral, que pode ser determinado pela multiplicidade dos fenômenos (KANT, 2009, p. 182-183).

Apesar da permanência de um princípio dualista na proposta kantiana, que reitera a tradição essencialista, percebemos no pensamento do filósofo a desestabilização do conceito de representação como reprodução acurada. Ao sustentar a subordinação de nosso conhecer à intuição sensível, Kant evidencia o problema da noção de objetividade e estreita o fosso entre o cognoscível e o cognoscente.

No exemplo (2), a seguir, a narradora de *A cidade sitiada*, ao refletir sobre a atitude da protagonista do romance, parece aludir a essa realidade fenomênica:

(2) Oh, mas as coisas não eram jamais vistas: as pessoas é que viam. [...] Que diria então se pudesse passar, de ver os objetos, a dizê-los... Era o que ela, com paciência de muda, parecia desejar. Sua imperfeição vinha de querer dizer, sua dificuldade de ver era como a de pintar. O difícil é que a aparência era a realidade. (LISPECTOR, 1998a, p. 72).

A narradora atribui a angústia da personagem à impossibilidade de a coisa em si ser vista de maneira isenta, livre do olhar dos sujeitos. Em sua afirmação de que a aparência era a realidade, percebemos apreciação semelhante à de Kant, o qual postula que a definição real, isto é, a compreensão da possibilidade do objeto de uma categoria está inextricavelmente vinculada às condições da sensibilidade dos sujeitos, portanto à forma dos fenômenos.

Ao indicar como dificuldade essa identificação entre aparência e realidade e apontá-la como um obstáculo que se interpunha ao seu desejo de dizer o mundo, a narradora de Clarice nos chama a atenção, ainda nesse exemplo, para o aspecto que naturalmente emerge do questionamento da noção clássica de representação: o lugar da linguagem na significação. Uma vez que contestamos essa noção clássica, apoiando-nos na crença de que a realidade pré-linguagem é imprecisa, etérea, amorfa, não entendemos como imperfeição o nosso “querer dizer”, como parece supor nesse trecho a narradora.

A personagem G.H., por sua vez, ao narrar sua experiência epifânica, parece partilhar de nossa crença, como observamos no exemplo (3), a seguir:

(3) Mas é que também não sei que forma dar ao que me aconteceu. E sem dar uma forma, nada me existe. E – e se a realidade é mesmo que nada existiu?! quem sabe nada me aconteceu? Só posso compreender o que me acontece mas só acontece o que eu compreendo – que sei do resto? o resto não existiu. Quem sabe nada existiu! Quem sabe me aconteceu apenas uma lenta e grande dissolução? E que minha luta contra essa desintegração está sendo esta: a de tentar agora dar-lhe uma forma? Uma forma contorna o caos, uma forma dá construção à substância amorfa – a visão de uma carne infinita é a visão dos loucos, mas se eu cortar a carne em pedaços e distribuí-los pelos dias e pelas fomes – então ela não será mais a perdição e a loucura: será de novo a vida humanizada. [...] Mas como faço agora? Devo ficar com a visão toda, mesmo que isso signifique ter uma verdade incompreensível? ou dou uma forma ao nada, e este será o meu modo de integrar em mim a minha própria desintegração? (LISPECTOR, 1998d, p. 14).

Na tentativa de compreender e contar a própria experiência, a narradora personagem pondera se o seu esforço não seria mais do que o de reconstituir; se não seria dando-se forma ao nada, oferecendo-se contorno ao caos, cortando-se em pedaços a “carne infinita”, que se criaria o que existe. Identificamos no trecho uma referência ao aspecto constitutivo da linguagem, o qual remonta à tese humboldtiana, que endossa, conforme Franchi ([1977] 1992), a concepção de língua como processo criador pelo qual damos forma ao conteúdo impreciso e variável de nossas experiências.

Considerando essa concepção um clichê metodológico precário, Blikstein (2003) aponta sua reformulação como um avanço epistemológico inevitável, por julgar a significação linguística tributária do referente. Para o autor, “[...] o universo e o próprio pensamento já começam a se organizar na percepção/cognição, antes, portanto da própria linguagem” (p. 45); o recorte oferecido pela linguagem não seria, assim, o recorte da realidade propriamente, mas o recorte da realidade fabricada, da realidade transformada em referente. Organizar o caos, dar forma ao nada, cortar em pedaços a “carne infinita” seria, sob esse ponto de vista, um processo desencadeado “atrás” da linguagem.

Nos exemplos (4) e (5), a seguir, a narradora autodiegética de *Água viva*, uma artista plástica que procura compor uma espécie de retrato narrativo da consciência do tempo e do espaço, faz alusão a uma dimensão da significação que, assim como na proposta de Blikstein, segundo nosso entendimento, estaria “atrás” da linguagem ou do que ela denomina pensamento primário:

(4) Parece-me que o mais provável é que não entendo porque o que vejo agora é difícil: estou entrando sorrateiramente em contato com uma realidade nova para mim que ainda não tem pensamentos correspondentes e muito menos ainda alguma palavra que a signifique: é uma sensação atrás do pensamento. (LISPECTOR, 1998e, p. 44).

(5) Quando se vê, o ato de ver não tem forma – o que se vê às vezes tem forma, às vezes não. O ato de ver é inefável. E às vezes o que é visto também é inefável. E é assim certa espécie de pensar-sentir que chamarei de “liberdade”, só para lhe dar um nome. Liberdade mesmo – enquanto ato de percepção – não tem forma. E como o verdadeiro pensamento se pensa a si mesmo, essa espécie de pensamento atinge seu objetivo no próprio ato de pensar. Não quero dizer com isso que é vagamente ou gratuitamente. Acontece que o pensamento primário – enquanto ato de pensamento – já tem forma e é mais facilmente transmissível a si mesmo, ou melhor, à própria pessoa que o está pensando; e tem por isso – por ter forma – um alcance limitado. Enquanto o pensamento dito “liberdade” é livre como o ato de pensamento. É livre a um ponto que ao próprio pensador esse pensamento parece sem autor. (LISPECTOR, 1998e, p. 81-82).

O “pensamento liberdade”, conceptualizado nesses trechos pela narradora de Clarice, aproxima-se a nosso ver do sistema perceptual-cognitivo descrito por Blikstein (2003). A discretização do mundo, a transformação da realidade nova, sem pensamentos correspondentes, nas palavras da narradora, em realidade fabricada, nas palavras de Blikstein, dar-se-ia a partir dessa dimensão interposta entre a linguagem e massa amorfa do real.

Ao afirmar em (5) que “o que se vê às vezes tem forma, às vezes não”, a narradora nos permite ainda enxergar no “pensamento liberdade” um elemento crucial na dimensão da percepção-cognição concebida no esquema proposto por Blikstein. Na discussão empreendida pelo autor a respeito do filme de Werner Herzog, *O Enigma de Kaspar Hauser*, de 1974, ele argumenta que sem a práxis social, não há significação:

Kaspar Hauser descodifica de modo sempre aberrante a significação do mundo. A permanência do déficit cognitivo de Kaspar Hauser seria um índice de que os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis (p. 55).

Conforme explica Blikstein, a práxis modela a percepção-cognição a partir de mecanismos que consistem em traços de diferenciação e identificação que o “[...] homem cognoscente desenvolve [...] para mover-se no tempo e no espaço de sua comunidade” (BLIKSTEIN, 2003, p. 60). O autor esclarece que, a partir de tais traços, somos capazes de “[...] discriminar, reconhecer e selecionar [os elementos] do universo amorfo e contínuo do real” (BLIKSTEIN, 2003, p. 60). Acrescenta que, ao serem impregnados de valores meliorativos ou pejorativos, esses traços transformam-se em traços ideológicos, os quais desencadeiam corredores semânticos ou isotopias, que, por sua vez, orientam a percepção-cognição, criando modelos ou padrões perceptivos, os “óculos sociais”.

Assim, ao mesmo tempo que nos permite a discretização de um universo amorfo e contínuo, a dimensão da práxis a que estaria necessariamente sujeita nossa percepção-cognição reitera padrões perceptivos, que relativizam a ausência de forma desse universo. De acordo com nossa compreensão, é consoante com essa ideia o que declara a narradora de Clarice no exemplo (5): o que pensa o “pensamento liberdade”, que a narradora assim denominou, “só para lhe dar um nome”, “às vezes tem forma, às vezes não”. Ousamos afirmar, com base na explicação de Blikstein, que, embora o “pensamento liberdade” não seja determinado como o “pensamento primário”, é justamente em razão dos “óculos sociais” que, como alerta a narradora, tal pensamento não ocorre “vagamente ou gratuitamente” e, por outro lado, “ao próprio pensador esse pensamento parece sem autor”.

Ocorre que, nas palavras de Blikstein, “[...] embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não verbal, é praticamente só por meio desses códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis” (BLIKSTEIN, 2003, p. 80), isto é, a semiose não verbal, da qual temos apenas frágil consciência, só pode ser explicada pela língua, que por sua vez a reitera e a subverte, (re)organizando “[...] toda uma estrutura de movimentos, espaços, distâncias, gestos, objetos, construída pela estereotopia da nossa percepção” (BLIKSTEIN, 2003, p. 74).

Essa possibilidade subversiva na interação língua-práxis é, para o autor, o que se manifesta no conflito de Kaspar Hauser: ao desarranjar os corredores isotópicos e os estereótipos, as condições de aquisição de linguagem a que foi submetido o personagem – um momento tardio da vida e um ambiente socialmente restrito – denunciam a fabricação da realidade. No exemplo (6), a seguir, percebemos na argumentação da narradora G.H., de Clarice, certa alusão a essa “práxis libertadora” de que fala Blikstein:

(6) Mas era como uma pessoa que, tendo nascido cega e não tendo ninguém a seu lado que tivesse tido visão, essa pessoa não pudesse sequer formular uma pergunta sobre a visão: ela não saberia que existia ver. Mas, como na verdade existia a visão, mesmo que essa pessoa em si mesma não a soubesse e nem tivesse ouvido falar, essa pessoa estaria parada, inquieta, atenta, sem saber perguntar sobre o que não sabia que existe – ela sentiria falta do que deveria ser seu. (LISPECTOR, 1998d, p.135).

A “práxis libertadora”, fruto da subversão de modelos perceptocognitivos contingencialmente determinados, “[...] acaba por patentear como a realidade tão bem ordenada e natural é apenas um produto da práxis da comunidade” (BLIKSTEIN, 2003, p. 86). G.H., ao afirmar hipoteticamente que a pessoa cega, tendo assim nascido e vivido entre outras igualmente privadas de visão, não saberia de que sentia falta ainda que

sentisse a falta, parece justamente argumentar que o real existe para nós conforme a percepção moldada pela práxis. E ao insistir que, mesmo ignorando que “ver” existia, tal pessoa restaria inquieta, com a angústia de uma pergunta que não saberia formular, a narradora problematiza a aceitação do real fabricado para a nossa percepção.

Entendemos essa problematização do real fabricado como a compreensão de que é aparente a naturalidade das estruturas ordenadas que confortavelmente admitimos, como a quebra da “ilusão referencial” nos termos de Blikstein. A nosso ver, essa quebra é o reconhecimento, como possibilidade, de uma realidade outra; tratar-se-ia de um equívoco percebê-la como sinal acusador de uma realidade una, última.

Com base na proposta teórica do biólogo Humberto Maturana, afirmamos que pensar a realidade em termos ontológicos não pode ser distinto, para nós, de pensá-la em termos epistemológicos, pois “[...] o fenômeno do conhecer é um fenômeno do vivo” (MATURANA, 2001, p. 40). Nesse sentido, o mundo não é; “[...] o mundo se explica [...] com o suceder do viver, com a práxis e o viver na linguagem” (MATURANA, 2001, p. 58). Segundo o autor, a assunção de que não há referência a uma realidade independente não é caótica ou temerária, porque não se trata de concebê-la como uma fantasia discursiva, mas de percebê-la como uma proposição explicativa, uma versão configurada conforme domínios de coerências operacionais.

O que fazemos na linguagem é, para Maturana, consensualmente coordenar ações e coordenações consensuais de ações; a história dessa recursão, isto é, o que fazemos emergir no fluxo dessas coordenações de coordenações é o que existe. De acordo com o autor, fora da linguagem, nada existe que diga respeito a nós, sistemas vivos linguajantes que somos: “Nós já nos encontramos na linguagem, fazendo distinções na linguagem, quando começamos a refletir na linguagem sobre o que fazemos, e como fazemos o que fazemos” (MATURANA, 2001, p. 125).

Como a linguagem é “[...] o fluir na recursão das coordenações consensuais de comportamento” (p. 98), é nela que, conforme salienta Maturana, tomam forma as entidades do mundo. Estas seriam comparadas a nós, a “[...] entroncamentos no espaço de coordenações de ação” (p. 99). Apenas se pensarmos a realidade em termos essenciais, em termos de um mundo objetivo e independente, é que a linguagem aparece como limitação, como mediador deficiente. No exemplo (7), a seguir, a narradora de Clarice parece admitir que pode somente permanecer alheia, vaga, indistinta, essa “[...] base absolutamente invisível, a partir da qual surge o que surge na linguagem” (MATURANA, 2001, p. 98):

(7) Minha voz é o modo como vou buscar a realidade; a realidade, antes de minha linguagem, existe como um pensamento que não se pensa, mas por fatalidade fui e sou impelida a precisar saber o que o pensamento pensa. A realidade antecede a voz que a procura, mas como a terra antecede a árvore, mas como o mundo antecede o homem, mas como o mar antecede a visão do mar, a vida antecede o amor, a matéria do corpo antecede o corpo, e por sua vez a linguagem um dia terá antecedido a posse do silêncio. Eu tenho à medida que designo – e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas – volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu. (LISPECTOR, 1998d, p. 175-176).

Ao indicar a linguagem, a própria voz, como modo de buscar a realidade sem encontrá-la, e apontar essa realidade como um *a priori* que se apresenta apenas como matéria-prima, bruta, não como dado recuperável, a narradora parece endossar o ponto de vista de Maturana (2001, p. 153): “Os objetos, a consciência, a autorreflexão, o self, a natureza, a realidade, e assim por diante, tudo o que nós, seres humanos, fazemos e somos acontece na linguagem como distinções ou como explicações na linguagem do nosso estar na linguagem”.

Percebemos ainda na reflexão da narradora, quando afirma voltar da busca de mãos vazias e não obstante com o indizível, apenas obtido pelo “fracasso” da linguagem, certa congruência com a ideia central subjacente à biologia do conhecer, a de “[...] nossa participação constitutiva no produzir o mundo que vivemos” (MATURANA, 2001, p. 155). Se não há realidade previamente distinta a ser desvelada, as mãos da narradora só poderiam voltar vazias. E se por essa razão “fracassa” a linguagem, o “fracasso” é produtivo porque obtemos o indizível no fluir em recursão nas coordenações consensuais de ação, pois “[...] tudo o que distinguimos, nós distinguimos na linguagem; tudo o que experienciamos, nós experienciamos ao distinguirmos na linguagem nossa experiência” (p. 155).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo tivemos como objetivo discutir as noções de representação e recursão a partir do discurso metalinguístico presente em romances de Clarice Lispector. Com base nas contribuições teóricas de autores que, em diferentes áreas do conhecimento, fomentaram o debate epistemológico acerca dessas noções, como o filósofo Kant, o linguista Izidoro Blikstein e o biólogo Humberto Maturana, analisamos trechos das obras *A cidade sitiada*, *Água viva* e *A paixão segundo G.H.*

Tendo em vista nosso propósito, discutimos posicionamentos teóricos que consideramos de notável relevância para o exame do recorrente e inquietante questionamento a respeito da relação entre linguagem e realidade, os quais julgamos estarem inseridos numa trajetória delineada entre a desestabilização da ideia de representação como reprodução acurada do real e a construção da noção de recursão como uma plausível alternativa antirrepresentacionista.

Explorando as cogitações linguístico-filosóficas que compõem o discurso construído nas obras de Clarice mencionadas, mostramos certa proximidade entre esse discurso e a crítica kantiana, que identificamos como os passos inaugurais em direção à problematização do conceito tradicional de representação. Além disso, apontamos no discurso metalinguístico da autora alusão à existência de uma semiose anterior à língua como componente da experiência perceptiva e à sujeição da percepção-cognição à práxis social, premissas do esquema bliksteiniano elaborado para explicar como fabricamos a realidade. Indicamos, ainda, insinuar-se em tal discurso a ideia de que não capturamos o real, mas o produzimos ao explicar nosso estar no mundo, que é também nosso estar na linguagem, com o meio e com os outros, portanto um fluir em recursão nas coordenações consensuais de ação.

Reiteramos que a manifestação dessas alusões e remissões no discurso analisado não obedece a um tipo de trajetória evolutiva, como um conflito que se estabelece nas primeiras obras e se dissolve nas derradeiras. Tão complexos quanto os anseios e os juízos dos personagens de Clarice, os argumentos que constituem o discurso autorreflexivo da autora são contrapontísticos, não redutíveis.

Consideramos oportuna a discussão aqui empreendida em virtude da evidente relevância que carrega a reflexão sobre a relação linguagem-mundo, que há muito, desde a Antiguidade Clássica pelo menos, tem sido tema de debate. As bases filosóficas que amparam essa reflexão auxiliam, a nosso ver, em larga medida, a urgente compreensão do protagonismo da linguagem na constituição de nossas práticas sociais. A urgência a que nos referimos se dá em face da recorrência, seja no âmbito mais restrito de nossas interações cotidianas, seja na dimensão mais global de nossas ações e decisões políticas, de problemas advindos de visões que ignoram ou negligenciam a opacidade da linguagem. Além de alimentar essa reflexão, ao oferecer leituras possíveis para os romances de Clarice abordados, este trabalho pode favorecer, em certo grau, o ensino e a compreensão da obra da autora.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. K.; COSTA, M. H. A. Linguagem, cognição e referência em *A maçã no escuro*. *Acta Scientiarum*. Language and Culture, v. 37, p. 381-391, 2015.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- COSTA, M. H. A. *Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão*. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- FIGUEIREDO, V. de. *Kant e a crítica da razão pura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 22, p. 9-39, 1992.
- GHIRALDELLI P. Virada linguística – um verbete. Disponível em: <<https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/virada.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Lucimar Coghi e Fulvio Iubisco. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- LISPECTOR, C. *A cidade sitiada*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998a.
- _____. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998b.
- _____. *A maçã no escuro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998c.
- _____. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998d.
- _____. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998e.
- _____. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998f.
- MAGRO, C. O que a biologia do linguista pode dizer para o linguista. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 29, p. 270-275, 2000.
- _____. C. Valor de Fato. In: VAITSMAN, J; GIRARDI, S. (Org.) *A ciência e seus impasses: debates e tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999. p. 93-108.
- _____. Representação, Virtus Dormitiva e linguagem. In: OLIVEIRA, P.; BENN-IBLER, V.; MENDES, E. (Org.) *Revisitações: Edição Comemorativa dos 30 anos da Faculdade de Letras*. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, 1999b.
- _____. C. O que é uma teoria da linguagem. In: PINTO, P. M. et al. (Org.) *Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 177-189.

DEMÉTRIO, Alana Kercia Barros; COSTA, Maria Helenice Araújo. Linguagem, representação e recursão no discurso metalinguístico de Clarice Lispector. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 323-339, maio/ago. 2018.

MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Tradução de Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. *A ontologia da realidade*. Organização de Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Psy II, 1995.

NUNES, B. *O drama da linguagem: uma leitura de Clarice Lispector*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

REGO, P. C. Kant: A revolução copernicana na filosofia. In: FIGUEIREDO, V. de (Org.) *Seis filósofos em sala de aula*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2006. p. 149-191.

TREVISAN, D. K. O problema da linguagem no discurso filosófico kantiano como questão político-jurídica. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*. São Paulo, n. 20, p. 81-100, 2012.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

Recebido em: 21/07/17. Aprovado em: 10/04/18.

Title: *Language, representation and recursion in Clarice Lispector's metalinguistic discourse*

Authors: *Alana Kercia Barros Demétrio; Maria Helenice Araújo Costa*

Abstract: *This article discusses notions about the human attribute of constructing meaning. It aimed to discuss from the metalanguage in Clarice Lispector's novels the notions of representation and recursion. It adopts, as theoretical framework, considerations by authors from different areas of knowledge, who fostered, in their studies, the epistemological debate about these notions, such as the philosopher Kant, the linguist Izidoro Blikstein and the biologist Humberto Maturana. In light of these theoretical contributions, it analyzes passages from the novels *A cidade sitiada*, *Água viva* and *A paixão segundo G.H.*, in which it identifies the presence of reflections about the unachievable challenge of representation. In these passages it observes the allusion to a nonverbal semiosis hidden in the dimension of a praxis that is prior and yet tributary to the language; and notices the idea that subjects construct senses in the flow of recursive coordination in the praxis of living.*

Keywords: *Language. Representation. Recursion. Praxis of living. Clarice Lispector.*

Título: *Lenguaje, representación y recursión en el discurso metalingüístico de Clarice Lispector*

Autoras: *Alana Kercia Barros Demétrio; Maria Helenice Araújo Costa*

Resumen: *Este artículo problematiza nociones sobre el atributo humano de construir sentidos. Objetiva discutir nociones de representación y recursión desde el metalenguaje presente en romances de Clarice Lispector. Adopta, como referencial teórico, consideraciones tejidas por autores de diferentes áreas de conocimiento, que en sus estudios, han fomentado el debate epistemológico acerca de estas nociones, como el filósofo Kant, el lingüista Izidoro Blikstein y el biólogo Humberto Maturana. Bajo la luz de esas contribuciones teóricas, analiza partes de los romances *A cidade sitiada*, *Água viva* e *A paixão segundo G. H.*, en que identifica la presencia de reflexiones sobre el desafío insuperable de la representación. En las partes analizadas, observa la alusión a una semiosis no verbal oculta en la dimensión de una praxis anterior a la lengua, pero al mismo tiempo de ella tributaria; y percibe la idea de que los sujetos construyen los sentidos en el fluir de recursiones de la praxis del vivir.*

Palabras clave: *Lenguaje. Representación. Recursión. Praxis del vivir. Clarice Lispector.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180205-10717>

REPRESENTAÇÕES SEMIÓTICAS NO GÊNERO REPORTAGEM EM REVISTAS PORTUGUESAS

Audria Albuquerque Leal*
Universidade Nova de Lisboa
Centro de Linguística
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Lisboa, PT

Resumo: Este artigo objetiva estudar representações semióticas no gênero reportagem. Para isso, analisa dois textos deste gênero textual de duas revistas portuguesas: *Visão e Sábado*. Para esta análise, segue as propostas teóricas do *Interacionismo Sociodiscursivo* e da *Semiótica Social*, incluindo o quadro metodológico da *Gramática do Design Visual*. Desta forma, o presente artigo procura levar em consideração o papel do não verbal no gênero reportagem e sua relação com a função social do gênero. Os resultados indicam que os significados das representações são construídos a partir das práticas sociais para atender a função comunicativa do gênero.

Palavras-chave: Texto. Multimodalidade. Gênero. Semiótica social. Interacionismo sociodiscursivo.

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento das novas tecnologias nas sociedades modernas, cada vez mais o visual participa nas ações comunicativas. De facto, é possível verificar a abundância do uso do não verbal em textos que circulam entre os mais diversos grupos sociais e, principalmente, nos que requerem uma maior velocidade no processo de leitura. Enfim, a sociedade é diariamente “inundada” de textos com imagens. Esta constatação revela uma mudança de paradigma nos processos interpretativos que os estudiosos da área dos textos e dos discursos não podem ignorar. Para Kress (1997), a linguística deve procurar responder às práticas, preocupações e necessidades no uso da linguagem em nossos dias. E, sem dúvida, no uso da língua, o verbal interage com o não verbal. Portanto, analisar a relação entre os diferentes modos semióticos é essencial se quisermos entender como se processa a comunicação em nossos dias. Por outro lado, é consensual a ideia de que os textos se realizam segundo um modelo de gênero textual. A noção de gênero está relacionada com a diversidade das práticas sociais, ou seja, os gêneros apresentam características sociocomunicativas variáveis de acordo com as necessidades comunicativas humanas. Isto significa que estudar gêneros textuais é analisar todos os aspectos que compõem esse objeto de estudo, desde os processos particulares de produção, distribuição e consumo, até as categorias composicionais, sejam verbais ou

* O presente trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal), no âmbito do projeto UID/LIN/03213/2013 e do projeto SFRH/BPD/111234/2015. E-mail: audrialeal@fcs.unl.pt

visuais. Isto é, desde os aspectos relacionados ao contexto, até os aspectos relacionados com a representação destes contextos em suas categorias semióticas pela linguagem.

Diante desta problemática relacionada com os estudos dos gêneros textuais, seja na caracterização do gênero seja na sua ação social, o presente artigo procurará ter em consideração o papel do não verbal no gênero reportagem e na relação deste papel com a função social do gênero, principalmente nos processos interpretativos. Deste modo, fundamentamos o trabalho a partir de dois pressupostos: 1) A interação humana é estabelecida através de textos e sua realização se manifesta por meio de gêneros textuais, sejam orais ou escritos; 2) uma análise textual que parte da observação empírica de textos/gêneros deve considerar a relação de todos os elementos verbais e não verbais que compõem o objeto de estudo. Portanto, o texto, como manifestação de um gênero, será considerado neste artigo como sendo multimodal, pois convoca não só o verbal mas também outros elementos semióticos. A partir destas considerações, o objetivo deste trabalho é analisar o papel das representações semióticas, narrativas e conceituais, no gênero *reportagem*. A escolha da *reportagem*, um gênero reconhecidamente multimodal, foi determinada pela hipótese de poder funcionar como exemplo que nos permite analisar o papel que o não verbal vem desempenhando nos textos produzidos nas sociedades modernas.

Teremos como base dois quadros teórico-metodológicos. O primeiro é o do Interacionismo Sociodiscursivo, proposto por Bronckart (1999 e 2008), assumindo que, através deste quadro, podemos observar os efeitos das situações de comunicação no funcionamento linguístico. O segundo é voltado para a análise do não verbal, sendo esta análise orientada pelo quadro teórico-metodológico criado pelos autores Kress e van Leeuwen (2006) e apresentado na obra *The Grammar of Visual Design* (A Gramática do Design Visual). A perspectiva teórica e metodológica desses autores recupera as três metafunções propostas por Halliday (1978), interpessoal, ideacional e textual, e as aplica às análises de textos multimodais, procurando interpretar experiências e formas de interação social dentro de uma perspectiva semiótica. Assim, Kress e van Leeuwen (1996/2006) produzem outras três (meta)funções distintas que serão denominadas significados; são elas: a *representacional*, a *interacional* e a *composicional*. O foco do presente artigo é a função representacional e seu papel no processo interpretativo do gênero.

Para tal, escolheu-se trabalhar seis exemplares do gênero *reportagem* nas revistas publicadas em Portugal, *Visão* e *Sábado*, no mês de Novembro de 2015, sendo três exemplares de cada revista, três reportagens da revista *Visão* e três da revista *Sábado*. Na impossibilidade de apresentar a análise de todos os exemplares estudados, centraremos nosso artigo em um exemplar representativo do gênero de cada uma das revistas.

No intuito de atingir nosso objetivo, em primeiro lugar apresentaremos o enquadramento teórico que fundamenta a análise. Em seguida, mostraremos a ocorrência da categoria Representacional Narrativa e Conceitual nas reportagens de capa das revistas *Visão* e *Sábado*, publicadas em Portugal; e, por fim, verificaremos o papel dessa categoria no processo interpretativo do gênero em análise. Com isso, esperamos tirar as ilações necessárias para compreender o funcionamento comunicativo da *reportagem* em sua vertente não verbal e conhecer os objetivos do uso da representação do visual pelo produtor.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 A NOÇÃO DE TEXTO MULTIMODAL E A RELAÇÃO COM A NOÇÃO DE GÊNERO TEXTUAL

A definição de gêneros como prática de linguagem que tem uma atuação social incide sobre o princípio de que a língua é uma produto social e, sendo assim, é sujeita às necessidades comunicativas do homem. Essa constatação está na base da ideia de que os gêneros apresentam características sociais e comunicativas que variam de acordo com a diversidade das atividades sociais do homem. Podemos mesmo afirmar que as práticas de linguagem estão associadas a uma diversidade de gêneros de textos próprios de cada esfera de atividades sociais. Dentro dessa linha de entendimento, Marcuschi (2002) evidencia que os gêneros se distribuem na oralidade e na escrita como práticas sociais sedimentadas longamente desenvolvidas e testadas. Os gêneros são de natureza sociocomunicativa, com parâmetros essencialmente pragmáticos e discursivos. Sendo assim, são fenômenos históricos, profundamente ligados ao social e cultural, surgindo de acordo com as necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas. De fato, estas inovações tecnológicas têm possibilitado que os gêneros sejam ainda mais visuais.

Além disso, Bronckart (2006) explica que as atividades comunicativas são estabilizadas pelos gêneros textuais. Este autor nota ainda que os gêneros são conhecidos como constructos abstractos que vão ser concretizados em textos, uma vez que são modelos psicológicos encontrados na memória social e que vão ser adaptados pelo produtor textual no momento da produção do texto. Os gêneros são imprescindíveis para a realização de nossas ações comunicativas, uma vez que são reconhecidos como modelos de referência, os quais todo produtor emprega para realizar ações de linguagem. Assim, para este autor os gêneros são estabilizados na produção textual. Isto implica que, numa dada situação de produção textual, o produtor fará escolhas relacionadas com a seleção e combinação de elementos que configuram a realização semiótica, com base em um modelo aplicado na interação, isto é, a escolha do gênero. O resultado será um texto empírico no qual figura o modelo de gênero escolhido e os processos particulares da situação de comunicação.

Desta forma, a noção de texto deste autor problematiza a noção de texto dos formalistas, que reduzem o universo textual unicamente às unidades linguísticas. Para mostrar seu posicionamento, Bronckart (2006, p. 139) apresenta a seguinte definição de texto:

Não é, em si mesmo, uma unidade linguística, pois suas condições de abertura, de fechamento (e, provavelmente, de planeamento geral) não dependem do linguístico mas são inteiramente determinadas pela ação que o gerou. Essa é a razão pela qual dizemos que o texto é uma unidade comunicativa.

Em última análise, analisar os textos envolve considerá-los em seu nível epistémico e praxiológico. Isto significa que observar os modos de funcionamento implica também

perceber os vários processos de semiotização das unidades que os compõem. Nesta mesma linha de pensamento, Bazerman (2005, p.19) complementa esta ideia ao fazer notar que analisar os textos, sua produção, circulação e ordenação é o caminho para perceber como se estruturam as atividades humanas e como organizam-se os grupos sociais.

Portanto, neste artigo, assumimos que as atividades comunicativas determinam a escolha do gênero, influenciando, inclusive, a função que os diferentes elementos semióticos irão ter no texto. E, sendo o texto a materialização empírica do gênero, então, na própria produção textual, encontram-se em evidência os elementos que determinam tanto o gênero escolhido quanto a atividade de linguagem em que esse gênero participa.

Além disso, defendemos que gêneros como a reportagem são reconhecidamente multimodais. O que implica dizer que em sua organização textual o não verbal interage com o sistema linguístico. Perceber como se processa esta interação é essencial para compreender o funcionamento da língua na sociedade. Esta busca por compreender essa interação tem sido uma das grandes preocupações dos teóricos que orientam seus estudos sob o enfoque da multimodalidade. Nesta linha, estão autores como Kress e van Leeuwen (2006) que estudam os gêneros a partir de uma perspectiva discursivo-semiótica. Estes autores concedem uma importante contribuição para o estudo de textos multimodais. Com efeito, um dos pontos fundamentais da teoria da semiótica social é a de que analisar o multimodal compreende considerar todos os elementos que constituem a linguagem. Assim, tornam-se defensores de congregar os elementos linguísticos e não verbais num estudo conjunto, verificando a forma como eles se articulam nos textos.

2.2 A GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL: O SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL

Segundo Kress, Leite-Garcia e van Leeuwen (1997), a semiótica social identifica três questões no processo de caracterizar o texto multimodal. A primeira é que se deve observar como diversas formas de semiotização estão envolvidas na produção e interpretação textual. A segunda refere-se ao fato de que estas formas têm características que pertencem às culturas em que são produzidas. A terceira debruça-se na necessidade de existir um conhecimento na maneira de ler esses textos de forma que sejam coerentes e que gerem compreensões. É neste último ponto que os autores defendem ser este conhecimento ensinável por processos de letramento.

Para atingir os objetivos da semiótica social na análise do multimodal, Kress e van Leeuwen (2006) propõem um quadro teórico-metodológico chamado *Reading Images: The Grammar of Visual Design*¹ (daqui para frente, GVD). Para Fernandes e Almeida (2008, p.12), “é hoje um dos estudos mais importantes na descrição da estrutura que organiza a informação visual nos textos”.

Alicerçados no quadro teórico da Gramática Sistêmico Funcional proposta por Halliday (1978), estes autores idealizam uma “gramática” aplicada à análise do visual. De facto, o termo *gramática* põe em destaque as relações dos elementos de um sistema.

¹ Lendo imagens: a gramática do design visual (tradução nossa).

Assim, na proposta da GVD, procura-se descrever as relações entre os diferentes elementos semióticos de um texto multimodal, relacionando-os com a diversidade das práticas sociais e os conhecimentos daí oriundos. A partir deste posicionamento, esses autores apresentam, dentro da perspectiva da semiótica social, um modelo de análise que também propõe três (meta)funções (representacional, interativa e composicional), que procuram atender aos aspectos comunicativos envolvidos nas imagens e que estão presentes nos gêneros. Desse modo, a representacional é responsável por indicar ações (ou eventos) que vão sendo construídos visualmente. A função interativa apresenta o tipo de relações que vai sendo construído entre os participantes. E, por fim, a função composicional é responsável pela estruturação do texto e agrupa as funções representacional e interativa.

Ainda segundo a GVD, Kress e van Leeuwen (2006) consideram a existência de dois tipos de participantes: os participantes interativos, que serão os produtores ou leitores reais do texto; e os participantes representados, que são aqueles que constituem a temática mais importante do multimodal e que são representados pelas imagens.

A função representacional indica o que está sendo apresentado pela cena comunicativa, que relações estão sendo construídas entre os elementos apresentados e em quais circunstâncias. Correlacionando-a com a metafunção ideacional, a representacional é definida na GVD como a capacidade do sistema semiótico para apresentar os objetos e suas relações no mundo social dentro de um sistema de representação. Para os autores, há dois tipos de representações feitas pela imagem: as narrativas e as conceituais.

Segundo Kress e van Leeuwen (2006), as representações narrativas podem ser identificadas pelo analista por meio de “setas” imaginárias que apontam para um movimento dentro do ato semiótico. Essas setas indicam que há um participante representado pela imagem que direciona sua ação para outro participante. Assim, a representação narrativa é identificada como ações, eventos e processos de mudança. Os vetores imaginários mostram a direcionalidade da ação. O participante do qual parte a ação é conhecido como ator. É dele que parte a seta com a ponta direcionada àquele que recebe a ação e que será reconhecido como meta. Os tipos de processos narrativos podem ser identificados com base nos tipos de vetores, número e tipos de participantes envolvidos. Neste artigo não nos deteremos na identificação dos tipos de processos, mas procuraremos apresentar o significado da representação narrativa na reportagem. O importante é deixar claro que, no ato semiótico com representações narrativas, é possível identificar agentes (aquele participante que será considerado como ator) e representações de ação (processo que é perceptível pela presença de vetor).

Ao contrário das narrativas, as representações conceituais não apresentam ação, mas representam os participantes em termos de tipos ou classes. Este tipo de representação caracteriza os participantes em termos da sua classe, estrutura ou significação. Portanto, não há presença de vetores indicando atuações dentro do ato semiótico. Kress e van Leeuwen (2006) destacam três tipos de processos nas representações conceituais, são elas: classificacional, quando há a presença de uma taxonomia que pode ser aberta ou fechada; analítico, quando apresentam uma relação entre a parte e o todo; e simbólico, quando apresentam um processo que indica aquilo que o participante é ou significa. A representação simbólica ainda pode apresentar dois tipos

de processos: os processos *atributivos*, nos quais o participante é realçado por meio de seu posicionamento na imagem (ex.: tamanho exagerado); ou processos *suggestivos*, em que são apresentados o contorno ou a silhueta do participante. Nesse caso, a identidade ou significado é mostrado através de um traço intrínseco ao portador, sendo considerado como sua essência.

3 A PRESENÇA DA FUNÇÃO REPRESENTACIONAL NA REPORTAGEM

Na atividade jornalística, a informação, interpretação e opinião participam como elementos norteadores na construção dos chamados “fatos jornalísticos”. O funcionamento desta tríade fundamenta-se em três níveis: a apresentação dos fatos (informação), a relação entre os diferentes fatos (interpretação) e o julgamento sobre estes fatos (opinião). Apesar de as fronteiras entre esses três elementos serem difusas, a ênfase dada a cada um caracteriza o texto jornalístico, segundo Medina (1988). Assim, enquanto na notícia predomina a apresentação dos fatos e nos editoriais (ou artigos de opinião) os juízos de valor, é na reportagem que a interpretação dos fatos encontra sua expressão mais desenvolvida. Ainda, segundo Medina (1988), essa interpretação baseia-se no olhar subjetivo do repórter ao escolher um foco na abordagem da descrição e observação dos acontecimentos. Essa escolha é construída tanto pelo linguístico como pelo não verbal. É na conjugação destes dois elementos que se constrói uma “narrativa” direcionada temporalmente para um hoje, apesar de tratar-se da interpretação de fatos já ocorridos numa situação anterior.

Tal como foi colocado na introdução, o presente artigo procura também ressaltar a interação entre diferentes sistemas semióticos – o verbal e o não verbal – pois é nessa inter-relação que se constrói a interpretação do texto. Além da interação entre os diferentes sistemas semióticos, também ocorre, dentro do texto, a interação entre os diferentes elementos não verbais que compõem o chamado ato semiótico. Isto significa que a interpretação também será fruto da inter-relação entre as próprias representações narrativas e conceituais.

A tabela 1 mostra a quantificação das representações encontradas nas reportagens analisadas:

Tabela 1 – Número de representações encontradas na reportagem

	Revistas	Visão	Sábado
Representações			
Narrativas		7	14
Conceituais		28	26

Fonte: elaboração própria.

Esta tabela é constituída pelo número de representações encontradas nas reportagens aqui analisadas. As representações narrativas são aquelas que, pela imagem visualizada, indicam algum tipo de ação. As representações conceituais não apresentam ação. Em uma primeira conclusão, a partir da leitura da tabela, podemos observar que o

número de representações conceituais é superior ao de representações narrativas. E ainda que o número de representações conceituais na duas revistas é mais ou menos equilibrado, mas a revista *Sábado* utiliza o dobro de representações narrativas da revista *Visão*. De fato, cada uma destas representações apresenta um papel dentro do texto, que será consolidado na relação com o verbal, tal como veremos na análise que segue. Pela impossibilidade de colocar a reportagem inteira, apresentaremos apenas algumas páginas em que centraremos nossa análise.

Ainda antes de prosseguirmos com a análise, é importante clarificar que, como investigadores/leitores, de fato, não temos total acesso às intenções do produtor textual. Assim, nosso papel, enquanto analistas do texto/discurso, consiste em procurar recuperar essa intenção a partir de pistas proporcionadas pelo gênero no momento da leitura. É na interação entre o texto e o leitor que se insere a questão do(s) objetivo(s) da leitura. Nosso objetivo neste artigo é tentar mostrar o percurso interpretativo a partir das identificações semióticas trazidas pelas reportagens. Afinal, para Koch (2007, p.19), “são, pois, os objetivos do leitor que nortearão o modo de leitura, em mais tempo ou em menos tempo; com mais atenção ou em menos atenção; com maior interação ou com menor interação”. É de ressaltar que a perspectiva apresentada por Koch (2007) também é considerada pela semiótica social proposta por Kress e van Leeuwen (2006). No momento em que os autores falam na *intenção* (objetivo) tanto do produtor como do observador/leitor de escrever e ler respectivamente, assumem, com isso, seu papel enquanto participante da interação do ato semiótico. Portanto, podemos afirmar que, em nossa perspectiva, o processo de análise textual enquanto receptores do texto deve ser considerado como um processo de reconhecimento dos objetivos e descrição da construção textual para o alcance desses objetivos.

Vejamos agora a análise das reportagens. Apresentaremos como primeiro exemplo a reportagem da revista *Visão* publicada na semana de 05/11/2015 a 11/11/2015.

A reportagem, intitulada *O Amigo, O dinheiro e as Escutas*, tem sete páginas e caracteriza-se por ser uma reportagem de capa, tendo assim grande destaque. O tema trata sobre transferências de dinheiro entre o ex-primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates e o empresário Carlos Santos Silva, desde o ano de 2013. A alegação de que o empréstimo concedido pelo empresário na verdade seria um pagamento do empresário em troca de favores prestados por Sócrates constitui a base do processo de investigação. Apesar de não saberem o motivo do pagamento, a acusação alega o alto valor de empréstimo e a sua não devolução como indícios de existência de corrupção.

Na figura 1, apresentamos a capa da revista, uma vez que todo percurso interpretativo de uma reportagem deste tipo começa exactamente pela capa, sendo considerado um dos atrativos para o interesse no consumo da revista. Visualmente, a capa apresenta o ex-primeiro-ministro a caminhar em uma estrada de dinheiro (notas de 500 euros). Nesta visualização, detectámos tanto a representação narrativa, que mostra o ex-primeiro-ministro a caminhar, quanto a representação conceitual, representada pelas notas de dinheiro. Qualquer representação que mostre dinheiro indicia para seu valor social. Isto é, quando o produtor apresenta visualmente notas de dinheiro, é sinal de que procura colocar em evidência um símbolo de alto valor social. Vemos ainda que o repórter juntou a representação do dinheiro (e de notas de 500 euros que são de alto valor) com a ação de caminhar.

Figura 1 – Capa da reportagem de Visão



A junção destas duas representações pode levar o leitor a interpretar que o primeiro-ministro possui muito dinheiro, a ponto de poder caminhar sobre ele. Essa visualização cria significados sobre o possível envolvimento do ator social da imagem, Sócrates, em esquemas de corrupção (que lhe permite ter muito dinheiro). A capa em si já é uma representação que pode induzir a pensar na culpabilidade do agente envolvido (Sócrates). Esta ideia é reforçada pelo título da capa “Tudo o que há contra Sócrates”, ou seja, a reportagem apresentará como temática o que há contra o agente, mostrando evidências que levam o leitor a pensar na culpa do arguido. Além da imagem do caminhar sobre o dinheiro, vemos ainda o uso, no título, do negrito e de letras maiúsculas. O negrito e a letra maiúscula são, segundo Kress e van Leeuwen (2006), indicadores de algum grau de saliência. Esse uso parece reforçar a construção de significados da imagem narrativa de caminhar. A par disso, também parece ocorrer um reconhecimento do papel social dos agentes envolvidos, isto é, do político Sócrates na reportagem, o que parece que irá influenciar no discernimento sobre o tema. Isto é, enquanto leitores, conhecedores do contexto político português, reconhecemos pela imagem (a fotografia de José Sócrates) que o personagem representado é uma figura pública que teve um papel social importante e que, por isso mesmo, incute a interpretação de que caminhar sobre o dinheiro seja considerado, a partida, como um indício que o culpabiliza. Desse modo, essa co-relação feita pelo leitor entre o papel social do agente e a quantidade de dinheiro cria significados no âmbito interpretativo. Podemos mesmo afirmar que a representação conceitual realizada na identificação da fotografia do personagem traz informações sobre os participantes e sua representação em termos do que significam ou do que são. Esta representação estabelece, assim, a identidade desse participante, fornecendo inferências para a constituição do tema. Assim, a capa qualifica-se, no percurso interpretativo, como o primeiro contato do leitor com o gênero *reportagem*.

Esta interpretação será reforçada no seguimento da reportagem; vejamos as duas primeiras páginas, 40 e 41:

Figura 2 – Revista *Visão* 5 a 8/11/15 – p. 40-41



A primeira imagem interna da reportagem é uma representação conceitual que irá retomar o significado já construído pela capa. Nessa página, o ex primeiro-ministro é representado como tendo dinheiro até o pescoço. A imagem mostra um grande número de notas (de 20 euros), ficando de fora apenas o rosto que interage com o leitor através do olhar e de seu sorriso. Ao lado de seu rosto, temos o título, *O Amigo, O dinheiro e as Escutas*, e o lead. O mar de notas ocupa toda a zona inferior das duas páginas. A própria imagem parece já responder algumas questões do lead, pois não só participa da progressão temática, como também, e, principalmente, induz inferências no processo de leitura.

É sabido que o lead responde a seis questões: o que, quem, quando, por que, como e onde. E, com isso, o lead procura ter o objetivo de apresentar um resumo da reportagem. Neste exemplo, essa parte, mais do que apresentar um resumo da reportagem, também parece reforçar o significado de indício de corrupção por parte do ex-primeiro ministro. Em baixo, apresentaremos as perguntas e respostas encontradas no lead e as possíveis inferências entre parenteses. Assim, temos:

- O que: terá recebido (altas) quantias de Santos Silva, (há indícios de não ser um mero empréstimo);
- Quem: Sócrates (reconhecido pela imagem e referenciado na parte verbal pelo nome);
- Quando: quando ainda era primeiro-ministro e, pelo menos, desde 2013;
- Porque: terá posto e disposto do dinheiro do amigo. Só falta saber de onde vieram os 23 milhões em troca de quê;

Assim, essa visualização parece encaminhar o leitor para uma interpretação de culpa. No entanto, é de pôr em evidência que o processo ainda está a decorrer e isso leva o jornal a não assumir publicamente a culpa do arguido, para poder manter a “objectividade” que é suposto uma reportagem ter. Segundo o Direito português, quando se instaura um processo e o envolvido é considerado arguido, a culpa só é determinada depois de transitado todo o processo. Dito de outro modo, quando existem indícios que caracterizam uma pessoa de ter cometido um delito, essa pessoa é considerada inocente até que seja confirmada, em sentença, sua culpa. Só depois da conclusão do processo o arguido poderá passar a ser considerado condenado. Nesse exemplo, o ex-primeiro ministro é um arguido apenas e, portanto, deve ser considerado como inocente até o fim do processo ou julgamento.

Ciente desta norma imposta pelo Direito, o repórter deverá se salvaguardar e, conseqüentemente, também o jornal/revista, uma vez que correm o risco (o repórter e a revista *Visão*) de serem processados por tentativa de indiciar culpa. Desse modo, apesar de o uso das representações semióticas parecer criar a interpretação de culpa, o produtor textual utiliza estratégias na semiotização verbal para dar um grau de incerteza ao seu discurso. Entre essas estratégias está, por exemplo, o uso de um tempo composto que indica um futuro incerto, tais como, “terá recebido”, “terá havido”, “terá motivado”. Essa construção verbal é recorrente em toda a reportagem. O objetivo do repórter é colocar suas afirmações no campo do “incerto”, da “dúvida”, apesar de visualmente parecer procurar levar o leitor para um caminho interpretativo oposto.

Vejam agora o segundo exemplo, retirado da revista *Sábado*. Tal como o exemplo 1, começaremos nossa análise pela capa da revista (figura 4):

Figura 4 – Capa da revista *Sábado* – 12-18/11/2015]



Esta reportagem foi publicada na semana de 12 a 18 de Novembro de 2015. A reportagem, intitulada *A luta do Papa contra os Escândalos do Dinheiro*, tem oito páginas, e, tal como a reportagem de *Visão*, caracteriza-se por ser uma Grande Reportagem de capa. O texto verbal que se encontra na capa dá pistas ao leitor sobre a temática que será tratada na reportagem. Na capa, podemos ler: “Centenas de documentos secretos mostram novos escândalos financeiros do Vaticano. Francisco ficou em choque com o descontrolo das despesas e numa reunião com cardeais repetiu sete vezes: ‘não se paga’.” Assim, deduzimos que o tema terá dois focos: os novos escândalos financeiros no Vaticano e o desconhecimento do Papa. Contudo, a capa utiliza o termo “ficou em choque”. Isto parece revelar que não se trata apenas de não conhecer, mas da perplexidade diante da descoberta. Na verdade, o foco da notícia parece ser o de evidenciar a luta do Papa Francisco contra os excessos de despesa da Santa Fé. Desse modo, as representações da reportagem parecem ter o objetivo de salientar dois aspectos: a) o desconhecimento do Papa; b) as altas despesas do alto clero (cardeais, bispos, arcebispos, patriarcas, bispos, e alguns tipos de sacerdotes).

Neste sentido, a capa traz exatamente o perfil do atual papa da igreja Católica Romana, o Papa Francisco, envolto em sombra. Reconhecemos o Papa principalmente pelo traje comum, bata usada sempre que o papa não está em celebrações e, principalmente, pela cor do traje, o branco, que é a cor usada na igreja católica apenas pelos papas. Conseguimos, assim, visualizar o solidéu, acessório usado pelos papas, bispos, cardeais e abades, dependendo da hierarquia; neste caso o solidéu é branco, indicando ser do papa. E também visualizamos o amito, peça que cobre os ombros e pescoço, significando a disciplina dos sentidos e dos pensamentos. A contrastar com o branco do solidéu e do amito temos o negro que envolve a face e o fundo do participante representativo. Esta sombra é transpassada por um feixe de luz que incide sobretudo no alto da cabeça do Papa. Esta luz pode representar o Papa sendo iluminado ou abençoado, pois a luz vem do alto (para as religiões, é o lugar onde fica Deus e de onde vem toda a iluminação). Desse modo, temos dois tipos de representação conceitual simbólica, a roupa juntamente com a cor que caracteriza o papa e o escuro que envolve sua figura. Podemos, então, concluir que a representação vai também construir significados que irão corroborar a temática do desconhecimento do papa acerca das contas do clero e de seu descontentamento com a descoberta. Esta ideia volta a ser recuperada ao longo da reportagem. Vejamos as duas páginas iniciais (figura 5):

As representações conceituais nestas duas primeiras páginas da reportagem vão retomar os mesmos significados já indicados na capa. Aqui mostra-se o perfil do papa, agora, por completo, mas continua envolvido pelo negro. É no contraste que visualmente se apresenta a ideia da discordância do papa em relação aos gastos da Igreja. Esta discordância é apresentada linguisticamente no *lead*, quando o repórter escreve “[...] Francisco demorou pouco a perceber que os gastos da Igreja estavam “fora de controlo”. Mas está longe de vencer esta guerra.” A própria alusão à palavra “guerra” retoma o título “A luta do Papa contra os escândalos do dinheiro”. Assim, o autor do texto não só coloca o Papa Francisco como contrário aos gastos excessivos, mas, sobretudo, revela o desejo do Papa de combater estes abusos do clero. No seguimento do texto, o primeiro parágrafo começa por relatar os excessos da Cúria em Portugal ao referir os três portugueses no *top*

Figura 6 – Reportagem de *Sábado* em análise – p. 46

As 10 maiores fontes de prejuízo
O número e o saldo negativo, com base nas contas de 2010

26.097.236	Mélio	26.097.236	Medio	Radio Vaticana		
17.665.000	Sante	17.665.000	Função Casa	Sofreva		
3.749.109	Ciria	3.749.109	Secretaria	de Estado L	sempre	
3.489.955	Diplomacia	3.489.955	Novos	apostólicos		
2.701.116	Alcina	2.701.116	Tipografia,	editorial do	L'Observateur	domiano
2.449.742	Suprema	2.449.742	Guanta Suica	Pontifícia		
2.263.408	Inovavis	2.263.408	Obra para a	previdência	de novos	igrejos
2.143.202	Ciria	2.143.202	Cardeais			
1.268.481	Imóveis	1.268.481	Delegação	Santidade	de Pontifícia	
731.060	Historia	731.060	Arquivo Secreto	do Vaticano		

Via Crucis
Guérra, Nuzzi
trazem ve
fo seu livro
« gravado
de arte na
arte em
o Papa se
o cardeais

**OS CUSTOS COM FUN-
CIONÁRIOS
CRESCEM
30%: "HÁ AJ
QUALQUER
COISA DE
ERRADO",
AVISOU
O PAPA**

Outra imagem usada para contrastar com a humildade do Papa é o uso da mitra pelo monsenhor Giuseppe Sciacca. A mitra é usada apenas quando há algum evento em particular. O uso deste tipo de chapéu em Roma começou no século 10 e era um símbolo que diferenciava o Papa dos outros sacerdotes. Esta peça ainda é usada na igreja e alude à santidade e à coroa de glória. Hoje em dia, é usado também por abades, bispos, arcebispos e cardeais (figura 7, mais adiante).

Ao apresentar o monsenhor com este tipo particular de chapéu, o autor do texto o diferencia da roupa simples em que Francisco constantemente aparece nessa reportagem. Assim, há uma intenção de associar o monsenhor ao símbolo que manifesta o poder da igreja ao representar a “coroa de glória”. Visualmente, é construída uma interpretação de humildade do Papa contra a “altivez” do monsenhor que também está envolvido no escândalo do Vaticano.

Assim, o repórter constrói o seu ponto de vista, fazendo sempre um paralelo com o descontentamento do Papa sobre as altas despesas do clero. O discurso do Papa é repetido com citações, tais como: “Há qualquer coisa de errado. Temos que tratar deste problema” (p. 46), “Perdoai-nos Senhor, mas não se paga” (p. 46). E ainda com esclarecimentos do próprio repórter, como “Francisco ficou furioso” (p. 44), “o Papa passa ao ataque” (p. 44). Esse ponto de vista é uma construção discursiva observada não apenas pelo verbal mas também pelo visual. Os dois modos semióticos vão se complementar para criar a significação no texto. Como diz Kress (1997, p.51): “Parece evidente estarmos perante uma época que assiste a uma mudança significativa da relativa valoração, assim como da carga quantitativa, dos vários modos semióticos, através dos quais uma sociedade produz e reproduz os diversos significados.”

Figura 7 – Reportagem de *Sábado* em análise – p. 50



4 NOTAS CONCLUSIVAS

De fato, a partir das análises apresentadas neste artigo, podemos afirmar que o género se relaciona com as práticas sociais. Isto é, as características sociocomunicativas presentes nos gêneros vão variar de acordo com a função do género e com as escolhas do autor do texto para atender a essa função. No caso da reportagem, a função relaciona-se com a interpretação do repórter sobre fatos que ocorrem na sociedade. Esta característica, em particular, vai ser construída pelo leitor através dos significados perceptíveis na relação do verbal com o visual.

Sem dúvida, é na atividade de linguagem, neste caso a atividade jornalística, que o género é convocado, apresentando uma relação de modo dinâmico, variando de acordo com o momento social, cultural e histórico. Assim, diferente da notícia que tem um carácter mais informativo, a reportagem apresenta um posicionamento ainda mais subjectivo. Essa relação é perceptível na atividade do repórter de apresentar seu ponto de vista sobre o acontecimento. Desse modo, a ação de linguagem do repórter é uma construção subjectiva, tal como demonstrado na análise dos textos.

Ainda com relação às reportagens, as conclusões revelaram que o uso das representações conceituais reforça a função de construir a interpretação do repórter, dando um carácter mais pessoal na escolha das representações semióticas. Por outro lado, o uso das representações narrativas parece ter a função de construir a história visualmente, apresentando cenas que, de alguma forma, participaram na história construída pela reportagem. Mas isso não impede que essa participação ou a escolha de determinada ação em detrimento de outra não tenha um forte subjectivismo, como foi mostrado aqui.

Também podemos observar que a subjetividade do repórter na apresentação do tema se revela particularmente profícua quando usa a interacção entre os diferentes elementos semióticos. Seja verbalmente ou apenas visualmente, o repórter procura levar o leitor a partilhar de seu ponto de vista, construindo, para isso, uma argumentação multimodal.

REFERÊNCIAS

- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Org. Angela P. Dionísio e Judith C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRONCKART, J.-P. Genre de textes, types de discours et « degrés » de Langue. *Revue Texto!* Janvier, vol. XIII, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/docannexe/file/86/bronckart_rastier.pdf>.
- _____. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Org. Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- _____. *Atividades de Linguagem, textos e discursos*. Por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC, 1999.
- CARDOSO, J. A imagem como recurso persuasivo da propaganda. In: ALMEIDA, D. (Org.). *Perspectivas em Análise Visual : do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: UFPB, 2008.
- COUTINHO, M. A. Para uma linguística dos gêneros de texto. *Diacrítica*, Braga, v. 19, n. 1, 2005.
- _____. *Texto (s) e competência textual*. Lisboa: FCG-FCT, 2003.
- FERNANDES, J.; ALMEIDA, D. Revisitando a Gramática Visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, D. (Org.). *Perspectivas em Análise Visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as Social Semiotic*. The social interpretation of language and meaning. London: Edward Arnold, 1978.
- KRESS, G. Considerações de carácter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997.
- KRESS, G.; van LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. 2. ed. London: Routledge, 2006.
- KRESS, G.; LEITE-GARCIA, R.; VAN LEEUWEN, T. Discourse Semiotics. In: Van Dijk, T. (Ed.). *Discourse as structure and process: Studies a Multidisciplinary Introduction*. Série Discours: Sage Publication, v. 1, p. 257-291, 1997.
- LEAL, A. *A organização textual do gênero cartoon: aspectos linguísticos e condicionamentos não linguísticos*. 2011. 462f. Tese (doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/6646>>
- _____. A construção da temporalidade no texto multimodal. *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 53-69, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/18243/13646>>.
- MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J.L; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teoria, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 237-259.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002. p. 19-36.
- MEDINA, C. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Summus Editorial, 1988.
- THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. 2. ed. New York: Hodder Arnold, 2004.

Recebido em: 07/08/17. Aprovado em: 14/05/18.

Title: *Semiotic representations in the genre News Report in Portuguese magazines*

Author: *Audria Albuquerque Leal*

Abstract: *This paper aims to study the semiotics representations of the News Report genre. Thereunto, it analyzes two texts of this text genre of two Portuguese magazines: Visão and Sábado. For this analysis it follows the theoretical proposals of the Socio-discursive Interactionism and The Social Semiotics, including the methodological framework of The Grammar of Visual Design. Therefore, the current paper seeks to take into account the role of the nonverbal in the genre News Report and its relation to the social function of this genre. The results indicate that the meanings of representations are constructed from the social practices to meet the communicative function of the genre.*

Keywords: *Text. Multimodality. Genre. Social semiotics. Socio-discursive interactionism.*

Título: *Representaciones semióticas en el género reportaje en revistas portuguesas*

Autora: *Audria Albuquerque Leal*

Resumen: *Este artículo tiene el objetivo de estudiar representaciones semióticas en el género reportaje. Para ello, analiza dos textos de este género textual de dos revistas portuguesas: Visão y Sábado. Para esto análisis, sigue propuestas teóricas del Interaccionismo Socio-discursivo y de la Semiótica Social, incluso el cuadro metodológico de la Gramática del Design Visual. De esta forma, el presente artículo procura considerar el rol del no verbal en el género Reportaje y su relación con la función social del género. Los resultados indican que los significados de las representaciones son construidos desde las prácticas sociales para atender la función comunicativa del género.*

Palabras-clave: *Texto. Multi-modalidad. Género. Semiótica social. Interaccionismo socio-discursivo.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180206-11017>

PRÁTICAS DE LINGUAGEM EM SALA DE AULA COMO REVELADORAS DE MUDANÇAS NA PROFISSIONALIDADE DOCENTE

Ana Maria de Mattos Guimarães*

Fernanda Vanessa Machado Bartikoski**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Escola da Indústria Criativa

São Leopoldo, RS, Brasil

Resumo: Este artigo reflete sobre a importância de analisar as interações professor-aluno como parte da profissionalidade do professor, projetando sua capacidade de pilotar um projeto de ensino predeterminado (BRONCKART, 2006). Em outras palavras, que pode, durante o curso de seu agir, ser modificado pelas possibilidades de coconstrução do conhecimento em sala de aula. Para mostrar este movimento, o artigo traz exemplos de interações de uma das professoras participantes de projeto de formação continuada cooperativa. Ao ressignificar o conceito de linguagem nas práticas de interação com os alunos, enfim, em seu trabalho real/concretizado (GUIMARÃES et al., 2012), ela revela uma articulação entre o que aprendeu no decorrer da formação e sua prática profissional, notada sobretudo na constante prática do revozeamento (O'CONNOR; MICHAELS, 1996). Ressalta-se, então, a necessidade de formações que repensem o ensino de Língua Portuguesa em um processo que enfatiza a importância das interações professor-alunos.

Palavras-chave: Língua materna. Ensino. Interação. Agir docente.

1 INTRODUÇÃO

ANA	O que que é o autorretrato então?
ALUNO-DUDA	É uma coisa assim ((o aluno forma um quadrado com as mãos))
ANA	É uma folha assim?
ALUNO-DUDA	É uma foto
ANA	A:::h é uma foto m::: o que mais pode ser um autorretrato? ((silêncio)) Será que só a foto é um autorretrato?
ALUNA 2	Tem que escrever o que que a pessoa gosta
ANA	Tem que escrever o que que a pessoa ↑gosta m::: o que ma:::is >que você< sabem sobre o autorretrato? A foto que o Duda falou é qualquer foto?
ALUNOS	Nã:::o ((todos respondem juntos))

(S2 – Aula 1_30_06_14)

* Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: anamguima@terra.com.br

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (UNISINOS) e Mestra pelo mesmo Programa. Bolsista CAPES. E-mail: femachadobart@gmail.com.

Inauguramos este artigo¹ com um excerto de interação entre a professora Ana (nome fictício) com sua turma de 1º ano do Ensino Fundamental, no momento em que ela questiona os alunos sobre o gênero que será objeto de estudo através de um Projeto Didático de Gênero. Ana havia participado de formação continuada cooperativa de professores de Língua Portuguesa, a partir da qual foi construída a noção de Projeto Didático de Gênero (PDG) (GUIMARÃES; KERSCH, 2012, 2014 e 2015)². Os dados gerados a partir desse projeto constituem-se em uma fonte de reflexão para novas ações³. Objetiva-se, a partir dessas reflexões, propor novas formações, que repensem o ensino de Língua Portuguesa em um processo que enfatiza a importância das interações professor/alunos para a didatização de gêneros aliada às práticas sociais.

No presente artigo, destacaremos o conceito que, a nosso ver, embasa a possibilidade de se mudar de paradigma no ensino de língua materna: o da linguagem vista como interação. Essa mudança parte do abandono de uma concepção tradicional, beletrista e apoiada na gramática tradicional, por uma concepção que entende linguagem como interação.

Procuraremos descrever, do ponto de vista linguístico-interacional, a forma como esse conceito, trabalhado na formação - de ordem epistemológica portanto, se atualiza na práxis da transposição didática e se (re)configura nas interações professor-alunos.

2 AS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DE LÍNGUA

No trabalho clássico de João Wanderlei Geraldi ([1984] 1991), o autor aponta três concepções de linguagem: (1) linguagem como expressão do pensamento, (2) linguagem como instrumento de comunicação e (3) linguagem como forma de interação.

Ligada aos estudos tradicionais, a primeira concepção apregoa a ideia de que as pessoas que não conseguem se expressar não pensam, sob a perspectiva de que a língua é um sistema individual, que traduz o pensamento do falante. Nesse viés, na escola, o domínio das linguagens (oral e escrita) é determinado pelo domínio da teoria gramatical. Como resultado, o ensino fica pautado na transmissão do conhecimento, um processo mecânico, que acaba atribuindo ao aluno um papel passivo na aprendizagem.

A segunda concepção, linguagem como instrumento de comunicação, tem suas bases consolidadas no estruturalismo, entendendo a língua como um código (conjunto de

¹Agradecemos ao colega Professor Anderson Carnin pelas discussões a respeito do artigo, que muito auxiliaram nossas reflexões. Da mesma forma, agradecemos a leitura atenta dos/as pareceristas, que contribuíram para o aprimoramento da versão final deste artigo.

²Essa formação foi parte do projeto apoiado pelo Programa Observatório da Educação da CAPES, entre os anos de 2011 e 2014, intitulado “Por uma formação continuada cooperativa para o desenvolvimento do processo educativo de leitura e produção textual escrita no Ensino Fundamental” (FORMCOOP). Tal projeto, a partir do qual foram gerados os dados em análise, tratou da possibilidade de constituir, de forma cooperativa, em conjunto com professores do Ensino Fundamental, a mudança de paradigmas presentes quando se pensa no ensino de língua materna na Educação Básica.

³Este artigo emana de projeto atualmente desenvolvido por Guimarães e do qual Bartikoski faz parte. Trata-se de “O professor de Língua Portuguesa em sala de aula: reflexões para ação”, que conta com apoio do CNPq, Edital de Produtividade em Pesquisa.

signos que se combinam por meio de regras) que transmite do emissor para o receptor uma determinada mensagem. Pautada nessa ideia, essa concepção compreende a língua fora de seu contexto de uso e, ainda, sinaliza que, para se comunicar, o falante precisa apenas aprender o sistema de códigos de sua língua. Em termos educacionais, entender linguagem como instrumento de comunicação impacta no trabalho em sala de aula, pois leva a uma abordagem de ensino que perpetua uma compreensão de língua como sistema linguístico, desvinculado do contexto sociocultural, e, por isso, menos influenciado pelo que é coconstruído pelo sujeito no uso da linguagem.

É à linguagem como forma de interação a que a formação continuada proposta pelo grupo FORMCOOP e, por consequência, o PDG se alinham. Nessa concepção, a interação humana se constitui por meio da linguagem, com sujeitos ativos em diálogo (cf. VOLOCHINOV, 2006; BAKHTIN, 2011). Contrapondo-se às duas concepções já elencadas, o estudo da linguagem se dá em situações de uso da língua, uma vez que é na interação que o sujeito age e se relaciona com o outro e com o mundo.

Acreditamos que a opção por uma dessas concepções não é neutra, mas significa uma opção política que envolve uma visão da realidade escolar, o que ocorre da mesma forma com opções metodológicas de ensino, as quais se relacionam fortemente às teorias de linguagem, que seguem as concepções arroladas. Assim, escolher trabalhar apenas com gramática, dentro de um normativismo exacerbado, utilizando textos para extração de informações, envolve a opção de se imaginar correspondências exatas, regularidades precisas, o que se contrapõe à própria complexidade da linguagem. Também entender que só há uma leitura possível de um texto, seja qual ele for, compreender leitura como decodificação, mostra a prática talvez ingênua da escola como local de reprodução, de olhar o aluno como passivo diante de um texto proposto com uma única visão de mundo (a do livro didático, muitas vezes).

Por outro lado, entender linguagem como interação não significa ignorar a formalização. Carlos Franchi (1992, p. 10) fala muito bem a respeito ao mostrar que essa concepção, vista como *atividade construtivista*, não pode nos levar ao que chama de *um mal-entendido inverso*:

[...] na medida em que se reafirma o caráter histórico e o condicionamento contextual das línguas naturais, a irreduzibilidade de seus processos expressivos a um sistema formal, pode-se estimular uma atitude epistemológica ingênua de imediata recusa de formalização. E, ao contrário, nos parece que o que se deve esperar é que os modelos formais se elaborem a um nível bem maior de abstração. Gostaríamos de recordar, nesse sentido, a complementaridade desses ‘momentos’ - nunca termos mas instantes de um processo cíclico intermitente: reflexão filosófica, investigação experimental, elaboração teórica. Que todos supõem não uma concepção estreita do objeto a descrever, no caso a linguagem, mas uma consciência clara de sua complexidade.

É a partir da concepção de linguagem como interação que podemos sustentar conceitos básicos para a aula de Língua Portuguesa, como leitura vista como uma *atitude responsiva ativa* (VOLOCHINOV, 2006; BAKHTIN, 2011); gênero entendido como *cadeias de pensamento* (BAKHTIN, 2011), como organização relativamente estável de enunciados; texto como unidade comunicativa global (BRONCKART, 1999) e ensino de análise linguística como decorrência das necessidades demonstradas pelo conjunto de

textos dos alunos em conjunção com o(s) gênero(s) de texto escolhido(s). Aliada à mesma concepção está a necessidade de inserirmos o produto dessas aulas em uma prática social que se vincule à comunidade em que estão inseridos os alunos e a possibilidades de entenderem outras práticas que poderão ajudá-los no desenvolvimento de suas capacidades de linguagem e de agir. Esses são os fundamentos dos Projetos Didáticos de Gênero – PDG (GUIMARÃES; KERSCH, 2012, 2014, 2015).

Essa proposta trouxe como diferencial o fato de ser um projeto, voltado, portanto, para uma sequência de atividades que se realizam dentro e fora da escola, de forma a garantir que o(s) gênero(s) tratado(s) esteja(m) realmente ligado(s) a uma prática social (GUIMARÃES; KERSCH, 2015). A noção de sequência didática de Schneuwly e Dolz (2004) inspira as atividades com gêneros contempladas pela proposta metodológica aqui descrita. Assim, propõe-se que em um PDG:

- a leitura (incluindo a do não-verbal e a do multissemiótico) e escrita tenham a mesma importância;
- a leitura seja entendida como diálogo entre os sentidos atribuídos ao texto por seu autor e aqueles dados pelo seu leitor, por sua vez, transformado em autor (VOLOCHINOV, 2006);
- atribua-se destaque ao sentido, tanto na leitura como na escrita, pensando que está sendo coconstruído na e para a interação social;
- focalize-se, no máximo, dois gêneros, numa relação clara com as práticas sociais da comunidade à qual se destina;
- enfatize-se a circulação dos textos produzidos, numa preocupação com a interlocução projetada.

Dessa forma, na concepção desenvolvida (GUIMARÃES; KERSCH, 2015), o PDG representa uma coconstrução de conhecimento para uma prática social que possa se inscrever em situações significativas para os aprendizes e para seus docentes. Vários estudos, muitos dos quais constituíram teses e dissertações de Mestrado e Doutorado, já foram apresentados sobre PDG⁴. Análises realizadas por Bartikoski (2017), em sua dissertação de Mestrado, ajudam a exemplificar uma possibilidade de concretizar a difícil tarefa de avaliar um projeto de gênero após sua execução. Neste artigo, nos valemos desse estudo, seguindo a professora Ana, ao planejar e desenvolver um PDG sobre o gênero autorretrato, tendo o objetivo de que seus alunos de 1º ano se apresentassem aos membros do conselho de classe, durante sua primeira reunião do ano. Como sabemos, na maior parte dos conselhos de classe, os alunos são apresentados pela professora, que mostra seu ponto de vista com relação aos aprendizes. Ana, entretanto, quer fazer diferente, quer coconstruir com seus alunos a imagem que será apresentada aos demais membros do conselho de classe. O gênero autorretrato está, pois, a serviço de uma prática social do âmbito escolar.

⁴ Para saber mais, ver Almeida (2015), Bartikoski (2013), Bartholomeu (2016), Braga (2016), Carnin (2015), Lisboa (2014) e Marques (2014) nas referências deste trabalho.

3 DO TRABALHO DO PROFESSOR E DE SUA PROFISSIONALIDADE

Estamos tomando como teoria de base o interacionismo sociodiscursivo (ISD), proposto por Bronckart e seguidores (1999, 2006, 2008), com o objetivo de realizar parte do projeto do interacionismo social, sempre tendo como foco de análise o que as potencialidades do sujeito tornam possível no plano da linguagem. O estudo das atividades de linguagem é feito através dos textos (orais e escritos) que as materializam. Tais textos são considerados *unidades comunicativas globais* e se agrupam em gêneros, “[...] que são socialmente indexados, quer dizer, que são reconhecidos como pertinentes e/ou adaptados para uma situação comunicativa dada.” (BRONCKART, 2004, p. 115). A noção de gênero, cuja diversidade é potencialmente ilimitada, é tomada de Bakhtin (2011, p. 262-3), para quem

[...] o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana [...]. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros de discurso.

Dentro do quadro interacionista sociodiscursivo, Bronckart (2004) conceitua o trabalho como constitutivo de uma forma de agir, uma prática comum à espécie humana. O autor justifica a necessidade de se pensar o ensino como trabalho, através da perspectiva do professor. Lembra a *evolução natural* dos trabalhos de didática das disciplinas e, conseqüentemente, a necessidade de análise dos resultados de aplicação das novas teorias didáticas em sala de aula e da reação de alunos e professores frente a elas.

Como já foi amplamente discutido, o trabalho docente é extremamente complexo (cf. BRONCKART, 2008). O professor precisa mobilizar-se, integralmente, em diferentes situações para possibilitar a aprendizagem de seus alunos. Essas situações incluem planejamento, aulas, avaliações, preparação de outras atividades. Para isso, o professor deve orientar-se por prescrições pré-estabelecidas por diferentes instâncias superiores, além de contar, para a realização de seu trabalho, “[...] com a utilização de instrumentos obtidos do meio social e na interação com diferentes outros que, de forma direta ou indireta, estão envolvidos na situação.” (MACHADO, 2007, p. 93). Assim, o trabalho do professor nem sempre depende apenas dele mesmo para sua realização, mas somam-se outras dimensões que também são constituintes de seu trabalho. Entendemos que uma dessas dimensões deve incluir não só a formação inicial do docente, mas também sua formação continuada, objeto desta pesquisa.

Bronckart (2006) relaciona a profissionalidade do professor à capacidade de pilotar um projeto pedagógico e de gerenciar, ao mesmo tempo, as intervenções e as necessidades distintas dos alunos, juntamente com as diversas situações que ocorrem na classe.

Para entender como o professor representa sua profissionalidade, e, nos casos do projeto em pauta, como o docente representa a possível transformação de sua práxis ao longo da formação continuada, debruçamo-nos sobre o trabalho real. Pensa-se no trabalho real/concretizado. Analisa-se a dimensão do que Bronckart (2006) denomina de *real mais*

concreto, tomado apenas como o que é efetivamente realizado em uma situação de trabalho, ou seja, “[...] os modos como a linguagem medeia a interação entre professor, aluno(s) e objeto de ensino no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula de língua portuguesa” (GUIMARÃES et al., p. 157). A posição interacionista sociodiscursiva, portanto, considera a relevância e pertinência das análises das interações, sem, contudo, negar a existência de uma realidade sócio-historicamente construída e composta de valores, normas etc. que precisam necessariamente ser levados em conta no processo analítico (cf. MALABARBA, 2015).

Para exemplificar o que falamos, seguiremos a professora Ana durante a pilotagem de seu projeto de ensino, ou seja, seu PDG sobre o gênero autorretrato.

4 DOS CONCEITOS BÁSICOS DE UM PDG À SUA RECONFIGURAÇÃO NO TRABALHO DO PROFESSOR: VERIFICANDO AS PRÁTICAS DE LINGUAGEM REVELADORAS DA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM NELE DESENVOLVIDA

A concepção de linguagem como interação ocupa um lugar central na proposta de PDG, pois ela embasa os demais pilares que o sustentam: gênero de texto, leitura, letramento e prática social, análise linguística. Uma das formas de verificar se a concepção de linguagem defendida pela formação estaria presente na sala de aula da professora Ana é a partir da análise de suas interações com seus alunos. Utilizando estudos de Conceição e Garcez (2005) e Garcez (2006), que tratam da questão da fala-em-interação em sala de aula no contexto brasileiro, vemos que as práticas institucionais da sala de aula podem ser analisadas sob o foco da análise da conversa. No caso em pauta, duas práticas serão analisadas: a sequência triádica Iniciação-Resposta-Avaliação (sequência IRA) e o revozeamento.

A estrutura conversacional conhecida como sequência IRA, descrita inicialmente por Sinclair e Coulthard (1975), é muito recorrente em sala de aula. Essa sequência atribui ao professor um papel central na interação, uma vez que é ele quem faz uma pergunta da qual normalmente já sabe a resposta, para um aluno que responde, muitas vezes, tentando atingir as expectativas do professor, o qual, por fim, fez uma avaliação da resposta dada pelo aluno. A organização desse padrão conversacional é percebida pelos participantes, de acordo com Garcez (2006, p. 69, grifos do autor):

[...] os participantes concordam que o que estão fazendo juntos se faz mediante uma organização interacional tal que se outorga a um certo participante, tipicamente aquele identificável como “professor”, o direito de fazer perguntas insinceras, mais propriamente chamadas de perguntas de informação conhecida, perguntas-teste, perguntas para demonstração, ou outros termos que apontam para o caráter institucional do que se está fazendo naquilo que reconhecemos como sendo *fala-em-interação de sala de aula*.

As perguntas realizadas pelo professor servem, por exemplo, como forma de verificar se os alunos têm domínio ou não de um determinado conteúdo escolar, o que restringe as interações professor-alunos em sequências pouco produtivas para a participação efetiva dos discentes durante as aulas. Contudo, assim como Garcez (2006),

acreditamos que a eliminação da sequência IRA da sala de aula também não é o caminho mais adequado, pois, em determinados contextos escolares, ela é necessária. Para ilustrarmos, como, às vezes, tal sequência é relevante, recorreremos à interação⁵ ocorrida na segunda aula, quando a professora quer retomar os estudos da última oficina, a Oficina 1, e se vale dessas sequências.

S1_Aula 1_03_07_14

- ANA A gente (.) se dividiu pra fazer um trabalho né? Cada ↑um ia ↑lá na biblioteca e ia dizendo pra profe o que queria escrever é ou não é?
- ALUNOS É ((os alunos respondem juntos))
- ANA ↑É né? E o que que é que a gente foi escrever lá?
- ALUNO1 As coisas= ((um aluno no fundo da sala responde))
- ALUNA2 =As coisas que queria= ((uma aluna próxima à professora responde))
- ALUNA3 =As coisas que gostava= ((uma aluna responde))
- ALUNA4 =As coisas que gosta= ((uma aluna responde))
- ANA A:::h como é que era o nome desse texto que a gente foi fazer? Alguém lembra?
- ALUNA2 O ÁLBUM
- ALUNOS O álbum ((outros alunos falam))
- ANA Não não é álbum
- ALUNA5 É tipo uma história
- ALUNA6 °O autorretrato° ((uma menina no fundo da sala responde))
- ANA A:::h alguém lembrou deixa eu ver
- ALUNOS Autorretrato ((grande parte dos alunos falam juntos))
- ANA Autorretrato

No caso da professora, as informações que ela gostaria de verificar junto aos alunos seriam se todos lembravam que, na última aula, eles haviam iniciado uma atividade diferente e se todos se lembravam do gênero autorretrato. Destacamos ainda que Ana já conhecia todas as respostas, apenas questionava os alunos como forma de conferir se eles dispunham ou não daquelas informações. Nota-se, inclusive, que inúmeras respostas ocorrem até os alunos chegarem à informação que a professora quer obter. Assim, Ana não se preocupa em questionar a resposta dada por grande parte dos alunos “um álbum”, dela fazendo simplesmente uma avaliação negativa “não, não é um álbum”, pois o que realmente importava à professora era que os alunos chegassem ao nome do gênero que estava sendo estudado.

Avançando nas discussões sobre os padrões interacionais presentes em sala de aula, destaca-se o revozeamento (O’CONNOR; MICHAELS, 1996; GARCEZ, 2005). Essa prática pode ser vista como uma forma que propicia maior tempo de interação e construção de sentidos entre professor-alunos. Escolhemos para ilustrá-la eventos da sala de aula no momento em que a professora está no processo de coconstrução do conceito do gênero autorretrato. É interessante observar que, em vários momentos de sua pilotagem do projeto didático, Ana inicia verificando informações e, para isso, se vale de sequências IRA, mas, a partir das interações com os alunos, passa à prática do revozeamento.

⁵ Para fins de transcrição de dados aqui apresentados, fizemos adaptações a partir das convenções de transcrições propostas por Schnack, Pisoni e Ostermann (2005, p. 104), ver Anexo A.

S2 – Aula 1_30_06_14

ANA	Alguém já ouviu falar no autorretrato?
ALUNO 1	Eu não= ((somente um aluno responde, a gravação não mostra o rosto))
ALUNOS	=Nã::o ((todos falam juntos))
ANA	O que que é o autorretrato então?
ALUNO-DUDA	É uma coisa assim ((o aluno forma um quadrado com as mãos))
ANA	É uma <u>folha</u> assim?
ALUNO-DUDA	É uma foto
ANA	A:::h é uma <u>foto</u> m::: o que mais pode ser um autorretrato? ((silêncio)) Será que só a foto é um autorretrato?

Com o intuito de iniciar o trabalho, a professora faz a seguinte pergunta: “Alguém já ouvir falar do autorretrato?” Trata-se de uma questão fechada, que poderia levar à sequência IRA, tomando *o não* como resposta definitiva dos alunos e passando o professor a explicar o conceito do gênero. Ana, entretanto, muda o curso de seu agir. A partir do questionamento “O que que é o autorretrato então?”, inicia uma série de interações nas quais a professora faz uso da prática do revozeamento (O’CONNOR; MICHAELS, 1996; CONCEIÇÃO; GARCEZ, 2005). Essa estrutura interacional caracteriza-se por ser iniciada com uma pergunta feita pelo professor - normalmente uma pergunta aberta que o professor pode saber ou não a resposta - a qual é respondida pelo aluno e, em seguida, ao tomar o turno novamente, o professor reproduz o enunciado do aluno, como forma de verificar se entendeu a resposta dada, sendo que a mesma pode ser retificada ou ratificada pelo aluno ou outro colega.

Por dar autonomia a ambos os participantes da interação, o revozeamento apresenta uma perspectiva mais democrática, pois dá voz aos alunos, oportunizando coprodução do conhecimento em sala de aula e a formação de um sujeito mais crítico. Tal posicionamento é percebido na sala de aula do 1º ano, pois Ana não deixa de pilotar seu projeto de ensino (delineado em planejamento), mas tenta coconstruir os conceitos a serem trabalhados em conjunto com seus alunos. Assim, na prática de sala de aula de Ana, há um misto de sequências IRA com prática de revozeamento, como aponta a sequência a seguir:

S4_Aula_03_07_14

ANA	Mas eu quero saber o seguinte vamos olhar para este autorretrato do Van Gogh (.) dá pra gente olhando pra ele falar como ele é? ((enquanto a professora fala, ela segura o autorretrato de Van Gogh em suas mãos))
ALUNO1	Legal
ALUNO2	Legal
ANA	Tá só um pouquinho (.) não vamos chegar nessa parte assim vamos pensar na parte ↑ física dele como é que ele é bonito?=-
ALUNO2	=Bonito=
ALUNO3	=Bonito=
ANA	=Ou é feio?
ALUNO4	=Feio=
ANA	Vocês acharam ele bonito (.) o:::h temos já uma coisa aí ele é bonito o que que mais a gente pode dizer dele?
ALUNOS	XXXX ((muitos alunos falam ao mesmo tempo))
ALUNAS	=ELE É ESPERTO=

- ALUNA6 =ELE É ESPERTO
 ANA Só um pouquinho olhando assim na foto no autorretrato dele na imagem a gente consegue dizer que ele é esperto?
 ALUNOS N:::ão ((os alunos falam juntos))
 ANA Dá pra saber se ele é esperto ou não?
 ALUNOS N:::ão ((os alunos falam juntos))
 ANA Não né? Pra isso a gente teria que estudar outras coisas fazer uma pesquisa vamos pensar assim olhando pro autorretrato vamos pensar na parte mais física dele=
 ALUNO7 =Ele tem barba
 ANA Ele tem barba
- ALUNA8 Ele tem cabelo
 ANA Como é que é o cabelo dele?
 ALUNOS [Laranja]
 ANA Só um pouquinho (.) o::h lembra como é que que é quando eu faço assim com a mão? Então tá gente (.) o cabelo dele alguém sabe porquê assim teve gente que disse ali ai ele é ↑era laranja mais quando a gente fala do cabelo existe um jeito assim mais específico que a gente pode dizer dessa cor do cabelo dele que tá meio avermelhado não tá meio avermelhado mesmo esse cabelo dele?
 ALUNOS S::im ((os alunos respondem juntos))
 ANA Tá meio avermelhado até a gente podia dizer que ele é ruivo porque quem tem o cabelo meio avermelhado é ruivo sabiam?

Durante as interações que compõem o excerto S4, percebemos que Ana explora o conteúdo temático do gênero autorretrato, propondo uma leitura desse gênero na modalidade visual. A pergunta inicial levaria a uma resposta que descrevesse verbalmente a pintura. Entretanto, alguns alunos, ao realizarem a leitura do não verbal, apontam que Van Gogh é legal, adjetivo que caracterizaria um plano psicológico, afastando-se do plano físico pretendido pela professora, muito possivelmente porque usam esse adjetivo para várias coisas. Ao receber tal resposta, provavelmente inesperada para ela, a professora reorienta seu agir, voltando ao seu planejamento inicial, dizendo que “Tá só um pouquinho (.) não vamos chegar nessa parte assim vamos pensar na parte física dele como é que ele é ele é bonito?”. Como mais alunos respondem que é bonito, incorpora esse adjetivo à descrição, ou seja, revozeia seus alunos, e faz uma pergunta aberta “Vocês acharam ele bonito (.) o::h temos já uma coisa aí ele é bonito o que que mais a gente pode dizer dele?”

Ana nunca deixa de pilotar seu projeto de ensino, mas, ao mesmo tempo, demonstra coconstruir os conceitos com seus alunos, daí, inclusive, o uso variado de *a gente*. Ao se valer de uma pintura para levantar as principais características do gênero, a professora propõe a construção de sentido desse gênero a partir de um código já conhecido por seus alunos, o não verbal (não podemos esquecer que estamos diante de uma turma que começou recentemente seu processo de alfabetização). Com isso, evidencia respeitar as capacidades de linguagem demonstradas por seus aprendizes.

Ao ver que seus alunos insistem com adjetivos que vão além da descrição física proposta por ela, a professora faz uma readaptação do que havia prescrito em seu planejamento (nele, Ana tinha previsto falar das características físicas de Van Gogh). Em seu trabalho real/concretizado, no curso do agir, precisou retomar algumas coisas antes de dar continuidade ao estudo do gênero. O excerto S5 exemplifica como a professora explorou as características que vão além de bonito e feio, como algumas psicológicas, acessíveis por meio da fisionomia de Van Gogh.

S5_Aula_03_07_14

ANA	A gente olhando pra ele a gente consegue dizer se ele está feliz se ele está triste?
ALUNO1	SIM
ALUNO2	Tá brabo
ALUNO3	°Triste°
ANA	Muito bem podemos dizer até que talvez ele esteja brabo a cara dele realmente está parecendo um pouco braba né? É né? Mas feliz ele não tá né? Olhando assim né?

Ainda que Ana tenha feito uma pergunta fechada “feliz ou triste?”, ao obter uma resposta diferente da esperada “tá brabo”, não hesita em revozeá-la e retomar sua pergunta inicial de forma diferente “Mas feliz ele não tá né?”.

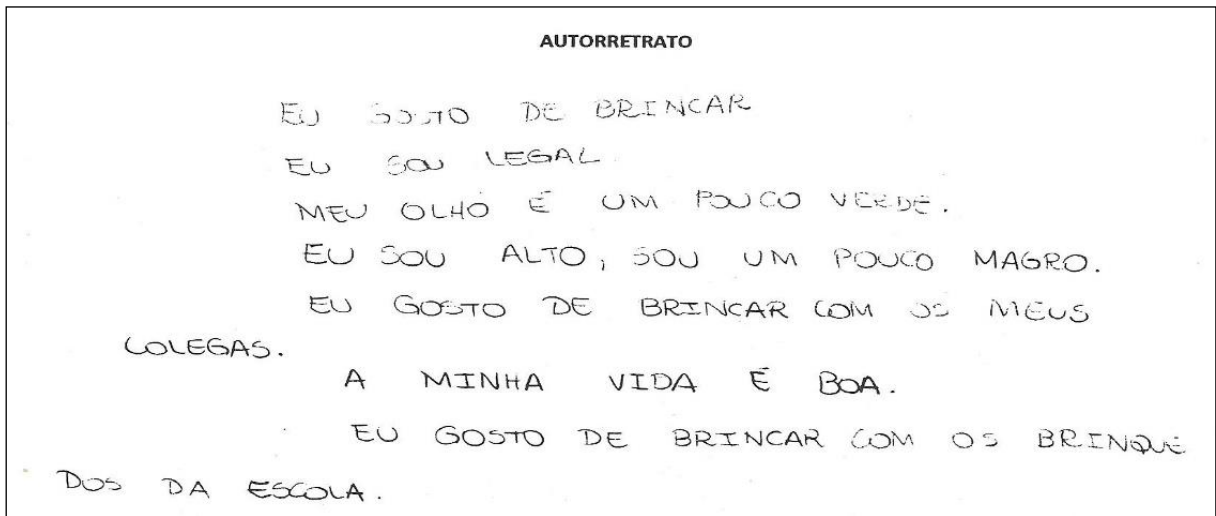
A escolha do autorretrato de Van Gogh como forma inicial de delimitar o conteúdo temático do gênero, de acordo com as interações apresentadas, corroborou para que os alunos conseguissem compreender o que pode ser dito nesse gênero⁶. O uso desse material pela professora vai ao encontro do que Machado (2007, p. 94) descreve como uma das atribuições do professor: “[...] d) selecionar instrumentos adequados a cada situação [...]” Refletir sobre essa questão é de suma importância nesse trabalho em específico, pois o público-alvo do PDG sobre o autorretrato eram alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, o que delegou à professora o papel de averiguar quais eram as dimensões ensináveis do gênero que poderiam ficar ao alcance desses alunos.

Além do trabalho com o autorretrato de Van Gogh, outros exemplares do gênero, como o autorretrato da Palhacinha Marronzinha (imagético, assim como o de Van Gogh), um autorretrato produzido em formato digital (escrito) e outros dois produzidos por alunos do Ensino Médio (material escrito cedido por uma professora que também trabalhou com o mesmo gênero, mas em um nível de escolaridade diferente), serviram para delimitar tanto o conteúdo temático quanto as demais dimensões constitutivas do gênero. Para ilustrar a articulação entre as aprendizagens em sala de aula e escrita do autorretrato, tendo a professora como escriba, apresentamos a Produção Final de um dos alunos na figura 1 a seguir.

O autorretrato sintetiza o que vínhamos discutindo e apontando neste artigo: estamos diante de uma classe de 1º ano, com alunos não alfabetizados, o que os levou a ditar à professora o que desejariam ver escrito em seu texto final, o qual será apresentado ao Conselho de Classe. As marcas do texto oral são evidentes, há menos planejamento, com as características sendo apresentadas à medida que vêm à memória do aluno. Assim, o texto começa com “Eu gosto de brincar”. Na próxima frase, o foco está em uma característica positiva, “Eu sou legal”, sem argumentos anteriores que permitam apoiá-la. As características psicológicas, agora, dão lugar às físicas: “Meu olho é um pouco verde, eu sou alto, sou um pouco magro”. Após, o texto do aluno volta-se às coisas de que gosta, faz uma avaliação: “Minha vida é boa”, e continua, sem concluir, com outro gosto. A professora comporta-se como escriba, sem interferir na produção dos alunos.

⁶ Embora a análise proposta pela professora estivesse pautada no autorretrato “imagético” e os alunos, ao final do PDG, produzissem um autorretrato escrito, o que poderia levar à conclusão de que o conteúdo temático dos dois não fosse equiparável, compreendemos a posição adotada por Ana. Dentro do contexto de uma sala de aula de 1º ano do Ensino Fundamental, certamente faz muito mais sentido partir de uma concepção mais concreta de autorretrato, o imagético, do que já introduzir o gênero em sua forma escrita, uma vez que, nesse caso, como os alunos ainda estavam em processo de alfabetização, seria partir de algo muito abstrato para aquele momento.

Figura 1 – Produção Final do aluno E



Ana respeita os limites de seus alunos, as capacidades linguístico-discursivas por eles apresentadas, considerando fortemente o contexto de sua sala de aula. Ou seja, o exemplo que acabamos de trazer mostra a compreensão do gênero por um aluno de 1º ano, uma vez que é possível perceber que houve o entendimento de que, no autorretrato, é utilizada a primeira pessoa do singular (eu), é necessária a enumeração de características físicas “Meu olho é um pouco verde”, por exemplo, e características psicológicas, como “legal”, além da descrição de atividade de que o aluno gosta “Eu gosto de brincar com os meus colegas”.

Pensando nisso, chegamos ao que Guimarães (2016) chamou de gênero praticado, entendendo que a prática social do gênero é intrínseca ao seu ensino, quando se trata da opção metodológica de PDG. No caso, estamos diante de uma prática de letramento dirigida a um contexto sociocultural da esfera da escola (a reunião do Conselho de Classe), lugar de negociação/transformação das posições assumidas pelos alunos ao *escreverem* seus autorretratos⁷. Dessa forma, estamos entendendo práticas de letramento (STREET, 2006) como constitutivas de uma identidade escolar, tanto do aluno quanto do professor. A partir da perspectiva do gênero praticado (GUIMARÃES, 2016), é possível verificar que Ana faz adaptações necessárias para que o autorretrato seja um objeto de ensino no 1º ano do Ensino Fundamental. Para isso, são enfocadas as características mais superficiais do gênero autorretrato (o contexto de produção do gênero, a necessidade de ser escrito em 1º e os assuntos pertinentes ao gênero: nome, idade, coisas de que gostam ou não gostam), as quais Ana avalia como sendo pertinentes ao seu projeto de ensino e ao momento sócio-histórico de seus alunos, e que também são adequadas à prática social que ela almeja inserir seus alunos a partir da produção do gênero.

⁷ Sabemos que a produção final do aluno E atende parcialmente às características do autorretrato, distanciando-se de seu gênero de referência. Contudo, ressalta-se que a produção inicial dos alunos era composta, na maior parte das vezes, por apenas uma frase, e que é possível notar uma evolução na direção do gênero proposta, quando comparadas as duas produções. É importante ainda enfatizar que Ana, após a etapa das produções finais, fez em conjunto com os alunos uma produção coletiva em que organizou o texto de forma, por exemplo, que as características físicas fossem apresentadas de modo a permitir o reconhecimento, seguidas de características psicológicas. Ela retomou as características composicionais mais marcantes do gênero, com a finalidade de auxiliar a reescrita das produções, última etapa do PDG.

O que se torna relevante neste estudo é que o curso do agir da professora é modificado em alguns momentos no trabalho real/concretizado pelas participações dos alunos, o que corrobora para a constatação de que a professora entende a sala de aula como um *locus* de interação, o que procuramos mostrar através da análise de sequências interativas que comprovam que Ana não ignora as participações de seus alunos, ao contrário, as incorpora ao seu fazer didático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, retomamos a definição da profissionalidade do professor que se faz, principalmente, a partir de sua capacidade de pilotar um projeto de ensino predeterminado, que não está acabado, e que pode, por isso, ser modificado durante o curso do agir do professor (BRONCKART, 2006). Dessa forma, seguimos Malabarba (2015) para afirmar que se pode modificar a proposta de Bronckart (2006), para incluir mais nitidamente a coconstrução do conhecimento em sala de aula (o que mostramos através das práticas de revozeamento).

Ao ressignificar o conceito de linguagem como interação nas suas práticas de interação com os alunos, enfim, em seu trabalho, Ana revela uma articulação entre o que aprendeu no decorrer da formação continuada cooperativa e da sua prática profissional. Isso nos leva a perceber um avanço em direção à mudança de paradigma, à medida que a interação em sala de aula passa a ser vista como algo profícuo para a aprendizagem, mesmo que o professor tenha que reorientar o seu agir, sempre que necessário. Ana não está preocupada com que seus alunos produzam um texto descontextualizado, a partir de um modelo dado. Ela poderia ter fornecido uma espécie de autorretrato com lacunas para os alunos completarem de acordo com suas próprias características. Como ela realmente quer ouvi-los e quer que sejam ouvidos, deixa-os expressarem-se livremente, procurando fazer com que os alunos pratiquem a produção do gênero e discutam sua produção na interação em sala de aula. Mesmo que o texto produzido guarde apenas algumas das características do gênero focado, apresente-se como uma silhueta do que seria idealmente preconizado, é possível nele reconhecer a preocupação do aluno em se apresentar para os professores que compõem o Conselho de Classe⁸.

Ao internalizar o conceito de linguagem como interação, ao atualizá-lo concretamente na sua relação com os alunos em sala de aula via interações eivadas de revozeamento, ao quebrar o paradigma de que o 1º ano é sinônimo apenas de alfabetização, a professora Ana mostra que conceitos epistemológicos trabalhados numa formação são significativos para o seu desenvolvimento profissional.

⁸ O emprego de uma opção metodológica como o PDG sobre o autorretrato numa série composta por alunos não-alfabetizados aponta para o quanto a professora Ana afastou-se do paradigma tradicional do ensino da alfabetização. Por outro lado, é possível perceber que os alunos também progrediram especialmente em dois aspectos: o domínio de características mais superficiais do gênero, fazendo com que a produção final tomasse os contornos característicos de um autorretrato; mas, sobretudo, a oportunidade de inserção em práticas de letramento, de forma simultânea à própria alfabetização. Os alunos se inseriram em diversos eventos de letramento (STREET, 2012) durante as aulas. Tais conhecimentos, então, não ficaram restritos à produção do autorretrato, mas, sim, oportunizaram o aperfeiçoamento da leitura e da escrita como práticas sociais.

Dessa forma, refletir sobre as práticas interacionais em sala de aula reforçou a premissa de que a proposição de novas formações continuadas de professores, feitas à semelhança da que acompanhamos, é a chave para o aperfeiçoamento docente. Em suma, é caminho mais eficaz para instrumentalizá-los, no sentido vygostkiano do termo, fazendo com que consigam conduzir seus projetos de ensino dentro de propostas renovadoras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. P. *Docência de língua materna: o professor como ator do seu próprio agir*. 2015. 174 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015. Documento em PDF.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARTIKOSKI, F. V. M. *Projeto didático de gênero em sala de aula de progressão continuada: um estudo de caso*. 2013. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Curso de Letras: Habilitação: Português, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2013.
- _____. *Projeto didático de gênero: retomando práticas e avaliando*. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) -- Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017.
- BARTHOLOMEU, I. C. S. *Projeto didático de gênero: um estudo a partir do modelo didático de gênero e das capacidades de linguagem mobilizadas em trabalho com cartas de reclamação*. 2016. 222 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.
- BRAGA, N. F. F. *Gêneros e projetos: uma análise dos conceitos de Projeto de Letramento, Projeto Didático de Gênero e Sequência Didática*. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2017.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- _____. *Commentaires conclusifs: pour un développement collectif de l'interactionnisme socio-discursif*. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 113-23, jul./dez. 2004.
- _____. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- _____. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- CARNIN, A. *Na escrita do professor, um percurso possível para a análise do (seu) desenvolvimento profissional*. 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015. Documento em PDF.
- CONCEIÇÃO, L. E.; GARCEZ, P. M. O revozeamento no discurso da escola pública cidadã. *Intercâmbio*, São Paulo, v. 12, p. 1-10, 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3941>>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução e Organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 22, p. 9-39, jan./jun. 1992.
- GARCEZ, P. M. A organização da fala-em-interação na sala de aula: controle social, reprodução do conhecimento, construção conjunta do conhecimento. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 60-65, jan./abr. 2006.
- GERALDI, J. W. (Org.) *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 7. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1991. Originalmente publicado em 1984.

- GUIMARÃES, A. M. M.; DREY, R. F.; CARNIN, A. Parece difícil e é mesmo: sobre a dificuldade de falar sobre o trabalho docente na sala de aula. In: CORREA, M. C.; GUIMARÃES, A. M. M. (Org.). *Formação continuada de professores de língua portuguesa: desafios e possibilidades*. Santa Maria: PPGL Editores/UFSM, 2012. p. 155-186.
- GUIMARÃES, A. M. M.; KERSCH, D. F. (Org.). *Caminhos da construção: Projetos Didáticos de Gênero na sala de aula de língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.
- _____. (Org.). *Caminhos da construção: Projetos Didáticos de Gênero na sala no domínio do argumentar*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.
- GUIMARÃES, A. M. M.; CARNIN, A.; KERSCH, D. F. (Org.). *Caminhos da construção: reflexões sobre projetos didáticos de gênero*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.
- GUIMARÃES, A. M. M. *Do saber fazer ao poder fazer: a importância de uma formação continuada que dê voz ao professor*. In: *FLAEL: FÓRUM DE LINGÜÍSTICA APLICADA E ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS*, 5., 2016. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- LISBOA, I. V. P. *A análise linguística como uma dimensão do estudo do gênero textual através de projetos didáticos de gênero*. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- MACHADO, A. R. Por uma concepção ampliada do trabalho do professor. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Org.) *O interacionismo sociodiscursivo: questões teóricas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 77-97.
- MALABARBA, T. *O percurso do agir interacional no trabalho docente: do projeto de ensino às participações contingentes em sala de aula de língua inglesa*. 2015. 198 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- MARQUES, R. G. *Projeto didático de gênero como possibilidade para o ensino da língua materna e o desenvolvimento das capacidades de linguagem de alunos multirrepentes*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- O’CONNOR, M.; MICHAELS, S. Shifting participant frameworks: Orchestrating thinking practices in-group discussion. HICKS, D. (Org.). *Discourse, learning and schooling*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 63-103.
- SCHNACK, C. M.; PISONI, T. D.; OSTERMANN, A. C. Transcrição de fala: do evento real à representação escrita. *Entrelinhas*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, maio/ago. 2005.
- SINCLAIR, J.M.; COULTHARD, M. *Toward an Analysis of Discourse*. London: Oxford University Press, 1975.
- STREET, B. Perspectivas interculturais sobre o letramento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 8, p. 465-488, jul. 2006.
- _____. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos novos estudos de letramento. MAGALHÃES, I. (Org.). *Discursos e práticas de letramento*. Campinas, Mercado de Letras, 2012. p. 69-92.
- VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução do francês de Michel Lahud e outros. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

ANEXO – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO ADAPTADAS

Convenções de transcrição

-	Interrupção abrupta da fala
=	Fala colada à elocução anterior
(.)	Micropausa
(0,4); (0,5); (1,8); etc.	Intervalo da pausa
Sublinhado	Sílaba, palavra ou som acentuado
[]	Falas sobrepostas
:	Alongamento de som
> <	Fala mais rápida

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos; BARTIKOSKI, Fernanda Vanessa Machado. Práticas de linguagem em sala de aula como reveladoras de mudanças na profissionalidade docente. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 359-373, maio/ago. 2018.

< >	Fala mais lenta
◦ ◦	Fala com volume mais baixo
LETRAS MAIÚSCULAS	Fala com volume mais alto
()	Dúvida na transcrição
XXXX	Texto inaudível
(())	Comentários do transcritor
↓	Entonação descendente
↑	Entonação ascendente

Fonte: Adaptado de Schnack, Pisoni e Ostermann (2005, p. 104).

Recebido em: 10/08/17. Aprovado em: 12/04/18.

Title: *Language practices in the classroom as revealing changes in teacher's professionalism*

Authors: *Ana Maria de Mattos Guimarães; Fernanda Vanessa Machado Bartikoski*

Abstract: *This article reflects upon the importance of analyzing teacher-student interactions as part of the teacher's professionalism, projecting their ability to guide a predetermined teaching project (BRONCKART, 2006). In other words, it can be modified by the possibilities of co-constructing knowledge in the classroom during the course of his/her action. In order to show this movement, it presents extracts of interactions with one of the teachers who participate in a cooperative service education project. By re-signifying the concept of language in their practices of interaction with students, that means, in their real/accomplished work (GUIMARÃES et al., 2012), she reveals an articulation between what she has learnt during the project and her professional practice, which is specially noticed in the constant practice of revoicing (O'CONNOR; MICHAELS, 1996). As a result, the necessity of projects that rethink Portuguese Language teaching in a process that emphasizes the importance of teacher-student interactions is highlighted.*

Keywords: *Mother tongue. Teaching. Interaction. Teacher action.*

Título: *Prácticas de lenguaje en clase como reveladoras de cambios en la profesionalidad docente*

Autores: *Ana Maria de Mattos Guimarães; Fernanda Vanessa Machado Bartikoski*

Resumen: *Este artículo reflexiona sobre la importancia de analizarse las interacciones professor-alumno como parte de la profesionalidad del profesor, proyectando su capacidad de pilotar un proyecto de enseñanza predeterminado (BRONCKART, 2006). Es decir, que puede, durante el curso de su acción, ser modificado por las posibilidades de co-construcción del conocimiento en clase. Para mostrar ese movimiento, trae ejemplos de interacciones de una de las profesoras participantes del proyecto de formación continua cooperativa. Al resignificar el concepto de lenguaje en sus prácticas de interacción con los alumnos, en fin, en su trabajo real/concretizado (GUIMARÃES et al., 2012), revela una articulación entre lo que ha aprendido a lo largo de su formación y su práctica profesional, observada, especialmente, en la constante práctica del re-expresar (O'CONNOR; MICHAELS, 1996). Se resalta, entonces, la necesidad de formaciones que repiensen la enseñanza de Lengua Portuguesa en un proceso que enfatiza la importancia de las interacciones professor-alumnos.*

Palabras-clave: *Lengua materna. Enseñanza. Interacción. Acción docente.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180207-11817>

A TEMPORALIDADE DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM RELAÇÃO A SEU PONTO DE REFERÊNCIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Angela Cristina Di Palma Back*
Universidade do Extremo Sul Catarinense
Criciúma, SC, Brasil

Márluce Coan (UFC – CNPq)**
Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Departamento de Letras Vernáculas
Fortaleza, CE, Brasil

Resumo: Neste artigo, as perspectivas de Bello (1841), Reichenbach (1947), Comrie (1990) e Rojo e Veiga (1999) sobre ponto de referência são aplicadas a 350 dados de pretérito imperfeito do subjuntivo, provenientes de 60 entrevistas sociolinguísticas do Atlas Sociolinguístico da região da AMREC. O propósito é: demonstrar em que medida tais perspectivas se aproximam ou se distanciam; comprovar empiricamente a aplicação das propostas, mediante análise quali-quantitativa; e atestar que tempo é uma categoria discursiva. Para isso, observa similaridades acerca de: poder explanatório; recursos lógicos e correlação entre tempo cronológico e gramatical. A principal diferença reside na visão da temporalidade: lógica ou discursiva. Quanto aos dados, 116 são ambíguos, na perspectiva lógica de Bello (1841), Reichenbach (1947) e Comrie (1990). Na proposta de Rojo e Veiga (1999), por ser recursiva e ultrapassar os limites da frase, a ambiguidade se desfaz: os dados são discursivamente interpretados como anteriores ou posteriores ou cotemporais ao ponto de referência.

Palavras-chave: Tempo gramatical. Tempo discursivo. Ambiguidade. Cotemporalidade.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, comparam-se as perspectivas de Bello (1841), Reichenbach (1947), Comrie (1990) e Rojo e Veiga (1999) sobre ponto de referência, especificamente, para análise de dados do pretérito imperfeito do subjuntivo (doravante PIS). Os dados utilizados para a discussão são provenientes de 60 entrevistas sociolinguísticas do banco *Atlas Sociolinguístico da região da AMREC* (BACK, 2008). Embora se trate de estudo

* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC. Coordenadora do Grupo de Pesquisas LITTERA - Correlações entre cultura, processamento e ensino: a linguagem em foco. Email: acb@unesc.net

** Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisas Sociolinguísticas – SOCIOLIN-CE. Email: coanmalu@ufc.br

quantitativo, já que os 350 dados são mapeados de acordo com as perspectivas dos autores supracitados, escolhemos apenas três dados para ilustrar a aplicação das propostas. Em cada uma das quatro seções, apresentamos a proposta de um autor e, na sequência, são analisados os mesmos três dados com o propósito principal de, nas considerações finais do artigo, demonstrar em que medida tais perspectivas se aproximam ou se distanciam. Dos três dados, dois demonstram as perspectivas lógico-temporais em que o PIS ou é cotemporal ou anterior a seu ponto de referência. O terceiro dado ilustra os casos ambíguos encontrados na amostra, requerendo, portanto, alargamento da frase ao discurso. A priori, não tínhamos a intenção de escolher esta ou aquela proposta, apenas demonstrar uma correlação entre teorias e prática de análise, mas uma parcela significativa dos dados (116 de 350) requer direcionamento discursivo para a interpretação da temporalidade do PIS.

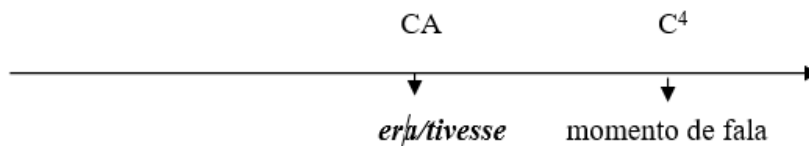
2 A TEMPORALIDADE DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM RELAÇÃO A SEU PONTO DE REFERÊNCIA: A PERSPECTIVA DE BELLO (1841)

Para Bello (1841), a referência para as situações não é o “acto de la palabra”, metalinguagem que se correlaciona à denominação reichenbachiana – ponto de fala (*point of speech*), conforme veremos na seção três. Bello, em se tratando do pretérito imperfeito, aciona como ponto de referência (PR) outra situação pretérita, e não mais o momento de fala, situação essa pretérita e simultânea ao imperfeito. A fórmula do autor para essa situação é CA – copretérito¹, porque a situação no imperfeito e outra situação coexistem no passado.

As indicações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade ao tempo de fala evidenciam três tempos verbais: passado, presente e futuro, respectivamente. Esses três momentos são nomeados como anterioridade (A), coexistência (C) e posterioridade (P) ao momento de fala (PR universal), tomados para representar relações temporais simples e complexas, como esboça o quadro a seguir (BELLO, 1979 [1841]; 1984 [1847]). O conceito de *Tempo complexo*, em Bello, nada tem a ver com a forma do verbo ser simples ou composta, mas com *Tempo absoluto* e relativo (noções estas presentes na proposta de Comrie, 1990, conforme veremos na seção quatro). Os Tempos absolutos têm o momento de fala, coexistência (C), como ponto de referência, a exemplo de passado (A) e futuro (P), ou seja, o tempo verbal absoluto é aquele que inclui como parte de seu significado o momento presente como PR; já para se interpretar os Tempos verbais relativos, há de se levar em consideração não só o momento presente como também outro ponto no Tempo, dado pelo contexto como ponto de referência.

¹ Copretérito equivale ao pretérito imperfeito dos modos indicativo e subjuntivo em Português.

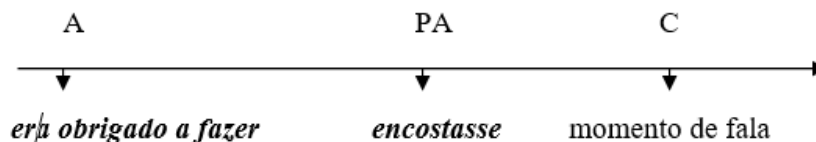
Diagrama 01 – Expressão modo-temporal do PIS como copretérito – CA



A ocorrência a seguir ilustra um caso de PIS como PA (pós-pretérito): função temporal de futuro do passado, ou seja, o PR (era obrigado a fazer) é passado e o PIS (encostasse) é futuro a essa referência. Não se vê cotemporalidade nessa cena, ou seja, enquanto se está fazendo a taipa, esta não encosta no telhado; terminou-se a taipa, então, deve encostar no telhado. Assim, PA esboça um valor temporal de uma situação que é posterior a outra no passado (pós-pretérito), fórmula também prevista por Bello para o – *sse do castelhano*. Em nossos dados, foram 37 casos de PA, o que equivale a 15,71 % da amostra.

(02) Quando a gente, de vez em quando *escutava, calcava* o peso lá pra trás e (inint) *acarcava e fazia* aquela 0 quebraçada (“pra dizer”) que nós *faziamos* uma taipa, que *era* obrigado a *fazer* uma taipa que **ENCOSTASSE** até no teto, uma taipa de pedra, [da]- da própria frente, né? Então *encostava* até assim no teto, só *deixava* um corredor pelo meio, né? (SCCRI01, p. 5)

Diagrama 02 – Expressão modo-temporal do PIS como pós-pretérito – PA



Bello verifica que algumas formas assumem valores temporais primários, secundários e valores metafóricos que, não necessariamente, focalizam o tempo. O autor assume que, para cada forma verbal, há um ‘valor fundamental’ que se associa ao tempo primário; outras expressões que dele (tempo primário/primitivo) derivam, passam a exprimir valores secundários: situações codificadas pelo infinitivo, por exemplo, não esboçam relação temporal determinada com o instante em que a proferimos, portanto sua temporalidade deve ser inferida do contexto; é o que ocorre com *fazer*, do exemplo (02), que tem aceção de passado por ser um tempo relativo atrelado ao pretérito (*era obrigado*).

Para além dos dois valores claramente verificados nos dados: 109 de CA e 37 de PA, há casos em que três interpretações são possíveis, se aplicada a proposta de Bello. Vejamos:

(03) Meu pai não queria que nós **NAMORÁSSEMOS** [...] (SCCRI01, p. 8)

Em se tratando especificamente do *queria*, atribuiremos a essa forma o valor temporal de A que é o PR para *namorássemos*. Nessas circunstâncias, *namorássemos*

seria posterior à situação *queria*, expressando-se como futuro do passado, na terminologia de Bello – PA (pós-pretérito), conforme representação em (03), ou, dada a ambiguidade, *namorássemos* coloca-se na linha do tempo como anterior à situação codificada por *queria*, produzindo a interpretação retratada em (04). É possível, ainda, a interpretação do imperfeito do subjuntivo, *namorássemos* como CA, ou seja, cotemporal à situação expressa por *queria*, conforme representação em (05).

Diagrama 03 – Expressão modo-temporal do PIS como PA – pós-pretérito

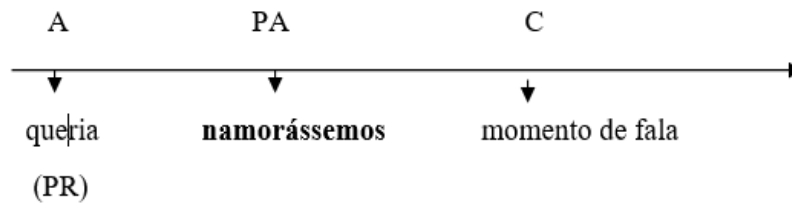


Diagrama 04 – Expressão modo-temporal do PIS como AA – antepretérito

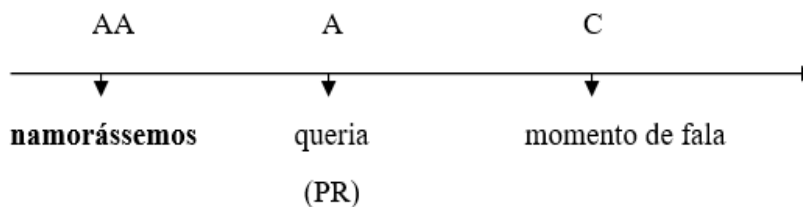
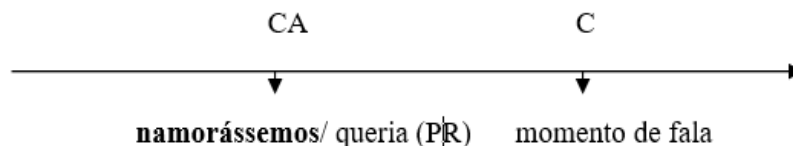


Diagrama 05 – Expressão modo-temporal do PIS como CA – copretérito



Conforme verificamos, nas representações acima, nem sempre o imperfeito do subjuntivo é uma situação passada cotemporal a outra situação passada; pode codificar anterioridade ou posterioridade, do que decorre maior complexidade em sua representação temporal e comprovação de que uma forma serve a mais funções, ou seja, em virtude dos processos de gramaticalização, nem sempre há correlação de um-para-um entre forma e função.

Geralmente, gramaticalização refere-se ao desenvolvimento de morfemas gramaticais a partir de lexicais, mas há autores que citam outros mecanismos: a) conforme Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), extensão metafórica (extensão entre domínios), inferência (o falante implica mais do que ele diz e o ouvinte infere mais do que foi dito), generalização (perda de traços específicos do significado – redução semântica – com consequente expansão), harmonia (usos similares, por exemplo, usos modais na oração principal e na subordinada) e absorção (retenção de um traço gramatical); b) segundo Givón (1979), reanálise de padrões discursivos em gramaticais e de funções discursivas em funções semânticas sentenciais e c) de acordo com Heine *et al.* (1991), mudanças de

ordem semântico-pragmática (de significados baseados na situação externa – espacial para significados baseados na situação interna – perceptual/cognitiva, de significados baseados em situação externa ou interna para significados baseados em função textual – coesão textual e tendência a significados tornarem-se progressivamente situados nas crenças do falante). Neste caso específico do PIS em relação ao ponto de referência, parece que estamos diante de um caso de especialização por generalização. Vejamos isso, inicialmente, via tabela 2:

Tabela 2 – Funções temporais do PIS no corpus

Tempo	Frequência	Percentual
Copretérito	109	31,14
Pós-pretérito	37	10,57
Futuro 3 ⁵	31	8,86
Futuro 1	06	1,71
Futuro 2	21	6,00
Presente 1 ⁶	11	3,14
Presente 2	07	2,00
Antefuturo	04	1,14
Antepretérito	08	2,29
Inconclusos	116	33,15
TOTAL	350	100,00

Dos 350 dados analisados, como podemos visualizar acima, considerando apenas o eixo do pretérito, há 109 de copretérito, 08 de antepretérito, 37 de pós-pretérito e 116 ambíguos. A priori, a função copretérita, sincronicamente, parece ser a função primária do PIS, mas a forma que se especializa, para codificar uma situação eventual, generaliza-se para três temporalidades: passado em relação ao PR, cotemporalidade ao PR e futuro ao PR.

Do exposto, verifica-se que a temporalidade do PIS em relação ao seu PR é corretamente identificada em 234 dados dos 350, o que confere à proposta de Bello aplicabilidade à maioria dos casos, excluindo-se os ambíguos (116 dados da amostra), pois estes necessitam de análise discursiva e não apenas lógico-temporal. Seguindo o percurso proposto no início do artigo, veremos, agora, a proposta de Reichenbach aplicada aos mesmos dados.

⁵ A interpretação do futuro coloca em perspectiva uma escala de temporalidade, a partir de sua correlação com o ponto de referência: 1) [MR– MF– MS], 2) [MR,MF – MS], e 3) [MF – MR,MS]. Esse modo escalar de compreender o tempo futuro ilustra a natureza não discreta das funções.

⁶ A exemplo do dito na nota 4, o presente também nos possibilitou duas interpretações, uma das quais exhibe o aspecto durativo: 1) [MR,MF,MS] e 2) [MR-----MR,MF,MS].

3 A TEMPORALIDADE DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM RELAÇÃO A SEU PONTO DE REFERÊNCIA: A PERSPECTIVA DE REICHENBACH (1947)

Para explicar a relação entre o conceito de tempo e sua expressão gramatical, faz-se, na maioria dos estudos, referência à formalização proposta por Reichenbach (1947). Segundo Corôa (2005), o autor, em função de sua experiência no ensino, tanto de lógica quanto de línguas estrangeiras, foi o primeiro lógico a formalizar uma interpretação temporal das línguas naturais, levando em consideração três pontos teóricos na linha do tempo: *event (E) – momento do evento*, *reference (R) – ponto de referência* e *speech (S) – momento de fala*, o que permite ao analista representar o tempo tridimensionalmente. Reichenbach esquematiza nove fórmulas fundamentais (conforme quadro 2), destacando que a totalidade de suas combinações nunca ocorre em uma língua natural, em função de que, conforme Corôa (2005), as reais combinações de cada língua desenvolvem-se historicamente, embora mantenham relações lógicas com essa tripartição de pontos. No cálculo utilizado por Reichenbach, em se tratando da expressão de passado, presente e futuro, a referência (R) é relativa ao momento de fala (S). Já a posição do evento, em relação à referência, é indicada por meio das noções de anterioridade temporal, simultaneidade e posterioridade.

Quadro 2 – Fórmulas fundamentais para os tempos verbais

No.	Structure	New Name	Traditional Name
01	E—R—S ⁷	Anterior past	Past perfect
02	E, R—S	Simple past	Simple past
03	R—E—S	Posterior past	--
	R—S, E		
	R—S—E		
04	E—S,R	Anterior Past	Present perfect
05	S, R, E	Simple present	Present
06	S, R—E	Posterior present	Simple future
07	S—E—R	Anterior future	Future perfect
	S, E—R		
	E—S—R		
08	S—R, E	Simple future	Simple future
09	S—R—E	Posterior future	--

Fonte: Reichenbach (1947, p. 297).

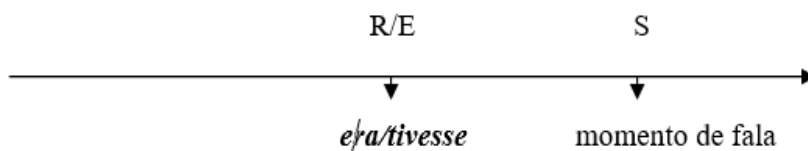
Embora Reichenbach não aborde o imperfeito do subjuntivo, sua constituição temporal pode ser apreendida dos diagramas que o autor propõe. Exatamente como em Bello, verificamos dois usos recorrentes nos dados: um que envolve cotemporalidade

⁷ O passado anterior codifica um evento anterior à referência que, por sua vez, é anterior ao momento de fala. Quando há vírgulas, a leitura é de simultaneidade, por exemplo, em E,R—S, evento e referência são simultâneos, mas anteriores ao momento da fala.

entre evento e referência (158 dados) e outro que mostra posterioridade do PIS em relação à referência (64 dados), usos que se encaixam, respectivamente, nos esquemas de passado simples e passado anterior. Escolhemos, como na seção anterior, os mesmos exemplos para ilustração, assim a comparação pode ser mais evidente. O diagrama 06 apresenta *era* como ponto de referência para *tivesse*, demonstrando uma relação de cotemporalidade entre ambas as situações. Já o diagrama 07 ilustra *era obrigado* como situação anterior a *encostasse*. As análises são iguais às de Bello (1979 [1841]; 1984 [1847]), já que a situação no imperfeito se apresenta cotemporalmente ou posteriormente ao PR, embora sejam anteriores ao momento de fala.

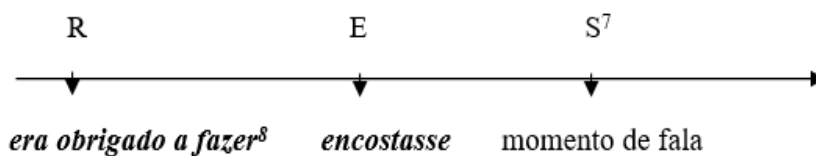
(01) Geralmente em quatro, cinco, né? Nunca sozinho, porque a gente ia pra longe, né? Ia pra Ø tudo ao redor, né? E *era* difícil alguém que **TIVESSE** um carro naquela época. *Era mais ou menos isso. (SC CRI 03, p. 005)

Diagrama 06 – Expressão modo-temporal do PIS como presente do passado



(02) Quando a gente, de vez em quando *escutava, calcava* o peso lá pra trás e (inint) *acarcava* e *fazia* aquela 0 quebrada (“pra dizer”) que nós *faziamos* uma taipa, que *era* obrigado a *fazer* uma taipa que **ENCOSTASSE** até no teto, uma taipa de pedra, [da]- da própria frente, né?* Então *encostava* até assim no teto, só *deixava* um corredor pelo meio, né? (SCCRI01, p. 5)

Diagrama 07 – Expressão modo-temporal do PIS como futuro do passado



(03) Meu pai não queria que nós NAMORÁSSEMOS [...](SCCRI01, p. 8)

Com relação ao dado (03), acima, a exemplo da análise anterior, tomaremos *queria* (imperfeito) como PR para *namorássemos*, e o momento de fala como PR para *queria*. Contudo, há indeterminação da localização de *queria* em relação a *namorássemos* ou vice-versa, de modo que não se pode afirmar, sem o auxílio de outras pistas, se *namorássemos* é anterior, cotemporal ou posterior a *queria*. A diagramação que segue é idêntica à apresentada acima, a partir da proposta de Bello. Mudam-se apenas as denominações: em vez de copretérito, pós-pretérito e antepretérito, há E (event) – momento do evento; R (reference) – ponto de referência e S (speech) – momento de fala.

Diagrama 08 – Expressão modo-temporal do PIS como futuro do passado

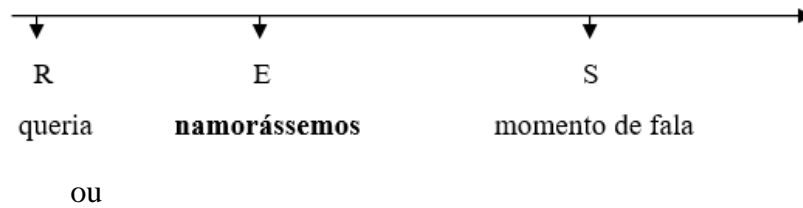


Diagrama 09 – Expressão modo-temporal do PIS como passado do passado

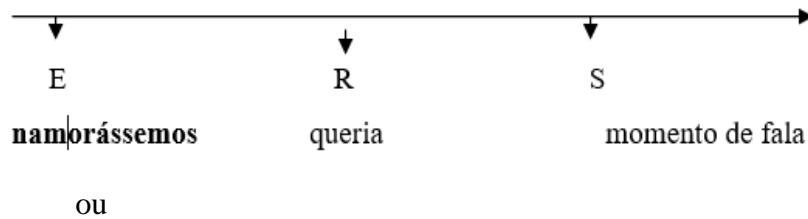
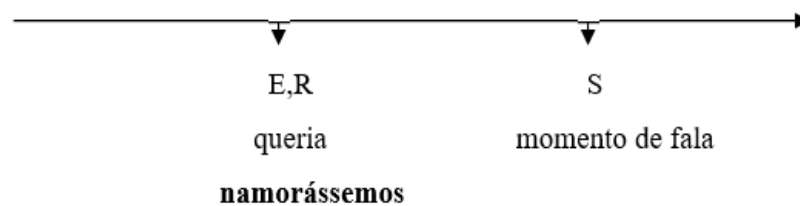


Diagrama 10 – Expressão modo-temporal do PIS como cotemporalidade|pretérita



A primeira análise encerra uma interpretação de que o casal ainda não namorava e o pai, de antemão, já observando o que poderia vir a ser, não queria; a segunda interpretação pressupõe a situação de que o casal já namorava e o pai, ao saber disso, pôs-se contra; a terceira possibilidade de interpretação do dado acima é de cotemporalidade entre *queria* e *namorássemos*. Em nossos dados, são 116 casos dessa natureza, cuja localização é ambígua; isso porque ambas têm viés lógico-temporal. Aplicando a perspectiva de Bello ou de Reichenbach, chegamos aos mesmos resultados: o imperfeito pode ser cotemporal, posterior ou anterior a seu ponto de referência; no entanto, há dados ambíguos, os quais não podem ser interpretados exclusivamente pela perspectiva lógica, requerendo ampliação do nível de análise da frase ao texto/discurso. Segue-se a essas análises a proposta de Comrie (1990), cuja configuração é similar: embora as denominações mudem, as relações temporais continuam consideradas em nível frasal.

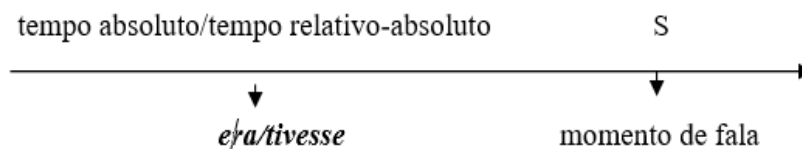
4 A TEMPORALIDADE DO PRÉTERITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM RELAÇÃO A SEU PONTO DE REFERÊNCIA: A PERSPECTIVA DE COMRIE (1990)

Seguindo na direção proposta por Reichenbach (1947), Comrie (1990) estabelece o momento de fala como centro dêitico; assim, três tempos verbais básicos formam a espinha dorsal da referência temporal: presente, passado e futuro, chamados de tempos verbais absolutos em oposição aos relativos e relativo-absolutos.

Os absolutos têm o momento de fala como ponto de referência, mas é possível uma situação diferente do momento de fala ser o ponto de referência para outra situação anterior ou posterior, saindo da concepção de referência dêitica para anafórica. Com base nesse movimento (dêitico – anafórico), o autor distingue os tempos absolutos (dêiticos: presente, passado e futuro) dos relativos (passado do passado, futuro do passado). Tempos verbais relativos têm o ponto de referência dado pelo contexto e podem ser representados por formas verbais não finitas e finitas. Uma forma não finita indicará um tempo relativo puro; já a forma finita indicará um tempo relativo-absoluto. Os tempos relativos puros, conforme Comrie (1990), têm como ponto de referência a forma finita mais próxima e podem receber a referência temporal (de passado, presente ou futuro) desse ponto. Se há uma combinação entre dois pontos de referência, o momento de fala e outro momento no tempo, a situação que toma esses dois pontos de referência é chamada de relativo-absoluta, pois sua interpretação temporal depende da existência de um ponto de referência antes ou depois do momento de fala e da localização da situação anterior, simultânea ou posteriormente a esse ponto. Vejamos como ficam os nossos dados a partir dessa aceção:

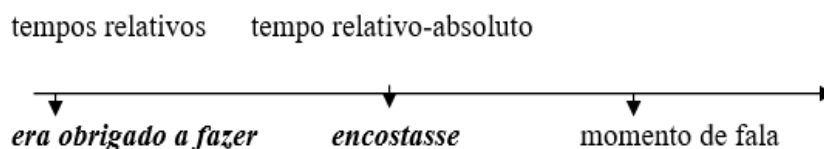
(01) Geralmente em quatro, cinco, né? Nunca sozinho, porque a gente ia pra longe, né? Ia pra Ø tudo ao redor, né? E *era* difícil alguém que **TIVESSE** um carro naquela época. *Era mais ou menos isso. (SC CRI 03, p. 005)

Diagrama 11 – Expressão modo-temporal do PIS como passado cotemporal



(02) Quando a gente, de vez em quando *escutava*, *calcava* o peso lá pra trás e (inint) *acarcava* e *fazia* aquela 0 quebraçada (“pra dizer”) que nós *384azíamos* uma taipa, que *era* obrigado a *fazer* uma taipa que **ENCOSTASSE** até no teto, uma taipa de pedra, [da]- da própria frente, né?* Então *encostava* até assim no teto, só *deixava* um corredor pelo meio, né? (SCCRI01, p. 5)

Diagrama 12 – Expressão modo-temporal do PIS como futuro do passado



(03) Meu pai não queria que nós **NAMORÁSSEMOS** [...] (SCCRI01, p. 8)

O terceiro dado que estamos considerando na amostra permite três interpretações: de cotemporalidade, como ocorre com o exemplo representado em 11; de posterioridade, como representamos em 12, e de anterioridade, conforme demonstramos abaixo.

Diagrama 13 – Expressão modo-temporal do PIS como passado do passado

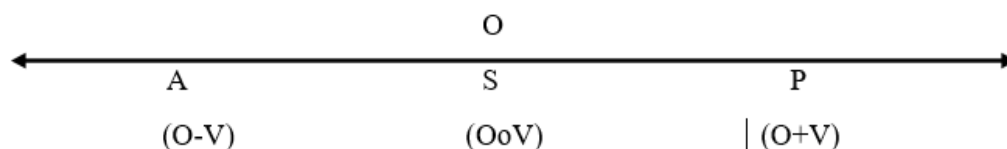


Em todas as representações, o imperfeito do subjuntivo ocorre como um tempo relativo-absoluto, tempo que tem um ponto de referência (*era, era obrigado a fazer e queria*) diferente do momento de fala. Dos nossos 350 dados, todos são de tempo relativo-absoluto. Embora a relação entre os tempos seja também lógico-temporal, a exemplo de Bello e Reichenbach, o diferencial aqui está no fato de se poder caracterizar um traço prototípico do imperfeito, o de expressar tempo relativo-absoluto. Esse traço pode desencadear variação, fazendo com que o imperfeito do indicativo ocorra em lugar do imperfeito do subjuntivo em situações cotemporais, como no exemplo citado por Domingos (2004, p. 92): “Eu pensei que ERA [FOSSE] eu, né que ele tinha me chamado e eu fui atrás dele...” (CRI 23, p. 39). A apreensão desse traço componente do imperfeito, apesar de auxiliar na explicação de processos de variação, ainda não resolve a interpretação de uma parcela de nossos dados (116), se a análise permanece em nível frasal. É por isso que trazemos, na próxima seção, a proposta de Rojo e Veiga (1999).

5 A TEMPORALIDADE DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM RELAÇÃO A SEU PONTO DE REFERÊNCIA: A PERSPECTIVA DE ROJO E VEIGA (1999)

Rojo e Veiga (1999) elaboram uma teoria das relações temporais considerando as seguintes fórmulas: (O) para origem, (-V) para anterioridade, (oV) para simultaneidade e (+V) para posterioridade, como demonstramos no esquema abaixo:

Diagrama 14: Esquema representativo das relações temporais – sistema vetorial



Fonte: Adaptação de Rojo e Veiga (1999, p. 2877)

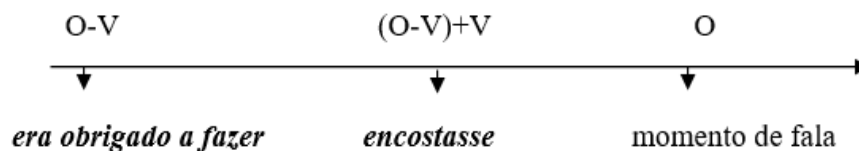
Os autores afirmam que o fato de termos relações mais complexas do que as apresentadas no esquema acima não justifica outras divisões, basta que se faça uso da combinação de vetores (V) para expressar as escalas, que são ilimitadas. Vejamos:

O diagrama 15 ilustra *era* e *tivesse* como passado em relação ao momento de fala = (O-V) e, no interior desse eixo, como sendo simultâneos ((O-V)oO). É possível observar a recursividade, mostrando que o tempo de referência é o momento de fala, tido como o ponto de origem (O). Convém destacar que, nesse caso, o valor de (O-V)oV para *tivesse* também decorre da interpretação da expressão adverbial *naquela época*.

Considerando-se o contexto do dado (02), temos:

(02) Quando a gente, de vez em quando *escutava*, *calcava* o peso lá pra trás e (inint) *acarcava* e *fazia* aquela 0 quebraçada (“pra dizer”) que nós *387* *azíamos* uma taipa, que *era* obrigado a *fazer* uma taipa que **ENCOSTASSE** até no teto, uma taipa de pedra, [da]- da própria frente, né? Então *encostava* até assim no teto, só *deixava* um corredor pelo meio, né? (SCCRI01, p. 5)

Diagrama 16 – Expressão modo-temporal do PIS como futuro do passado – sistema vetorial



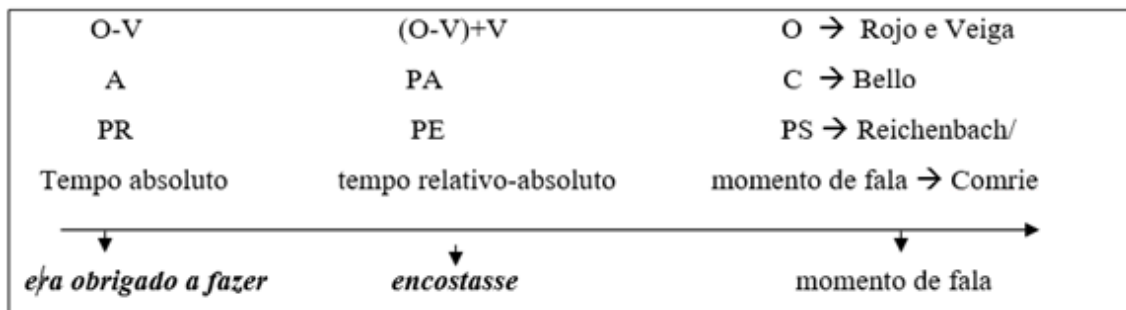
Nesse dado, há uma série de situações encadeadas – *escutava*, *calcava*, *acarcava*, *fazia* – que podem ser representadas, segundo fórmulas de Rogo e Veiga (1999), como simultâneas, no passado, ao processo de fazer a taipa: (((((O-V[*escutava*]) oV[*calcava*]) oV[*acarcava*]) oV[*fazia*])). Em análise vetorial, a ocorrência 02 fica assim configurada:

situações concomitantes a S1	(((O-V)oV)oV)oV))
<i>era obrigado a fazer</i> uma taipa...	O-V
que <i>encostasse</i> até no teto...	(O-V)+V

A postura teórica delineada por Rojo e Veiga (1999), pela recursividade, mostra-se apropriada para análise de sequências discursivas para além do contexto frasal, conforme propõe Freitag (2005). Embora seja evidente a lógica temporal decorrente da combinação dos vetores, Rojo e Veiga também analisam sequenciação temporal, não especificamente lógica temporal como fazem Reichenbach, Bello e Comrie.

Com relação à terceira evidência ‘Meu pai não *queria* que nós **NAMORÁSSEMOS**’, podemos calcular os vetores considerando as situações *queria* e *namorássemos*, a exemplo do que fizemos quando da análise nas perspectivas de Reichenbach, Comrie e Bello, mas considerando o contexto, porque o postulado teórico é recursivo e prevê situações temporais complexas que extrapolam o nível oracional, requerendo pontos de referência secundários a fim de não haver indeterminação temporal. A noção de PR, por conseguinte, é diferente: para quem opera com tempo, o PR funciona como funcionam as referências espaciais; para quem opera com tempo discursivo, o PR é o que garante sequenciação. Vejamos:

Diagrama 18 – Análise comparativa do ponto de referência nas propostas de Bello (1941), Reichenbach (1947), Comrie (1999) e Rojo e Veiga (1999)



As diferenças entre as propostas residem em: manifestação lógica da temporalidade e orientação anafórica por Bello, Reichenbach e Comrie *versus* visão de temporalidade centrada no tempo e no discurso e orientação dêitica por Rojo e Veiga. Além disso, Bello, Comrie e Reichenbach expõem nove possibilidades de representação temporal, mas Bello sugere interpretações secundárias e metafóricas, dando licença a interpretações que façam uso recursivo das fórmulas; em Rojo e Veiga, observa-se, pelo menos teoricamente, que as possibilidades de representação temporal são ilimitadas. Em relação à ambiguidade, constatada no dado (03), somente é resolvida quando aplicada a proposta de Rojo e Veiga (1999), em virtude de considerar sequenciação discursiva em relação ao momento de fala para desfazer ambiguidades.

No decorrer do texto, além dos construtos teóricos, mostramos aplicação a dados, os quais foram, ainda, quantificados, para que as interpretações mais recorrentes do imperfeito do subjuntivo em português viessem à tona. Embora nossa condução analítica induza à escolha de propostas recursivas e discursivas para a interpretação do imperfeito do subjuntivo, não foi nossa pretensão descaracterizar as demais, devido à relevância histórica e à possibilidade de aplicação à maioria dos dados. Análises de outros tempos verbais também têm mostrado a necessidade de ampliação contextual para a correta interpretação dos enunciados. A título de ilustração, podemos considerar a pesquisa de Coan (2003), sobre o pretérito mais-que-perfeito, também um tempo relativo-absoluto. A autora mostra que a análise do ponto de referência deve ultrapassar os limites estruturais e atuar, também, nas dimensões semântica e pragmática, pois os pontos de referência nem sempre são verbos ou advérbios; podem, sim, ser temporais, mas há os discursivos, os pressupostos e os pragmáticos.

REFERÊNCIAS

- BACK, A. C. Di P. *A multifuncionalidade da forma verbal –sse no domínio Tempo-Aspecto-Modalidade: uma abordagem sincrônica*. 2008. 310f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Madrid:EDAF, [1847] 1984.
- _____. Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana. In: *Obra literaria*. Caracas: Ayacucho, [1841] 1979. p. 415-459.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The Evolution of Grammar: Tense, Aspect, and Modality in the languages of the world*. Chicago-USA: 1994.
- COAN, M. *As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlação entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. 2003. 238f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- COMRIE, B. *Tense*. 4. ed. Cambridge University Press, ([1985] 1990).
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- DOMINGOS, R. *Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- FREITAG, R. M. Ko. Tempo na frase e tempo no texto: as teorias de Reichenbach e de Rojo e Veiga. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 389-413, jan./jun. 2005.
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- HEINE, B.; HÜNNEMEYER, F. From Cognition to Grammar: Evidence from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1991.
- LASS, R. *On explaining language change*. New York: Cambridge, 1980.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português Falado 6: Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. p. 163-200.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: Macmillan Company, 1947.
- ROJO, G.; VEIGA, A. El tiempo verbal: Los tiempos simples. In: Ignácio Bosque y Violeta Demonte (Eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: RAE-Espasa Calpe, 1999. Cap. 44.

ANEXO – SÍMBOLOS UTILIZADOS NA TRANSCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

E	Entrevistador
I	Informante
*	Início de turno
(est.)	Estímulo
Ø [ma0s]	Inserção de segmentos na transcrição fonológica
(inint.)	Ininteligível
[]	Repetição

Recebido em: 29/08/17. Aprovado em: 05/05/18.

Title: *The temporality of the imperfect past tense of the subjunctive in relation to its point of reference: theoretical perspectives*

Authors: *Angela Cristina Di Palma Back; Márluce Coan*

Abstract: *In this paper, the perspectives by Bello (1841), Reichenbach (1947), Comrie (1990) and Rojo and Veiga (1999) on the reference point are applied to 350 data of subjunctive imperfect from 60 sociolinguistic interviews present in the Sociolinguistic Atlas of the AMREC region. The proposal is to: demonstrate to what extent these perspectives approach or distance themselves; empirically prove the application of the proposals, through qualitative-quantitative analysis; attest that time is a discursive category. Thereunto, similarities are observed in terms of explanatory power, logical resources and correlation between time and tense. The main difference resides in the vision of temporality: logical or discursive ones. Regarding to the data, 116 samples are ambiguous, if we consider Bello (1841), Reichenbach (1947) and Comrie (1990) proposals. By Rojo and Veiga (1999) proposal, because it is recursive and goes beyond sentence, it dissolves ambiguity and these data are analyzed discursively as previous or posterior or co-temporal to the reference point.*

Keywords: *Grammatical tense. Discursive tense. Ambiguity. Co-temporality.*

Título: *Temporalidad del pretérito imperfecto del subjuntivo en relación con su punto de referencia: perspectivas teóricas*

Autores: *Angela Cristina Di Palma Back; Márluce Coan*

Resumen: *En este artículo, las perspectivas de Bello (1841), Reichenbach (1947), Comrie (1990) y Rojo y Veiga (1999) sobre punto de referencia son aplicadas a 350 datos de pretérito imperfecto del subjuntivo provenientes de 60 entrevistas socio-lingüísticas del Atlas Socio-lingüístico de la región de AMREC. El propósito es: demostrar en qué medida tales perspectivas se aproximan o se alejan; comprobar empíricamente la aplicación de las propuestas, por medio del análisis cualitativo-cuantitativo; y atestar que tiempo es una categoría discursiva. Para ello, observa semejanzas acerca: del poder explicativo; y de recursos lógicos y correlación entre tiempo cronológico y gramatical. La principal diferencia es en la visión da temporalidad: lógica o discursiva. Cuanto a los datos, 116 de ellos son ambiguos, en la perspectiva lógica de Bello (1841), Reichenbach (1947) y Comrie (1990). En la propuesta de Rojo y Veiga (1999), por ser recursiva y ultrapasar los límites de la frase, la ambigüedad se deshaz: los datos son discursivamente interpretados como anteriores o posteriores o co-temporales al punto de referencia.*

Palabras clave: *Tiempo gramatical. Tiempo discursivo. Ambigüedad. Co-temporalidad.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180208-12217>

AS NARRATIVAS DE SI E A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA DO HIV NA CAMPANHA O CARTAZ HIV POSITIVO

Atilio Butturi Junior*

Camila de Almeida Lara**

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Comunicação e Expressão

Departamento de Língua e Literatura Vernáculas

Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise discursiva dos enunciados das narrativas de pessoas que vivem com hiv no Brasil contemporâneo. Para tanto, partiu de discussões sobre a memória e sobre o papel das narrativas na experiência da doença, bem como da problematização biopolítica do que aqui se entenderá como o dispositivo crônico da aids. Os recortes discursivos analisados são compostos de depoimentos em vídeo de sujeitos que vivem com hiv, produzidos em 2015 pelo Grupo de Incentivo à Vida como parte da campanha O Cartaz HIV Positivo. A hipótese é de que o funcionamento discursivo nessas narrativas indica um jogo ainda em aberto que diz respeito aos enunciados estigmatizantes de sidanização, às técnicas de confissão e às possibilidades de resistência para os sujeitos que hoje vivem com hiv.

Palavras-chave: Narrativa da doença. Memória. HIV/AIDS. Subjetivação. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

“Primeiro eu conto a minha história, porque eu acho que é uma coisa que chega nas pessoas muito mais rápido”. É assim que Silvia Almeida responde à entrevistadora Marília Gabriela, em 2014, quando perguntada sobre suas atividades como palestrante e militante. Silvia narra suas histórias pessoais da perspectiva da pessoa que vive com hiv e cuja infecção se deu nos anos noventa do século XX. É uma paciente crônica, nos moldes definidos por Kleinman (1988): construída na rede de sentidos (sociais, morais e políticos) e de produção de memórias sobre as doenças que extrapola os limites biomédicos de categorização da doença ou do doente¹.

* Doutor em Linguística (UFSC) e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). E-mail: atilio.butturi@ufsc.br

** Mestra e Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-graduação em Linguística (UFSC). E-mail: camilaalara04@gmail.com

¹ A distinção de Kleinman (1988) entre *disease*, *illness* e *sickness* faz notar que enquanto *disease* é uma categorização ancorada no discurso biomédico, a *illness* exige sua extrapolação, justamente porque evoca a produção dos corpos e dos sujeitos que vivem com doenças; por sua vez, *sickness* corresponderia aos discursos e práticas históricas peculiares de significação política e social da doença e dos doentes. Em nosso texto, é da perspectiva da *illness* e de sua relação com os dispositivos (portanto, de acordo também com a problemática da *sickness*), que nos encontraremos.

Da perspectiva da narrativa da pessoa que vive com hiv, passamos ao problema da construção da memória. Philippe Artières (2004) mostra que, a partir das modificações promovidas pela chegada da TARV (terapia antirretroviral) e de sua universalização na França, no final da década de noventa do século XX, os arquivos relativos à infecção pelo hiv² têm destinos incertos. Por um lado, enquanto organizações como a AIDES, fundada por Daniel Defert nos anos oitenta, depositou seus documentos nos Arquivos Nacionais, muitas outras instituições, menores e múltiplas, têm sofrido um esvaziamento e um consequente abandono de seu material. Artières (2004) aponta para problemas fundamentais que envolvem a história documental da infecção na França e sugere uma problematização ainda fulcral, segundo uma leitura foucaultiana: a da narrativa das resistências mínimas, daquilo que seriam as existências esquecidas e cuja característica seria o dar a ver às memórias de luta.

O que estes dois enunciados trazem em comum, para além do objeto sobre o qual se debruçam, diz respeito ao papel que as estratégias de produção da memória desempenham na constituição dos discursos sobre as doenças e os doentes. Ora, é no interior desse “dispositivo complexo de uma memória” (PÊCHEUX, 1999, p.51) que pretendemos interrogar nosso objeto, qual seja, as narrativas dos sujeitos que vivem com hiv no Brasil contemporâneo.

Passemos em sobrevoo sobre os discursos que envolveram – e, como mostraremos, permanecem a envolver – a aids e o hiv. Num texto tornado clássico, Susan Sontag (2007) sugere que a aids geraria uma “identidade deteriorada” e, no limite, responsável pela infecção. Sontag (2007) faz notar o caráter biopolítico desse jogo discursivo, capaz de alimentar fantasias sinistras a respeito da moléstia, assinalando vulnerabilidades individuais e sociais e reforçando a sensação de que a aids é onipresente: o vírus invade o organismo, e a doença invade toda a sociedade (o organismo social). Instalado o pânico moral, teríamos a produção de memórias que redundariam em narrativas de si culpabilizantes e estigmatizantes.

O texto de Sontag é de 1988. Desde meados da década de noventa do século XX, como se sabe, uma série de transformações e deslocamentos no “dispositivo da aids” (PERLONGHER, 1987) têm se delineado, configurando um “dispositivo crônico da aids” (BUTTURI JUNIOR, 2016b). Dentre as estratégias deste último, certamente a universalização – ainda problemática (BIEHL, 2010, 2005) – do acesso às Terapias Antirretrovirais (doravante, TARV) ocupa o lugar tático fundamental no que diz respeito à produção de memórias e de subjetividades relacionadas ao hiv e à aids. No Brasil, a junção de políticas estatais e de iniciativas da sociedade civil organizada (GALVÃO, 2000) deu lugar a uma ampla mobilização, cujos resultados ainda estão sendo produzidos.

É ao funcionamento discursivo desse *dispositivo crônico da aids* e de sua rede de memórias que pretendemos nos voltar. Mais detidamente, nosso objetivo é descrever, a partir de uma análise dos discursos foucaultiana, a relação existente entre os enunciados de cuidado e confissão da biopolítica e as táticas subjetivas de cuidado de si, cuja perspectiva é a das resistências e da constituição de outras topologias e outros dispositivos

² Neste artigo, usamos aids e hiv em minúsculas, num esforço de desnaturalização da sigla e no ímpeto de colocar em suspenso os discursos de apartamento e de estigmatização a que eles recorrem.

de memória para o hiv. Para tanto, analisaremos os discursos materializados em vídeos, produzidos em 2015 no âmbito da *O Cartaz HIV Positivo*, do Grupo de Incentivo à Vida (GIV). Publicados na página do GIV no *Youtube*, tais vídeos trazem micronarrativas de sujeitos que vivem com hiv. Nossa hipótese é de que essas narrativas de si indicam movimentos de deslocamento e de adesão ao dispositivo biopolítico do hiv, sugerindo uma polivalência tática dos discursos (FOUCAULT, 2009) que ora funcionam na modalidade da sujeição, ora oferecem possibilidades de gestos de resistência.

A fim de organizar o presente escrito, a primeira seção se ocupará de definir os traços gerais do *dispositivo crônico da aids* e sua memória produzida a partir de discursos de governo biopolíticos. Por sua vez, a segunda seção se debruça sobre a relação entre as narrativas e as subjetividades, dando destaque ao vértice de saberes que reúne antropologia e arqueogenealogia foucaultiana. A terceira seção, então, será o espaço de apresentação das análises, seguidas das *Considerações Finais*.

2 MEMÓRIA, BIOPOLÍTICA E DISPOSITIVO CRÔNICO DA AIDS

Inicialmente, entenderemos com Perlongher (1987) e Butturi Junior (2016b) que a aids e a infecção pelo o hiv têm o funcionamento de um dispositivo específico, nos moldes delineados por Michel Foucault e retomados por Giorgio Agamben. Essa escolha pela teoria dos dispositivos nos permitirá tanto relacionar as discussões da Antropologia da Saúde (ver próxima seção) e a arqueogenealogia (a reboque, os estudos do campo de estudos discursivos) quanto sustentar que há formas de subjetivação produzidas pelo dispositivo da aids que trazem no bojo memórias de racialização e de estigmatização ainda em vigor.

Em *O que é AIDS*, Perlongher (1987, p.76) assume o papel que tem Michel Foucault para pensar a aids, entendendo-a como um dispositivo: “O dispositivo da AIDS não parece dirigir-se (pelo menos da ótica progressista) tanto à extirpação dos atos homossexuais, mas à redistribuição e controle dos corpos perversos [...]”. Pelúcio e Miskolci (2009, p.127) retomam o texto clássico de Perlongher e constataam que as práticas desse dispositivo permanecem funcionando, segundo a ordem da *sidanização*: um conjunto de discursos e práticas que produzem identidades disciplinadas e abjeção – relativas à normalidade heterossexualizante –, incidindo sobre os corpos que têm hiv e distribuindo-os ainda segundo a ordem da culpabilização e do pânico moral.

Butturi Junior (2016b) retoma estes trabalhos para delinear modificações do dispositivo da aids, que configurariam um *dispositivo crônico* (ver a seguir). Inicialmente, descreve os dispositivos como conjunto de discursos e práticas que engloba um jogo de elementos e agentes, com funções estratégicas e políticas que têm por finalidade responder a demandas históricas. Heterogêneos e ubíquos, esses dispositivos funcionariam como tecnologias de subjetivação, apontando para o problema da possibilidade política de resistência (ou, como afirma Agamben, de *profanação*) diante de uma governamentalização cada vez mais efetiva.

Façamos um parêntese a fim de descrever o vértice entre a governamentalização, os dispositivos e as formas de subjetivação com que operaremos neste artigo. Cabe

retomar, inicialmente, o problema da governamentalidade. Foucault (2008) ensina que entre os séculos XVI e XVIII a Europa passava por um processo de assunção das “artes de governo”. Teria sido o problema da população um dos responsáveis pelo que o francês chama de “desbloqueio” da problemática do governo. Ela permite não apenas a modificação do foco – a família passa a ser lida a partir da população –, mas exige que todas as ações tenham por fim a vida da população. Para Foucault (2008), a Economia Política passaria a existir justamente como um dispositivo de saber-poder cujos saberes e cálculos estariam voltados para essa população. Uma governamentalização do Estado, portanto, que atenderia aos desígnios da biopolítica, entendida como um conjunto de discursos, estratégias e práticas que se voltam tanto para o *corpo individual*, em formas disciplinares, quanto para o *corpo social*, em forma de regulamentação da população (FOUCAULT, 2010).

A junção entre uma anatomopolítica do corpo individual e de uma biopolítica da espécie (FOUCAULT, 2010) exige a modificação das técnicas e dos objetos do poder-saber. Não apenas a disciplinas do sujeito, mas o problema da economia e do governo do povo. Este governo sobre a espécie, baseado no cálculo e na estatística, é um *poder sobre a vida*. Conforme Foucault, a governamentalização do Estado estaria intimamente relacionada à desqualificação da morte, expulsa dos limites do poder. Se o poder soberano era caracterizado por sua capacidade de fazer morrer, o Estado biopolítico e suas técnicas de governo reúnem dispositivos de segurança, cuja função é fazer viver. Note-se que, no interior dessa série de deslocamentos, Foucault (2009, p.159) já fazia notar o papel da sexualidade: “O sexo é o acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie”.

No interior dessas modificações, a saúde e a doença vão ter seus sentidos recompostos. Todavia, o problema da morte permanecerá em aberto: como permanecer excluindo a vida numa sociedade em que a morte aparece como um limite? Para Foucault (2010), a resposta reside nos racismos de Estado, na produção de certas formas de subjetividade “matáveis”: anormais, perigosos, degenerados. Em nome da segurança da população, novas tecnologias de manutenção da saúde e da expulsão – “[...] a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 216) – da vida “biologicamente inferior”.

Fechamos o parêntese. Se entendemos os dispositivos de governo biopolíticos e suas estratégias racializantes de manutenção da vida da população e a centralidade da saúde na produção da segurança, é possível retomarmos o dispositivo (crônico) da aids. Para isso, perscrutemos as memórias discursivas que este dispositivo permite ler. Interessa-nos tanto a relação do dispositivo da doença com a biopolítica e o governo, como técnica de manutenção e esquadrinha da vida, quanto os deslocamentos que vem sofrendo, conforme os efeitos de estabilização e de transformação pelos quais passa. Dessa perspectiva, erigindo-se como parte da memória discursiva, esse dispositivo da aids será lido em sua capacidade de deslocamento que tanto modifica a série de discursos quanto a própria rede de discurso que funcionaria como seu *a priori*: “[...] o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

É nesse jogo de disjunções de uma memória que entenderemos aqui: a) um *dispositivo da aids*; b) um *dispositivo crônico da aids*. Intimamente relacionados, ambos

retomam e reescrevem enunciados sobre a doença e os doentes, fazendo notar, porém, a permanência da exceção e da produção de abjeção da *sidanização* (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009). Num *primeiro momento*, o *dispositivo da aids* estará centrado em enunciados contrários à “licenciosidade” dos perigosos, notadamente das práticas homoeróticas. Daí aparecem, no interior da biomedicina e devidamente mediados, os discursos do “câncer gay” e GRID (*Gay-Related Immune Deficiency*). Além dos homossexuais, os países africanos passam a ser um lócus do perigo biopolítico com a ascensão das narrativas que buscam pelas origens raciais do hiv (CAMARGO JR., 1994).

Como dispositivo de segurança (FOUCAULT, 2008, 2010), os discursos da aids das décadas de oitenta e noventa do século XX solicitam um retorno à conjugalidade heterossexual e constituem formas de subjetividade perigosas a partir da constituição dos chamados *grupos de risco*. Criado nos Estados Unidos em 1982, mesmo antes da identificação do vírus hiv, o discurso dos grupos de risco foram reconhecidos pelos 5H: hemofílicos, homossexuais, haitianos, heroínômanos e *hookers* (CAMARGO JR., 1994). Aos grupos de risco vai se aproximar a produção de uma forma de subjetividade, a saber, a do *aidético*, sujeito que adquiriu o hiv e cujo corpo oferece perigo que deve ser mediado (SOARES, 2001). Conforme Butturi Junior (2016b), esses discursos relacionam a individualização dos sujeitos que vivem com hiv (como *aidéticos* a se disciplinar) e retomam um problema higienista da população – que deve ser governada diante do risco iminente. O acontecimento da aids permite a existência de novos modelos de intervenção social planejada, amplificando o perigo relacionado às sexualidades perversas e a regulamentação estatal dos corpos e dos prazeres. Se a sexualidade está relacionada à morte, será preciso uma intervenção cuidadosa e uma racialização efetiva de toda sorte de sujeito que atente contra a manutenção da vida – definida segundo categorias bastante rígidas.

Dentre as tecnologias de segurança desse dispositivo da aids, destacamos: o surgimento das campanhas internacionais pelo uso do preservativo e pela adesão dos sujeitos, enfatizando os homossexuais masculinos (só mais tarde a infecção pelo hiv será tomada como uma questão heterossexual); os esforços de medicalização das pessoas que vivem com hiv e a responsabilização dessas pessoas. Nesse caso, o cuidado de si solicita uma forma de intervenção que é da ordem da responsabilização com a saúde geral da população. É o momento em que aparecem os primeiros medicamentos de controle da infecção pelo hiv, como o AZT e em que aparecem formas de resistência importantes: da falta de adesão ao tratamento, por sua violência, da negativa em assumir o uso do preservativo, da produção de uma literatura que pretende funcionar como contradiscurso e espaço de criação de outras memórias (BESSA, 2002; DANIEL, 1991).

O *segundo momento* que aqui pretendemos trazer à tona é o do *dispositivo crônico da aids* (BUTTURI JUNIOR, 2016b). De uma doença que solicitava o discurso perverso dos “grupos de risco”, a infecção pelo HIV “democratizou-se” para sujeitos envolvidos em outras práticas (sociais ou sexuais): heterossexuais, mulheres, pessoas da terceira idade etc. Não obstante a permanência de uma memória estigmatizante, o surgimento das Terapias Antirretrovirais, em meados da década de noventa, promove um deslocamento em direção à cronicidade da vida com hiv. De acordo com Biehl (2005), o Brasil teve papel central no desenvolvimento de soluções para a epidemia, passando de um discurso de “africanização da aids”, em 1992, para uma espécie de paradigma biopolítico conhecido como a “revolução antirretroviral”.

Como política estatal, a Lei n.º 9.313, de 13 de novembro de 1996, dispõe que “Os portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA) receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde, toda a medicação necessária a seu tratamento” (BRASIL, 1996). A partir de 1996, o Sistema Único de Saúde disponibilizará tratamentos para toda a população, de forma gratuita – reconhecidos como “coquetéis”. Ao mesmo tempo, assiste-se à proliferação do ativismo (na forma, sobretudo, de ONGs). Não obstante o êxito proclamado das iniciativas, tal discurso pode ser lido, com Biehl (2005, 2010), como uma ampla estratégia biopolítica, próxima aos dispositivos de vacinação em massa que tiveram lugar no Brasil no início do século XX. No caso da “revolução” brasileira, a junção de interesses da indústria farmacêutica e a colaboração do governo neoliberal (uma espécie de jogo de interesses que possibilitou, ao mesmo tempo, a quebra de patentes e um incremento exponencial na importação de remédios) e a ampla participação do Banco Mundial estariam relacionadas, ainda, a certa higienização biopolítica dos discursos.

Aqui, cabe indicar que estamos no interior do *dispositivo crônico da aids*, pontuado de êxitos no que diz respeito às taxas de manutenção da vida das pessoas que vivem com hiv. Esse dispositivo funciona ancorado em discursos sobre o “fazer viver”, enquanto os protocolos de saúde pública exigirão a diminuição da transmissibilidade segundo o imperativo da adesão ao tratamento depois da testagem. Todavia, a cisão racializante permitirá que perdurem *efeitos de desaparecimento*. De acordo com Biehl (2010), a própria rede de documentação da doença e dos doentes aparece em sua discursividade que separa os cidadãos dos não-cidadãos. Destarte, o que se vê é uma diferença no esquadramento de certas populações: homossexuais, moradores de ruas e não-sujeitos permanecerão longe das estatísticas, vidas nuas na exceção biopolítica (AGAMBEN, 2010) da cronicidade, cuja morte e sofrimento não podem sequer se tornar memória.

Nesse *dispositivo crônico da aids*, ainda é preciso inventariar dois discursos fundamentais: o de sujeição total aos dispositivos biomédicos, responsáveis pela adesão irrestrita (sob pena de morte) à TARV, não obstante seus efeitos colaterais e a ausência de possibilidades de modificação no tratamento, levando-se em conta a economia política de um Estado cada vez menos disposto a arcar com os custos dos tratamentos de ponta (BIEHL, 2005, 2010); o da relação entre cronicidade, adesão e culpabilização, que funciona como tática de responsabilização dos corpos (ainda) perversos – da ordem do discurso do pânico moral dos “contaminadores” ou dos “carimbadores” midiáticos, cuja injunção ao tratamento e ao cuidado é diretamente proporcional à possibilidade de cidadania.

Atualmente, essas memórias da aids e do hiv estão em constante deslocamento e negociação. No que se refere às subjetividades, assistimos recentemente ao acontecimento do *sujeito indetectável*. Num artigo célebre (e ainda polêmico), a equipe de Vernazza et al. (2008) concluiria, depois de ampla pesquisa, que pessoas vivendo com o vírus hiv e que tivessem aderido às TARVs de forma eficiente tornavam-se portadores do vírus que não desenvolveriam a aids e cujo status virológico no sangue estaria abaixo dos níveis de detecção – daí, os *indetectáveis*, os *zerados*. No interior do dispositivo de segurança, tais pacientes não seriam capazes de transmitir o vírus e, portanto, não ofereceria mais riscos à população. Fundamentalmente, o que está colocado em xeque é o próprio cerne do discurso estigmatizante, visto que o risco e os grupos de risco não poderiam ser sustentados em termos de saber.

Novamente, a arena de lutas pelos sentidos e pelas formas de subjetividade do doente permanece em aberto. Como apontava Foucault (2009), em suas prescrições de prudência sobre os dispositivos, há sempre polivalência tática dos discursos. Assim, se por um lado há um esforço de positivação das identidades soropositivas, permanece na memória discursiva do hiv e da aids a identidade perversa dos *aidéticos* e os estigmas da exceção que rondam as sexualidades não-heteronormativas. Neste jogo, a midiatização moralizante continua ganhando destaque, como já apontava Galvão (2000). Para Bessa (1997, p. 104, grifos nossos), na “epidemia discursiva da AIDS”, a alteridade aparece como ponto crucial: “A criação inicial — *e ainda persistente* — dos ‘grupos de risco’ esclarece bastante essa questão. A AIDS é percebida e vivenciada como uma doença do outro, daquele que é visto como estranho, diferente, marginal à sua própria sociedade”.

Antes de analisarmos as memórias desse dispositivo e as narrativas dos sujeitos que vivem com hiv, porém, colocaremos em discurso o problema da doença e do doente.

3 NARRATIVA, DOENÇA E ESCRITAS DE SI

Depois de apresentarmos o *dispositivo crônico da aids* e sua rede de memórias, nesta seção discorreremos sobre a produção da doença e dos doentes, inventariando o papel das narrativas no jogo entre codificação e resistências que a biopolítica e a biomedicina exigem para as pessoas que vivem com hiv³.

3.1 AS NARRATIVAS E A CONSTRUÇÃO DAS DOENÇAS

Investigando os estudos etnográficos e antropológicos – o que podemos aqui definir como o campo da Antropologia da Saúde –, Good (1994) assegura que as narrativas podem refletir e reformular a experiência da doença. Para o autor, a narrativa – ligação imaginativa de experiências e eventos relacionados a um sujeito em uma história ou trama significativa – é um dos principais processos de esforço pessoal e social para reconstituir um mundo devastado após um diagnóstico que pode simbolizar uma sentença de morte. As narrativas seriam histórias de experiências vividas e, no caso das doenças, formas em que a experiência do mal-estar é representada e relatada; os eventos são apresentados como tendo uma ordem significativa e coerente e atividades decorrentes da agência do sujeito em sofrimento são descritas juntamente com a experiência associada a eles (GOOD, 1994).

Não obstante sua capacidade produtiva, segundo Good (1994), é preciso levar em consideração certo excesso, espécie de gesto subjetivo que sempre superaria a descrição simples ou narrativa totalizadora. Assim, aparece uma possibilidade disjuntiva e estratégica no narrar, que pode ser formulado segundo memórias distintas, em diferentes momentos, uma vez que novas questões sempre suscitariam novas reflexões sobre experiências subjetivas – que poderiam ser descritas a partir de uma perspectiva

³ Para *biomedicina*, seguiremos a definição de Langdon (2003, p.91): “[...] medicina alopática, no intuito de destacar sua posição dominante e estabelecida no mundo atual e seus princípios epistemológicos baseados no paradigma científico positivista”.

ligeiramente diferente, reformulando a história para revelar novas dimensões da experiência. É justamente pelo fato de a experiência ser também subjetiva, na forma de um trabalho do sujeito sobre si mesmo, que ela sempre excederia a objetivação em formas simbólicas.

Nessa esteira, Hyden (1997), argumenta que as narrativas de doenças podem funcionar como um meio de estudar não apenas o mundo da realidade biomédica, mas também a doença e sua sustentabilidade social e cultural. Para ele, os estudos acerca das narrativas de doenças, inicialmente, eram pautados em atitudes céticas quanto à fala e atividade narrativa dos pacientes, e mesmo os cientistas sociais pautavam seus trabalhos em definições e concepções da biomedicina. Os pontos de vista e as ações do paciente estavam ligados a essa concepção por meio de termos como "doença-comportamento" ou "visão leiga" (HYDEN, 1997, p. 1).

De acordo com Hyden (1997), as narrativas também ganharam importância no estudo de doenças crônicas, como a infecção pelo hiv que aqui discutimos, como meio para entender as tentativas dos pacientes de lidar com suas situações de vida e, acima de tudo, com os problemas de identidade que a doença crônica traz consigo. Uma doença crônica pode ser encarada como uma ruptura da vida em curso de uma pessoa, o que também implicaria uma ruptura subjetiva, uma vez que a doença crônica alteraria a relação entre o corpo do paciente, seu eu e o mundo circundante. Assim, para os doentes crônicos, a reconstrução da própria história da vida seria de importância central. A perspectiva é próxima à de Kleinman (1988) que, ao dirigir a atenção para o aspecto do sofrimento, pontuou que narrativa seria a forma pela qual os pacientes formam e dão voz ao seu sofrimento: as narrativas não apenas articulam o sofrimento, mas também dão ao sujeito uma voz para articular a experiência da doença para além da forma como elas são concebidas e representadas pela biomedicina. No caso das pessoas que vivem com hiv, interessa pensar como uma narrativa oferece um espaço de resistência e de produção de subjetividades criativas, de agonística no interior do dispositivo – tarefa da próxima subseção.

3.2 OS RELATOS, AS NARRATIVAS E AS RESISTÊNCIAS

Refletindo acerca das narrativas de pacientes soropositivos, Hyden (1997) argumenta que, tradicionalmente, as narrativas de doenças dizem respeito à experiência de doença do indivíduo. No entanto, a aids colocaria a questão de saber se a narrativa é capaz de coletivizar a experiência da doença e, além disso, quais são suas implicações sociais, uma vez que as consequências sociais da doença recebem importância proeminente e a experiência da doença é removida da esfera privada e se torna parte de uma narrativa com contexto político e social abrangente – o que nas seções precedentes apontamos como o caráter biopolítico do dispositivo da aids.

Aproximemos esta relação entre narrativa e biopolítica do trabalho de Maluf (1999, p.76), que afirma: “[...] são, sobretudo, as narrativas de vida que trazem mais fortemente essa dimensão de desvendamento ou de revelação da pessoa, dando um sentido a sua experiência”. A autora chama a atenção para uma leitura antropológica da narrativa que

deve focar duas direções complementares: pensar a narrativa como produto de uma multiplicidade de interferências, das quais algumas aparecem no próprio contexto de sua enunciação – premissa essa que remeteria à noção de multivocalidade e, portanto, a uma leitura que saiba escutar as múltiplas vozes que se exprimem no interior da narrativa –, e identificar em toda narrativa uma problemática central, um fio que ajudaria a tecer o itinerário narrado. Partimos ainda de Maluf (1999), que assume a narrativa autobiográfica segundo a experiência da doença que exige uma transformação radical. No caso do hiv, cabe questionar: qual o momento de cisão radical dessas narrativas subjetivas? Que relação guardam com as memórias do dispositivo que constituem e do qual partem como condição de narrar?

Primeiramente, façamos algumas distinções entre a autobiografia como tecnologia confessional e os escritismos de si. Lembremos, sempre com Foucault (2009), que a confissão – a fronteira entre a singularidade, a afirmação de si, e o assujeitamento, a submissão ao outro – está ligada a todas as formas de relação e poder das sociedades ocidentais. Para o francês, desde a Idade Média, a confissão é um dos rituais mais importantes na extração da verdade dos sujeitos. Dessa perspectiva, de acordo com Rago (2011) as narrativas autobiográficas ganharam enorme importância, o que evidenciaria um processo crescente de individualização, como se nota nas inúmeras publicações de autobiografias, biografias e blogs. Rago (2011, p. 4-5) argumenta que, de um lado, “[...] a escrita autobiográfica visa a decifração do eu, cuja verdade estaria supostamente instalada no coração do indivíduo”. Diante dessa espécie de relato confessional, o sujeito poderia entrar em contato consigo mesmo pela escrita, e, através de sua escrita, buscaria “[...] atingir a purificação do eu, desnudado em sua verdade mais profunda diante do olhar de um outro, considerado acima e superior”.

Todavia, Rago (2011, p. 5, grifos nossos) contrapõe essa concepção àquela formulada por Foucault, para quem a escrita de si é vista como *atividade e transformação*: “Não se trata de um dobrar-se sobre o eu objetivado, afirmando a própria identidade, *mas de uma busca de transformação*, de um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita em que se abre a *possibilidade do devir*, de ser outro do que se é”. Ela afirma ainda que Foucault insiste em marcar a diferença entre a “escrita de si” dos antigos e o gênero autobiográfico moderno, em que predomina o tom confessional: “[...] ele mostra que esta caracteriza um tipo de narrativa de si e de relação com a verdade que visa purificar o eu pela revelação da mais profunda interioridade, no contexto de uma ética voltada para bastar-se a si próprio” (RAGO, 2011, p. 6). Assim é que, em *A escrita de si*, o filósofo francês distingue os *hypomnemata* das correspondências: “Constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; ofereciam-nas assim, qual tesouro acumulado, à releitura e à meditação ulterior.” (FOUCAULT, 1992, p.131).

Embora Foucault (1992, p. 131) afirme que os *hypomnemata* eram um veículo importante da subjetivação do discurso, ele argumenta que, por mais pessoais que sejam, eles não devem ser entendidos como diários íntimos, ou como relatos de experiências espirituais (tentações, lutas, fracassos e vitórias) que poderão ser encontrados na literatura. Os *hypomnemata* não “[...] constituem uma “narrativa de si mesmo” e não têm por objetivo trazer à luz do dia as *arcana conscientiae* cuja confissão – oral ou escrita – possui valor de purificação.”. O filósofo expõe então que, diferente das cartas de Cícero,

em correspondências como as Séneca com Lucílio, cresce um outro tipo de narrativa: uma narrativa de si próprio como sujeito da ação. A narrativa de si é também a narrativa da relação a si e nesse ponto começam a se destacar dois elementos que se tornam objetos privilegiados da “escrita da relação a si”: as interferências da alma e do corpo e o corpo e os dias.

Assim, as cartas que traziam notícias de saúde reproduziam o movimento que levava de uma impressão subjetiva a um exercício de pensamento (FOUCAULT, 1992). Foucault estava a refletir, nesta época, sobre a hermenêutica do sujeito, a constituição do si mesmo diante do governo dos outros e das possibilidades de autogoverno. Nessa discussão, introduz o conceito de “estética da existência” para mostrar como os antigos gregos e romanos investiram na produção da subjetividade ativa diante dos regimes de verdade. Nesse debate sobre as técnicas de exame de si e de confissão entabulado por Foucault (no qual se inserem os escritismos de si), Leme (2012) sugere que haveria duas modalidades de subjetivação, de acordo com as técnicas distintas de relacionamento e exame de si e que ainda permeariam as relações do sujeito com a verdade e os dispositivos contemporâneos: a primeira diz respeito à verdade como objetificação e autoidentidade disciplinar; a segunda, à verdade que é uma dobra sobre si, uma atividade abismal em direção a outras práticas de si mesmo, da ordem da desobediência ativa.

Confome Butturi Junior (2016a, p. 524), a cisão que sugere Leme diz respeito à moral cristã: “[...] enquanto a **epimeleia heautou** grega funcionava no sentido de garantir a soberania do indivíduo e a produção de um regime ético [...], a **epimeleia ton allon** dos cristãos invertia o processo e criava uma relação de obediência em relação ao pastor, deslocando a liberdade desse escritismo”. No caso das narrativas, que aqui tentamos explorar, trata-se de um jogo entre a docilização de si e a criação de resistências no interior dos dispositivos. Ora, vimos que o *dispositivo crônico da aids* carrega no bojo memórias de racialização e de estigmatização, além de se pautar em estratégias de governo dos sujeitos específicas, em que têm lugar a biomedicina e a exigência de medicalização e de cuidado de si. Além disso, intimamente relacionadas ao dispositivo sexual, as narrativas de si podem ganhar contornos confessionais, na modalidade da disciplinarização.

No entanto, o que estamos tentando trazer à tona, desde a antropologia até os estudos foucaultianos (ou, na intersecção deles) é uma topologia em que a subjetividade soropositiva se constrói segundo estratégias de resistência (FOUCAULT, 2009). Sobre as narrativas e sua relação com a confissão no dispositivo da aids, Bessa (2002) já mostrava uma implicação direta. Neste artigo, mesmo levando a força da pastoral, interessa-nos o ponto de clivagem ainda em aberto, nos moldes definidos por Butler (2015) em sua leitura das narrativas de si a partir de Michel Foucault e da fase ética que delineamos há pouco. A autora constata, então, que a inteligibilidade de qualquer relato de si passa sempre por uma normatividade social e que, portanto, funciona segundo um exame e uma confissão disciplinar.

Em sua leitura, Butler (2015) retoma a questão ética da relação com a norma, pois haverá sempre uma dimensão reflexiva e crítica daquela subjetividade ativa de que se valia Foucault. Se, então, o regime de verdade governa a subjetivação, quando nos voltamos sobre ele para engendrar narrativas sobre nós mesmos, fazemos um movimento de questionar, a um só tempo, o regime de verdade e nossa condição ontológica. Butler,

logo adiante, afirma que a crítica foucaultiana inaugura duas questões em relação à narrativa de si: quais são as normas que me governam e como podemos não nos reconhecer nelas e, ainda, qual o espaço de aparição e produção desse eu dessubjetivado, que acaba de refletir sobre a normatização. Segundo ela, “[...] essa abertura põe em questão os limites dos regimes de verdade estabelecidos e, com isso, pôr em risco o si-mesmo torna-se sinal de virtude” (BUTLER, 2015, p. 38-39).

Indo adiante, Butler (2015, p. 51) vale-se de uma aproximação com Cavarero para pensar os relatos de si – o que aqui temos tratado como as narrativas. A questão foucaultiana permanece quando ela afirma: “[...] É impossível fazer um relato de si mesmo fora da estrutura da interpelação”. Diferentemente do funcionamento ideológico althusseriano, porém, a norte-americana assume a postura ética, numa espécie de vértice entre Lacan e Foucault. Assim, porque toda narrativa é *in media res*, ancorada na linguagem e nos dispositivos de saber-poder, é que podemos dispor da nossa autoidentidade referencial. É no espaço desse fracasso, como topologia incontornável (FOUCAULT, 2013), que a subjetividade pode se produzir, performaticamente. Não como um *a priori* transcendental, mas como um pacto agentivo de responsabilização pelo si-mesmo e pela alteridade (no limite, pelos dispositivos), sempre em aberto e sujeito a revisão.

Se, com Butler (2015), estamos sempre na parcialidade do relato, que interdita a teleologia e a ordenação da vida, acabamos por nos relacionar de forma crítica sobre os dispositivos que nos determinam. É essa posição, afinal, que nos interessa ler: diante do dispositivo (crônico) da aids, qual o funcionamento das narrativas de si dos sujeitos que vivem com hiv? Quais as possibilidades críticas que deixam entrever?

A próxima seção pretende responder a essas questões, analisando as narrativas dos participantes da campanha *O Cartaz HIV Positivo*.

4 AS NARRATIVAS POSITIVAS

Antes de voltar nossa atenção às narrativas, apresentamos o Grupo de Incentivo à Vida (GIV), instituição responsável pela campanha *O Cartaz Soropositivo*. Segundo o site do GIV, o grupo foi criado na cidade de São Paulo, em 1990, exatamente no acontecimento do que aqui definimos como o dispositivo da aids, com Perlongher (1987). Nos moldes apontados por Biehl (2005, 2010), trata-se de uma ONG que, desde o esforço multilateral dos primeiros anos do hiv no Brasil, tem se voltado para a “[...] luta pelos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, e das populações mais vulneráveis à infecção pelo HIV.” (GIV, 2017). O histórico do GIV corrobora tanto as memórias de racialização quanto as modificações políticas e governamentais que envolveram os dispositivos da aids:

Nossos primeiros anos de ação não foram nada fáceis, devido às **dificuldades** frente à própria epidemia, que ganhava contornos maiores, frente às **dificuldades de atingir outros soropositivos, frente à grande discriminação e preconceito que imperavam na sociedade**, bem como às **dificuldades** de estruturação de nossa sede. (GIV, 2017a, grifos nossos).

É mister atentar para a embreagem temporal do recorte acima. “Nossos primeiros anos” corresponde a uma retomada de um passado particularmente difícil, cujas *dificuldades* se relacionavam à *sidanização* e à morte iminente. Nessa narrativa, o momento do acontecimento (atual) está marcado por outras “dificuldades”, diferentes daquelas que figuram na memória fotográfica do site, que traz imagens de passeatas por medicamentos, em 1993, passando pelas manifestações contra os Planos de Saúde (pela exclusão dos portadores de hiv), em 1997. Atualmente, o GIV insere, em suas metas, propostas alinhadas ao *dispositivo crônico da aids*: alternativas para a qualidade de vida dos que vivem com hiv e aids, integração, assistência, luta contra discriminação de várias ordens. Além do discurso do cuidado, no esforço de complexificar a ênfase exclusivamente biomédica (a expressão “alternativa” aparece por duas vezes, configurando um espaço de abertura), os enunciados da adesão, da saúde e da prevenção permanecem em funcionamento: “*Conscientizar as pessoas vivendo com HIV/AIDS da importância da prevenção positiva e da adesão ao tratamento*” (GIV, 2017, grifos nossos). É interessante observar, ainda, a retomada do discurso da vida, usado por Herbert Daniel a fim de produzir uma contraposição diante da exclusão e do preconceito que sondavam (e, ao que parece, continuam a sondar) as pessoas que vivem com hiv:

Querem matar os doentes de Aids, condenando-os à **morte civil, a pior morte**. Por isto, **desobedientemente, procuro reafirmar que estou vivíssimo**. Meu problema [é] **reivindicar melhor qualidade de vida**. Problema, aliás, que é comum à **quase totalidade dos brasileiros**. (DANIEL, 1989, p. 9, grifos nossos)

Na modalidade de uma memória de lutas do dispositivo da aids, o que se vê no GIV é uma assunção similar das práticas de cidadania e da positivação dos enunciados da vida. Diante da “morte civil”, produção de vida nua na exceção biopolítica, a opção de Daniel era desobedecer criticamente: não um *aidético*, mas um brasileiro como a “quase totalidade”. Um brasileiro, nesse caso, cuja exigência é a dos direitos do cidadão, que nega o silenciamento e o desaparecimento. Polivalente, o mesmo dispositivo que produz abjeção e estigmatização oferece a possibilidade de resistências e de criação de contradiscursos, nos quais a igualdade é fundante. É nesse espaço de memória que, acreditamos, o GIV produz seus enunciados – sobre a vida. Dentre eles, figuram aqueles da campanha *O Cartaz Soropositivo* (Imagem 1). Lançada em 2015, a iniciativa contava com materiais diversos, dentre os quais destacamos: os cartazes, que traziam uma gota de sangue de uma pessoa vivendo com hiv; os vídeos da campanha, tanto o que mostra a produção, a distribuição e a reação do público nas ruas quanto aqueles que aqui nos interessam, a saber, as narrativas dos dez sujeitos.

Figura 1 – Cartaz da campanha



Fonte: GIV (2015)

No primeiro dos vídeos, os enunciados de igualdade reaparecem em sua relação com os discursos do risco biopolítico, na narrativa do próprio cartaz: “Eu sou exatamente *como qualquer outro cartaz*. Com um *detalhe*. Sou hiv positivo. [...] . Nesse momento vc pode estar dando um passo para trás se perguntando *se eu ofereço algum perigo*.” (GIV, 2015, grifos nossos). A estratégia delineada recupera a problemática ainda premente, a saber: a da cisão entre a subjetividade “normal” e a subjetividade “infectada”. Crônica, a infecção pelo hiv exige que se retome o dispositivo da segurança e a produção de sujeitos marcados. Metonimicamente, o que se apresenta é o “detalhe”, que corrompe a própria narrativa confessional da totalidade do doente.

Ora, os enunciados materializados nos vídeos dos dez sujeitos que vivem com hiv entabulam uma luta entre as tecnologias da confissão e os discursos de racialização, por um lado, e uma atividade subjetiva de criação e de des-subjetivação. Inicialmente, os sujeitos são demandados a responder, ao que parece, a três questões-chave: como se deu a descoberta e a “confissão”, qual a relação com os outros e quais as perspectivas e os entendimentos que têm de si de da vida. Os vídeos são curtos, com duração média de cerca de um minuto e quarenta segundos. Participam da campanha sujeitos que carregam identidades distintas quanto ao gênero, à raça, à classe social, ao papel no ativismo e à orientação sexual⁴.

Interessante, nesse caso, é observar, diante da exiguidade do tempo, a importância dada ao par descoberta | confissão. Leiamos dois recortes, respectivamente de Jeferson Guimarães Martins (JGM) e de Rafael Bolacha (RB):

JGM: Eu acho que a verdade é libertadora...Eu posso ser uma nova pessoa quando falo a verdade sobre mim e o primeiro passo era aceitar a verdade na minha vida.

RB: Eu não quero passar o resto todo mentindo, não podendo ser quem eu sou diante das pessoas.

(GIV, 2015, grifos nossos)

⁴ Optamos por não dar tratamento específico às interseccionalidades, que deverão ser abordadas em outra publicação.

Notemos, nos dois recortes, a retomada da exigência confessional, relacionada à verdade subjetiva e à bioidentidade da pessoa que vive com hiv. Da ordem do poder pastoral, como aventamos anteriormente, essa modalidade de enunciado é comum nas narrativas de doenças, implicando uma relação ontológica do paciente. Novamente, a memória discursiva remonta à Herbert Daniel (1989, grifos nossos), que relaciona a confissão da infecção ao esquadrinha das práticas, geralmente sexuais: “[...] de um modo patético, o doente da AIDS é obrigado a revelar sua forma de contaminação. É a transformação do diagnóstico numa denúncia”. Mesmo no dispositivo crônico da aids – ambos souberam da contaminação nos anos 2000 –, há uma remanência discursiva em andamento, que ora funciona como estratégia política de prevenção pedagógica, ora como tática de implicação do sujeito com o vírus (e com a memória da doença) e com uma suposta verdade de si. Há, ademais, certa remissão a um histórico inquisitorial com relação ao hiv (BESSA, 2002), no qual aos sujeitos saberia relatar, nas minúcias, seu pertencimento a certos grupos de risco, sua adesão a práticas heterodoxas de prazer.

Todavia, o binômio descoberta | confissão reaparece em outras narrativas, polivalente. Jorge Beloqui (JB) descreve esse processo nos seguintes termos:

JB: Eu **não queria fazer o teste** na época porque era a década de oitenta, porque não tinha tratamento, então pra que que eu iria querer saber...

E fui testado sem que me perguntassem.

Eu fui mais **assumindo cada vez mais publicamente**.

(GIV, 2015, grifos nossos)

Ainda que parta da tecnologia confessional, cara às narrativas de doentes, Beloqui aponta para o papel ativo diante do dispositivo. Contaminado na década de oitenta, ele corrobora um discurso de resistência diante da testagem (POLLAK, 1990) e relaciona a assunção à publicidade, ao discurso político de luta pelos direitos. O que chama atenção, nesse caso, é justamente a polivalência tática dos discursos, presente nas narrativas de Martins, Bolacha e Beloqui: ao mesmo tempo que exigem a adesão a certas subjetividades marcadas, tornam possível uma produção subjetiva de resistência. Dito de outro modo, nos três casos são os sujeitos que vivem com hiv que contam suas histórias pessoais. Voltemos às narrativas de Martins e Bolacha, observando-as também sob este viés: ambos retomam os regimes de verdade e, a partir deles, como apontava Butler (2015), constroem-se no esforço de disjunção – não obstante a relação com as técnicas de confissão.

Tal caráter público da produção de si nas narrativas, sempre *in media res*, é trazido à tona quando aparecem as descrições dos relacionamentos com os outros a partir da descoberta, nas narrativas de Ozzy Cerqueira (OC) e de Micaela Cyrino (MC):

(OC): Eu acho que pra mim o hiv foi **a desconstrução de um personagem sobre mim mesmo**...

(MC): Eu me sentia um pouco Como uma bomba. E aí vc tem que explicar isso: **que eu não vou explodir**.

(GIV, 2015, grifos nossos)

Um enunciado fundamental, que podemos ver repetido em várias das dez narrativas e que fica explícito nos recortes acima é o do “conhecimento venenoso”. O conceito cunhado por Das (1999) já foi aproximado das pessoas que vivem com o hiv por Zamboni (2015), que analisa narrativas caracterizadas por um sofrimento agudo e transformador. Interessa-nos, aqui, o tensionamento subjetivo e da própria linguagem com que opera Veena Das. Na narrativa de Cerqueira, é justamente o hiv um *leitmotiv* de desconstrução, de des-subjetivação. Se o sujeito, ao narrar, está inserido numa linguagem sempre opaca ou, como apontava Butler (2015), há uma incompletude do narrar que é a condição de toda a subjetividade, seu limite e sua interpelação constitutivas, o discurso da narrativa de Cerqueira traça o caminho da performance subjetiva – ele é o “personagem” de si, uma dobra. O hiv, neste caso, inaugura a heterotopia a partir de uma corporalidade intransponível (FOUCAULT, 2013). A linguagem da narrativa é esse dispositivo – como formulava Agamben (2014), talvez o mais antigo dispositivo – em que algo escapa. É um lugar de recriar as memórias que, como bem aponta Cyrino, ainda são as do risco e do apartamento. Mais profundamente, é uma topologia que permite desfazer a relação confessional entre a doença, a confissão e uma identidade cartesiana.

Notemos, nessa esteira, que, assim como Cerqueira, Cyrino parte da memória de *sidanização* para negá-la. As resistências, como se sabe, existem em qualquer relação de poder, únicas e diversas “[...] possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício.” (FOUCAULT, 2009, p.91). A narrativa de Cyrino retoma a memória dos dispositivos e sua vontade de verdade, negando o sujeito da enunciação, de forma similar ao que fez Cerqueira. Se há um governo biopolítico dos corpos, se há uma sujeição aos discursos e às práticas subjetivas no dispositivo crônico do hiv, é tarefa dos sujeitos ativos a criação de outros enunciados.

A negação dessa memória, assumida em seu funcionamento, aparecerá na fala de outros sujeitos. “...e hoje, assim, poder olhar e dizer assim eu estou na sociedade eu estou *inserida eu não faço mal a ninguém*”, afirma Silvia Almeida. E arremata: “Dá um *alívio* muito grande” (GIV, 2015, grifos nossos). O que está em jogo, tanto em Cyrino quanto em Almeida, é a produção da identidade perigosa para a pessoa que vive com hiv. Da memória deteriorada (SONTAG, 2007), solo discursivo de onde ainda se parte, a constante dos depoimentos é esta negativa, a empresa de recontar as vidas em outros dispositivos.

Esse potencial de criação a partir dos regimes de verdade e dos dispositivos reaparece em muitos dos vídeos. Assim é que, depois de narrar sua trajetória segundo a ordem do esquadramento racializante (porque hiv positiva e transexual), abandonada pela família e pelos amigos, Brunna Valin (BV) diz:

BV: ...e aí eu comecei **a militar por mim**.

BV:...o hiv pra mim ele é só, eu diria é só uma linha nessa **grande costura que a minha vida se tornou**.

(GIV, 2015, grifos nossos)

Novamente, o conhecimento venenoso dá lugar a uma espécie de ética de si, cuja criação exige um deslocamento da memória discursiva – do dispositivo (crônico) da aids, das técnicas de confissão e de extração da verdade. Valin mostra que é na normatividade e na constituição intersubjetiva que se dá o acontecimento de sua modificação. Ora, o enunciado da militância, no que tem de público, reaparece devidamente reescrito, como possibilidade de produção privada – “militar por mim”. A reboque dessas resistências, aparece o terceiro movimento, qual seja, o do viver com o hiv e do cuidado de si. Como costura, tessitura de relações, é sobre a vida que opera a narrativa performática de Brunna Valin.

Assim como acontece com Valin, essa estética da existência está enredada num outro jogo, instituído, como já afirmamos, pelo imperativo da adesão biomédica ao tratamento e, ao mesmo tempo, pela busca de alternativas – como previa o discurso institucional do GIV. Tal vértice, ainda problemático, merece atenção dos sujeitos:

JB: ...eu considero que **minha vida teve que se adaptar a isso**. Mas não evitou que eu fizesse **um monte de experiências importantes para minha vida**.

OC: ...eu tô aqui **pra cuidar de mim e cuidar de mim significa estrar bem comigo**, ter uma **qualidade de vida**, me sentir pertencendo a alguns grupos”.

JGM: O tamanho do hiv perto do tamanho de outras coisas **na minha vida** não é nada.
(GIV, 2015, grifos nossos)

O que aproxima esses enunciados é a ênfase no discurso do cuidado de si e do autogoverno. De formas distintas, notemos que os sujeitos desfazem a relação ontológica entre o vírus e o sujeito. Como epifenômeno em suas narrativas, o hiv tem seu papel esmaecido. No caso de Beloqui, torna-se um “isso”, algo que sequer ganha existência referencial. A importância é invertida e recai, como gostaria Daniel (1989), sobre uma política da vida. Certamente, ainda produzida segundo os limites da medicalização e da biomedicina, porque em tratamento crônico. Porém, como relata Cerqueira, numa busca pela “qualidade”, cujo limite pode extrapolar a responsabilização e a sujeição aos saberes alopáticos e farmacêuticos. No limite das resistências mínimas ainda a se construir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos este artigo com Artières (2004), para quem as memórias de luta estavam presentes nas vidas dos sujeitos e nos documentos, que era preciso recuperar. Nosso objetivo, a partir dessa memória, foi analisar narrativas de sujeitos que vivem com hiv. Para isso, iniciamos com uma apresentação dos dispositivos e da biopolítica, passamos pelas reflexões acerca das narrativas e das escritas de si para, finalmente, voltarmos-nos para a análise.

Optamos, no geral, por observar os pontos de confronto, os espaços de tensionamento que as dobras subjetivas oferecem diante do que definimos como o dispositivo crônico da aids. Uma análise sobre o viés da sujeição poderia ser engendrada – talvez, pelas mesmas narrativas que escolhemos. Todavia, nossa posição deu

preferência às rasuras e às resistências que, insistentemente, se produzem nos discursos e em suas memórias.

Consideramos, por fim, que as memórias do dispositivo (crônico) da aids, no Brasil, ainda exigem um esforço de pesquisa. Diante de modificações tão significativas acontecidas no país nos últimos tempos – inclusive, relativas ao tratamento e à atenção para as pessoas que vivem com hiv –, talvez resida nas narrativas dos sujeitos um espaço de inflexão e resistência sobre as memórias que, obsedantes, permanecem criando racialização e anormalidade.

AGRADECIMENTOS

O professor Atilio Butturi Junior agradece à CAPES | Brasil pela bolsa de pós-doutoramento concedida (processo 88881.120013/2016-01), que permitiu a realização deste trabalho, que é parte da pesquisa realizada sob a supervisão do professor José Luís Câmara Leme, na Universidade Nova de Lisboa.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O amigo. O que é um dispositivo*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.
- AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- ARTIÈRES, P. Archives en danger: les archives des associations de luttres contre le sida. *La Gazette des Archives*, Nantes, n. 194, p.106-116, 2004.
- BESSA, M. S. *Histórias positivas: a literatura desconstruindo a aids*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1997.
- _____. *Os perigosos: autobiografias & AIDS*. Rio de Janeiro: Aeroplano, ABIA, 2002.
- BIEHL, J. Technologies of invisibility. In: INDA, J. X. *Antropologies of modernity: Foucault, governmentality and life politics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p.248-271
- BIEHL, J. Medication is me now: human values and political life in the Wake of global AIDS treatment. In: FELDMAN, I.; TICKTIN, M. (Ed.). *In the name of humanity: the government of threat and care*. London: Duke University Press, 2010. p.151-189.
- BRASIL. Lei n. 9.313, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9313.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTTURI JUNIOR, A. A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 507-530, 2016a. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n3/1981-5794-alfa-60-3-0507.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- _____. As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e fármakon. In: *Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2016b. p. 59-78. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Tatiana_Lebedeff/publication/317370880_Lingua_de_sinais_e_cultura_surda_qual_seu_lugar_na_escola/links/5936f6f6a6fdcca6586f6694/Lingua-de-sinais-e-cultura-surda-qual-seu-lugar-na-escola.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- CAMARGO JR., K. R. de. *As ciências da AIDS e a AIDS das ciências: o discurso médico e a construção da AIDS*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS, UERJ, 1994.

- DANIEL, H. *Vida antes da morte*. Rio de Janeiro: Jaboti, 1989.
- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.
- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.
- _____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19. ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- _____. *Em defesa da sociedade – curso no Collège de France, 1975-1976*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *O corpo utópico, as heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo: Edições n-1, 2013.
- GALVÃO, J. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.
- GIV. *Grupo de incentivo à vida*. Disponível em: < <http://giv.org.br>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- GIV. Página do youtube do Grupo de Incentivo à Vida. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCyTZu0H6UoF90uoAvbMOWWQ>>. Acesso em: 11 ago. 2017.
- GOOD, B. *Medicine, rationality and experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HYDEN, L. C. Illness and narrative. *Sociology of health & illness*, v. 19, n. 1, p. 48-69, 1997. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9566.1997.tb00015.x/full>> Acesso em: 13 jul. 2017.
- KLEINMAN, A. *The illness narratives: suffering, healing, and the human condition*. New York, Nasic Books Inc. Publishers, 1988.
- LANGDON, E. J. Cultura e os processos de saúde e doença. In: JEOLÁS, L. S.; OLIVEIRA, M. de. (Org.). *Anais do Seminário cultura, saúde e doença*. Londrina: Ministério da Saúde; Universidade Estadual de Londrina, Secretaria Municipal de Ação Social/Prefeitura Municipal de Londrina, 2003.
- LEME, J. L. C. A desrazão, a confissão e a profundidade do homem europeu. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. de. *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 23-44.
- MALUF, S. W. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 69-82, 1999.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PERLONGHER, N. *O que é AIDS*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POLLAK, M. *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*. Trad. Paula Rosas. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.
- RAGO, M. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: DE SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; DE MAGALHÃES, B. R. (Ed.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Cultura acadêmica, 2011. p.1-18.
- SOARES, R. de L. *Imagens veladas: aids, imprensa e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2001.
- SONTAG, S. *A doença como metáfora*. Aids e suas metáforas. Tradução Rubens Figueiredo e Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VERNAZZA, P. et al. Les personnes séropositives ne souffrant d'aucune autre MST et suivant un traitement antirétroviral efficace ne transmettent pas le VIH par voie sexuelle. *Bulletin des Médecins Suisses*, v. 89, n. 5, p.165-169, 2008.
- ZAMBONI, M. Z. Aids, longa duração e o trabalho do tempo: narrativas de homens que vivem com HIV há mais de 20 anos. *Política e Trabalho*, n. 42, p. 69-90, jan./jun. 2015.

Recebido em: 11/09/17. Aprovado em: 18/04/18.

Title: *The narratives of the self and the production of hiv memory in the campaign O cartaz HIV positivo*

Authors: *Atilio Butturi Junior; Camila de Almeida Lara*

Abstract: *This paper aims at making a discursive analysis of the utterances of narratives by people living with aids in contemporary Brazil. Thereunto, it started from discussions about memory and the role of narratives in experiencing the disease, as well as the biopolitics problematization of what is understood as the chronical apparatus of aids. The discursive cut-outs analyzed are composed by ten recorded testimonials of people living with aids, produced in 2015 by the Grupo de Incentivo à Vida (Life Support Group) as a part of the campaign O Cartaz HIV Positivo. The hypothesis is the discursive functioning on these narratives indicates a still open game about the stigmatizing utterances of aidsation, the confession techniques and the possibilities of resistance for the subjects living with hiv nowadays.*

Keywords: *Narrative of disease. Memory. HIV/AIDS. Subjectivation. Resistance.*

Título: *Las narrativas de si mismo y la producción de memoria del hiv en la campaña O cartaz HIV positivo*

Autores: *Atilio Butturi Junior; Camila de Almeida Lara*

Resumen: *Este trabajo tiene como objetivo hacer un análisis discursivo de los enunciados de las narrativas de personas que viven con hiv en Brasil contemporáneo. Para ello, ha partido de discusiones sobre la memoria y sobre el rol de las narrativas en la experiencia de la dolencia, bien como de la problematización bio-política de que aquí se va a entender como el dispositivo crónico de aids. Los recortes discursivos analizados son compuestos de testimonios en video de sujetos que viven con hiv, producidos en 2015 por el Grupo de Incentivo à Vida como parte de la campaña O Cartaz HIV Positivo. La hipótesis es que el funcionamiento discursivo, en esas narrativas, indica un juego aún en abierto, que dice respeto a los enunciados de estigmatización de aidsación, hasta las técnicas de confesión y las posibilidades de resistencia para los sujetos que hoy viven con hiv.*

Palabras clave: *Narrativa de la dolencia. Memoria. HIV/AIDS. Subjetivación. Resistencia.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180209-14217>

MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

Nívea Rohling*

Maria de Lourdes Rossi Remenche**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação

Curitiba, PR, Brasil

Nelita Bortolotto***

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro de Ciências da Educação

Departamento de Metodologia de Ensino

Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: Este artigo focaliza a análise de cartazes de manifestação que tematizam um evento discursivo-político específico, a saber, a ocupação de escolas públicas de São Paulo (Brasil) por estudantes secundaristas, ocorrida em 2015. Observa o modo como esses enunciados, com tonalidade de protesto e resistência, produzem sentidos e constroem novas narrativas sobre ser estudante secundarista na escola pública brasileira de hoje. A análise ancora-se teórica e metodologicamente nos estudos do Círculo de Bakhtin, sobretudo em conceitos como discurso, enunciado, cronotopo e horizonte apreciativo. Os resultados mostram que, nesse evento particular, os enunciados de estudantes secundaristas marcam valorativamente, pelo tom de resistência e empoderamento, vozes do presente que postulam um futuro não absoluto e demarcado. Pelo vivenciamento de uma prática social não indiferente, se abrem para a produção de uma narrativa outra, despontando, por formas de comunicação ideológica, outro horizonte social, outra realidade de esfera coletiva.

Palavras-chave: Discurso. Mídia. Escola Pública. Manifestação. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

O impacto social da ocupação de escolas públicas no Estado de São Paulo, ocorridas em novembro de 2015 e que se estendeu para demais estados do Brasil em 2016, ficou evidenciado, em grande escala, como movimento estudantil de vivenciamento da crítica

* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. E-mail: nivear@utfpr.edu.br.

** Doutora em Linguística pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-Curitiba). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. E-mail: mremenche@utfpr.edu.br.

*** Pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas – São Paulo – UNICAMP; Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização e Ensino da Língua Portuguesa (NEPALP). E-mail: nelita.bortolotto@ufsc.br.

pela atitude de ocupação de um espaço social e democrático, objetivando a publicização de vozes contrárias ao discurso oficial do governo vigente. Essa abertura, porém, não se circunscreveu àquele ambiente. Agregada a essa ação, as vozes foram expandidas em diversos perfis criados em redes sociais a fim de dilatar a escuta da “não aceitação” por parte dos estudantes e da comunidade implicada, quanto às medidas de reorganização do sistema escolar no Estado de São Paulo.

As ocupações foram uma resposta ao projeto de reorganização das escolas públicas estaduais, proposto pelo Governo do Estado de São Paulo, e anunciado em setembro de 2015, que pretendia fechar cerca de 90 escolas, bem como agrupá-las por níveis de ensino, o que afetaria 300 mil estudantes. Tendo em vista o movimento de ocupação das escolas¹ e toda a pressão política decorrente do movimento dos estudantes, o Governo Estadual assinou a revogação da reorganização escolar em quatro de dezembro de 2015.

O anúncio de tais medidas gerou, por conseguinte, uma série de manifestações por parte da comunidade escolar, cujo ponto culminante foi a ocupação de escolas por estudantes, como forma de protesto em relação ao referido projeto de reorganização, evidenciando a necessidade de publicização de vozes contrárias ao discurso oficial. É nesse contexto que cartazes de protestos circularam de modo recorrente nas redes sociais digitais. Um contexto discursivo tenso e conflituoso produziu ações protagonistas não só nos espaços públicos como a escola ou as ruas, mas também, como mencionado, na criação de perfis em diferentes redes sociais digitais, como “*Não fechem minha escola*”, por exemplo, possibilitando a interação com diferentes discursos e a materialização de projetos de dizer que foram constituindo narrativas sobre diferentes objetos de discursos: os significados de ser estudante, da luta em foco, sobre a escola pública, para citar poucos exemplos.

As redes sociais digitais, em sua configuração particular, explicitaram a emergência de produção e de circulação de enunciados de protesto (contrapalavra), portanto, situações de enfrentamento, lutas políticas e ideológicas. Evidenciou-se, assim, o potencial dessas redes sociais de se constituírem como espaços contemporâneos para publicizar a produção dos próprios sujeitos envolvidos no evento como alternativa a outras mídias como, por exemplo, jornais e revistas, pertencentes às grandes empresas de comunicação que, por vezes, corroboram os interesses de uma classe hegemônica representante do discurso oficial.

Esse domínio discursivo mostra-se produtivo e instigante para os estudos da linguagem, em que se evidenciam outras formas de perceber os espaços públicos e as ações protagonistas dos sujeitos, sobretudo, como é o caso aqui, na escola pública brasileira.

Dessa forma, neste texto², a partir da análise de enunciados veiculados nas redes sociais, buscou-se problematizar os modos como as redes sociais digitais contribuem para

¹ No total foram 196 escolas ocupadas desde nove de novembro de 2015. Os estudantes ocuparam as escolas com objetivo de protestar contra a reorganização proposta pelo Governo Estadual, segundo informação disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/vamos-dialogar-escola-por-escola-diz-alcmin.html>>. Acesso em: 28/05/2018.

² Este artigo é resultado das ações de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Linguística Aplicada (GRUPLA), da UTFPR/Curitiba.

a ressignificação das práticas de linguagem e vêm se configurando como um importante espaço público de embate de vozes, bem como *lócus* de construção de narrativas figuradas pelos alunos de escola pública. Ainda mais, considerando que na contemporaneidade as mídias sociais digitais vêm ampliando contornos, mas também, por vezes, borrando espaços de representação, como ocorre, por exemplo, na explicitação de acontecimentos no espaço escolar.

Para tanto, foram selecionados cartazes de manifestação, postados na rede social Facebook, que materializam gêneros discursivos, constituindo narrativas sobre o espaço escolar e sobre o que significa ser estudante da escola pública brasileira na contemporaneidade. Certamente, tais narrativas não decorrem de percepção momentânea e impulsiva como indivíduo (estudante) ou como coletivo (comunidade estudantil), mas advêm da constituição de uma percepção histórica, social e cultural – não indiferente –, presente, acumulada e aprofundada no tempo histórico real de cada sujeito-estudante e como coletividade (pelas vivências socioculturais partilhadas). As narrativas fixadas em enunciados publicizados em cartazes apresentam uma voz-outra, a da contrapalavra exposta no todo ou em parte particular, uma “voz-livre”, uma “voz-protesto”, uma voz-que-grita pela escuta. Mas, que movimento foi/é esse que impulsiona/impulsionou o protesto? Que encoraja um “outro-dizer”, o dizer da contrapalavra diante do poder do Estado?

A narrativa particular da experiência de ocupações em cartazes em redes sociais se lança como elemento fecundo para a compreensão do presente momento e do passado histórico, pois por ela é possível pensar as relações dialógicas como potência que pode/poderia levar a muitas direções. Conceitos da teoria do dialogismo de Bakhtin e Círculo (BAKHTIN, 1998; 2003; 2015; VOLOCHÍNOV, 2013) como de *linguagem, discurso e enunciado, cronotopia*,³ orientam a análise ao distanciar-se de compreensões as quais endossam o entendimento do tempo presente como provindo do que antes sucedeu (do passado ao futuro). Bakhtin defende a tese da noção do tempo como simultaneidade (coexistência e interação/ tempo histórico real e percepção do devir). Machado (1998), interpretando Bakhtin, expõe:

Para Bakhtin, tanto na vida como na literatura, o tempo se organiza mediante convenções que não se restringem a definir o movimento e o arranjo das situações; pelo contrário, firmam posicionamentos e revelam diferentes formas de ver o mundo. Em seus estudos sobre o tempo existe a busca do dimensionamento entre ética e estética na criação. A narrativa torna-se um campo fértil de investigação pois nela se constituem os discursos sobre o mundo a partir dos quais é possível pensar as relações dialógicas”. (p.34).

Outro caminho teórico que se encadeia à análise das narrativas estudantis em cartazes, diz respeito a estudos sobre mídias, mídias sociais e redes sociais (SILVERSTONE, 2005, STAM, 2010, ARAÚJO, 2016) a fim de corroborar a análise proposta.

³ Neste trabalho não inserimos uma exposição detalhada sobre esses conceitos do âmbito da elaboração teórica bakhtiniana, tendo em vista os diversos trabalhos de comentadores da teoria já publicados na área de estudos da linguagem.

Nesse cenário, apresenta-se, a seguir breve percurso de perspectivas conceituais de autores que se ocupam de estudos linguagem, mídia e cultura acerca dessa particularidade que é a produção de sentidos nos encontros sociais voltados a instâncias públicas da comunicação humana. Na sequência, aborda-se as manifestações estudantis na ocupação de escolas públicas, analisando a produção de discursos desse público em redes sociais, os quais se inscrevem no espaço midiático como forma de luta e resistência política por direitos à educação. Na última parte, são apresentadas as regularidades observadas no processo de análise dos dados e o que dessa análise se evidencia como voz que postula um futuro não absoluto e demarcado, mas como acontecimento, onde vivências e sonhos outros se insinuam como possíveis.

2 MÍDIA, TECNOLOGIA E IDEOLOGIA

As mídias se apresentam como mediadoras das relações sociais e vêm assumido um papel significativo na configuração da cultura pós-moderna⁴. Sobre esse tema, Silverstone (2005) posiciona-se criticamente ao afirmar que a mídia tem sido propagada como extensão do homem, tal como propõe a visão de Marshall McLuhan: “[...] como próteses, que aumentam o poder e a influência, mas que talvez nos incapacitam como nos capacitam, enquanto nós, objetos e sujeitos da mídia, nos enredamos mais e mais no profílicamente social.” (SILVERSTONE, 2005, p. 16). Essa visão de mídia como extensão do corpo tende, de acordo com Silverstone (2005), a tornar tênue a fronteira entre o humano e o técnico, entre o corpo e a máquina. Isso implica uma perspectiva de completo domínio da mídia sobre o homem e leva-nos a pensar que vivemos em espaços totalmente simbólicos, autorreferenciais que proporcionam apenas a reprodução e nunca o original. Assim, a mídia se torna a medida de todas as coisas no espaço onde vivemos e transitamos.

Em contraposição a essa visão, digamos, determinista sobre mídia, Silverstone (2005, p. 26) também afirma que é possível estabelecer um distanciamento de reflexão entre as experiências na mídia e fora dela: “Podemos distinguir, e de fato distinguimos, fantasia de realidade, podemos preservar, e de fato preservamos, alguma distância crítica entre nós e a mídia [...]”. Essa proposição do autor aproxima-se da noção bakhtiniana de *sujeito responsivo e responsável* e que apresenta resistência, uma vez que, nessa perspectiva epistemológica, o sujeito não tem *álibi* para sua existência, não tem *álibi* para não ocupar o seu lugar único e irrepetível; nesse lugar, o sujeito responde ativamente.

Ao problematizar as relações entre conteúdo vivido e conteúdo abstrato, Bakhtin propõe que o ato é gesto ético no qual o sujeito se revela, arrisca-se e também se responsabiliza pelo pensamento (BAKHTIN, 2010[1986]). Essa concepção trata do não-álibi do existir, pois o lugar que ocupo não pode ser ocupado por outro e desse lugar que é ocupado por mim, devo agir responsabilmente. Afinal o que precisa ser feito por um sujeito não pode ser feito por mais ninguém. Com essa tese, Bakhtin enfatiza a posição ética a ser ocupada pelo sujeito no mundo, que se constitui nas relações de alteridade.

⁴ Pós-modernidade aqui entendida tal qual Hall, como o período da segunda metade do século XX, em que se destacam várias mudanças socioculturais, que vêm fragmentando as noções de gênero, raça, identidade, dentre elas o processo de globalização (HALL, 2006). Na visão de Hall, as sociedades pós-modernas caracterizam-se pela diferença: “são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’”. (HALL, 2006, p.14).

A cultura humana – a ciência, a arte e a vida –, sustenta o autor, “só adquirem unidade no indivíduo que os incorpora à sua própria unidade.” (BAKHTIN, 2003, p. XXXIII). Na linha dessa sua tese, Bakhtin indaga e observa, mas “o que garante o nexo interno entre os elementos do indivíduo [arte/vida]? Só a unidade da responsabilidade. Pelo que vivenciei e compreendi na arte, devo responder com a minha vida para que todo o vivenciado e compreendido nela não permaneçam inativos.”.

Stam (2010), ao propor uma abordagem crítica da mídia, afirma que as concepções sobre a mídia oscilaram entre a melancolia pessimista e a euforia exagerada. Para os pessimistas, a mídia foi concebida como um instrumento de reificação capitalista, um aparato opressivo, uma *máquina de influenciar* que prova pouca resistência. Contrariamente, há os que a olham de forma entusiasta, saúdam o impacto revolucionário das técnicas modernas de reprodução ou a subversão midiática dos tradicionais privilégios da elite literária (STAM, 2010).

Nessa relação polarizada e pouco produtiva de esboçar uma crítica midiática, conforme Stam (2010), ainda que nos escritos do Círculo de Bakhtin não se tenha discutido diretamente as políticas culturais dos meios de comunicação de massa, a teorização do Círculo pode ser considerada produtora para tal discussão. Para Stam, a mídia de massa pode ser conceituada, numa perspectiva bakhtiniana, como “uma rede complexa de signos ideológicos, situada no interior de ambientes múltiplos – o ambiente gerador dos meios de comunicação, o ambiente gerador ideológico mais amplo, e o ambiente socioeconômico – cada um com as próprias especificidades” (STAM, 2010, p. 333). Apresentar os estudos bakhtinianos como crítica produtiva para abordar a mídia na cultura humana demanda pensar na contribuição de dois outros conceitos abarcados pela teoria bakhtiniana, o de forças centrípetas e o de forças centrífugas. Demanda pensar no jogo dessas duas forças, as centrípetas e as forças centrífugas, tendendo a resultados para um ou para o outro lado. Na visão de Stam, pode-se dizer que, na mídia de massa, existem padrões de supremacia, tendências ideológicas, mas a dominação nunca é completa⁵:

[...] não existe nenhum texto unitário, nenhum produtor unitário, e nenhum espectador unitário; em vez disso, existe uma heteroglossia conflituosa que permeia o produtor, o texto, o contexto, e o leitor-observador. Cada categoria é atravessada pelo centrípeto e pelo centrífugo, o hegemônico e o antagônico. (STAM, 2010, p. 334).

Nos embates entre as forças centrípetas e as forças centrífugas, a mídia atua na construção de representações que os sujeitos criam do mundo. Nesse sentido, é preciso que a reflexão sobre a mídia se estenda para além de seu caráter de simples artefato tecnológico que possibilita reflexos consensuais da cultura, uma vez que é um elemento importante na constituição de discursos e nas representações socialmente construídas. Isso porque as mídias agem intrinsecamente nas novas possibilidades de interagir e, por conseguinte, na produção e circulação de discursos, no surgimento de novos gêneros discursivos, sobretudo os gêneros produzidos nos espaços digitais, enfim em outras

⁵ Nessa passagem do texto de Stam há uma intrínseca relação com a concepção de ideologia do Círculo de Bakhtin. A ideologia oficial não domina irrestritamente, ela se constitui na relação com as ideologias do cotidiano e nos embates entre forças centrípetas e forças centrífugas.

possibilidades de uso da linguagem que nascem nessas novas interações midiáticas. Bakhtin, em um contexto histórico diferente do nosso⁶, já salientava o papel relevante da criação da imprensa, uma mídia, para a constituição do romance como gênero. Tal perspectiva aponta para a relação imbricada entre as atividades humanas e a produção de discurso, evidenciando que são as variadas atividades humanas que propiciam a constituição e circulação de discursos.

Geraldi (2010)⁷, no que tange à discussão sobre linguagem e tecnologia, de forma geral, aponta como produtivo o fato de as tecnologias digitais trazerem consigo o direito de expressão a qualquer um, ou seja, o direito de dizer. As tecnologias possibilitam que a palavra em rede possa alcançar interlocutores diversos. Esse estado de coisas, segundo o pesquisador, instaura uma nova ética da responsividade nas relações virtuais, o que implica novas relações no campo da ética.

Assim é que as mídias, sobretudo as mídias sociais digitais são artefatos que compõem sistemas de significados na produção de identidades e subjetividades, sendo, pois, um espaço fluido de entrelaçamentos e possibilidades de representação.

3 PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CARTAZES DE MANIFESTAÇÕES DA OCUPAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS

Como unidade representativa dos dados analisados, foram selecionados dois enunciados⁸ de cartazes de manifestações que, ao mesmo passo que ocupam, de modo físico, o espaço escolar e as ruas no entorno da escola, são postados em perfis de redes sociais e têm uma ampla visualização. Segundo Magalhães e Queijo (2015)⁹, os cartazes capturam metonimicamente os discursos estruturantes dos eventos.

Primeiramente, é preciso considerar a situação de produção e circulação desses enunciados. Como já mencionado neste trabalho, os cartazes foram produzidos em um evento discursivo concebido como atos da ocupação das escolas públicas de São Paulo (Brasil) no ano de 2015.

O espaço específico da postagem foi o perfil da rede Facebook intitulado: “*Não fechem minha escola*”¹⁰. Essa escolha se deu em virtude da representatividade em termos de participantes e porque os objetos discursivos tematizados, neste grupo, referem-se ao evento em foco na discussão – o movimento das ocupações nas escolas de São Paulo. A rede social em que o grupo está inserido, Facebook, permite que seus interlocutores, por

⁶ As elaborações teóricas do Círculo se deram no período de 1919 a 1929, em meio a um conturbado contexto político-social russo, em que ainda se tinha como centro a mídia impressa.

⁷ Palestra proferida pelo pesquisador no “Círculo Rodas de Conversa Bakhtiniana”, em novembro de 2010 na UFSCar, cujo título é “Onde o ético e o estético se encontram hoje”.

⁸ Foi analisado um conjunto de 10 (dez) cartazes de manifestação, postados na página “*Não fechem minha escola*” no período da ocupação das escolas em São Paulo. No entanto, em virtude da necessidade de delimitação, selecionamos somente dois enunciados para exemplificação da análise desenvolvida.

⁹ Os autores analisam cartazes das manifestações populares ocorridas no Brasil em 2013 o que, segundo asseveram, desencadeia um tipo de ativismo não convencional.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/?fref=ts>>.

intermédio de seus perfis pessoais, participem das discussões que acontecem por meio de postagens e comentários, potencializando uma relação interlocutiva semelhante à de fóruns de discussão *online*.

O grupo é público, o que significa dizer que qualquer pessoa, mesmo não sendo da comunidade escolar, pode ler as postagens e interagir nesse espaço discursivo. Embora possibilite uma ampla participação e publicização de seus conteúdos, a descrição do grupo afirma que se trata de um site educacional e aponta para uma linha temática ao propor que o tema é “*Contra a absurda “reestruturação” das escolas, todo apoio às ocupações!#respeiteminhaescola*”. Nesse apontamento temático já se mostra saliente a entonação de luta e de protesto materializada na seleção lexical de adjetivos como *Contra, absurda*, ou, ainda no uso do imperativo na *hashtag* – “*#respeiteminhaescola*”.

É relevante destacar que essa página também se revela como uma resposta-ativa (reação-resposta) ao ser criada para divulgar o movimento de ocupação da escola, constituindo um espaço de informação e debate dos eventos que compõem o movimento.

Do ponto de vista de uma análise dialógica, é possível considerar a totalidade dessas ocupações como uma arena discursiva; nessa condição, as manifestações guardam um caráter de tensão entre o discurso oficial e o não oficial, que permite identificar aspectos de carnavalização no modo como se articula (GUIMARÃES; QUEIJO, 2015, p. 170). Isso requer pensar em como a circulação em rede – aparato técnico – altera os dizeres – dimensão narrativa cotidiana de enunciados concretos – com ares carnavalescos – dimensão metanarrativa, que se dá no grande tempo (2015, p. 175). Magalhães e Queijo (2015, p. 169) questionam: “como a circulação em páginas da internet segmenta e altera a potencialidade semântica desses enunciados?”, referindo-se aos cartazes de manifestação que são publicizados na rede.

Assim, esses textos saem da escola, seu lugar de produção e circulação mais imediato, e ganham o espaço midiático. Com a circulação do discurso nesse outro espaço comunicativo, certos problemas metodológicos, caso seja mobilizada a noção bakhtiniana de cronotopo, se evidenciam. Então, algumas perguntas surgem: depois de publicizados nas redes sociais digitais e compartilhados em perfis pessoais, esses enunciados deixam de pertencer ao espaço institucional escolar? ou, o fato de serem publicizados nesse espaço midiático constitui uma espécie de extensão da esfera escolar? Seria uma relação de hibridismo¹¹ de cronotopo?

Certamente, é possível aprofundar o entendimento das redes sociais digitais como um espaço em que discursos produzidos por diferentes esferas de atividades humanas se encontram e coabitam em uma existência híbrida. Por oportuno, vale apontar a posição de Araújo (2016, p. 52) que considera a *Web*¹² “um ambiente plural de profundo poder de absorção que transmuta para si diversas esferas de atividade humana [...]”. O autor não

¹¹ O termo *hibridismo* tem ancoragem em Bakhtin (2015), quando tematiza o híbrido entre linguagens e as hibridações nas práticas assentadas na cultura. Canclini (2013) também mobiliza o termo *hibridação* para se referir aos processos socioculturais nas quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (p. XIX).

¹² Neste texto, o autor investiga gêneros discursivos em redes sociais digitais, focalizando a análise de dados do Twitter a fim de discutir os processos de reelaboração de gêneros, que emergem das relações entre linguagem e tecnologia.

concebe as redes sociais digitais ou a própria *Web* como uma instância discursiva, mas sim como ambientes que abrigam os discursos e gêneros, provocando neles alterações decorrentes das diferentes apropriações sociais da tecnologia pelos indivíduos (ARAÚJO, 2016).

Podemos dizer, por certo, que, ao serem publicizados nas redes sociais digitais, os cartazes ampliam seu espaço de circulação e empoderam o movimento, pois sujeitos assumem o lugar de atores sociais nesse tempo-espaço de resistência, assumindo a atividade crítica, como ativismo, isto é, como “atividade enérgica” dirigida a um objeto discursivo, um *ativismo* construído socialmente ao longo da história e da cultura humana e não como um fenômeno individual ou pontual –, de uma época e para uma época específica¹³. Desse modo, os enunciados em cartazes apresentam, arriscamos dizer, um ativismo outro, pelo modo de o estudante secundarista da escola pública se posicionar na cena enunciativa, empenhando-se em outra lida de narrativas de empoderamento e resistência. Pode-se observar deslocamentos dos projetos de dizer na escola (dos dizeres pedagógicos), marcados, agora, nesse espaço-tempo, pelo protagonismo juvenil (ativismo político).

Na figura 1 a seguir é apresentada uma imagem da página inicial do perfil no Facebook “*Não fechem minha escola*”, atualizada em 31/10/2017:

Figura 1 – Página inicial do perfil no Facebook “*Não fechem minha escola*”.



É necessário destacar que, nesse cenário em que a página no Facebook foi formulada, ainda que tentativas de mudança se concretizassem, como a revisão do plano de reorganização educacional de São Paulo, outros projetos de reestruturação educacional

¹³ “Estudiosos de Bakhtin vêm no conceito de *exotopia* – que o autor formulou tendo em conta a atividade estética e que perpassa por toda a sua obra –, um elemento-chave para a *atividade* da pesquisa e a *atividade* crítica, que se caracterizam, de fato, como *ativismo*. No contexto da teoria de Bakhtin, *atividade* (traduzindo a palavra russa *deiátelnost*), aparece regularmente como o exercício de alguma função, mas sem a idéia de intensidade. Já o termo *aktívnost* significa “atividade enérgica” dirigida a um objeto, segundo especifica o tradutor de *Estética da criação verbal* (edição 2003 da Martins Fontes), Paulo Bezerra.” (BORTOLOTTI, 2007).

como a Medida Provisória 746¹⁴, convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, continuaram em curso e também geraram mais protestos do movimento secundarista. Nesse contexto sócio-histórico, o movimento teve continuidade e, conseqüentemente, a página não só continuou sendo alimentada, como também agregou novas discussões sobre a atual situação político-social no país como se verifica, por exemplo, na imagem de perfil. Até o fechamento deste artigo a página contabilizou 216.020 seguidores e apresentou 218.235 curtidas¹⁵. As postagens ocorrem em múltiplas materialidades semióticas e recebem tanto comentários de apoio, como também de repúdio, em algumas situações. No período das ocupações, as notícias eram frequentemente atualizadas na página e eram postados diversos cartazes de manifestações, produzidos no espaço da escola, como apontado neste texto.

A seguir, é apresentada a análise de cartazes de manifestação, representativos das postagens feitas pelos estudantes secundaristas em página do Facebook.

4 CARTAZES DE MANIFESTAÇÃO: NARRATIVAS POSSÍVEIS?

Para a análise aqui proposta dos enunciados do gênero cartazes de manifestações, a noção de cronotopo e esferas discursivas, inscrita na produção teórica do Círculo de Bakhtin, é fundamental. Na visão de Machado (1998, p. 33),

O tempo na teoria do dialogismo não é um constituinte estrutural da narrativa, pelo contrário, a narrativa e, conseqüentemente, os gêneros, são instâncias estéticas de representação do tempo. Visto por esse viés, a noção de tempo distancia-se das abordagens mais divulgadas sobre o assunto, sobretudo porque desconhece as fronteiras entre a ética e a estética.

Bakhtin concebe a relação espaço-tempo como processo em contínua formação e está no campo do acontecimento. O tempo que se passa em qualquer espaço não é mero preenchimento espacial, mas é, sobretudo, movimento e transformação. Bakhtin resguarda:

A capacidade de ver o tempo, de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os indícios do curso do tempo em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e idéias humanas. (BAKHTIN, 2003[1979], p. 225, grifos do autor)

Tudo aponta para o tempo em movimento, desde as manifestações do tempo na natureza (o movimento do sol, das estrelas, o canto dos pássaros, etc.) até as realizações humanas, que configuram as marcas do tempo histórico (a criação das cidades, ruas, obras de arte, técnicas, organizações sociais) (BAKHTIN, 2003).

Ainda, sobre a dimensão espaço-tempo Bakhtin escreve:

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 01/03/2017.

¹⁵ Dados retirados da página “*Não Fechem minha Escola*” no Facebook em 31/10/2017.

As séries espaciais e temporais dos destinos e das vidas dos homens se combinam de modo peculiar, complicando-se e concretizando-se pelas *distâncias sociais*, que não são superadas. Este é o ponto do enlace e o lugar onde se realizam os acontecimentos. Parece que o tempo se derrama no espaço e flui por ele (formando os caminhos) [...]. (BAKHTIN, 1998, p. 350).

Tal entendimento, como aponta Bortolotto (2007, p. 105), “fornece um ângulo metodológico para a observação da atividade real” seja ela qual seja, porque permite aproximação com a historicidade e nos indica que há “um modo de ver e ‘de ler o mundo real’, de tornar o mundo das práticas sociais compreensível pelas manifestações mais profundas e sutis das relações e ideias humanas.”.

O cronotopo da estrada, da soleira da porta etc., imagens evocadas por Bakhtin, são significativas e provocativas, pois a concretização do espaço nos indícios do tempo aponta para o tempo da vida humana e para o tempo histórico (BAKHTIN, 1998, p. 355). Imagens cronotópicas constroem *cenários* no romance, elas nos permitem olhar determinadas produções discursivas contemporâneas e complexas, difusa e fragmentada para então configurar as relações de espaço que se dão nos indícios de tempo, e, desse modo, atribuir sentido aos enunciados.

Machado (1988, p. 35) expõe:

O tempo, para Bakhtin, é pluralidade de visões de mundo: tanto na experiência como na criação, manifesta-se como um conjunto de simultaneidades. A pluralidade de que fala Bakhtin só pode ser apreendida no *grande tempo* das culturas e das civilizações, quer dizer, no espaço. Eis a síntese teórica que orientou sua abordagem da narrativa com modelo artístico de temporalidades.

Na análise dos enunciados dos estudantes secundaristas em cartazes, há a provocação de um exercício do olhar para as relações cronotópicas em que os cartazes foram produzidos em um tempo histórico situado, compreendendo-os como narrativas produzidas pelos sujeitos. Os cartazes de manifestação são considerados na sua condição de gênero discursivo, pois se há cronotopo, há gênero do discurso, uma vez que é possível associar o cronotopo a uma situação social de interação, no seio da qual se constituem os gêneros (RODRIGUES, 2001).

Ao observar os embates na esfera escolar e na esfera político-governamental, nesse evento em particular, o espaço da escola foi deslocado não somente pelos projetos de dizer dos jovens estudantes secundaristas, mas também pelos acontecimentos sociais, políticos e pelas possibilidades, na contemporaneidade, de materializar esses projetos discursivos mediante o agenciamento de novas mídias sociais.

Nesse sentido, o espaço escolar marcado historicamente pelo autoritarismo, pela disciplina, pelo controle e, em alguns momentos, visto como um lugar de domesticação de corpos e mentes, mostra-se, nesse evento, como heterogêneo, vivo, pulsante; um lugar de possibilidades de protagonismo juvenil, de narrativas outras. Esse deslocamento da escola como um espaço público heterogêneo e plural se dá, em grande medida, pelo hibridismo entre esferas (escolar e midiática.). É perceptível que o movimento de ocupação da escola se irradia e transborda para outros espaços de manifestação para além dos muros da escola, criando e fazendo circular imagens de resistência política que apontam para mudanças nos modos de ser estudante da escola pública hoje (cronotopias distintas).

Em uma perspectiva bakhtiniana, é possível afirmar que enunciados e gêneros do discurso não são produzidos em um vácuo social, são, antes de tudo, gerados no interior de determinada esfera de atividade humana e são balizados pelas finalidades de cada esfera. As esferas de atividades humanas são um *lugar* de coerções e contingências na constituição dos enunciados, que *nascem* nas interações discursivas; desse modo, elas são moventes, dinâmicas e complexas.

Assim, as esferas sociodiscursivas não são espaços homogêneos. Isso se verifica no caso dos cartazes de manifestação produzidos na ocupação das escolas, pois há um hibridismo entre esferas. A esfera escolar adentra a esfera midiática e produz sentidos outros, ressignificando sobretudo o espaço escolar, mais precisamente a escola pública, como lugar de luta e resistência ao discurso oficial. Nesse sentido, a politização pela luta de resistência aponta para uma imagem cronotópica que se reflete no “crescimento” humano, que abre espaços de atuação e mudanças. Ao mesmo tempo que nascem na situação de manifestação na esfera escolar, tomam as ruas e deslizam para as interações midiáticas sendo replicadas em vários sites, e redes sociais tanto em perfis pessoais como em páginas oficiais. Esse deslizamento produz uma fragmentação desses enunciados sendo difícil situar o espaço de autoria, ou seja, onde o cartaz foi produzido; em qual escola, por qual grupo de estudantes.

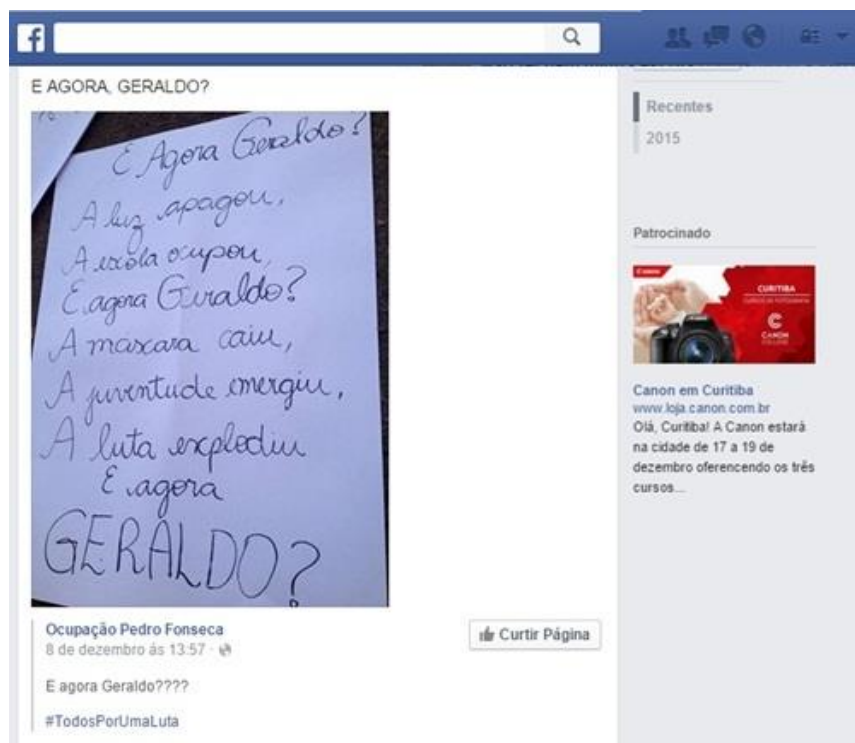
5 ANÁLISE VERBO-VISUAL DOS CARTAZES DE MANIFESTAÇÕES

Os cartazes de manifestação foram produzidos no espaço da escola no interior de uma situação interlocutiva específica – a ocupação das escolas públicas. Nesse período de discussão e publicização acerca do movimento de ocupação, os cartazes são, quase que simultaneamente, fotografados e postados em redes sociais. Esse movimento discursivo caracteriza uma imbricada relação de sentidos que se estabelece entre diferentes semioses; entre o signo verbal, que também é imagético, e o visual, imagem postada na tela do computador, mais especificamente numa rede social, como se observa na figura 2:

O cartaz evidencia na escolha estilístico-composicional um processo intertextual com o poema “E agora José”, de Carlos Drummond de Andrade. Do ponto de vista estilístico-composicional temos uma paródia do poema “E agora José”, de Carlos Drummond de Andrade, exposta como cartaz-protesto, com tom de denúncia do que motivou o movimento estudantil da ocupação e, ao mesmo tempo, com tom de reivindicação de respostas por parte do governador do Estado de São Paulo do que é pleiteado como política do seu governo para o ensino básico.

A luz apagou
A escola ocupou
E agora Geraldo?
A máscara caiu,
A juventude emergiu,
A luta explodiu
E agora
GERALDO?

Figura 2 – Cartaz postado no perfil “Não fechem minha escola”¹⁶



Há a consciência do inusitado diante da tradição da esfera escolar: estudantes passivos, dóceis, cumpridores dos ditames sociais hierárquicos. Há a inversão hierárquica da relação costumeiramente assimétrica na qual o aluno está sempre em uma condição de subordinado a; há a consciência por parte dos estudantes da inversão hierárquica “*A juventude emergiu,/ A luta explodiu*”/ *E agora/ GERALDO?*

Ao mesmo tempo que se identifica a letra cursiva, característica das práticas escolares, observamos também que, na linguagem das redes sociais, quando a palavra é grafada em caixa alta é indicativo de elevação da voz. O poema vem grafado na cursiva, contudo, no último verso “*E agora GERALDO?*” o nome próprio vem grafado em caixa alta, produzindo o efeito de elevação do tom de voz, de um questionamento mais enfático, indicando o enfrentamento no embate que se enuncia. É preciso observar, ainda, que o nome próprio *Geraldo* remete ao Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin.

A análise revela que, em todos os versos, os estudantes cobram de quem lhes cobra a responsabilidade do que está ocorrendo: a quebra do fluxo pedagógico costumeiro, pela ameaça do risco iminente do fechamento de escolas (e do agrupamento delas por níveis de ensino), portanto do direito de acesso à educação pública gratuita e de qualidade. O modo de se referir à instância governamental por meio de sua representação política, que é alvo do protesto [Governador Geraldo Alckmin], é um aspecto importante, pois nessa enunciação, o objeto de discurso não é referenciado como Governador, mas simplesmente

¹⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/naofechemminhaescola/photos/pb.1485355621759400.-2207520000.1459982666./1498154713812824/?type=3&theater>>. Acesso em: 06/04/16.

Geraldo. O enunciado é marcado por um tom de enfrentamento e não subserviência (relação de simetria entre as pessoas do discurso). O enunciador se posiciona de modo a ignorar as relações assimétricas, já que se trata do Governador do Estado, chamando-o pelo nome, Geraldo, e acrescenta que “*a máscara caiu*”.

Do ponto de vista das escolhas lexicais, nesse cartaz, há a menção ao termo ‘luta’ ‘ocupação’, fazendo referência ao movimento das ocupações. De modo geral, o termo recorrente nos cartazes foi *ocupação*, que é extremamente significativo para todo o movimento, que, nesse contexto discursivo, significa uma escola ocupada pelos próprios sujeitos que dela fazem parte, explicitando uma contraposição aos discursos que enunciam que a escola teria sido “invasa” pelos estudantes.

O enunciador, por sua vez, se desvela como a juventude que emergiu. A juventude que discursivamente é tomada como passiva e alienada politicamente. O jovem da escola pública que, não raras vezes, é discursivizado como aquele que não quer estudar e como um aluno indisciplinado. Essa juventude emergiu num processo de luta por seus direitos, portanto, dá mostras de “crescimento”, de um movimento de humanização, ainda que essa posição de luta-resistência possa ser contraposta e sua ação de ocupar possa ser repudiada.

De certo modo, esses enunciados conferem a essa juventude um outro lugar, um outro modo de se posicionar como sujeito nesse discurso, um sujeito que se inscreve na luta pela escola pública.

Esse modo de se enunciar e publicizar tais enunciados nas redes sociais digitais vai dando novos contornos à própria esfera escolar, que assume agora um lugar de protagonismo, tornando-se um espaço público importante na discussão de variadas temáticas: etnia, gênero, direitos, democracia¹⁷. Parece que essa imbricação/hibridismo entre esfera escolar e midiática está produzindo, na escola, uma identidade que deveria ser sua desde sempre, que é a identidade de um espaço público de debate e de pluralidade cultural.

Na figura 3, mais adiante, na mesma linha do primeiro cartaz analisado, deparamo-nos com a paródia de alguns versos da letra de uma música, expressa no cartaz-protesto. De modo semelhante, esse cartaz remete também a um “processo intertextual”, retomando a música *Cálice*, de Gilberto Gil e Chico Buarque, produzida no ano de 1973. A escolha desse enunciado para uma paródia por parte dos estudantes é instigante por tratar-se de uma música-protesto, produzida em momento de uma experiência nada positiva da população brasileira com o regime militar, a ditadura, bem como em um tempo tão distante das vivências estudantis atuais. “*Pai afasta de mim esse cálice*” é parte do refrão da letra da música *Cálice* e, à primeira vista, tal verso pode ser interpretado como uma referência à agonia de Cristo no calvário. Todavia há um efeito polifônico no uso pelos autores desse tema (calvário de Cristo), bem como em relação à palavra “cálice”. Há uma associação entre a palavra escrita “cálice” e outra quando falada “cale-se”. Foi o modo de que os autores encontraram para driblar a censura do regime militar implantado no país e, paralelamente, protestar contra a ditadura militar. Provavelmente, conhecedores dessa situação, os estudantes tomam a frente, reacentuando mediante a produção do enunciado “Pai, afasta de mim esse Alckmin” os sentidos da época da ditadura em que a

¹⁷ No decorrer das ocupações, eram realizadas palestras e debates envolvendo estudantes, artistas e comunidade sobre variados temas etnia, gênero, democracia, direitos humanos, cultura etc.

população não tinha de direito se manifestar e nem mesmo de lutar por seus direitos básicos. Analogamente, no período em que a letra da música foi produzida, o conflito e o calvário eram intensos, contudo, no presente e como devir, caso as medidas governamentais instaladas fossem mantidas, os conflitos e as dificuldades seriam grandes também.

Figura 3 - Cartaz postado no perfil “Não fechem minha escola”¹⁸



Além disso, o cartaz anuncia que a escola está na luta, ou seja, aderiu ao movimento de ocupação. Novamente verificamos um tom de empoderamento, de força de locução ao enunciar-se de modo direto ao seu interlocutor mais imediato, o Governador: “*Não reforme a escola, reforme seu Governo!*” (manutenção da simetria discursiva).

¹⁸ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/photos/a.1485520751742887.1073741829.1485355621759400/1494544354173860/?type=3&theater>> . Postado em: 20/11/2105. Acesso em: 28/05/1028.

Outro aspecto importante na composição do enunciado, é a inserção de uma *hashtag*, que é própria das redes sociais digitais – “#foraAlckimin”. Ao utilizar uma *hashtag* em um cartaz que seria colado na parede da escola, já havia uma previsão do autor – *memória de futuro* – de que o cartaz poderia ser fotografado e postado posteriormente nas redes sociais. Ou seja, essas interações compõem outras condições ao gênero discursivo e à sua própria natureza, vão se misturando, hibridizando-se.

Ao inserir uma *hashtag* no cartaz, é possível dizer que “há um posicionamento valorativo do sujeito, haja vista que, ao utilizar esse recurso expressivo, o interlocutor se apropria de determinado discurso e/ou prática que se relaciona com a *hashtag*.” (RUCINSKI, 2017, p. 87). Assim, para realizar o seu projeto discursivo, o sujeito mobiliza semioses como texto verbal, imagens, cores e especificações próprias das redes sociais, como as *hashtags* com vistas a destacar a posição valorativa (RUCINSKI, 2017). Vale destacar que a própria escrita, nesse caso, assume um valor imagético específico; tendo em vista que a grafia também é imagem.

Bakhtin (1998) tece considerações quanto à estratificação da língua em relação ao romance e, nesse contexto, traz considerações importantes sobre os gêneros que nos interessam aqui.

Esta estratificação [da língua] é determinada, antes de tudo, pelos organismos específicos dos *gêneros*. Estes ou aqueles elementos da língua (lexicológicos, semânticos, sintáticos, etc.) estão estreitamente unidos com a orientação intencional e com o sistema geral de acentuação destes ou daqueles gêneros: oratórios, publicitários, gêneros de imprensa, gêneros jornalísticos, gêneros de literatura inferior (como o romance de folhetim, por exemplo) e, finalmente, os diversos gêneros da grande literatura. Estes ou outros elementos da língua adquirem o perfume específico dos gêneros dados: eles se adequam aos pontos de vista específicos, às atitudes, às formas de pensamento, às nuances e às entonações desses gêneros. Esta estratificação da língua em gêneros se entrelaça, ora coincidindo, ora divergindo, com a estratificação *profissional* da língua (em amplo sentido): a linguagem do advogado, do médico, do comerciante, do político, do mestre-escola, etc. Estas linguagens diferenciam-se evidentemente não só pelo vocabulário: elas implicam determinadas formas de orientação intencional, formas estas de interpretação e de apreciação concretas. (BAKHTIN, 1998, p. 96)

A análise põe em relevo a subversão da hierarquia costumeiramente assimétrica no espaço escolar, a mobilização de múltiplas semioses e a intertextualidade como recursos para a produção dos efeitos de sentido. Nas produções analisadas, as interações e, conseqüentemente, os gêneros discursivos borram fronteiras, promovem agenciamentos e hibridizam-se.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, nosso objetivo foi compreender os sentidos da prática social de criação e circulação de cartazes de manifestação estudantil, postados em um perfil da rede social Facebook intitulado: “Não fechem minha escola”, observando-a por domínios da linguagem, mídia e cultura. Os cartazes tematizavam a ocupação das escolas públicas de São Paulo (Brasil) pelos estudantes secundaristas ocorrida em 2015. Buscou-se observar

como os enunciados, com tonalidade de protesto e resistência, produzem sentidos nesse hibridismo entre esferas discursivas e de que modo apontavam para a construção de outras narrativas de resistência e empoderamento dos estudantes secundaristas no atual contexto político-ideológico da escola brasileira.

A análise pôs em evidência que os cartazes de manifestação hibridizam o espaço-tempo da escola, por meio de imbricadas relações de sentido que se estabelecem entre diferentes semioses. Esse modo de enunciar e publicizar que nasce nas escolas e é disseminado nas redes sociais digitais produz novos contornos para a própria esfera escolar, que assume um lugar de protagonismo, constituindo-se em espaço público importante para a discussão de temáticas fundamentais não só para a juventude, mas para toda a sociedade. Esse hibridismo entre esfera escolar e midiática produz, na escola, uma identidade necessária, pois o espaço escolar precisa se constituir em espaço-tempo de encontro, debate e pluralidade de vozes e culturas. Precisa se fortalecer como espaço para (re) criação de narrativas não indiferentes às investidas que ameaçam dar invisibilidade ao outro.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. Reelaborações de gêneros em redes sociais. In: ____; LEFFA, Vilson. (Org.). *Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?* 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 49-64.
- BAKHTIN, M. M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: UNESP; Hucitec, 1998 [1975].
- _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- _____. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 [1986].
- _____. *Teoria do romance I: a estilística*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BORTOLOTTI, N. *O sentido da ciência no ato pedagógico: conhecimento teórico na prática social*. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
- GERALDI, J. W. Onde o ético e o estético se encontram hoje. In: CÍRCULO – RODAS DE CONVERSA BAKHTINIANA, 3., 2010, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.
- MACHADO, I. A. Narrativa e combinatória dos gêneros prosaicos: a textualização dialógica. *Itinerários*, Araraquara, n. 12, p. 33-46, 1998.
- MAGALHÃES, A. S.; QUEIJO, M. E. da S. A arena discursiva das ruas e a condição pós-moderna: da manifestação à metacarnavalização. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 166-185, set./dez. 2015.
- NÃO FECEM minha escola. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/photos/pb.1485355621759400.-2207520000.1459982666./1498154713812824/?type=3&theater>>. Acesso em: 06 abr. 2016.
- _____. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/?f=ts>>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- RODRIGUES, R. H. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. 347 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ROHLING, Nívea; REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; BORTOLOTTI, Nelita. Mídias sociais digitais e narrativas de resistência no espaço escolar. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 413-429, maio/ago. 2018.

RUCINSKI, V. R. D. *Os discursos sobre a identidade docente em espaços de escritas online: valoração e reenunciação discursiva*. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

STAM, R. Bakhtin e a crítica midiática. In: RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, Igor (Org.). *Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 331-387.

VOLOCHÍNOV, V. N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

Recebido em: 06/11/17. Aprovado em: 21/05/18.

Title: *Digital social media and resistance narratives in the school space*

Authors: *Nívea Rohling; Maria de Lourdes Rossi Remenche; Nelita Bortolotto*

Abstract: *The focus of this article is to present the analysis of protest posters that subject a specific discursive-political event: the occupation of public schools in São Paulo (Brazil) by high school students occurred in 2015. It aimed to observe how these utterances, with their protest and resistance tones, produce meaning and build new narratives about being a high school student of Brazilian public schools. The analysis was anchored by Bakhtin Circle's concepts of discourse, utterance, chronotope and evaluative horizon. The results show that, in this particular event, the utterances of the students mark, by the resistance and empowerment tones, the voices of the present that postulate a non-absolute and non-demarcated future. By the living of a social practice that is not indifferent, the utterances prove that students are open to another narrative, which by forms of ideological communication, raising another social horizon, another reality of a collective sphere.*

Keywords: *Discourse. Media. Public School. Manifestation. Resistance.*

Título: *Medias sociales digitales y narrativas de resistencia en el espacio escolar*

Autoras: *Nívea Rohling; Maria de Lourdes Rossi Remenche; Nelita Bortolotto*

Resumen: *Este artículo focaliza el análisis de afiches de manifestación que tematizan un evento discursivo-político específico, es decir, la ocupación de escuelas públicas de São Paulo (Brasil) por estudiantes secundarios ocurrida en 2015. Observa el modo como esos enunciados, con tonalidad de protesta y resistencia, producen sentidos y construyen nuevas narrativas sobre ser estudiante secundario en la escuela pública brasileña de hoy. El análisis se ancla teórica y metodológicamente en los estudios del Círculo de Bajtín, especialmente en conceptos como discurso, enunciado, cronotopo y horizonte apreciativo. Los resultados muestran que, en ese evento particular, los enunciados de estudiantes secundarios marcan valorativamente, por el tono de resistencia y empoderamiento, voces del presente que postulan un futuro no absoluto y demarcado. Por el vivir de una práctica social no indiferente, se abren para la producción de una narrativa otra, despuntando, por formas de comunicación ideológica, otro horizonte social, otra realidad de ámbito colectivo.*

Palabras clave: *Discurso. Media. Escuela Pública. Manifestación. Resistencia.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-180210-11417>

DO DISCURSO DO AGENTE DO OUTRO À VOZ-APELO DO SUJEITO

Amanda Schreiner Pereira*

**Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Luterana do Brasil
Santa Maria, RS, Brasil**

Angela Maria Resende Vorcaro**

**Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Psicologia
Belo Horizonte, MG, Brasil**

Marcia Keske-Soares***

**Universidade Federal de Santa Maria
Departamento de Fonoaudiologia
Santa Maria, RS, Brasil**

***Resumo:** Este artigo é um estudo teórico-crítico psicanalítico embasado na leitura da obra de Freud e de Lacan e nos recortes empreendidos pelas autoras para associar a origem da voz-apelo do sujeito ao discurso do agente do Outro, sustentado pela lógica da linguagem. Dos endereçamentos do agente do Outro, destaca a expulsão do timbre, a afirmação da voz prosódica materna, e a instauração da primeira matriz simbolizante no infans. Com isto, posiciona o sujeito, desde os primórdios, pela relação com o discurso materno e enfatiza a passagem dos vagidos iniciais à voz que faz apelo, mediante o engajamento no laço com o Outro.*

***Palavras-Chave:** Discurso. Outro. Voz. Sujeito.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se embasa na concepção lacaniana de linguagem, no que Lacan (1998/1964) localiza a “Precedência do lugar Outro”, relativa ao campo no qual estão

* Doutora em Distúrbios da Comunicação Humana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Psicóloga do Curso de Psicologia da UFSM. Professora do curso de pós-graduação Clínica Psicanalítica da Universidade Luterana do Brasil – Campus Santa Maria. E-mail: psico_amanda@hotmail.com.

** Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada (aposentada-voluntária) do Departamento de Psicologia da UFMG. E-mail: angelavorcaro@uol.com.br.

*** Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Titular do Departamento de Fonoaudiologia e do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana da UFSM. E-mail: marcia-keske.soares@ufsm.br.

inseridos os provedores dos primeiros endereçamentos vocais e dos significantes àqueles que nascem, antes que estes possam ser distinguidos. Ao delimitar o lugar Outro e seus efeitos discursivos, capazes de transcrever o mundo sobre o corpo *infans*, parte de um tempo em que o sujeito só é suposição no Outro, agenciada pelos agentes parentais, para chegar aos desdobramentos dessas suposições e dos endereçamentos a ela relativos.

Do agente do Outro teremos a oferta do objeto da necessidade; a demanda, na transformação do grito em apelo; e a lógica da linguagem, pelos modos como assegura os atributos diferenciais do apelo, dando início à vida anímica. Em seguida, o escrito leva às “Incurções do primeiro grito”, perfazendo o caminho desde o estado de desamparo ao nascimento e a experiência com o próximo assegurador (*Nebenmensch*), até a instauração dos objetos pulsionais, e a relação com o outro. Lembrando que, para Freud (2015/1915), as pulsões têm apoio nas funções vitais e são estas que recebem novo estatuto a partir do desenrolar da vida anímica, e que o desamparo psíquico do bebê é a contrapartida evidente de seu desamparo biológico (FREUD, 2014/1926), o trabalho problematiza a função relativa à voz enquanto objeto pulsional, a qual determinaria o interesse precoce dos bebês pela voz sonorizada materna.

Na seção “Tropismo de voz e acionamento vocal”, o escrito trabalha a voz prosódica materna e o enganche prosódico denotativo da apetência simbólica, diferenciando-o da apetência sonora, e lança a hipótese da expulsão do timbre para que a apetência simbólica opere. Com isso, também aposta que a origem da voz-apelo se dá mediante a temporalidade ritmada que inaugura a condição de subjetivação. Para tanto, localiza o despontar da voz como apelo na pressa, na seção “Voz-apelo”.

2 PRECEDÊNCIA DO DISCURSO DO OUTRO

A origem do sujeito precede o nascimento, essa é a primeira prerrogativa pela qual nos embasaremos – através da Psicanálise – em sua fundação teórico/clínica por Sigmund Freud e na releitura e no aprofundamento de Jacques Lacan. Essa precedência é relativa ao campo da linguagem, no qual estão inseridos os sujeitos que assumirão a função de provedores dos primeiros endereçamentos vocais e dos significantes àqueles que nascem.

Mesmo antes de nascer, o bebê é falado, projetado e esperado. Isso organiza um campo, uma pré-história constituída de redes de sentidos, forças iniciais prévias a qualquer experiência. Essa pré-história podemos observar no discurso parental: meu filho se chamará “x”, porque “x.....” significa “y.....”. Ele se parecerá com “.....”; cada pai, mãe ou substituto irá preencher essas lacunas conforme suas particularidades. Dizemos pai, mãe ou substituto porque, independentemente da pessoa que assumirá o lugar de endereçamento da pré-história ao bebê, o que conta é a sua função, função essa denominada Outro por Lacan (1998/1964).

O Outro primordial é o portador dos primeiros significantes que serão endereçados por meio do campo discursivo ao *infans*, aquele que ainda não fala. O campo do Outro já está lá, antes que o *infans* venha ao mundo, e é o lugar de onde o sujeito se constitui. Valendo-se desse lugar, o agente do Outro opera interpretações sobre o pequeno ser que nasce e comanda o que se presentifica como sujeito.

Temos, assim, o agente do discurso e o que esse agente produz em seu discurso sobre o pequeno ser que nasce, de modo que o Outro radicalmente primário ofertará condições para que o *infans* possa se constituir sujeito. Vejamos de que modo operam os efeitos discursivos. Sabemos que, logo após o nascimento, a partir da função interpretativa do agente do Outro, a cada coisa que o bebê faz, recebe uma significação. Ao significar o que ainda não tem significado, o agente do Outro transcreve o mundo no corpo *infans*. Essa transcrição se dá de modo muito peculiar – a mãe transitiva.

O transitivismo é um processo primordial por meio do qual uma criança ascende ao afeto pela afetação do agente do Outro. Em seu estudo sobre o transitivismo, Bergès e Balbo (2002) apoiam-se no fenômeno em que uma mãe, ao ver o filho cair sem exprimir dor, experiencia e comunica, por meio da fala, a dor que sente nela mesma. Com isso, a mãe sustenta seu afeto comunicando uma certeza, de modo que seu filho lhe dá razão, passando a sentir dor.

De início, podemos dizer que a condição real a qual está submetido o agente materno é recortada desde o lugar Outro, que sustenta sua fala e seus atos em direção ao *infans* ordenado pela linguagem.

Assim, o agente do Outro supõe o que a criança experimenta referenciando-se num discurso sobre o sofrimento dela, por exemplo: na emissão de um “*ai*” bem entonado; ao mesmo tempo em que esta experiência afeta seu próprio corpo, estabelecendo a ternariedade do Outro. Trata-se do terceiro termo que, em Bergès e Balbo (2002), vemos introduzir-se com o transitivismo por meio da formulação das hipóteses atribuídas ao filho pelo discurso materno.

As antecipações discursivas do agente são extremamente precoces. Ainda grávida, uma mãe supõe demandas a seu filho, e, sobre essas demandas, sustenta-se todo um diálogo. Ela verbaliza e dá sentido aos movimentos motores intrauterinos, experienciados em seu próprio corpo (BERGÈS; BALBO, 2002).

Com Freud (2014/1926), entendemos que há mais relação de continuidade entre a vida intrauterina e a primeira infância do que a ruptura do nascimento poderia nos suscitar. Salientando que, na vida intrauterina, não há objetos para o feto e que, portanto, a mãe não era um objeto, o psicanalista esclarece que este futuro objeto psíquico, ao exercer função materna tenta substituir, para a criança, a situação biológica parasitária do feto. É por operar essa substituição que o objeto materno será constituído como tal pela criança, neste primeiro tempo apenas suposta sujeito pelo agente da função materna. Esta suposição, originada no desejo Outro, cuja função é ocupada por um agente capaz de ler o corpo do bebê, é o que permite que sejam realizadas leituras do agente sobre as manifestações *infans*. Atentaremos a estas leituras.

3 INCURSÕES DO PRIMEIRO GRITO *INFANS*

No texto *Inibição, Sintoma e Angústia*, ao tocar numa área fronteira da fisiologia – a origem de todos os afetos –, Freud (2014/1926) afirma que os estados afetivos incorporaram-se à psique precipitados de vivências antiquíssimas, dentre elas, o nascimento. Ele escreve que a forma com que o bebê reage ao nascimento, através de manifestações vocais – choro – relativo à atividade dos pulmões para eliminação dos estímulos internos, incitará reações posteriores do bebê (FREUD, 2014/1926).

Quase trinta anos antes, no *Projeto para uma psicologia científica*, Freud (1996/1895) já apontara que a primeira expressão do *infans*, em sua condição de prematuração humana, seu estado de insuficiência, é a descarga da tensão orgânica por meio de um grito. Esse grito é uma forma de se afastar da experiência dolorosa ocasionada pela ruptura do equilíbrio homeostático vivido pelo bebê em seu meio fetal.

Diante deste desprendimento de energia do mundo interior *infans*, em forma de grito, interviria uma alteração no mundo exterior a fim de eliminar temporariamente essa manifestação. Para Freud (1996/1895), essa intervenção sobrevém mediante auxílio alheio do próximo assegurador (*Nebenmensch*). Ela se dá, por exemplo, pela provisão de alimento. Isso porque, diante do que estamos chamando de primeiro grito, o agente também se angustia, tomando o grito como apelo a si e sentindo-se compelido a responder.

Nesse ato de oferecimento, está claro que o outro, agente da função materna, lê o grito como uma demanda a si, o agente é quem pode ofertar o objeto da necessidade. Chamamos esse outro de agente da função materna, visto que “o que é próprio no exercício da função materna é o trabalho de recobrir o real do organismo do bebê” (JERUSALINSKY, J., 2004, p. 220).

Todavia, na oferta do outro, podemos já delimitar uma duplicidade de objetos. De um lado, o alimento, objeto da satisfação da necessidade; de outro, o seio, fonte de apaziguamento. Temos aqui um objeto ligado à sua função biológica e outro ligado ao corpo do agente, na oferta de apaziguamento-satisfação. Para Freud (2016/1900), a imagem mnemônica da percepção particular da experiência de satisfação associa-se ao traço de memória da excitação produzida pela necessidade, permitindo que o ressurgimento da necessidade reinvesta tal imagem e evoque alucinatoriamente a percepção para reestabelecer a situação da satisfação original, considerada como retorno à homeostase.

Essa atividade psíquica leva à identidade perceptiva, repetição da percepção que está enlaçada com a satisfação da necessidade. Isso já havia sido proposto por Freud (1996/1895), quando afirmou que a insuficiência da atividade primitiva, em que perdura a tensão do estado de necessidade, obriga a uma atividade secundária que inibe esta curta via regressiva e que desvia as excitações para caminhos que conduzam, a partir do exterior, ao reestabelecimento da identidade perceptiva.

Esse caminho, que ele retoma em *A Interpretação dos Sonhos* (FREUD, 2016/1900), tem o caráter da ação específica que funda o princípio da repetição cuja finalidade é a reprodução do estado inicial. O *infans* se esforça para fazer retornar suas experiências em seu próprio corpo, mas, diante de traços novos e incomparáveis, há irredução a si mesmo e se constitui um fundo organizado e estável do Outro, fora da representação: a *Coisa (das Ding)*. Para Lacan (2008, 1959-60), a *Coisa* é um lugar central, uma exterioridade íntima, para o qual utiliza o neologismo extimidade. Vale lembrar que *Êxtimo* refere-se ao “mais íntimo, o mais particular, o mais interior, mas que está excluído, fora.” (SEGANFREDO; CHATELARD, 2014, p. 63).

Observamos que, na experiência com o próximo assegurador (*Nebenmensch*), como define Freud, a *Coisa* é o elemento originalmente isolado pelo *infans*, um interior excluído (LACAN, 2008/1959-60). Por outro lado, se origina o complexo perceptivo do próximo, onde sinais perceptivos são convocados para o registro da perda do objeto da necessidade (FREUD, 1996/1895).

Esse complexo perceptivo do outro assegurador é dividido, então, em dois componentes: ele é uma *Coisa* êxtima, mas também é compreendido por um trabalho mnêmico. Quinet (2004) esclarece que a *Coisa* não pode ser conhecida porque não é apreendida pela percepção, ela é independente de nossos sentidos, de modo que não pode ser objeto nem da experiência, nem da representação. Registramos que essa *Coisa*, então, é inapreensível à própria percepção auditiva. Quanto ao segundo, uma parte do complexo perceptivo do outro semelhante sofre uma primeira transcrição e é reconduzido a uma informação do próprio corpo (FREUD, 2016/1896).

Sendo a *Coisa* (*das Ding*) um elemento isolado, perguntamo-nos de que modo algo é excluído do interior de um sujeito hipotético. No texto sobre a Negativa, no qual Freud (2011/1925) retoma a diferença entre a criança e o mundo externo, encontramos elementos para assinalar que é por meio de uma apreciação judicativa, uma apreciação responsável pela primeira transcrição, que líamos na carta freudiana (FREUD, 2016/1896), e da qual se subtrai um resto refratário à apreensão.

O trabalho de Freud sobre a apreciação judicativa remonta às origens da função do julgamento diante de duas espécies de decisões. Na primeira, o julgamento afirma ou desafia um atributo particular a uma coisa, ela é boa ou má. Sua expressão reside na oralidade, segundo Freud (2011/1925), da seguinte forma: gostaria de botar isso para dentro de mim, na forma “comer isso”, ou gostaria de manter aquilo fora de mim, cuspi-lo fora. Essa atividade é relativa ao prazer-desprazer, ou seja, à homeostase (apaziguamento)-tensão.

Conseguimos, dessa forma, situar o que pode ser “colocado para dentro e para fora”. Para Freud (2011/1925), o princípio da vida anímica é regulada pelo princípio de prazer entendido como homeostase, ou seja, o organismo deseja introjetar para dentro de si tudo quanto é bom (que apazigua) e ejetar de si tudo quanto é mau, que lhe é estranho (que lhe causa tensão), de início idêntico ao que lhe é externo. Esse é o tempo em que se repartem os objetos, em que há o objeto “bom para mim”, (idêntico a mim, eu mesmo) e o objeto resto, objeto estranho (idêntico ao que é exterior a mim), mediante o juízo de atribuição.

Interessa observar que Freud, em 1925, situa o “bom” como o que é colocado para dentro e o “mau” como o que é ejetado por via da expulsão primária (*Ausstossung*), antecessora da negação. A expulsão primária (*Ausstossung*) responde pela constituição do fora como real, exterior jamais representável, um mito de origem que supõe preexistir o que ele supostamente constitui.

Só posteriormente o sujeito poderá tomar o que causa tensão e desprazer (uma exterioridade já internalizada como coisa ainda irrepresentável) como alvo de seu interesse. É o que Freud (2010/1920) explicita em *Além do princípio do prazer* ao problematizar a repetição de vivências dolorosas insistentemente retomadas em brincadeiras infantis e nos sonhos de guerra dos soldados. Lacan (1998/1964) lhe acrescentará precisão ao situar, como real, o núcleo que Freud qualificou como traumático, originalmente mal vindo. Este, insabido, irrepresentável, se tornará o maior cúmplice da pulsão (que o contorna), fazendo bater a pulsação que a reconhece a cada repetição.

Diante da mutilação primitiva, da expulsão primária (*Ausstossung*), assevera-se o segundo julgamento, que discute a existência na realidade de uma representação. O julgamento de existência decide quanto à existência de algo na realidade, operando uma

espécie de teste. Para Freud (2010/1911), com esse “teste de realidade” contempla-se o início do domínio do princípio de realidade.

Como consequências do princípio de realidade, novas exigências tornam necessárias adaptações do aparelho psíquico. Vejamos quais. A maior significação da realidade externa eleva a qualificação dos órgãos dos sentidos voltados ao mundo externo e à consciência a eles vinculada. É estabelecida a função atenção para exame periódico do mundo exterior e identificação de dados já conhecidos. Para isso, é instituído um sistema de registro, para guardar os dados dessa periódica tarefa da consciência, parte do que constitui a memória.

O juízo de existência passa a resolver se uma ideia concorda com a realidade, por comparação aos traços de memória da realidade. Por fim, a descarga motora, que aliviava o aparelho psíquico por meio de inervações enviadas ao interior do corpo – mímica, expressões de afeto – “recebeu uma nova função, ao ser utilizada na modificação adequada da realidade. Transformou-se em ação” (FREUD, 2010/1911, p. 113). As características do pensar permitiram suportar a tensão dos estímulos mediante a suspensão da descarga. Freud (2010/1911) diz ser provável que o pensar se voltou para as relações entre as impressões de objetos, adquirindo qualidades perceptíveis à consciência mediante a ligação a resíduos verbais.

Em resumo, para Freud (2011/1925), o julgamento de existência denota um interesse na realidade e julga se uma representação pode ser redescoberta, também, na percepção/realidade, sendo que aqui a consideração pelo princípio de prazer foi posta de lado. Afinal, o julgamento de existência implica a introdução de processos secundários, vinculados à atenção ao mundo externo e, portanto, à consciência, e não apenas a processos primários inconscientes. Assim, não somente é importante ao sujeito que um objeto de satisfação receba o atributo de bom, mas que, ainda, possa ser reencontrado no mundo externo para que o sujeito possa se apossar dele sempre que necessitar.

Temos, aqui, o engajamento representativo do *infans* que busca o reencontro com o objeto. Do objeto para sempre perdido freudiano, teremos objetos substitutos que só reinscrevem seu estatuto diferencial para com a satisfação mítica que deu origem à série, balizando o contorno desta falta inassimilável (VORCARO, 1997). De que objetos se trata?

Dissemos que, no princípio, há apoio em uma função vital. Também trouxemos a área fronteira à fisiologia, que Freud pôde desenvolver em sua teoria sobre os afetos. Essas fronteiras são oriundas da própria formação de Freud, a Neurologia, subvertida pela criação da Psicanálise. Vamos introduzir, agora, a pulsão (*Trieb*), sobre a qual advém a busca pelo reencontro objetual, enfatizando que é a função vital que receberá novo estatuto a partir do desenrolar da vida anímica. A pulsão é um conceito fronteiro entre o anímico e o somático. A pulsão é como “uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal” (FREUD, 2015/1915, p. 25).

No texto sobre o narcisismo, Freud (2014/1914) já enfatizava que as primeiras satisfações, as autoeróticas, são vivenciadas em conexão com as funções vitais sobre as quais se apoiam as pulsões no início. O fato de as pessoas que lidam com a alimentação e o cuidado da criança serem os primeiros objetos de investimentos da mesma é um resquício dessa conexão.

Já situamos que Freud (2015/1915) compreende o neonato, em seus primeiros dias, como um ser desamparado, que recebe estímulos sobre sua substância nervosa. O sistema nervoso tem como primeira tarefa o domínio dos estímulos. Em breve o ser vivo passará por uma primeira diferenciação: de um lado, perceberá os estímulos externos que podem ser afastados por uma ação; de outro, evidenciará a existência de estímulos internos, por sua vez constantes. Dessa forma, a primeira diferenciação da atividade perceptiva é a capacidade de discernir dentro e fora.

Ao esquema reflexo fisiológico, que tende ao afastamento dos estímulos externos, logo sobrevêm o afluxo dos estímulos internos, que exigem atividades complicadas e intrincadas. Diante deles, o sistema nervoso é obrigado a abdicar de sua função natural – o afastamento dos estímulos externos. Esses exigentes estímulos internos, Freud (2015/1915) chama estímulos pulsionais. Suas características são: advir do interior do próprio organismo e atuar como uma força constante, uma força de caráter inexpugnável. Diante deles, produz-se também uma modificação no mundo externo, mundo esse que oferece satisfação à fonte dos estímulos pulsionais. Com Freud, somos impelidos a explorar essa transformação.

Na descrição do conceito de pulsão, Freud distingue alguns termos que a ele se relacionam: impulso (*drang*), alvo (*ziel*), objeto (*objekt*) e fonte (*quelle*). Tais termos nos esclarecem a relação supracitada. O impulso é o que dá a medida da exigência de trabalho. Nesse sentido, toda pulsão é ativa. Já o alvo, a meta, é sempre a satisfação, mesmo que diferentes caminhos a conduzam para um mesmo fim: a suspensão da estimulação da fonte pulsional. Todavia, pelo fato de haver uma variedade de caminhos, Freud (2015/1915) se permite falar em pulsão com meta passiva, pulsão inibida em sua meta, metas aproximadas, metas intermediárias. Esta meta, a satisfação, mesmo que parcial, é atingida através do objeto. Em sua origem, o objeto não está ligado à pulsão, ele só se liga a ela pela capacidade de levar à satisfação. Assim sendo, é o termo mais variável dentre os quatro.

O objeto pulsional não precisa ser um objeto material estranho/externo, pode ser uma parte do próprio corpo. Esse objeto é referente do objeto primeiro, perdido para sempre. Já a fonte parte de um processo somático para se tornar uma parte do corpo bordada. Freud (2015/1915) a credita como elemento mais decisivo, mesmo não sendo de natureza psicológica. A fonte só se liga à vida anímica pela meta, de maneira que as pulsões podem ser inferidas de modo retrospectivo – atingindo-se o alvo. É o estímulo dessa parte do corpo, da fonte, que é passível de ser representado pela pulsão. É por meio da borda corporal, como a boca que suga o seio, que o seio vem a se inscrever no lugar do objeto que falta, pelo prazer outrora gerado na zona agora erógena, a boca, ao atingir parcialmente a satisfação. Todavia, lembremos do apoio da fonte em uma função vital. É onde a fome de alimento, campo da necessidade, transforma-se em boca que se abre para abocanhar o seio, objeto pulsional; que se desdobra todo um circuito capaz de engendrar o enganche do sujeito ao outro.

Considerados esses elementos e o caminho que tomará esse estudo, a voz que se manifesta enquanto apelo, partimos do apoio na função vital para questionar se haveria, no princípio, uma necessidade sonora capaz de impulsionar a voz ao estatuto de objeto da pulsão. Teríamos de registrar algo da ordem de uma apetência sonora já no nascimento?

4 TROPISMO DE VOZ E ACIONAMENTO VOCAL

A vertente psicanalítica que seguimos neste escrito permite dizer que o que nasce é uma “libra de carne” (LACAN, 2005/1962-63). Mas não é um pedaço de carne qualquer, desde o princípio, percebe-se seu tropismo de voz. Como observa Vivès (2017), desde o nascimento, o *infans* vira a cabeça em direção à voz materna.

Pesquisas informam que, durante o primeiro mês de vida, os bebês discriminam a voz de sua mãe em relação às vozes de outras pessoas (KENT; MIOLO, 1997). Muito cedo, nas primeiras duas horas de vida, neonatos já são capazes de responder de forma seletiva à voz materna. Eles aumentam a atividade motora quando ouvem a voz da mãe, porém o mesmo não acontece quando ouvem vozes não familiares (QUERLEU et al., 1984).

A familiaridade, nestes estudos, é evocada pela sensibilidade auditiva que os bebês desenvolvem já no meio intrauterino. Mesmo que a criança só seja exposta ao espectro sonoro completo após o nascimento, as experiências pré-natais auxiliam a reconhecer alguns sons nas primeiras semanas de vida (WERNER, 2007). Aos quatro meses de gestação, o feto já ouve os sons provindos do exterior do corpo materno, de modo que esse ambiente sonoro preexiste ao nascimento. (MATIAS, 1999; NUNES, 2010). Com isso, é capaz de conhecer a voz materna, as músicas simples e os sons comuns ao ambiente (MOON; FIFER, 2000).

Não há nada de objeto psíquico nas pesquisas citadas acima, e não há nada de objeto materno ou qualquer outro no meio intrauterino, como observou Freud (2014/1926). Mas os estudos psicanalíticos apontam que o bebê, ao nascer, tem fome de voz, sustentando que o pequeno é um apetente simbólico (CATÃO, 2009; LAZNIK, 2004; VIVÈS, 2012). Este modo de tratar a sonoridade materna, como enganche simbólico, permite-nos questionar: de que voz se trata? Para tais autores, não é qualquer voz, para que o *infans* não se torne impassível diante da fala, é preciso que haja na voz materna algo bastante singular, uma prosódia¹ singular, conhecida como *manhês*, *mamanhês* ou *parenthese*.²

Inicialmente apontada como uma fala adaptada às possibilidades linguísticas do *infans*, por suas especificidades fonéticas, léxicas e gramaticais (JAKOBSON, 1969/1941), destaca-se pelas modificações prosódicas em relação à fala dirigida aos adultos. Para Ferreira (2001), essas modificações são caracterizadas por elevação da frequência fundamental (*higher pitch*), incidência de picos prosódicos, sintaxe simplificada, uso de diminutivos, evitação de encontros consonantais e repetição silábica.

Neste “exagero prosódico”, considerado como uso espontâneo da musicalidade na fala dirigida à criança e aos bebês, também temos uma fala mais cadenciada, de ritmo diferenciado, sendo as pausas entre os enunciados mais longas, aspectos já evidenciados no estudo de Stern (2002/1977). Essa evidência rítmica da pulsação e da pausa, também é apontada por Weismer (1996), o qual enfatiza que, no *mamanhês*, há acentuação de mais de um elemento em uma frase e pausas que marcam mais previsivelmente as fronteiras de enunciados depois de cada frase ou palavra única.

¹ A prosódia refere-se ao ritmo, à entonação e à acentuação da língua quando falada.

² Este nome alusivo foi determinado ao final da década de 60 e refere-se a um tipo específico de fala que é dirigido pelas mães aos bebês ou às crianças pequenas.

Mateus (2004) expõe que a prosódia é composta pelos traços e pelos constituintes, referindo-se aos primeiros como a medida do tempo (duração), as inflexões (o tom) e o acento (que tonaliza a voz), e aos segundos como a sílaba e a palavra. Focando nos traços prosódicos, diz que suas propriedades são inerentes ao som e estão relacionadas com as características acústicas das ondas sonoras. Ela descreve, então, as três propriedades: o tom ou frequência, a intensidade e a duração.

O tom tem como correlato acústico a frequência da onda sonora, o número de vezes que um ciclo completo de vibração das partículas se repete durante um segundo. Quanto maior o número de ciclos de vibração das partículas, maior é a altura do som, mais “alto” é o tom. A frequência fundamental relaciona-se com as cordas vocais: quanto mais delgadas, maior o número de vibrações, maior a altura do som. Uma sequência de segmentos com os seus respectivos tons cria a entoação dessa sequência, quer se trate de uma palavra ou de um grupo de palavras.

A intensidade do som, por sua vez, decorre da amplitude da onda sonora, o valor da distância entre a pressão zero e a pressão máxima da onda, diz a autora. Quanto maior for a amplitude de vibração das partículas, maior é a quantidade de energia transportada por estas e maior é a sensação auditiva de intensidade do som. A proeminência do som, chamada “acento”, decorre dessa intensidade.

A terceira propriedade, a duração, refere-se ao tempo de articulação de um som, sílaba ou enunciado e tem uma importância fundamental no ritmo de cada língua. A duração de cada unidade varia conforme a velocidade de elocução, o que significa que, se a velocidade de produção for maior, a duração de cada elemento é menor (MATEUS, 2004).

Desse modo, duração, intensidade e frequência concorrem para a construção do ritmo das línguas e é esse aspecto que encontramos diferenciado no *mamanhês*. É a peculiaridade prosódica do *mamanhês*, voz rítmica e musical, que Catão (2009), Laznik (2004) e Vivès (2012) afirmam ser a fonte de encantamento do bebê ou a fonte pela qual ele se deixa fisgar. Seria esta voz a voz prosódica do *mamanhês*, a boa sonoridade recebida pelos bebês no juízo de atribuição? Qual seria a voz expulsa então? Essas questões se impuseram às autoras deste ensaio, junto à constatação de que, mesmo concorrendo com qualquer *mamanhês*, o timbre materno é o chamarisco mais potente no princípio da vida do bebê.

Enquanto um bebê com menos de um mês consegue reconhecer o timbre que torna peculiar a voz de sua mãe, é apenas entre um e quatro meses que reconhece variações em padrões entoacionais e diferentes ritmos de fala. Somente entre quatro e seis meses ele detecta marcadores prosódicos de unidades oracionais e tem uma preferência pelo *mamanhês* em relação à fala dirigida ao adulto (KENT; MIOLO, 1997).

Encontramos sustentação de nossa hipótese sobre o timbre materno nos desdobramentos atuais de Vivès (2016). Ele concorda que o *infans* reconhece o timbre muito cedo, como puderam mostrar as experiências de psicólogos geneticistas conduzidas com recém-nascidos de algumas horas de idade (Informação verbal³).

³ Palestra apresentada por Jean-Michel Vivès, em Conferência na FCM-UNICAMP, na cidade de Campinas, em 29 de agosto de 2016.

O timbre é uma voz natural, aquilo que é único, próprio a cada indivíduo, algo que informa em tempo normal sobre as qualidades de uma voz. Como vimos, dentre os parâmetros sonoros da qualidade da voz, temos: a altura, que permite dizer se um som é grave ou agudo; a duração, que define um som, num espaço de tempo, como curto ou longo; e o volume, cuja intensidade define se um som é delicado ou forte. Eles são medidos, respectivamente, em hertz, segundos e decibéis (VIVÈS, 2016, informação verbal).

Vivès (2016) trata o timbre como quarto parâmetro, justamente por ser incomensurável. Em seu caráter enigmático, o timbre escapa à possibilidade de ser totalmente cernido. Ele é tudo que faz com que um som produza a mesma altura, a mesma duração, a mesma intensidade de outro e não se pareça com ele. (Informação verbal).

O timbre resulta de um embaralhado complexo no qual outras frequências sonoras, como os harmônicos e as reverberações, vêm somar à frequência inicial. O timbre depende também do contorno temporal do som: ataque, queda, sustentação, extinção. Não se pode medir o timbre de determinado som, mas pode-se observar seu espectro sonoro com a ajuda de analisadores que identificam e permitem a visualização de diversas frequências a ele associadas. Assim, dois sons podem ter a mesma altura e a mesma potência, mas não podem ter o mesmo timbre, que depende da forma como é atacado e de ressonadores privilegiados (VIVÈS, 2016, informação verbal).

O timbre é o parâmetro vocal mais difícil de apreender: a potência e a altura podem ser medidos, mas não o timbre, ele é para a voz o equivalente das impressões digitais, por isso o chamamos impressão vocal. Este índice de presença poderoso, Vivès (2017) deve ser acolhido e, ao mesmo tempo, rejeitado.

Associaremos a rejeição do objeto primordial ao funcionamento prévio ao engajamento na linguagem. No juízo de atribuição, os objetos da satisfação da necessidade permitem à criança alojar-se em uma posição onde se inscreve o registro de uma diferença entre dois estados que se recobrem. Trata-se dos estados de satisfação/insatisfação inscritos como presença/ausência do outro assegurador.

No seminário 4, Lacan (1995/1956-57) diz que aqui temos a posição zero (0), a instauração dos símbolos puros de mais e de menos, tendo em vista que a presença está sob fundo da ausência, e a ausência na proporção em que constitui a presença. Esses sinais se determinam reciprocamente na relação diferencial em que se reenviam um ao outro. Para Jerusalinsky, J. (2004), observa-se esses movimentos recíprocos nas principais marcas do Outro no bebê, que inscrevem uma estrutura que supõe uma temporalidade ritmada das funções e da sua funcionalidade: fome-saciedade, sono-vigília, ritmicidade das vocalizações.

Segundo Vorcaro (1997, 2001, 2002, 2003, 2017), é essa temporalidade ritmada que sustenta a condição mínima para a possibilidade simbólica estrutural, uma vez que tais traços demarcam uma matriz simbólica que inaugura a condição de subjetivação. O neonato e o outro funcionam simetricamente numa diferenciação ordenada e operada pela fala maternante. O outro lhe responde supondo, nela, um apelo. Utiliza o recurso tanto da modalização de sua fala, quanto de sua presença, apaziguando a criança.

Aqui há o funcionamento binário dos dois estados: desaparecimento e retorno, modalizados como tensão-apaziguamento, que permitirão a cada um desses antecipar o outro. É numa dupla mínima de termos em relação diferencial, que a incidência da falta real do objeto da satisfação localiza um sistema de pontos singulares posicionando o impossível da automaticidade tensão-apaziguamento. O objeto de satisfação se esboça no simbólico ao emergir enquanto falta radical, essa é sua condição. Essa falta radical, essa privação, pode ser reduzida por meio de um acionamento vocal *infans*, constituindo um apelo à coisa alternante. Diante da hiância, o *infans* ocupará esta posição vazia pelo grito, que substitui o termo sustentador da alternância. O que evocamos é que podemos dimensionar a perda de dois objetos: o objeto/coisa, que outrora chamávamos de objeto da necessidade, cujo agente materno pode assegurar-lhe o retorno; e o despontar do objeto voz, que se perde pela passagem por um orifício que se abre no apelo *infans*.

Quanto ao objeto voz-grito, temos de analisá-lo pelas prerrogativas judicativas que expúnhamos há pouco. O que é cuspidado no campo da voz? É esse grito, em sua condição de uma primeira inscrição, a apelativa. Abre-se em sua expulsão, em seu recurso de cuspe, um desdobramento: sua elevação ao segundo juízo.

Dissemos que o objetivo primeiro e imediato do teste de realidade não é encontrar na percepção real um objeto que corresponda ao representado, mas reencontrar tal objeto, certificar-se de que ele ainda está lá. A voz-apelo pode justamente sustentar a reativação de um objeto, reevocá-lo. Se pensarmos que, na associação entre a voz recuperadora do objeto, o grito *infans* se liga a uma imagem acústica capaz de reevocar tal objeto, teremos aqui certa formatação da voz/timbre, presta-se a significar algo para alguém. Temos aqui a formação da identidade perceptiva prosódica, que permite reconhecer os primeiros registros e amarrações da voz, deixando para traz o grito/timbre/resto.

5 VOZ-APELO

Falamos, na seção anterior, sobre a condição de privação a partir da qual acontece o movimento de elevação do grito *infans* à função de apelo. Lembremos que esse movimento é precedido da condição em que o Outro traça o primeiro grito *infans* como um apelo a si. Essa condição implica que o *infans* seja retirado, pelo agente do Outro, da condição de organismo, para tornar-se filho, articulado numa linhagem e numa história que o transpõe da natureza à cultura, ao mesmo tempo em que o priva do fluxo vital caótico, organizando-o como linguagem. O caráter de alternância da relação presença-ausência, fica mais complexo nos valores sucessivos que o agente do Outro atribui às manifestações *infans*. O grito do bebê, mesmo ao se repetir idêntico, sem diferença fônica, avança para o Outro, uma vez que muda de valor a cada emissão (VORCARO, 1997).

Isso ocorre porque a significação dada pelo agente do Outro às manifestações do bebê é sustentada na linguagem. Jerusalinsky, A. (1999) afirma que é por isso que o agente interpreta os atos *infans* numa série onde questiona, por exemplo: o que veio antes do choro? Ou seja, a interpretação vale-se de um curso de ida e volta no tempo. A linguagem coloca um ordenamento simbólico que situa o lugar da criança no espaço de uma série que a significa. Desse modo, o objeto da demanda é ofertado do lugar Outro

em meio à lógica da linguagem, numa leitura interpretativa do agente por retroação. Assim, avançamos sempre em direção à outra coisa – a hipótese de que se tratava de outra coisa que o bebê demandava está mantida.

Além disso, o objeto não chega ao mesmo tempo em que a criança o reclama. O próprio efeito do funcionamento ritmado da alternância faz incidir uma lacuna, uma alteridade real, na relação de alternância rítmica. Isso ocorre porque o *infans* já apreendeu que a mãe costuma reaparecer. O que se dá, conforme Freud (2014/1926), pelas repetidas experiências de aproximação e afastamento desta.

Como mostra Vorcaro (2001, 2017), essas experiências de aproximação e afastamento são acompanhadas da emissão vocal com a prosódia própria materna ou uma cantiga infantil, que demarcam um balanço. Essa prosódia é marca do ritmo das emissões no próprio corpo e é capaz de ressoar no corpo do bebê. É, assim, uma provocação que evoca movimentos e sons no corpo do *infans*, uma consonância ao andamento materno imposto à prosódia, à cantiga ou ao refrão reproduzido.

Jerusalinsky, J. (2009) permite que identifiquemos o enriquecimento das modulações vocais dos bebês a partir das alternâncias da prosódia materna. Desde os dois meses de idade do bebê, a mãe já silencia após convocá-lo, esperando que ele lhe retorne. Ferreira (1997) observa que, além de interpretar a vocalização dos bebês, a mãe também assume, alternadamente, as posições da troca dialógica (*turn-talking*), falando por ele. Esse revezamento manifesta a suposição de que o bebê tem algo a dizer, ou seja, sustenta uma alteridade. Para Jerusalinsky, J., a mãe dá, assim, voz ao bebê, tomando suas fonações como um chamado.

Vorcaro (2017) faz observar que mesmo as brincadeiras de separações, propostas pela mãe à criança, são acompanhadas de uma prosódia rítmica, entoadas de formas diversas de registro do desaparecimento “*cadê? onde está?*” e do reencontro “*achou!*”. Ressaltamos que, mesmo em situações de cuidados cotidianos, a fala do agente do Outro acompanha seus atos em direção ao bebê, por exemplo: “*vamos trocar a fraldinha?*”. A velocidade das pulsações ou o cantar em diferentes vozes também são variações incidentes nessa cena. Nessas variações, a criança é surpreendida, isso força um engajamento ativo no qual o neonato passa a esperar a surpresa (VORCARO, 2017).

Lembramos que o que sustenta essas variantes são o desejo do agente do Outro, desejo que comparece em meio às produções prosódicas, investidas de afeto em suas entonações. O que demarcamos neste momento do escrito é o estado de anseio pelo qual o sujeito será tomado diante dos intervalos dos enunciados lhe endereçados. Lacan avançará em direção ao intervalo significativo, no qual “vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do desejo do discurso do Outro, do primeiro Outro [...] a mãe, no caso” (LACAN, 1998/1964, p. 207). O desejo desse Outro está aquém do que ela diz, além do que faz surgir como sentido, na intimação que o Outro faz à criança por seu discurso, nos intervalos desse discurso.

Nos primados deste intervalo, observa-se a série psíquica das separações que a experiência de distanciamento da mãe franqueia, o que produz a distinção entre o desamparo primário e o posterior estado de anseio. Articulamos, aqui, a questão intervalar à antecipação. É em razão dos intervalos que foi possível prever que, depois de determinado som, aconteceria o movimento seguinte.

Desse modo, temos a defasagem temporal na oferta do objeto, a primariedade das condições da alternância rítmica do objeto presente-ausente que faz incidir a lacuna. Com ela, há um terceiro termo entre *infans* e objeto da necessidade, que faz com que o primeiro grito possa ser transformado em grito-demanda *infans*. Ao mesmo tempo em que o grito *infans* é vetorizado pela demanda do Outro, temos a cedência de uma parte do corpo *infans*, um escape sonoro que pode ser constituído como perda/soltura.

Nessa cedência de uma parte do corpo *infans*, introduz-se a surpresa da separação de uma parte de si. O si aqui, bem cabe, não é eu, nem tu, não é *Eu*, nem *outro*, mas entre. O grito que se desprende passando por um orifício do corpo, pode se tornar apelo, substituindo um dos termos esperados na alternância da oferta objetual que trabalhamos na seção anterior.

Se o corpo *infans* ressoa o movimento prosódico materno, temos então a elevação de uma segunda potência. Na segmentação temporal rítmica do cuidador, uma substituição inesperada advém de um apressamento ou de uma lentificação do andamento. Isso porque o encontro faltoso que marca a exclusão de um dos termos diferenciais delimita uma fissura na alternância, pelo adiamento ou pela precipitação dos termos alternantes (VORCARO, 1997, 2017).

Podemos incluir aqui a questão do silêncio no movimento prosódico/musical materno. Para Porge (2012, 2014), o discurso, desde o lugar do Outro, pode ser portador de um valor – pulsional – pela escolha dos termos, por sua sonoridade, pelo ritmo das frases e também por seus silêncios. O silêncio é uma pausa no discurso, da qual se sente a duração, ele introduz a dimensão temporal. Ele pode ser um ponto morto, mas também ter o valor de uma escansão, uma precipitação, um relance. Na música, o silêncio se chama síncope e é contado e grafado, localizado no compasso como notas. Esse silêncio sincopado é o que permite a antecipação na pressa. Porge esclarece que a pressa é a iminência do tempo de avanço possível do outro, tempo que não se mede e que é concorrência com o outro.

É pelo estado de anseio instaurado a partir da expectativa de reencontro que o bebê pode tornar seu grito apelo. Esse grito-apelo é originado no grito *infans* que, expulso, pôde entrar no movimento de reencontro representativo, resquício de um objeto indizível. O que se desprende como grito faz dessa emissão o que não se pode dizer.

Podemos pensar que é na simultaneidade na qual o timbre materno dá lugar à prosódia, com suas continuidades e seus intervalos, que o valor índice em que o grito *infans* faz-se apelo marca um sujeito em vias de constituir-se pela linguagem, no que a marca comparece, advertindo o que não está lá onde se esperava. Essa voz apelativa ressoa prosodicamente fazendo corpo *infans*. Temos aqui uma forma peculiar de identificação, a incorporação (LACAN, 2005/1962-63). A partir disso, a voz toma corpo com empréstimos de recursos da língua, para engajar-se no funcionamento da linguagem, na medida em que o sujeito vai em busca da possibilidade de tradução de seu anseio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos pela voz sonorizada materna e pela precocidade dos sentidos auditivos no meio intrauterino. Aos quatro meses, no ventre materno, o feto já é capaz de ouvir a voz sonorizada; isso sustentaria que, ao nascer, o bebê já estivesse apto a reconhecê-la. Perguntamo-nos se a aptidão estaria ligada a essa precocidade sensitiva da voz e se haveria função vital relativa à voz. Tal função fora sustentada pela apetência simbólica *infans ao mamanhês* (CATÃO, 2009; LAZNIK, 2004; VIVÊS, 2012), língua peculiar, falada com bebês e crianças, com características musicais.

O chamarisco, porém, pareceu-nos originar-se em outro lugar. Há um mundo que se constitui entre a função vital, a extensão ventre-nascimento e a apetência simbólica. Foi nesse sentido que nosso ensaio permitiu restituir o timbre da voz. Antes que seja um apetente simbólico e antes que haja apetência sonora pela prosódia do *mamanhês*, é preciso que um timbre caia. É preciso que ele seja expulso para dar lugar à busca do reencontro faltoso, que irá permitir o movimento pulsional de enlace ao Outro.

Foi a leitura da voz, ejetada pelo grito *infans*, que permitiu que, no lugar do timbre materno, da onipresença, surgisse a presença-ausência autenticada pela musicalidade específica na qual aparece e desaparece a voz que dá lugar à primariedade rítmica. Traçamos o duplo movimento: a expulsão do timbre e a afirmação prosódica.

Tal afirmação permite ao *infans* ser sugado pela voz materna e ter apetência pela própria voz como aquela capaz de constituir laço com o Outro. Passando pela produção da voz-apelo, o *infans* esforça-se para corporificar as características melodiosas, o que é esboçado nos primeiros balbucios dos bebês. Nessas simples aproximações, como Lacan (2005/1953) chamou os balbucios, iniciam-se os movimentos de amarração à língua. Língua que comparece advertida do funcionamento simbólico da estrutura constitutiva do sujeito pela linguagem.

Desse modo, não foi apenas o grito *infans* perdido como objeto por trás do que ele significa no Outro, que fez da voz um objeto primordialmente perdido. Consideramos que o corte da abertura labial pela qual um princípio de sujeito se põe a expulsar uma parte de si, dando lugar ao apelo, é o determinante da primeira perda e de seu efeito corporal, em que mergulha a dimensão emissível da voz.

Na queda do primeiro grito e em sua transformação em voz-apelo, vislumbramos a origem da possível escolha *infans* como apetente simbólico, apetência pela própria voz como aquela que pode engancha-se ao funcionamento da linguagem, frente a sua amarração imaginária à língua. Entretanto, a efetividade dos desdobramentos simbólicos a partir dessa incorporação primária da voz dependerá dos efeitos da experiência especular ainda por vir (LACAN, 1998/1949, 1998/1960).

REFERÊNCIAS

- BERGÈS, J.; BALBO, G. *Jogo de posições da mãe e da criança: ensaio sobre o transitivismo*. Porto Alegre: CMC Editora, 2002.
- CATÃO, I. *O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo*. São Paulo: Instituto Langage, 2009.
- FERREIRA, S.S.M.O. A interação mãe-bebê: primeiros passos. In: WANDERLEY, D.B. (Org.) *Palavras em torno do berço*. Salvador: Ágalma, 1997. p. 77-88.
- _____. Por que falar ao bebê se ele não compreende? In: CAMAROTTI, M. C. (Org.). *Atendimento ao bebê: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 97-103.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira, v.1, Publicações pré-psicanalíticas e esboços no prelo (1886-1889)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1895). p. 341-466.
- _____. Carta 112 [52], de 6 de dezembro de 1896. In: _____. *Obras Incompletas de Sigmund Freud, v.5, Neurose, Psicose, Perversão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016 (1896). p. 35-45.
- _____. *A Interpretação dos Sonhos*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016 (1900).
- _____. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In: _____. *Obras completas, v. 10, Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)*, artigos sobre a técnica e outros textos [1911-1913]. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1911), p. 108-121.
- _____. Introdução ao Narcisismo. Trad. Luís Fernando Lofrano de Oliveira, Max de Araújo Götze e Sofia Schneider. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 1, n. 47, p. 172-193, jul./dez., 2014 (1914).
- _____. As pulsões e seus destinos. In: _____. *As pulsões e seus destinos*. Edição Bilingue. Trad. Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 (1915), p. 13-69.
- _____. Além do Princípio do Prazer. In: _____. *Obras Completas, v. 14, História de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”)*, além do princípio do prazer e outros textos [1917-1920]. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1920), p. 161-239.
- _____. O eu e o id. In: _____. *Obras Completas, v. 16, O eu e o id, “autobiografia” e outros textos [1923-1925]*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011(1923), p. 13-74.
- _____. A Negação. In: _____. *Obras Completas, v. 16, O eu e o id, “autobiografia” e outros textos [1923-1925]*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011(1925), p. 275-282.
- _____. Inibição, Sintoma e Angústia. In: _____. *Obras Completas, v. 17, Inibição, Sintoma e Angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos [1926-1929]*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (1926), p. 13-123.
- JAKOBSON, R. *Linguaje infantil y afasia*. Buenos Aires: Ayuso, 1969 (1941).
- JERUSALINSKY, A. Desenvolvimento e Psicanálise. In: _____ e col. *Psicanálise e Desenvolvimento Infantil*. 2. ed. revista e ampliada. POA: Artes e Ofícios, 1999, p. 23-31.
- JERUSALINSKY, A. *Saber falar. Como se adquire a língua?* 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- JERUSALINSKY, J. Prosódia e enunciação na clínica com bebês: quando a entoação diz mais do que se queria dizer. In: VORCARO, A.M.R. (Org.). *Quem fala na língua? Sobre as psicopatologias de fala*. Salvador: Ágalma, 2004. p. 13-19
- _____. *A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo*. 2009. 262 p. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.
- KENT, R. D.; MIOLO, G. Habilidades Fonéticas no Primeiro Ano de Vida. In: FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. *Compêndio de Linguagem da Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 253-276.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 (1949). p. 96-103
- _____. *O Seminário. Livro 4. A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995 (1956/1957).
- _____. *O Seminário. Livro 7. A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 (1959/1960).
- PEREIRA, Amanda Schreiner; VORCARO, Angela Maria Resende; KESKE-SOARES, Marcia. Do discurso do agente do Outro à voz-apelo do sujeito. *Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 431-447, maio/ago. 2018.*

- _____. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura de personalidade”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 (1960). p. 653-691.
- _____. *O Seminário Livro 10*. A Angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 (1962/1963).
- _____. Introdução aos Nomes-do-Pai. In: _____. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 (1963), p. 55-87.
- _____. *O Seminário Livro 11*. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 (1964).
- LAZNIK, M. C. *A voz da sereia*. O autismo e os impasses na constituição do sujeito. Salvador: Ágalma, 2004.
- MATEUS, M.H.M. Estudando a melodia da fala: traços prosódicos e constituintes prosódicos. In: Encontro da APL e ESE de Setúbal. o Ensino das Línguas e a Linguística, 2004, Setúbal, *Anais Eletrônicos*. Setúbal: ESE, 2004, Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2004-mhmateus-prosodia.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.
- MATIAS, G. F. A. *A importância da estimulação auditiva durante o período pré e pós-natal*. 1999. 23 f. Monografia (Especialização em Audiologia Clínica) – Centro de Especialização em Audiologia Clínica, Goiânia, GO, 1999.
- MOON, C., FIFER, W.P. Evidence of transnatal auditory learning. *Journal of Perinatology*, n. 20 v. 8, p. 37-44, dez. 2000. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11190699>> Acesso em: 21 abr. 2017.
- NUNES, P. A. O. Experiência auditiva no meio intrauterino. *Psicologia.com.pt* O portal dos Psicólogos. p. 1-15, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0157.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2017.
- PORGE, E. *Voz do eco = Voix de l'écho*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014; Toulouse: Érès, 2012.
- QUERLEU, D. et al. Reactivité du nouveau-né de moins de deux heures de vie à la voix maternelle. *Journal de Gynécologie Obstétrique et Biologie de la Reproduction*, Paris, v. 2, n. 13, p. 125-35, 1984. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/6736589>> Acesso em: 21 abr. 2017.
- QUINET, A. *Um olhar a mais*. Ver e ser visto em psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- SEGANFREDO, G. F. C.; CHATELARD, D. S. Das Ding: o mais primitivo dos êxtimos. *Cadernos de Psicanálise - CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 30, p. 61-70, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno30_pdf/05_Das_Ding_o_mais_primitivo_dos_extimos.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2017.
- STERN, D. *The first relationship: Mother and infant*. Edição on-line. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002 (1977). Disponível em: <<http://www.abebe.org.br/wp-content/uploads/Daniel-N.-Stern-The-First-Relationship-Infant-and-Mother-With-a-New-Introduction-2002-1.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- VIVÈS, J. M. *A voz na clínica psicanalítica*. Tradução: Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- _____. O que ouvimos quando nos ouvimos? In: MALISKA, M. E.; SOUZA, P. (Org.). *Abordagens da voz a partir da Análise de Discurso e da Psicanálise*. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 17-37.
- _____. Autismo e voz maquínica. *Conferência na FCM-UNICAMP*, Campinas, agosto de 2016.
- VORCARO, A.M.R. *Sob a vigência da linguagem: uma aproximação à clínica psicanalítica de crianças*, 1997, 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 1997.
- _____. Incidência da matriz simbolizante no organismo: o advento da fala. *Letras de Hoje*, v. 36, n. 3, Porto Alegre, p. 273-281, 2001.
- _____. Linguagem maternante e língua materna: sobre o funcionamento lingüístico que precede a fala. In: BERNARDINO, L.; ROHENKOHL, C. (Org.). *O bebê a modernidade, abordagens teórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 65-84.
- _____. Os dragões do tempo primordial: a repetição como primeira identificação. In: LEITE, N. V. A. (Org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 215-231
- _____. Um refrão surdo ressoa no corpo. In: BURGARELI, C. G.; NOVA, M. (Org.). *Padecer do significante: a questão do sujeito*. Goiânia: Editora UFG, 2017. p. 115-147.
- PEREIRA, Amanda Schreiner; VORCARO, Angela Maria Resende; KESKE-SOARES, Marcia. Do discurso do agente do Outro à voz-apelo do sujeito. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 431-447, maio/ago. 2018.

WEISMER, S. E. O papel das variantes prosódicas no processamento linguístico de crianças com impedimentos específicos de linguagem. In: CHAPMAN, R. S. *Processos e distúrbios na aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 125-134.

WERNER, L.A. Issues in human auditory development. *Journal of Communication Disorders*. v. 4, n. 40, p. 275-283, jul./ago. 2007. Disponível em:
<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1975821/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Recebido em: 21/08/17. Aprovado em: 08/04/18.

Title: *From the discourse of the Other to the voice-appeal of the subject*

Authors: *Amanda Schreiner Pereira; Angela Maria Resende Vorcaro; Marcia Keske-Soares*

Abstract: *This paper is a theoretical-critical psychoanalytical research based upon the readings on Freud and Lacan, as well as in the snippets provided by the authors to associate the origin of the voice-appeal of the subject to the discourse of the Other, supported by the logics of language. The expulsion of the timbre, the affirmation of the maternal prosodic voice and the establishment of the first symbolic matrix in infants are highlighted from the addressing of agent of the Other. Whatsoever, it places the subject by the relation with the maternal speech and emphasizes the passage from the initial cries to the voice that makes appeal through the engagement in the bond with the Other.*

Keywords: *Speech. Other. Voice. Subject.*

Título: *Del discurso del agente del Otro hasta la voz-apelación del sujeto*

Autoras: *Amanda Schreiner Pereira; Angela Maria Resende Vorcaro; Marcia Keske-Soares*

Resumen: *Este artículo es un estudio teórico-crítico psicoanalítico basado en la lectura de la obra de Freud y de Lacan y en los recortes emprendidos por las autoras para asociar el origen de la voz-apelación del sujeto al discurso del agente del Otro, sostenido por la lógica del lenguaje. De los direccionamientos del agente del Otro, despega la expulsión del timbre, la afirmación de la voz prosódica maternal y la instauración de la primera matriz que simboliza en el infans. Con ello, posiciona el sujeto, desde los principios, por la relación con el discurso maternal y enfatiza el pasaje de los vagidos iniciales hasta la voz que hace apelación, por medio del encajamiento en el lazo con el Otro.*

Palabras clave: *Discurso. Otro. Voz. Sujeto.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.